

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

João Gabriel Maracci

“Proteção sem Promoção”:

Ambivalências Antigênero no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do
Governo Bolsonaro

Belo Horizonte

2024

João Gabriel Maracci

“Proteção sem Promoção”:

Ambivalências Antigênero no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do
Governo Bolsonaro

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGPSI-UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado

Belo Horizonte

2024

150
M298p
2024

Maracci, Joao Gabriel.
“Proteção sem promoção” [manuscrito] : ambivalências antigênero no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Bolsonaro / Joao Gabriel Maracci Silveira Cardoso. - 2024.
190 f.
Orientador: Marco Aurélio Máximo Prado.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia – Teses. 2. Identidade de gênero - Teses. 3. Psicologia política - Teses. 3. Emoções - Teses. 4. Relações de gênero - Teses. I. Prado, Marco Aurélio Máximo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS FACULDADE DE
FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE TESE DE JOÃO GABRIEL MARACCI SILVEIRA CARDOSO

Realizou-se, no dia 11 de setembro de 2024, às 14:00 horas, On-line (Zoom), da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *“Proteção sem Promoção”: Ambivalências Antigênero no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Bolsonaro*, apresentada por JOÃO GABRIEL MARACCI SILVEIRA CARDOSO, número de registro 2020654169, graduado no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Marco Aurelio Maximo Prado - Orientador (UFMG), Prof(a). Angela Cristina Salgueiro Marques (UFMG), Prof(a). Lupicínio Iñiguez Rueda (Universidad Autonoma de Barcelona), Prof(a). Jacqueline Moraes Teixeira (UNB), Prof(a). Rafael de la Dehesa (CUNY).

A Comissão considerou a tese:

(x) Aprovada () Reprovada

Finalizados os trabalhos, a ata vai assinada pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Jacob de la Dehesa, Usuário Externo**, em 12/09/2024, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Cristina Salgueiro Marques, Professora do Magistério Superior**, em 12/09/2024, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Maximo Prado, Professor do Magistério Superior**, em 13/09/2024, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline Moraes Teixeira, Usuária Externa**, em 27/09/2024, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lupicinio Iñiguez Rueda, Usuário Externo**, em 01/10/2024, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3489627** e o código CRC **6C0B64BA**.

Referência: Processo nº 23072.247561/2024-16

SEI nº 3489627

AGRADECIMENTOS

Nada disso seria possível sem minha família, que abraçou junto de mim a decisão e o sonho um tanto controverso de me tornar professor e pesquisador.

Meus amigos e amigas, que também são minha família, acompanharam esse trajeto e se vincularam a ele nos últimos doze anos, da mesma forma que me permitiram viver para além dele, em outros lugares, outros circuitos (o que é bastante importante).

Agradeço imensamente a meu orientador, Marco Aurélio Máximo Prado, por ter acreditado nesta pesquisa desde que ela era apenas uma ideia fragmentária, quando nos conhecemos em 2019. Sou grato pelas oportunidades, pelo incentivo, pelas portas abertas, pela confiança, pelo saber generosamente transmitido e pelo trabalho conjunto.

A Adolfo Pizzinato e Paula Sandrine Machado, meus primeiros mentores intelectuais, hoje minhas referências e interlocutores.

A Lupicínio Iñiguez-Rueda, que me orientou durante o Doutorado Sanduíche na Universitat Autònoma de Barcelona, tendo uma contribuição fundamental para toda a metodologia que deu vida a esta tese.

A Ângela Cristina Salgueiro Marques, pela mais generosa das leituras de meu projeto de doutorado e pelas contribuições valiosas em minha banca de qualificação.

A Sonia Corrêa, pelo trabalho incansável acerca das ofensivas antigênero e pela transmissão acalorada de seu saber crítico.

A Elleonora Maracci Zalewski, Camilla Brugali, Marco André Germano, Laura Machado Hoscheidt, Cayo Busanello, Vina Amorim Jaguatirica e Eduarda Heineck por tudo que me ensinaram e me fizeram pensar nos últimos quatro anos.

A Henrique Araujo Aragusuku, pelo trabalho em conjunto que deu origem a boa parte das reflexões desenvolvidas nesta tese.

A Daniel Kveller, por compartilhar comigo o seu interesse e sua excitação pelos estudos queer, pela psicanálise e pelas teorias dos afetos e emoções.

A Sofia Favero, minha grande amiga e parceira intelectual, por tudo que aprendemos, ensinamos, escrevemos, pensamos e questionamos juntos há mais de sete anos.

Ao grupo NUH - Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais, pelas trocas intensas, as leituras atentas, as perguntas e sugestões que levei muito a sério e que definiram posições fundamentais para esta investigação.

Ao grupo LAICOS IAPSE, da Universitat Autònoma de Barcelona, pelo acolhimento, pelas discussões e pela sugestão muito bem aproveitada de transformar a minha ideia de introdução no capítulo 1 desta tese.

Ao grupo Ruinologia, por toda a investigação detalhada que fizemos sobre o MMFDH e que se faz presente em muitas das próximas páginas, especialmente no capítulo 4.

A Ângela Cristina Salgueiro Marques e Lupicinio Iñiguez-Rueda (novamente), mais Rafael de la Dehesa e Jacqueline Moraes Teixeira, pela dedicação na leitura e pelas excelentes contribuições na banca de defesa de tese.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento de minha investigação e pela bolsa relativa ao Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

Affect theory must be effective to be weak.

Silvan Tomkins

RESUMO

A presente tese versa sobre a inserção das ofensivas antigênero na institucionalidade política brasileira através do Poder Executivo, tendo como foco o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) do governo Bolsonaro, chefiado por Damares Alves. Entende-se como ofensivas antigênero as mobilizações de repúdio às temáticas de gênero e sexualidade, iniciadas pelo Vaticano no final do século 20. Hoje, elas são articuladas transnacionalmente por atores de diferentes matizes religiosos, ideológicos e políticos, concatenadas pelo sintagma “ideologia de gênero”. Na política institucional brasileira, tais dinâmicas eram usualmente produzidas e geridas por parlamentares, destacando-se a violência e o discurso de ódio, como na querela do “kit gay”, iniciada em 2011. Contudo, é notável que houve uma mudança a partir do governo Bolsonaro, quando o combate à “ideologia de gênero” passa a ser uma prioridade do Poder Executivo. Percebe-se uma modificação afetiva e emocional na condução da política, tendo como epítome o enunciado “proteção sem promoção” das temáticas relacionadas à gênero, sexualidade e população LGBT+. A partir de tal disparador, a pesquisa debruçou-se na construção de cenas de ambivalência, contando com materiais jornalísticos e midiáticos, bem como documentos do Diário Oficial da União e do Portal da Transparência do Governo Federal, em um rastreo afetivo e emocional sobre diferentes políticas levadas a cabo pelo MMFDH. Essa metodologia foi delimitada a partir de uma correlação entre os estudos dos afetos e emoções e o método da igualdade proposto por Jacques Rancière, resultando em composições, descrições e análises decorrentes de uma teoria fraca, que busca descrever e não explicar os objetos de investigação, recusando um solapamento da realidade por meio de compreensões totalizantes. A partir de tal investimento, foi possível percorrer uma mobilização de afetos positivos, como amor, acolhimento e otimismo, correlacionados, de forma inovadora, a afetos negativos como a paranoia, o medo e o ódio contra a diversidade sexual e de gênero. Tal ambivalência foi percebida na retórica e em arranjos institucionais, especialmente na transferência de recursos financeiros - o que ocasionou uma modificação significativa nas zonas de antagonismo e aliança entre Estado e organizações sociais. Com tais procedimentos, foi possível compreender a novidade da “proteção sem promoção”, destacando o modo como os afetos e as emoções são substanciais para a prática da política.

Palavras-chave: “ideologia de gênero”; governo Bolsonaro; afetos e emoções; gênero e sexualidade.

ABSTRACT

“Protection without Promotion”: Anti-gender Ambivalences in the Ministry of Women, Family and Human Rights of the Bolsonaro Government

This thesis addresses the incorporation of anti-gender offensives into Brazilian political institutions through the Executive Branch, focusing on the Ministry of Women, Family, and Human Rights (MMFDH) under the Bolsonaro administration, led by Damare Alves. Anti-gender offensives are understood as mobilizations against gender and sexuality themes, initiated by the Vatican at the end of the 20th century. Nowadays, these offensives are transnationally articulated by actors of various religious, ideological, and political backgrounds, unified by the syntagm "gender ideology". In Brazilian institutional politics, such dynamics were usually produced and managed by parliamentarians, characterized by violence and hate speech, as seen in the "kit gay" controversy that began in 2011. However, it is noteworthy that there was a change starting with the Bolsonaro government, when combating “gender ideology” became a priority for the Executive Branch. An affective and emotional change is perceived in the conduct of the policy, epitomized by the statement “protection without promotion” of issues related to gender, sexuality and the LGBT+ population. Following this premise, the research focused on constructing scenes of ambivalence, using journalistic and media materials, as well as documents from the “Diário Oficial da União” and the “Portal da Transparência do Governo Federal”, to trace the affective and emotional dimensions of different policies implemented by the MMFDH. This methodology was defined by correlating studies of affects and emotions with Jacques Rancière's method of equality, resulting in compositions, descriptions, and analyses derived from a "weak theory" that seeks to describe rather than explain objects of investigation, refusing to undermine reality through totalizing understandings. Through this approach, it was possible to trace a mobilization of positive affects such as love, acceptance, and optimism, correlated in an innovative way with negative affects like paranoia, fear, and hatred against sexual and gender diversity. This ambivalence was perceived in rhetoric and institutional arrangements, especially in the transfer of financial resources, which altered the zones of antagonism and alliance between the State and social organizations. With these procedures, it was possible to understand the innovation of "protection without promotion," highlighting how affects and emotions are substantial to political practice.

Keywords: “gender ideology”; Bolsonaro government; affects and emotions; gender and sexuality.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Captura de tela de uma postagem de Damares Alves na plataforma Facebook. 55

Imagem 2: Fotografia publicada no Portal Uol, sem autoria identificada. 61

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 AFETOS, EMOÇÕES E PRODUTIVIDADE ANTIGÊNERO	26
1.1 O “Kit Gay”	28
1.2 Ofensivas Antigênero: hipótese repressiva, ainda?.....	33
1.3 Das Contradições às Ambivalências.....	37
1.4 Teoria Fraca: Afetos, Emoções, Política.....	43
2 O ABRAÇO À COMUNIDADE LGBT+	56
2.1 Fotografias e a Promessa do Diálogo.....	58
2.2 Imagem, Otimismo, Políticas de Aliança e Antagonismo.....	75
3 “PROTEÇÃO SEM PROMOÇÃO”	83
3.1 Paranoia e a Construção do “Bem Comum”.....	84
3.2 Emoção Cis, Razão Trans.....	99
3.3 A Imagem da Razão e seus Abismos.....	109
3.4 Ideologia, Teoria Fraca e Humildade Metodológica.....	116
4 PRATICANDO OFENSIVAS ANTIGÊNERO	132
4.1 A Condução de uma “Pauta Preciosa”.....	134
4.2 As Palavras e o Dinheiro.....	140
4.3 O Pacto da Ambivalência.....	146
4.4 “Ideologia de Gênero” na Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos.....	149
4.5 Estado, Governo, Sociedade.....	159
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	169

INTRODUÇÃO

No período de escrita da presente tese de doutorado, especificamente no mês de abril de 2023, fui pego de surpresa por uma situação bastante conhecida por acadêmicos e acadêmicas. Um artigo escrito anos antes, aceito já há algum tempo, havia finalmente sido publicado na revista científica para a qual o havia submetido. Até aí, nenhuma novidade, apenas a felicidade comedida de adicionar uma linha ao currículo Lattes. No entanto, resolvi reler o texto, agora público, para ver se as ideias nele discutidas ainda faziam sentido para mim, já em outro momento da vida e imerso em outras epistemologias e outros problemas de pesquisa. O artigo advinha de minha investigação de mestrado, defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e conta com a coautoria da minha então orientadora, Paula Sandrine Machado. Na investigação que desenvolvemos, me dediquei a acompanhar a presença do significativo “kit gay” na política brasileira entre os anos de 2011 e 2018, a partir de uma metodologia fortemente embasada nos Estudos da Ciência e Tecnologia. Atualmente, durante os quatro anos de doutorado, me dirigi, como o título desta tese e seu resumo já indicam, a analisar a inserção das ofensivas antigênero¹ no Poder Executivo através do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), sobretudo a partir de sua forma ambivalente de mobilizar afetos e emoções acerca de temas relativos à diversidade sexual e de gênero, articulando a retórica e a elaboração de políticas públicas.

Devo dizer que a pesquisa agora apresentada em forma de tese sofreu inúmeras modificações até chegar nesta versão final. Tantas foram elas que o nexos conectivo entre a problemática apresentada no mestrado e os tantos procedimentos abandonados, repensados ou redirecionados no doutorado nem sequer me parecia visível. Obviamente, os assuntos não eram tão distintos assim. Falei, no primeiro momento, sobre o fatídico “kit gay”, e, a partir de tal nomenclatura, me encaminhei a uma discussão mais ampla sobre a suposta “ideologia de gênero”, fantasma que ainda nos assombra em muitas esferas da política institucional e para além dela. É no bojo das discussões sobre “ideologia de gênero” que meu projeto de doutorado acabou se inserindo, em busca de compreender a mudança desse campo de ações que nomeamos ofensivas antigênero a partir da sua inserção no Poder Executivo, com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. No entanto, perspectivas teóricas foram

¹ Em suma, nomeio como ofensivas antigênero um ímpeto transnacional de combate à suposta “ideologia de gênero”, termo sem respaldo acadêmico nos estudos sobre gênero e sexualidade, mas que se consolidou como inimigo comum de diversas organizações voltadas à manutenção de ideais como a família heterossexual, bem como a restrição ao aborto e a proliferação da homofobia e transfobia (Corrêa, 2018; Junqueira, 2018). Falarei sobre isso com maior densidade no capítulo seguinte.

ficando para trás à medida que outras apareciam, metodologias novas foram surgindo, preocupações outras se desenvolviam nas inúmeras tentativas de circunscrever o objeto aqui analisado - que, ao contrário do “kit gay”, não pode ser sumariado a partir de um significante específico. Por essa razão, as preocupações do mestrado acabaram ficando, por um bom tempo, apenas como um contexto introdutório ao que eu viria falar, finalmente, em minha tese de doutorado. Até que veio a surpresa.

Nesse artigo publicado, cuja escrita terminou antes da minha entrada oficial no doutorado em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (visto que essa só ocorreu no segundo semestre de 2020 em função da pandemia de Covid-19), nos dedicamos a pensar o estatuto da verdade sob o qual críticas ao chamado “kit gay” usualmente o situavam; como, por exemplo, um termo que entrou na moda desde sua publicação em 2016 pelo dicionário Oxford enquanto “palavra do ano”. Trata-se da tão falada “pós-verdade”. Em síntese, argumentamos, como fiz em minha dissertação, que o uso do prefixo “pós” já indica uma lástima pela verdade extraviada, como se, em algum momento, tivéssemos tido acesso à verdade que, infelizmente, os últimos anos, ou as últimas décadas, ou o último século nos levaram a perder. Em nosso texto, apontamos a inefetividade do abandono de uma ideia de verdade em controvérsias políticas, sob a consideração melancólica de que, contemporaneamente, as construções políticas e ideológicas se baseariam menos em fatos do que argumentos - o que caracterizaria, para os autores da “pós-verdade”, uma crise na ideia de verdade. A crítica que empreendemos consiste justamente em questionar a suposta crise, pois, em nossa apreensão, a verdade sempre foi uma crise. Não há passado remoto a se voltar na busca por sua acessibilidade direta e linearidade objetiva - uma problemática que, filosoficamente, deve ter seu início em Kant. Como nossa área é a Psicologia Social, nos situamos em lugares mais próximos, e a ideia de “verdade operativa” apresentada por Bruno Latour (2016), acabou sendo muito útil nessa recusa a uma “Verdade com V maiúsculo”.

Pois bem, concordando ou não com tal premissa, talvez as conclusões pareçam menos excessivamente radicais. Propomos que a “verdade operativa” - a dizer, os procedimentos pelos quais determinados tópicos assumem graus de veracidade podem, portanto, ser operacionalizados em sentidos diferentes a partir de conexões contingentes - nos proporcionaria formas mais efetivas de lidar com os problemas do “kit gay” e da “ideologia de gênero”. Em suma, não perdendo os debates por ausência, em frases como “isso é uma mentira!” ou “isso simplesmente não aconteceu, é *fake news*, é pós-verdade!” - ausência essa que, não por acaso, retira da cena política justamente os problemas que consideramos mais relevantes. Por exemplo, quando afirmamos que o “kit gay” é apenas uma mentira ou

elemento privilegiado da destituição dos critérios objetivos para a verdade no mundo, não estaríamos nós mesmos rejeitando o seu caráter polêmico, afirmando tanto que ele não existiu como, também, que ele nunca poderia ou deveria ter existido? E esse não é, justamente, o argumento do campo político com o qual, aparentemente, estamos tentando debater? Ao fim e ao cabo, que destino levam as questões de gênero e sexualidade no campo da Educação quando recusamos, de antemão, a própria veracidade de um objeto que fora apelidado pejorativamente de “kit gay”? Em termos simples, considero que a resposta já tenha sido dada pela ex-presidente Dilma Rousseff, ainda em 2011: “o governo não fará propaganda de opções sexuais, nem vai intervir na vida privada das pessoas”.^{2 3}

E, feliz ou infelizmente, foi isso que aconteceu. Mas essa história contarei no capítulo seguinte. No momento, quero me deter à referida surpresa que obtive ao ler o artigo científico escrito por mim e por Paula Sandrine Machado, sobre os tópicos acima apresentados, a partir de dados obtidos em minha pesquisa de mestrado, cuja metodologia chamei de “praxiografia virtual” ou “mapeamento de controvérsias”. Como disse, os anos recentes haviam me afastado das preocupações desenvolvidas entre 2017 e 2019, de modo que aquelas reflexões parecessem distantes, ou até mesmo superadas comparando com a maior “densidade” dos assuntos com que estava, agora, lidando. Eis que, ao ler o texto que sumarizava minhas ideias desenvolvidas na dissertação de mestrado, me deparei com suas considerações finais que, facilmente, poderiam servir como introdução da presente tese de doutoramento. E aqui me permito fazer uma longa citação:

Por fim, gostaríamos de contextualizar esta investigação no campo acadêmico que vem se desenvolvendo pela análise e crítica das “ofensivas antigênero”: movimentos transnacionais que, a partir do sintagma “ideologia de gênero”, se coordenam no repúdio ou captura de temáticas relativas à diversidade sexual e de gênero no interior dos Estados (...). O “kit gay”, nesse sentido, pode ser tomado como um núcleo específico e contingente desse contexto mais amplo, dizendo respeito às especificidades da política brasileira da última década. É um objeto privilegiado para o entendimento das ofensivas antigênero no Brasil, embora esteja longe de ser o único (...).

² *Link* para notícia:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html> (Acesso em 31 de julho de 2024).

³ Como a presente escrita envolveu diversas fontes de portais jornalísticos ou veículos de comunicação *online*, os *links* para tais materiais serão colocados em notas de rodapé. Citações de artigos científicos, livros, teses, ou mesmo artigos midiáticos que compõem o arquivo descritivo e analítico aqui apresentado estarão citados entre parênteses e referenciados ao final do texto.

A disseminação de tais investidas não é uma história recente na vida pública do país. Se nos restringirmos apenas ao alcance do mapeamento aqui efetuado (que não totaliza o histórico da ofensiva no Brasil), podemos contemplar ao menos uma década de mobilizações políticas contrárias aos direitos LGBT. No entanto, o pleito presidencial de 2018 e o sucessivo governo eleito demonstram uma nova etapa dessa investida, no qual sua representação institucional amplia-se do plano Legislativo ao Executivo, englobando também o Ministério Público e o Poder Judiciário. Assim, as ramificações antigênero passam a atuar efetivamente através da ação de representantes ministeriais e elaboração de políticas públicas. Podemos tomar como espécimes desse movimento o pedido do Presidente da República ao MEC para que elabore um projeto contrário à “ideologia de gênero” em escolas brasileiras, bem como a diretriz do chanceler Ernesto Araújo em contrapor-se ao uso da palavra “gênero” em documentos oficiais.

Ainda, no Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, a representante Damares Alves fez seu discurso de posse afirmando que “o estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã”. Em um vídeo que circulou no campo virtual um dia após sua cerimônia de posse, Alves afirmou que o Brasil entraria em uma nova era, “onde menino veste azul e menina veste rosa”. (...). A ministra, no entanto, declara-se reiteradamente como defensora da população LGBT, afirmando a necessidade de políticas públicas e proteção estatal para mitigar a opressão sofrida por esse segmento vulnerabilizado da população. Esse movimento paradoxal, de aparente contradição, além de atualizar as disputas vigentes em torno da verdade, expõe também a necessidade de continuarmos investigando as ramificações e atualizações da ofensiva, neste momento histórico que já supera a controvérsia do “kit gay”, mas que necessitou de seu longo movimento de coordenação para sustentar-se como tal.

Assim, consideramos que essa reflexão apresenta relevância política não apenas para o entendimento da forma como o “kit gay” assume o estatuto de verdade, mas também para a elaboração de estratégias para disputar essa veracidade, sem tangenciar o debate. *Não buscando “desvelar” as mentiras por trás daquilo que muitos acreditam, mas sim expondo a partir de que modos, que encontros, que práticas essa articulação coordenada se torna possível* (Maracci & Machado, 2022a, pp. 873 - 875, grifos meus).

Eis a surpresa. Parágrafos escritos cerca de cinco anos antes, que se integram perfeitamente à discussão que faço agora, e que desenvolvo exaustivamente nas próximas páginas. Parágrafos que indicam o término de uma investigação, mas apresentam inúmeros

pontos para um futuro estudo, que acabei por levar a cabo sem me dar conta. Mas não estou falando apenas sobre a transição de temas - ou, talvez, amplificação de um mesmo tema - que, olhando em retrospecto, parece quase linear e pacífica. Estou falando, principalmente, sobre um problema ético, que diz respeito às formas de aproximação aos objetos de estudo. Uma postura que tenho chamado de humildade metodológica⁴, encontrando respaldo nas análises que fiz nestes dois momentos formativos de minha vida acadêmica (ou, pelo menos, tentei fazer). Tal posição será descrita a seguir com a fundamentação teórica que lhe cabe, mas poderia sintetizá-la simplesmente com a última frase da citação: “Não buscando ‘desvelar’ as mentiras por trás daquilo que muitos acreditam, mas sim expondo a partir de que modos, que encontros, que práticas essa articulação coordenada se torna possível” (Maracci & Machado, 2022a, p. 875).

Através de caminhos diferentes daqueles traçados na escrita do artigo, “não desvelar” se tornou um mantra para a presente tese. Não buscar verdades “por trás” dos objetos, mas sim analisá-los tais quais suas condições de visibilidade e dizibilidade permitem que sejam vistos e relatados. Descrever mais e explicar menos. Procurar formas de leitura mais eficazes para uma pesquisa do que a paranoia; desenvolver teorias fracas, desviar de teorias fortes (Sedgwick, 2020). Foi esse o movimento inicial, que me encaminhou a uma leitura mais atenta dos estudos sobre afetos e emoções, especialmente em relação a autores e autoras que os utilizam como formas de compreender a política. Comecei a pensar, então, no MMFDH, sobretudo nisto que, no referido artigo, chamamos de “movimento paradoxal, de aparente contradição” (2022, p. 875). Essa frase foi utilizada em referência à comparação entre atos de fala díspares proferidos Damares Alves - pastora evangélica que ocupou o cargo de ministra desde o início do governo até março de 2022, sendo substituída por Cristiane Britto após sua saída para concorrer, vitoriosamente, ao cargo de Senadora da República pelo Distrito Federal. Em certo momento, a agora ex-ministra afirmava que meninos e meninas deviam vestir cores específicas para seu gênero, reiterando um ideal binário e complementar sobre a diferença sexual; em outros, dizia-se defensora da causa LGBTQ+⁵.

⁴ Não poderia pensar nesta “humildade metodológica” de forma sistemática sem as importantes contribuições que Lupicinio Iñiguez-Rueda forneceu à presente investigação no semestre em que estudei na Universitat Autònoma de Barcelona.

⁵ Utilizarei a sigla LGBTQ+ para me referir tanto às questões relativas a pessoas não heterossexuais ou cisgênero, bem como ao movimento social organizado acerca de tais pautas. O acrônimo diz respeito a Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis, sendo o símbolo + uma forma de denotar abertura para outras identidades e formas de nomeação. Há mais possibilidades de nomenclatura e de expansão da sigla; no entanto, mantereí este uso para conferir uniformidade ao texto e não causar o apagamento de determinadas identificações - por exemplo, acredito não fazer sentido utilizar as letras A e I (Assexuais e Intersexuais) quando o trabalho não versa sobre tais identidades e suas correspondentes demandas políticas. Outras versões da sigla serão utilizadas quando se referirem ao nome oficial de algum programa ou instituição.

Poucos anos depois, tais aparentes contradições tomaram uma densidade maior em minhas inquietações e perguntas, a partir de um outro enunciado também proferido por Alves, quando afirmou que a diversidade sexual e de gênero deveria ser protegida, mas não promovida. O estatuto discursivo da “promoção sem proteção”, dentro do próprio MMFDH, me pareceu amplamente significativo, visto que as duas posições, em uma análise histórica do campo internacional dos direitos humanos, jamais seriam tomadas como uma contradição. De fato, é comum no vocabulário dos direitos humanos palavras como “liberdade” e “autonomia”, que de forma alguma são obliteradas por demandas de “proteção”. Ao contrário, esses ímpetus são apresentados de forma análoga e correlata, de modo que um não se efetive em completude sem os outros. Tal constatação me levou a considerar que a mudança de vocabulário face ao gênero e a sexualidade em um lugar institucional responsável pelos direitos humanos no Estado Brasileiro já indicava uma disputa semântica, afetiva e política, para a qual as palavras seriam um objeto de grande valor.⁶ Isso significa considerar o enunciado a partir de seu caráter performativo (Butler, 1990), ou seja, reconhecendo que a linguagem não apenas descreve uma realidade, mas também a produz - o que, neste caso específico, diz respeito à materialização das palavras no campo político, seja em um nível retórico, ideológico, de construção de políticas públicas, alterações em órgãos institucionais etc.

A partir do contato com a frase paradigmática (e seus correlatos, dado que a conjunção de palavras nem sempre é a mesma, podendo também aparecer na forma de “proteger a pessoa e não promover a causa”, “proteção sem promoção” e afins), me encaminhei a uma tentativa de entendimento das condições políticas e sociais para que tal enunciado pudesse ser materializado, sobretudo em relação ao campo dos direitos humanos. Por que proteção e promoção estavam sendo tratados como coisas diferentes e até mesmo incongruentes acerca da comunidade LGBTQ+, considerando que a separação se contrapõe ao ímpeto histórico de liberdade e autonomia para todos os sujeitos, sob o qual se edificou o campo dos direitos humanos desde o final da Segunda Guerra Mundial, como nos mostra a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948)? É sabido que, no escopo internacional dos direitos humanos, a noção de direito em voga seja extensiva (Piovesan, 2023) de modo a contemplar, ao longo do tempo, mais categorias que aquelas presentes em sua Carta Magna. O que significa que, a partir de sistemas de regulação internacional, outras temáticas vão sendo reconhecidas como direitos

⁶ Devo essa reflexão a um longo e profícuo diálogo com Sonia Corrêa e o grupo Ruinologia.

universais, com a vinculação e reiteração de diferentes Estados, como os temas LGBTQ+. No entanto, esse reconhecimento tornou-se ponto nodal para uma política reacionária de contraposição a tais avanços, a qual nomeamos “depuração” dos direitos humanos.

O termo “depuração” dos direitos humanos, utilizado pela primeira vez por Raja de Vito e Marco Aurélio Prado (2019), meu orientador de doutorado, foi fundamental para as reflexões que abordarei aqui. Em síntese, as práticas de “depuração” remetem a uma purificação moral da ação estatal frente aos direitos humanos, retirando do seu escopo questões tomadas como polêmicas ou incabíveis em uma sociedade que deveria retomar seus “valores tradicionais”. Para além disso, passei a me preocupar sobre como tal enunciado foi implementado na via das políticas públicas, questionando se as ações do MMFDH e do Governo Federal poderiam estar em congruência com tal modelo protetivo, mas de não promoção, sobre as temáticas de gênero e sexualidade.

Foram esses os disparadores iniciais das problemáticas sobre as quais discorro nesta tese: uma aparente contradição. Como compreender tamanha discrepância entre os posicionamentos de uma ministra “terrivelmente cristã”, que encabeçou o combate à “ideologia de gênero” na campanha presidencial de Bolsonaro, ao se dizer tão próxima e preocupada com as causas LGBTQ+? Como dito, “não desvelar”; não procurar os significados ocultos, as intencionalidades verdadeiramente colocadas por trás das cortinas da aparência política. Ver o que é possível ver, falar sobre o que é possível falar. Mas o que eu podia ver, ou, melhor, o que eu sentia frente a essa discrepância? Via algo que não parecia fazer sentido, sentia uma estranheza e uma incompreensão. Pensei, rapidamente, em manipulação psicológica ou em uma teoria forte da ideologia (tomada como falsa realidade) - assuntos que, de fato, abordarei em seguida, mas gostaria de dizer que deixei eles de lado, em um primeiro momento, porque não os podia *sentir*. Minhas afeições dirigidas a tal problemática eram de dúvida, confusão, estranhamento. As respostas facilmente acionadas, por outro lado, não eram *sentidas*, elas vinham para apaziguar o campo afetivo emocional formado em meu contato com uma nova arena pública em desenvolvimento a partir do início de mandato de Jair Bolsonaro. Uma nova arena pública onde o ódio e pânico da diversidade sexual e de gênero parecia conviver, sem muitos conflitos, com afirmativas afáveis, amorosas e até mesmo paternalistas quanto às temáticas LGBTQ+.

Assim sendo, posso afirmar que a presente tese parte da seguinte premissa: que os movimentos transnacionais antigênero (Corrêa, 2018; Junqueira, 2018), com uma intensa participação na arena política do Brasil recente, tiveram suas dinâmicas alteradas de forma significativa após a posse de Jair Bolsonaro como Presidente da República, em janeiro de

2019. Será discutida aqui uma transformação da retórica de ódio, violência, medo e rechaço às temáticas da diversidade sexual e de gênero, que permeou substantivamente eventos políticos da última década, em uma versão menos autoevidente e mais complexa a partir de sua inserção e produção no interior do aparato estatal-governamental, assumindo certa forma conciliatória, amigável e até mesmo celebrativa. Essa proposição surge, inicialmente, do seguinte questionamento: como compreender permanência de assuntos relativos à diversidade sexual e de gênero em um governo cuja oposição a temas LGBTQ+ foi mandatário não somente durante a campanha presidencial e os anos subsequentes de mandato, mas também durante, pelo menos, uma década de atuação parlamentar do então presidente? Com tal sistematização, da qual decorre uma pergunta, consegui conjugar meus interesses de pesquisa a partir dos seguintes objetivos:

Objetivo Geral: compreender as modificações efetivadas pelos movimentos antigênero no Brasil, especialmente em relação às temáticas LGBTQ+, após a sua institucionalização no interior do Poder Executivo, tomando como eixo prioritário de análise as ambivalências e as ideologias relacionadas a tais tópicos no MMFDH. Objetivos específicos: analisar as ambivalências do MMFDH e seus representantes, que dizem respeito ao engendramento entre uma produção ideológica e a elaboração de políticas públicas concernentes às temáticas LGBTQ+; avaliar como as ações antigênero se fundamentam, também, em um panorama afetivo-emocional, e utilizar teorias voltadas a tais tópicos para auxiliar na compreensão de sua inserção e consolidação no Brasil recente; entender a partir de quais instrumentos políticos as ofensivas antigênero são materializadas enquanto políticas governamentais, englobando sua materialidade tanto através de mecanismos retóricos quanto de decisões governamentais e elaboração de políticas públicas.

Foi com essa forma, a partir dessa pergunta e desses objetivos iniciais, que consegui circunscrever do que se tratava meu doutorado. A partir de então, me engajei em uma operacionalização metodológica, amparada sobretudo em verbos como perseguir, descrever e analisar. E, a partir deles, muitas outras perguntas foram surgindo, além de respostas e caminhos possíveis de investigação, que estão relatados nos capítulos a seguir. Agora, gostaria de ressaltar que essas diferentes perguntas, respostas e caminhos não foram aleatoriamente acionados em minha investigação. Dediquei-me, a partir do que hoje chamo de “teoria fraca”, a operacionalizar tal humildade frente aos objetos, deixando que a investigação fosse conduzida a partir do meu contato com eles. Isso envolve recusar as respostas que, de imediato, aparecem em nossos raciocínios quando nos deparamos com problemas similares a estes que venho abordando aqui. “É uma manipulação psicológica!” ou

“É uma falsa realidade!” talvez sejam asserções de apaziguamento da angústia e da incerteza, uma forma de escapar dos afetos negativos despertados por aquilo que não compreendemos. Da mesma forma que enunciados como “É *fake news!*” “É pós-verdade!” apaziguavam os ânimos da esquerda brasileira quando essa era interpelada a responder sobre um programa de combate à homofobia que quase ninguém pareceu disposto a defender entre os anos 2011 e 2018 (Maracci, 2019). Afinal de contas, é mais fácil assumir que o “kit gay” foi somente uma mentira do que sustentar a importância do combate à homofobia e seus correlatos em sala de aula.

De fato, seria mais fácil assumir que o MMFDH, o Governo Federal, a pastora Damares Alves e o então Presidente Jair Bolsonaro construíram uma ideologia unilateral e inequívoca, pela qual as temáticas da diversidade sexual e de gênero foram tornadas públicas de modo afirmativo e protetivo apenas como um embuste, para nublarem as ofensivas reais levadas a cabo contra a suposta “ideologia de gênero”. No entanto, acredito que seguiremos, a partir daqui, por um caminho mais difícil. Não recusando, de antemão, a veracidade de qualquer enunciado, mas reconhecendo como diferentes objetos - como enunciados, fotografias, entrevistas, decisões ministeriais, políticas públicas, entre tantos outros - se inserem em um jogo afetivo e emocional, pelo qual tais temáticas foram tratadas de forma ambivalente. Ambivalência essa que mesclou, já adiante, o apoio de organizações não-governamentais LGBT+ ao MMFDH, bem como o rechaço e a assimilação do mesmo órgão a políticas fundamentais para a diversidade sexual e de gênero.

Neste movimento, quem tomou a dianteira foram os materiais que fui encontrando e escolhendo para compor o arquivo presente nesta tese, pelo qual foi possível exercer práticas de descrição e análise sobre o fenômeno abordado. O contato com os objetos me permitiu reconhecê-los como lugares de afeto e, a partir da interação, teorias específicas foram tomadas como suporte para um melhor entendimento das configurações políticas que pude acessar através dessa “metodologia fraca”. Quero dizer que tal forma de fazer método envolve assumir uma relação de afecção com o arquivo, em um movimento de encontro afetivo e emocional que, por si próprio, auxilia na definição dos próximos passos. Por exemplo, a partir da análise de uma *live* semanal de Bolsonaro junto a Damares Alves, fui surpreendido com um tema que não imaginava compor o escopo de assuntos a serem analisados nesta investigação, mas que, a partir de então, se tornou incontornável: as emendas parlamentares e a conturbada relação entre Poder Executivo e Poder Legislativo, assunto fundamental para o Brasil recente, que abrange um campo muito mais amplo que as questões de gênero e sexualidade.

Uso esse pequeno exemplo para demonstrar como a construção da tese se deu através de procedimentos como mapear, acompanhar e perseguir os espaços afetivos-emocionais desenvolvidos no encontro entre o pesquisador e os traços de realidade acessados pelo arquivo aqui delimitado. O trabalho com esse arquivo foi, primeiramente, descritivo, mas também levou em consideração o modo como ele me permitia trafegar através de relações estabelecidas em sua análise, aumentando o escopo de elementos componentes do objeto central desta investigação (a dizer, a inserção e as modificações das ofensivas antigênero enquanto propriedade ministerial durante o mandato de Jair Bolsonaro). Em síntese, gostaria de reiterar que essa postura empírica se deu a partir de uma preocupação que me acompanha desde algum tempo, como felizmente constatei na leitura do artigo já citado: o respeito aos objetos e uma postura de humildade metodológica frente a eles. Por sorte, hoje me relaciono com um arcabouço mais vasto de teorias, que me permite nomear essa posição ética em palavras reconhecíveis dentro do campo acadêmico de forma geral, como é o caso dos termos “teoria fraca” e “método da cena”, sobre o qual falarei mais adiante.

Trago tais explicações sobre o que fiz nesta pesquisa, bem como a surpresa que tive ao descobrir que minhas preocupações não eram tão novas assim, para demonstrar como, no processo investigativo, muitas vezes somos conduzidos por casualidades - e é comum que tentemos, no momento da escrita, nos desvincular delas, almejando certa pureza para a teoria construída e o pensamento levado a cabo para tanto. Hannah Arendt certa vez escreveu:

(...) sempre acreditei que, independentemente do quão abstratas possam soar nossas teorias ou quão consistentes pareçam nossos argumentos, há incidentes e histórias por trás deles que, ao menos para nós, contêm, em poucas palavras, o significado completo do que quer que tenhamos a dizer (Arendt, 2018, pos. 1111)

Se, em poucas palavras, os incidentes que nos levam a uma reflexão podem conter o próprio significado do que temos a dizer, talvez o objetivo maior de uma investigação seja, de fato, a fidelidade a tais incidentes, e o reconhecimento de como eles encaminham nossas formas de compreensão para além do que podemos tomar como uma “racionalidade pura”. Para Arendt (2018), existe uma tendência comum nas ciências humanas de desvinculamento ou até mesmo rechaço dos incidentes e das histórias, por eles parecerem pouco persuasivos, isolados e abertos a inúmeras interpretações distintas. Contudo, a importância de acompanhá-los com seriedade, e até mesmo expor o caráter incidental de um pensamento, justifica-se “porque é deles que emerge o incomum e o extraordinário, e não dos assuntos

sofisticados” (Arendt, 2018, pos. 1123). Nesse sentido, o que busco desenvolver aqui parte do reconhecimento de que o arquivo composto para analisar meu objeto de estudo foi, em larga escala, composto por incidentes: sejam eles derivados da própria leitura do arquivo em composição, seja por vias mais fortuitas, que também acabaram me encaminhar nesta investigação (como conversas entre amigos ou participação em grupos voltados a outros temas de interesse). Pretendo, portanto, manter-me fiel a essa construção incidental - que, dado seu caráter contingente, já demonstra certa incapacidade de condensar o tópico em sua totalidade, mas permite, por outro lado, acessar determinados pontos que fogem de uma direção de reflexões supostamente linear e unívoca.

Segundo Arendt, é a partir de tais pontos que podemos chegar ao incomum e ao extraordinário. Gostaria de adicionar alguns outros aspectos ao procedimento, que derivam de minha aproximação, também incidental, aos estudos sobre afetos e emoções.⁷ Assumir que a construção do arquivo se deu de forma contingente, a partir de diferentes elementos que, por acaso ou não, entrei em contato, me permite, igualmente, o afastamento de respostas prontas e imediatas frente à sensação desconfortável de dúvida e incompreensão que, como disse, me acompanhou ao perseguir as relações não tão óbvias entre Governo Federal e a diversidade sexual e de gênero. Nesse sentido, mais do que o incomum e o extraordinário, creio que pude chegar mais perto da surpresa, do espanto, do maravilhamento e também da raiva neste processo de investigação. Quando, incidentalmente, um ponto ia se conectando ao outro, e a tese ia tomando forma para além dos caminhos que eu previamente havia estabelecido, uma gama de afetos positivos e negativos me aproximava do meu texto, à medida que ele próprio, mesmo tendo sido escrito por mim, me impactava com surpresa. Aliás, essa postura de reconhecimento do caráter incidental e, muitas vezes, surpreendente de um trabalho teórico, que por vezes parece tomar certa agência na escrita do próprio autor, já foi também descrito por Sigmund Freud: “o poder criativo de um autor nem sempre obedece à sua vontade: o trabalho avança como pode e com frequência se apresenta a ele como algo independente ou até mesmo estranho” (Freud, 1990, p. 125).

Espero poder compartilhar a surpresa e a estranheza com pessoas que, por razão ou outra, acabarem se encontrando na leitura do presente trabalho, da mesma forma como pretendo compartilhar os modos incidentais e as histórias a partir dos quais uma coisa foi se conectando à outra na composição das descrições, análises e argumentações desenvolvidas aqui. Quando tive acesso ao que havia escrito anos antes sem que eu efetivamente lembrasse,

⁷ E aqui cabe o reconhecimento da generosidade de meu amigo Daniel Kveller, que compartilhou comigo inúmeros escritos sobre tais temas, que acabaram por tomar centralidade no meu pensamento.

que acabou servindo como prólogo para esta tese, me remeti automaticamente ao texto arendtiano já citado. Nele, a autora afirma, em uma referência a seu amigo Karl Jaspers, que nada do que é inteiramente novo pode ser verdadeiro (Arendt, 2018). No entanto, o que fazemos com esses incidentes e essas histórias, a dizer, o modo como articulamos as contingências na construção de um argumento, é o que nos possibilita chegar perto do incomum e do extraordinário, bem como da surpresa e do espanto. É tendo isso em mente que apresento a seguir um mapa da presente tese, a partir dos assuntos que abordarei em cada um dos próximos capítulos.

Em primeiro lugar, apresento um panorama geral do trabalho, descrevendo as formas como me direcionei nesta investigação - contando, portanto, a história que me levou à presente pesquisa, bem como as fundamentações teóricas e metodológicas que utilizei para desenvolvê-la. Em seguida, dou ensejo a um mapeamento descritivo e conectivo, compondo o arquivo ao qual me encaminhei, empiricamente, no desenvolvimento das análises aqui apresentadas. Assim, no segundo capítulo, me detenho a afetos como o otimismo e a esperança, captados a partir de duas fotografias, refletindo como eles se relacionam com a construção de imagens políticas e com as relações de antagonismo ou aliança entre temáticas da diversidade sexual e de gênero e o Governo Federal. No capítulo seguinte, a partir da descrição de entrevistas públicas com membros institucionais do MMFDH, analiso as condições de possibilidade de um campo político, afetivo e emocional a partir do qual enunciados como “proteção sem promoção” sobre as temáticas LGBTQ+ foram levados a cabo, bem como seu entrelaçamento na formulação de políticas públicas. Neste momento, através da composição de cenas e da descrição dos objetos, me dirijo a um plano mais teórico, que se mostrou fundamental a esta pesquisa: o conceito de ideologia, tentando mobilizá-lo a partir disso que estou chamando de teoria fraca. Em seguida, me encaminho à implementação de tais construtos ideológicos enquanto políticas públicas, a partir de três elementos centrais: a implementação de políticas voltadas ao campo da diversidade sexual a partir de emendas parlamentares ou financiamento ministerial próprio, a descrição de um programa específico, bem como de sua apresentação pública, chamado “Pacto LGBTQI+” e, por fim, as modificações realizadas durante o mandato de Dameres Alves na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Com os dados descritos neste capítulo final, tento conjugar a experiência empírica desenvolvida a partir do arquivo construído e descrito com uma pergunta central para as discussões nacionais sobre ofensivas antigênero: seriam elas políticas de governo ou de Estado?

Com esses procedimentos, acredito que pude efetivar um panorama consistente acerca de um novo funcionamento das ofensivas antigênero no Brasil após sua inserção no Poder Executivo, voltando o olhar mais especificamente ao MMFDH - dado que se trata de um órgão fundamental para sua produção e consolidação entre os anos de 2019 e 2022. Tal panorama leva em consideração as construções ideológicas efetivadas pelo ministério - que, em minha apreensão, se sustentam através de ambivalências, a partir das quais afetos como o medo e o ódio, comuns nas análises sobre ofensivas antigênero, podem se neutralizar e aparecer de forma amigável e protetiva. Nesse sentido, foi fundamental articular um entendimento dos fenômenos políticos ao seu caráter afetivo emocional, dado que é a partir dessas construções ideológicas-afetivas-discursivas que as ações antigênero encontram espaço para operar na política institucional brasileira, por meio de enunciados como “proteção sem promoção”. Assim, é notável que o arquivo construído para circunscrição do objeto de investigação partiu da conexão de materiais de ordens distintas, desde pronunciamentos de agentes governamentais em redes sociais até o texto formal de políticas públicas, passando por entrevistas, documentos acessados pelo Portal da Transparência e pelo Diário Oficial da União, entre muitos outros, como demonstrarei a seguir.

Acredito que a confluência de distintos tipos de documentos na composição de um mesmo arquivo auxilia a compreender o campo de investigação como um objeto psicopolítico - em uma interconexão entre retórica, mobilização afetiva, emocional, ideológica, bem como as decisões políticas e governamentais que nelas se engendram. Por essa razão, o campo da Psicologia Social e, especificamente, da Psicologia Política, se mostrou muito mais do que o âmbito departamental onde a investigação foi conduzida, mas sim o próprio escopo de entendimento para os fenômenos aqui descritos. Isso significa que tanto o eixo retórico quanto o eixo das políticas públicas (se é que se pode separá-los) são tomados como partes integrantes de uma circunstância comum - mesmo quando há dissonância entre eles, visto que a dissonância também é tomada como constitutiva do objeto. Foi com base na Psicologia Social e Política que pude navegar por diferentes eixos das ofensivas antigênero e sua articulação nas tramas do governo e do ministério de modo conjugado, apontando para a indissociabilidade entre retórica e prática, bem como a indissociabilidade entre mobilização social e institucionalidade. É a partir de tal integração que serão descritas, daqui para frente, as práticas de “proteção sem promoção”, entendendo como tal articulação se entrelaça na efetivação das pautas relativas à diversidade sexual e de gênero no interior do Poder Executivo.

Devo dizer, por fim, que a presente tese também se fundamenta em um objetivo político - e, da mesma forma como não quero me afastar das casualidades, tampouco pretendo nublar meus interesses neste tópico, que, afinal de contas, talvez seja o motor central da investigação. Digo isso em respeito aos quatro anos que vivemos, no Brasil, sob uma Presidência da República que, ao menos de modo eufemístico, flertou com o autoritarismo, acompanhando outros países do mundo onde se reconhecem processos de erosão democrática. Nesse acompanhamento, é fundamental asseverar a conexão de temas relacionados à diversidade sexual e de gênero às novas formas de autoritarismo político que acompanhamos hoje, transnacionalmente - coadunadas, muitas vezes, pelo repúdio à suposta “ideologia de gênero” (Prado & Corrêa, 2018; Paternotte & Kuhar, 2018). Por essa razão, acredito ser fundamental uma análise detalhada sobre tais temáticas, articulando o repúdio e a assimilação de assuntos LGBTQ+ pelo Governo Federal à forma autoritária que ele levou ou tentou levar a cabo nos quatro anos de mandato. Minha tese, por essa perspectiva, tentou cumprir dois requisitos: o primeiro deles foi se inserir na gama de reflexões contemporâneas acerca do autoritarismo, em especial quando relacionado às temáticas de gênero e sexualidade. O segundo foi compor um campo de análises sobre o que, efetivamente, aconteceu durante o governo de Jair Bolsonaro, refletindo, também, sobre *como foi possível* que acontecesse. Assim sendo, espero que meu trabalho possa, junto de muitos outros, estimular a crítica e um posicionamento ativo para que nada disso jamais se repita.

1 AFETOS, EMOÇÕES E PRODUTIVIDADE ANTIGÊNERO

Existe uma versão corrente de interpretação que relaciona o governo de Jair Bolsonaro, bem como o movimento que lhe acompanha, comumente referido como bolsonarismo, a um antagonismo quase natural e incontestável a assuntos relativos à diversidade sexual e de gênero. De fato, não foram poucas as manifestações do então presidente que corroboram com tal perspectiva. Basta lembrarmos, apenas a nível de exemplo, de situações como a declaração “ter filho gay é falta de porrada”, proferida na época em que era ainda deputado⁸, ou quando, já Presidente da República, disse que um jornalista teria “cara de homossexual terrível”⁹ em frente ao Palácio do Planalto. No entanto, não poderíamos afirmar que a relação de seu mandato - e de sua figura pública em termos gerais - com os temas LGBTQ+ tenha se dado apenas em um campo de ódio e abjeção. Ao contrário, como já aponteí, chama atenção a permanência de assuntos relativos à diversidade sexual e de gênero como pauta de algumas importantes instituições governamentais, sobretudo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

É neste órgão estatal que a presente pesquisa se debruçou para entender as complexas relações entre algum tipo de defesa dos direitos das pessoas em não conformidade ao ideal hetero e cisnormativo com a retórica explicitamente preconceituosa do presidente em exercício. Mas seria somente isso? Como se deu tal interação? Foi possível algum tipo de acordo, consenso ou, quem sabe, resistência dentro dos limites institucionais aparentemente restritos a esses assuntos, frequentemente abordados de forma odiosa e violenta por Bolsonaro e seus representantes? Segundo as autoras Carmen Hein de Campos e Márcia Nina Bernardes (2022), o ministério em questão foi “o principal *locus* de difusão dessa ideologia de gênero familista violadora dos direitos das mulheres e das minorias sexuais” (2022, p. 2).

No entanto, a escolha desse ministério como campo investigativo deu-se, justamente, pelo entendimento de que tal espaço de difusão das investidas antigênero não se constituiu de forma direta e linear. Em realidade, considero o MMFDH um canal privilegiado de análise por tratar-se de um *locus* aparentemente contraditório, onde o discurso reativo não raro esteve alinhado a perspectivas de garantias de direitos para a população LGBTQ+. Tal aspecto contraditório foi altamente endossado discursivamente por Damares Alves. Talvez a epítome

⁸ Link para notícia:

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/ter-filho-gay-e-falta-de-porrada-diz-bolsonaro.html> (Acesso em 31 de julho de 2024).

⁹ Link para notícia:

<https://www.poder360.com.br/governo/voce-tem-uma-cara-de-homossexual-terrivel-diz-bolsonaro-a-jornalista/> (Acesso em 31 de julho de 2024).

desse movimento se dê no fatídico e já mencionado enunciado proferido por Alves em inúmeras circunstâncias: de que a postura do Estado em relação à população LGBT+ deve ser de “promoção e não proteção”. Em suma, protegendo as pessoas sem promover a “agenda” (agenda essa que usualmente é relacionada à suposta “ideologia de gênero”). Essa frase e suas versões correlatas nos acompanharão daqui para frente, na tentativa de compreender uma parte do que aconteceu no Brasil durante os quatro anos em que Bolsonaro se manteve enquanto Presidente da República.

Mas, para contar tal história, é preciso um pouco de contexto. De fato, essa parece ser uma busca frequente de intelectuais brasileiros: compreender o contexto que levou, em poucos anos, um deputado federal do chamado “baixo clero” da política ao posto mais alto da administração pública de nosso país. Na esteira de tal investimento, destacam-se obras de teóricos como Marcos Nobre (2022), Rodrigo Nunes (2023) e Rosana Pinheiro-Machado (2019), que se encontram na prerrogativa de que algo teria se transformado, no cenário político nacional, após os protestos que eclodiram no Brasil em junho de 2013, abrindo espaço para a emergência de uma nova liderança apartada da polarização clássica entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em síntese, tais análises consideram que junho de 2013 instaurou uma crise institucional de representatividade, pela qual o chamado “presidencialismo de coalizão”¹⁰ - acordo político no qual o Executivo governa em sintonia com a maioria dos congressistas, mesmo sem compartilhar ideologias ou visões de mundo comum - apresentou seus primeiros sinais de desgaste. O PT, partido que, no momento, presidia o Governo Federal sob administração de Dilma Rousseff, manteve-se em posição de antagonismo frente às manifestações que tomaram o país, afastando a crítica intensa ao sistema político e institucional brasileiro do campo onde ela, frequentemente, tomava palco: a esquerda. Por outro lado, a crise representativa parece ter encontrado espaço frutífero nas redes da direita - mas não aquela que, tradicionalmente, disputava o âmbito eleitoral com o PT. Pelo contrário, esse foi um momento de ampliação e divulgação, sobretudo nos meios de comunicação *online*, de uma “nova direita” (Nobre, 2022), onde circulavam, heterogeneamente e não sem conflito, desde posições enfaticamente neoliberais a elogios à ditadura militar e posturas abertamente contrárias à diversidade sexual e de gênero. Marcos Nobre (2022) e Camila Rocha (2021) demonstram como tal movimento não foi simpático a Bolsonaro desde seu início, nas grandes manifestações que tomaram a Avenida Paulista no ano de 2015 e o

¹⁰ O termo foi cunhado por Sérgio Abranches (1988). Para uma análise densa sobre suas dimensões descritivas e normativas, ver Nobre (2022).

sucessivo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. No entanto, na falta de uma liderança que coadunasse todas as forças políticas que encabeçavam tais movimentações, somado ao ímpeto anticorrupção encampado pela Operação Lava Jato (que, posteriormente, provou-se avessa ao suposto combate ilustrado por seus representantes jurídicos), o então deputado foi pavimentando seu caminho ao Palácio do Planalto - uma história pela qual, ao menos em minha apreensão, destacam-se como temas centrais as posturas abertamente homofóbicas que vinha defendendo na arena pública já há mais de uma década.¹¹

Por essa razão, no que tange ao assunto específico deste trabalho - as questões de gênero e sexualidade no interior do Governo Federal bolsonarista -, acredito ser importante retroceder ainda alguns anos a mais, como forma de contextualizar as drásticas mudanças sofridas na cena pública brasileira nas primeiras décadas do século 21. A passagem de uma crítica às formas de democracia representativa, colocando em crise o acordo de coalizão que sustentou o Estado Brasileiro desde a redemocratização, para a emergência e consolidação de uma “nova direita”, mais radicalizada e hostil contra seus adversários (contrapondo-se ao próprio Estado Democrático de Direito) não foi um processo natural e linear - e, em minha análise, tal processo só foi possível, dentre outros elementos, pela intensificação de política sexual específica, que vinha se desdobrando no Brasil e no mundo antes de junho de 2013. Inclusive, é no bojo dessa política sexual que Bolsonaro surge como uma figura pública de destaque nacional, para além de seu domicílio eleitoral, o estado do Rio de Janeiro, assumindo uma gama de pautas muito mais amplas que aquelas que lhe serviram como base eleitoral para seus sucessivos mandatos enquanto deputado federal, desde o ano de 1991, tomando maior foco questões relacionadas a ala militar.

1.1 O “Kit Gay”

Como apresentado na introdução, o momento de escrita desta tese me permitiu conectar os dados obtidos durante o período de investigação do doutorado com aqueles sobre os quais versa minha dissertação de mestrado, defendida em 2019. A querela do “kit gay” foi tomada como ponto fundamental de tais problemáticas, principalmente por demonstrar as particularidades sob as quais operavam as ofensivas antigênero no Brasil anteriormente à sua inserção no Poder Executivo a partir do governo de Jair Bolsonaro, bem como as sucessivas modificações. Voltemos, portanto, aos anos 2010 e 2011, período no qual vimos a

¹¹ Seguramente, este é um assunto muito mais amplo, que eu não teria condições de explorar de forma consistente no presente trabalho. Para mais informações ver: Nobre (2022), Nunes (2023), Pinheiro-Machado (2019) e Rocha (2021).

emergência, na arena pública brasileira, desse novo significante, que, desde então, seguiu e segue ocupando uma parte significativa de nosso imaginário político. O primeiro ano dizia respeito a uma grande polêmica, envolvendo a Câmara dos Deputados, canais de telecomunicação e redes sociais *online*, nas quais foi mandatário o rechaço a uma cartilha que, supostamente, ensinaria a homossexualidade a crianças de escolas brasileiras - ou, nas palavras do então deputado Jair Bolsonaro, tornaria “nossos filhos presas fáceis para pedófilos”¹².

A polêmica em questão tratava-se de um material educativo contrário à homofobia nas escolas, referente ao projeto do Ministério da Educação (MEC) Escola sem Homofobia. Um dos vetores do projeto era a confecção de cadernos e vídeos educativos, que seriam distribuídos em escolas públicas brasileiras visando ao combate à discriminação homofóbica no campo educacional, organizados em uma pareceria entre o MEC e organizações não-governamentais especializadas em temáticas LGBTQ+. O material, sobretudo os vídeos que o compunham, foi elevado à cena pública do momento sob a alcunha de “kit gay”, apelido pejorativo concedido pelo já citado parlamentar. A controvérsia envolveu, diretamente, a então Presidente da República, Dilma Rousseff, que estava no seu primeiro ano de mandato. Na análise realizada em minha dissertação, pode-se perceber que a controvérsia do “kit gay” deu ensejo a um movimento inicial de oposição a seu governo, construindo uma amálgama entre parlamentares de ordem conservadora, unidos, agora, por questões de “ordem moral”, onde figuravam como posições privilegiadas a defesa de um ideal heterossexual de infância e de soberania familiar na educação dos filhos, além de muitos outros assuntos contingentemente relacionados a tais temas. Frente à contraposição pungente a seus primeiros meses de governo, Rousseff cancelou a distribuição do polêmico material e anunciou a jornalistas, em um paradigmático enunciado já mencionado: que “o governo não faria propaganda de opções sexuais, nem interferiria na vida privada das pessoas”¹³.

Isaias Oliveira Junior e Eliane Maio (2015, 2017) apontam que o cancelamento na distribuição dos cadernos anti-homofobia - acompanhado da frase que corroborava com o pânico social homofóbico imposto sobre o material - deu ensejo a uma “cultura do desagendamento” nas políticas sociais do Governo Federal. Esse seria um câmbio político do

¹² Link para notícia:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contr-homofobia-provoca-debate.html> (Acesso em 31 de julho de 2024).

¹³ Link para notícia:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html> (Acesso em 31 de julho de 2024).

Poder Executivo frente a demandas que, nos anos anteriores, encontraram nele algum respaldo na retórica e na formulação de políticas públicas; a dizer: temáticas LGBT+ e outras correlativas na esfera dos direitos civis, minimizando fortemente as relações com movimentos sociais na busca por algum tipo de negociação com a pressão parlamentar de oposição. Lembro que “governabilidade” era uma palavra bastante repetida na retórica petista da época, justificando o tal “desengajamento”. Rodrigo Nunes (2023), no entanto, aponta que a fragilidade do governo Rousseff foi se consolidando também pelo abandono de tais temáticas, que tomaram centralidade no campo de uma esquerda menos institucionalizada, sobretudo após os movimentos de 2013.

Desde o início, o governo de Dilma Rousseff estivera alienando essa base social no varejo - um retrocesso na cultura aqui, um recuo na questão lgbtqi+ acolá -, calculando que a falta de alternativas eleitorais viáveis significava que tais medidas não teriam custo político (Nunes, 2023, pos 1948).

Não é surpreendente, portanto, que a indisposição do governo petista com os setores sociais que garantiram sua vitória eleitoral - na qual podemos situar, muito além da polêmica do “kit gay”, a construção da hidrelétrica de Belo Monte e as catástrofes sociais e ambientais dela decorrente, bem como os megaeventos esportivos que, “além de se prestarem a desvios de dinheiro público, deixaram uma herança, pior que pífia, nefasta (Nunes, 2023, pos 1956) - somada às investidas reacionárias no âmbito dos direitos sociais encabeçadas pela oposição parlamentar, tenham levado (dentre tantos outros fatores) a administração de Dilma Rousseff a uma instabilidade política que lhe foi fatídica nos anos subsequentes.¹⁴ Em minha dissertação de mestrado, discuti como o movimento de oposição ao “kit gay” foi fundamental na formação das alianças políticas que votariam pelo impedimento de seu segundo mandato (Maracci, 2019), em um processo que, em termos gerais, iniciou-se logo após a eleição de 2014.

Por essa perspectiva, é notável que a declaração “o governo não fará propaganda de opção sexual” de modo algum neutralizou os ânimos de seus adversários, dado que o significativo “kit gay” jamais deixou de acompanhar a cena pública brasileira desde aquele

¹⁴ A expressão “oposição parlamentar”, aqui, merece uma melhor caracterização. Digo “oposição” em termos descritivos, visto que Jair Bolsonaro, de fato, se opôs publicamente inúmeras vezes ao governo de Dilma Rousseff, tanto em referência ao “kit gay” quanto à Comissão Nacional da Verdade, também iniciada em novembro de 2011. No entanto, há de se assinalar que, institucionalmente, o Partido Progressista (hoje Progressistas), pelo qual Jair Bolsonaro foi eleito entre os anos de 2005 a 2016, compunha as chapas eleitorais de Lula da Silva e Rousseff em 2006, 2010 e 2014, bem como de suas bases de governo. Assim sendo, podemos dizer que tal oposição (não só de Bolsonaro, como de muitos outros políticos) foi se formando *dentro* das alianças governistas - o que, para mim, já explica boa parte do problema.

momento, mesmo após o cancelamento institucional do material que recebera tal alcunha. Pelo contrário, apenas a nível de exemplo, lembremos que palavras de ordem como “proteção da infância e da família” foram lemas frequentes dos votos favoráveis ao *impeachment* de 2016 na Câmara dos Deputados, incluindo o do então parlamentar Jair Bolsonaro, que endereçou de forma explícita a polêmica de 2011 em sua arguição: “Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula”.¹⁵ Dois anos antes, o mesmo parlamentar bravejou, na votação do Plano Nacional de Educação (PNE), que este era “o ‘kit gay’ que Dilma Rousseff disse que tinha recolhido, mas que estava saindo do armário”¹⁶ - em referência a um item do plano que versava sobre o combate à homofobia nas escolas. Como resultado, o PNE foi aprovado sem qualquer menção a termos como "homofobia" ou mesmo à sua prevenção no contexto escolar (Maracci & Machado, 2022b).

A metáfora do armário foi deveras útil para o argumento desenvolvido em minha dissertação de mestrado. “Kit gay”, após anos sendo gestado e atualizado nos meandros da política brasileira, já não dizia mais respeito apenas a um material específico, relacionado ao programa Escola sem Homofobia e a polêmica de 2011. Tratava-se, sim, de um significante flutuante, capaz de “tirar do armário” as temáticas ameaçadoras da diversidade sexual e de gênero, sobretudo quando relativas ao campo da infância e adolescência. Não por acaso, na mesma votação do PNE, o deputado Pastor Eurico - vinculado então ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) -, acompanhando a argumentação de seu colega, afirmou que as questões de gênero tratadas no texto em avaliação visavam a “introduzir no PNE a ‘ideologia de gênero’”.

Acerca da tal “ideologia de gênero”, Henrique Aragusuku (2020), afirma que, no contexto da Câmara dos Deputados do Brasil, a retórica tomou palco, inicialmente, na primeira metade dos anos 2000, tendo como ponto inaugural o discurso do deputado Elimar Damasceno, vinculado ao já extinto Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), em 2003. No entanto, foi apenas na década seguinte que tal significante tornou-se, de fato, um léxico político entre lideranças de direita. Nessa mesma direção, Maria Rosado-Nunes (2015) considera que o ano de 2014, no âmbito da controvérsia em torno do PNE, foi fundamental para a inserção do significante “ideologia de gênero” na cena pública brasileira, dizendo respeito principalmente à intervenção católica no debate e nas deliberações políticas do momento, mas já sendo compartilhada por atores de outros matizes. De fato, em minha pesquisa de mestrado, o ano de 2014 mostrou-se basilar para a extensão das políticas

¹⁵ Link para vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o> (Acesso de 31 de julho de 2024).

¹⁶ Link para notícia:

<https://jornalggn.com.br/congresso/para-conservadores-ideologia-de-genero-e-marxista-e-nao-entra-no-plano-de-educacao/> (Acesso em 31 de julho de 2024).

antigênero em nosso país, a partir de uma amálgama entre os significantes “kit gay” e “ideologia de gênero”, que passaram a ser tratados desde então como pares (Maracci & Machado, 2022b). Ou seja, como parte de um mesmo projeto respaldado seja pelas instituições nacionais, seja por um âmbito mais amplo, conectado a termos pejorativos como o suposto “globalismo” - dentro do qual frequentemente vemos o repúdio à “ideologia de gênero” em ações transnacionais.

Essa pequena cronologia nos é útil para compreender como, no período eleitoral de 2018, significantes como “kit gay” e “ideologia de gênero” tornaram-se prioritários na oratória política do então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, que acabou por se sair vitorioso na campanha. Uma pequena ilustração de tal ímpeto pode ser acompanhada na entrevista do candidato ao *Jornal Nacional*, na qual tentou apresentar o livro *Aparelho Sexual e Cia* como comprovação da doutrina escolar promovida pelo suposto “kit gay”. As críticas e as verificações sobre tal acontecimento foram rápidas em apontar que o material nunca havia composto os cadernos anti-homofobia de 2011, atrelando a cena performada na televisão aberta a uma mentira.¹⁷ Contudo, como já apontado, as redes conectivas do “kit gay” já haviam se tornado muito mais amplas e coordenadas a partir de outros marcos que sustentavam sua veridicção, de modo que comprovar o caráter falacioso daquela comprovação pouco afetou nas formas como o “kit gay” foi e seguiu sendo performado enquanto verdade (Maracci, 2019).

Assim, insuflando afirmações reativas e violentas contra a diversidade sexual e de gênero, articuladas à retórica armamentista, anticorrupção, militarista, entre outras, o pleito presidencial daquele ano marcou um momento de alta intensidade para as ofensivas antigênero em terreno brasileiro, culminando em anos subsequentes de mandato, nos quais elas foram intensificadas e também modificadas, conforme será argumentado ao longo desta tese. No entanto, considero necessário, anteriormente, contextualizar o que está pressuposto quando falo em ofensivas antigênero e seus termos correlatos, tais como ideologia antigênero. Afinal de contas, o que seria a tal “ideologia de gênero” a qual tais ímpetos se opõem? “Ideologia de gênero” é um sintagma fundamental para compreender a atuação de organizações transnacionais de oposição a políticas afirmativas sobre a população LGBTQ+, aos direitos reprodutivos e a determinadas demandas feministas, em uma combinação de pressupostos políticos, religiosos e morais que podem ser perseguidos, a partir de suas continuidades e discontinuidades, em inúmeros países do mundo, sobretudo aqueles nos

¹⁷ Link para notícia: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html (Acesso em 31 de julho de 2024).

quais figuram novas formas de autoritarismo político, como a Hungria, a Polônia, a Turquia, os Estados Unidos da América e o Brasil.

1.2 Ofensivas Antigênero: hipótese repressiva, ainda?

Inúmeros acadêmicos e acadêmicas ao redor do globo vêm se dedicando, sobretudo na última década, ao estudo de tais movimentações - em suma, investidas transnacionais de rechaço ou cooptação institucional das temáticas de gênero e sexualidade, compartilhadas, de modos heterogêneos, entre diferentes Estados do mundo (Miguel, 2016; Corrêa, 2018; Junqueira, 2018; Biroli, 2018; Butler, 2019). Tal retórica antigênero passa a operar progressivamente a partir de meados dos anos 1990 e, desde então, vem complexificando seu discurso e ampliando os atores responsáveis por seu alastramento (Paternote & Kuhar, 2018).

Autores como Rogério Junqueira (2018) e Sônia Corrêa (2018) apontam que, genealogicamente, podemos encontrar os primeiros eventos relativos a essa problemática em respostas reativas da Igreja Católica aos rumos tomados pelo movimento feminista ao final do século XX. Dois momentos paradigmáticos de tal história encontram-se na Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo, e na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, sediada em Pequim no ano de 1995. Nesses eventos, passaram a tomar espaço algumas demandas feministas que não obtinham maior atenção em conferências anteriores, tais como os direitos reprodutivos, questões ligadas à sexualidade e o uso do termo “gênero”, rapidamente entrando em suspeita por parte de grupos religiosos católicos naquele contexto.

Desde então, a Santa Sé posicionou-se na contenção de tais debates, reiterando o entendimento ontológico da teologia cristã sobre a diferença entre homens e mulheres, a defesa da família como instituição privilegiada e da heterossexualidade como uma orientação natural do desejo. O maior veiculador de tal perspectiva foi o então cardeal Joseph Ratzinger, futuro papa Bento 16, inicialmente a partir do livro *O Sal da Terra: Cristianismo e Igreja Católica no Novo Milênio*, no qual, em uma entrevista conduzida por Peter Sewald, argumenta pela preservação de valores morais do catolicismo, que estariam em decadência nos anos contemporâneos, tomando destaque as questões feministas, de gênero e sexualidade (Ratzinger & Sewald, 1997). Em 2004, publicou também a *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a Colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo* - documento que já dialoga com um campo mais consolidado de organizações católicas antigênero,

tratando questionamentos à ordem familiar heterossexual como “ideologias”.¹⁸ Outras publicações relacionadas ao catolicismo são importantes para entendermos tal investimento, como o livro *The Gender Agenda*, escrito pela conservadora católica estadunidense Dale O’Learly (1997) e *Ideologia de Gênero: Neototalitarismo e a Morte da Família*, do argentino Jorge Scala (2011). Nesses, vê-se um rechado de temáticas como direitos LGBTQ+, formações familiares não heterossexuais, aborto, entre outros, tomados como uma “ideologia” pela qual o catolicismo deveria se preocupar e se opor.

Um importante elo conectivo para as investidas católicas antigênero se firma na utilização do sintagma “ideologia de gênero”. Segundo David Pattornote e Roman Kuhar (2018), “a noção de ‘ideologia de gênero’ realmente tomou forma em meados dos anos 1990 como uma resposta ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito do sistema de direitos das Nações Unidas” (2018, p. 511). A partir dessa contra-estratégia, “ideologia de gênero” e seus termos correlatos tornaram-se sintagmas privilegiados para discursos e ações políticas antagônicos ao movimento feminista e LGBTQ+ (no Brasil, por exemplo, lembremos do “gayzismo” e da “ditadura gay”). Como vimos, o caráter transnacional de tais investidas encontra importante respaldo também na política brasileira, sobretudo a partir das polêmicas da segunda década do século XX, tendo como um de seus eixos privilegiados a controvérsia do “kit gay” e sua articulação com o próprio sintagma “ideologia de gênero”.¹⁹

Contudo, é de se sublinhar que, tanto no caso brasileiro como em outros países, tal ofensiva rapidamente galgou elevados patamares políticos a partir de sua recepção e entrelaçamento por atores de outras vertentes políticas e religiosas, para além de sua matriz inicialmente católica. Estudos sobre suas inserções no Brasil (Miguel, 2016; Miskolci & Campana, 2017) apontam que a capacidade mobilizatória em nosso país ganhou força a partir de sua extensão para além dos atores tradicionais vinculados ao Vaticano, tais quais igrejas evangélicas, veículos de comunicação e agentes políticos de diferentes partidos²⁰. Tal

¹⁸ Link para carta:

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboratio_n_po.html (Acesso em 31 de julho de 2024)

¹⁹ É importante, no entanto, ressaltar que o Brasil não foi meramente um país afetado por uma ofensiva gestada transnacionalmente, como uma vítima desengajada de um processo no qual ela não tem agência. Nos primeiros anos de ofensiva, a gramática foi de fato importada, mas é mister reconhecer a intensa co-produção brasileira nos arranjos contemporâneos de ação antigênero, especialmente no Consenso de Genebra e na organização transnacional *Political Network For Values*. Angela Gandra, Secretária Nacional da Família no MMFDH, foi e ainda é uma grande mobilizadora das ofensivas antigênero através de uma diplomacia paralela, participando ativamente de reuniões que de persuasão para que novos países aderissem a agenda ultraconservadora do Consenso de Genebra (Sexuality, Policy Watch, 2023).

²⁰ É importante frisar que, embora se fale em investidas transnacionais e maior agremiação de atores envolvidos, não se pressupõe, necessariamente, uma coordenação e alinhamento completos de ações e perspectivas

agremiação garantiu uma disseminação do ódio às políticas relacionadas à diversidade de gênero e questões de saúde reprodutiva intensas no Brasil recente - o que tomou força após a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, porém de uma maneira diferenciada, como argumentarei a seguir.

Ainda sobre América Latina, faz-se importante ressaltar o modo complexo como tal discurso mobilizador de um pânico sobre o gênero é desdobrado em circunstâncias locais, não se restringindo a arranjos clássicos de análise política, tais como os binômios esquerda e direita. Podemos citar como manifestação de tal heterogeneidade os pronunciamentos do então presidente do Equador, Rafael Correa, popular representante do campo progressista neste continente, ao afirmar, no ano de 2013, sua contrariedade à “ideologia de gênero”, situando o sintagma como uma ameaça às famílias daquele país (Prado & Corrêa, 2018). De forma similar, é impossível não relembrar as falas de Evo Morales, ex-presidente da Bolívia, que associavam o “problema” da crescente homossexualidade masculina no país ao excesso de “hormônios femininos” adquiridos corporalmente pelo consumo de frangos²¹ (discurso que também foi bastante difundido em espaços brasileiros de fé evangélica). É notável, assim, que os caminhos da ofensiva tomam direções complexas e ramificadas em suas articulações - exigindo, da mesma forma, um maior esforço analítico para compreendê-los em tamanha diversidade.

É possível, todavia, que o significante escolhido para nomear o movimento - seja “ideologia antigênero”, seja “ofensiva antigênero” - anuncie precipitadamente apenas um movimento de rechaço e oposição ao “gênero”²², sobretudo quando performado por Estados em cujo funcionamento já está operando tal pânico social. Essa não seria uma perspectiva errônea, se avaliarmos, por exemplo, as atuações de Viktor Orbán, Primeiro Ministro da Hungria, que removeu, no ano de 2018, os estudos de gênero da lista de diplomas

compartilhadas por todos os agentes das ofensivas antigênero. O entendimento de tais ações como conjuntas é parte de um recorte investigativo (ou seja, a delimitação contingente de um campo de pesquisa), que reconhece suas semelhanças, particularidades e também suas diferenças. Atores envolvidos nas ofensivas podem sequer estar de acordo com os postulados um do outro, como é o caso de representantes da Igreja Católica e alguns setores do chamado “feminismo radical” - embora ambos empenhem-se na negação dos direitos de pessoas trans e façam uso do mesmo sintagma “ideologia de gênero”. A tese de doutorado de Henrique Araújo Araguskú (2024) é uma boa demonstração de como tais grupos não operam de forma homogênea ou linear.

²¹ Link para notícia:

<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/04/evo-morales-e-criticado-por-ligar-alimentacao-com-frango-e-homossexualidade.html>. (Acesso em 31 de julho de 2024).

²² Uma complexificação dessa problemática já foi realizada por Sara Garbagnoli (2020), ao afirmar que o problema, para a Igreja Católica, não seria simplesmente o termo “gênero” - que pode ser um conceito também utilizado na naturalização de papéis sexuais -, mas sim uma versão crítica do “gênero”, presente sobretudo na literatura feminista e *queer*.

credenciados no país - atitude internacionalmente reconhecida como censura institucional.²³ A Hungria é um país que comumente figura nas listas de locais sob os quais se pode reconhecer tentáculos das ofensivas antigênero, sobretudo em sua forma mais estridente e violenta, mas essa é uma lista muito longa e jamais poderia ser sintetizada de forma satisfatória nesta tese. Me ateno, portanto, a duas outras situações políticas que, no ano de 2023, quando escrevo a presente parte deste texto, figuram como preocupações mundiais. Em primeiro lugar, no espólio de Donald Trump para a política estadunidense, destaca-se a atuação antigênero do então governador da Flórida, o republicano Ron de Santis, que, entre outros atos de violência contra a comunidade LGBTQ+, proibiu qualquer referência à diversidade sexual e de gênero nas escolas de seu estado.²⁴

Na Europa central e mediterrânea, é possível encontrar outros vastos exemplos de projetos bem sucedidos no campo das ofensivas antigênero. O mais proeminente, no atual momento, parece ser o caso da Itália, no qual a presidente Giorgia Meloni vem implementando uma política de retirada do nome de mães homossexuais das certidões de nascimento de seus filhos - reconhecendo como a verdadeira maternidade apenas aquela gerada por via uterina, no caso de casais não heterossexuais. Seu ímpeto, anterior mesmo à atuação enquanto Presidente da República, já era de persuadir agências estatais ao não reconhecimento de filiação por parte de casais homossexuais.²⁵ Com esses três exemplos, é notável a dimensão de oposição assumida pelo Estado, em um arranjo contingente no qual o “anti”, que compõe o conceito de “ofensivas antigênero”, facilmente, pode ser reconhecido como “contra”, em uma perspectiva que privilegia seu viés de reação e repressão.

No entanto, ao focarmos apenas em seu aspecto restritivo, podemos perder de vista o modo como tais investidas também operam produtivamente, constituindo possibilidades específicas para a experiência do gênero e da sexualidade nos modos de vida contemporâneos, bem como na elaboração retóricas e políticas de governos a elas vinculados. Tal impressão segue as pistas deixadas por Michel Foucault (2014) em sua crítica à “hipótese repressiva”. Para o autor, a ideia de que a sexualidade havia sido meramente reprimida na modernidade europeia não leva em consideração os complexos modos nos quais essa

²³ Link para notícia:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/sexismo-e-fim-dos-estudos-de-genero-viktor-orban-impoe-proje-to-educacional-polemico-na-hungria.shtml> (Acesso em 31 de julho de 2024).

²⁴ Link para notícia:

<https://www.abrilabril.pt/internacional/florida-proibe-todas-referencias-orientacao-sexual-nas-escolas> (Acesso em 31 de julho de 2024).

²⁵ Link para notícia:

<https://revistamarieclaire.globo.com/politica/noticia/2023/07/na-italia-maes-homossexuais-sao-removidas-de-certidoes-de-nascimento-em-medida-da-ministra-giorgia-meloni.ghtml> (Acesso em 31 de julho de 2024)

sexualidade foi também produzida e incitada através de um denso aparato tecnológico, composto por instrumentos como a confissão, o direito, a medicina e, mais recentemente, a psicologia e a psicanálise. Nesse sentido, podemos considerar, como hipótese, que as investidas antigênero não apenas provocam uma retenção das temáticas de diversidade sexual e de gênero, mas também delimitam e produzem formas específicas de entendimento, produção e proliferação de diversidades possíveis e até mesmo desejáveis no interior dos Estados.

De fato, essa se torna uma ponderação fundamental do presente trabalho, o entendimento de que, no caso específico analisado, a produtividade das ofensivas antigênero situa-se não somente em seu fator reativo e restritivo, mas também em uma versão, ao menos supostamente, acolhedora e valorizadora para as temáticas LGBTQ+. Neste jogo de ambivalências, vão se moldando as fronteiras, de modo mais ou menos permeável, entre o Estado - contingentemente ocupado por ideias centrais de oposição à chamada “ideologia de gênero” - e formas de compreensão e produção de diversidades sexuais e de gênero mais admissíveis e toleráveis. Em realidade, conforme será abordado a seguir, considero que tais ambiguidades foram sumariamente importantes para a consolidação e legitimação dessa própria forma de governança, bem como da produção de alicerces ideológicos que congregam movimentações antigênero a uma versão que aparentemente se volta à proteção da comunidade LGBTQ+. É nesse campo intenso de complexidades e ambivalências que adentraremos a partir daqui.

1.3 Das Contradições às Ambivalências

Com tais considerações, retornemos ao período eleitoral de 2018, que, como apontado, figurou como um importante momento de ascensão e consolidação das ofensivas antigênero em solo brasileiro. Na campanha de Bolsonaro, eram abundantes os usos dos significantes “ideologia de gênero” e “kit gay”, referidos, por exemplo, ao livro *Aparelho Sexual e Cia*, que, como visto, foi apresentado em uma entrevista ao Jornal Nacional enquanto ilustração da suposta ameaça às crianças sob a administração petista. A rede conectiva pela qual a veracidade do kit gay era comprovada tornou-se tão extensa que passou a englobar até mesmo as críticas ao Governo Federal por ter abandonado os cadernos anti-homofobia, referido-se a eles como “propaganda de opções sexuais”. É o caso da Revista

Nova Escola²⁶ que, em um repúdio ao veto sobre programa, disponibilizou para *download* os cadernos antihomofobia abandonados em 2011, e acabou, ela própria, sendo considerada parte do “kit gay” por Jair Bolsonaro²⁷ - de modo que, paradoxalmente, as críticas ao governo fossem apresentadas publicamente como parte de um mesmo ímpeto governamental (Maracci & Machado, 2022b). A nível mais caricato, lembremos também da circulação, entre correntes do aplicativo *Whatsapp* ou vídeos na plataforma *Youtube*, de uma versão jocosa do “kit gay”, relacionado agora à suposta entrega de mamadeiras eróticas em creches sob o comando de Fernando Haddad^{28 29}.

A oposição virulenta do então candidato às temáticas da diversidade sexual e de gênero, porém, não performou um completo antagonismo entre sua figura e a população LGBT+ de modo geral. Lembro-me, por exemplo, de ingressar em alguns grupos de *Whatsapp* específicos para pessoas gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, entre outros, voltados principalmente ao compartilhamento de materiais da campanha bolsonarista à Presidência da República. Tentei dialogar com alguns membros, na tentativa de entender as motivações políticas para participar de um projeto abertamente contrário às suas orientações sexuais ou identidades de gênero. No entanto, talvez pelo conteúdo das perguntas, facilmente eu era entendido como um intruso, e logo era bloqueado pelos usuários e expulso dos grupos em questão. Devo dizer que não sou um bom etnógrafo.

De todo modo, o apoio de pessoas não heterossexuais ou cisgênero a Bolsonaro, na época da campanha presidencial, não se resumiu a grupos pouco relevantes numericamente em redes sociais *online*. Segundo pesquisa do Datafolha, lançada dois dias antes do segundo turno de 2018, 29% das pessoas identificadas como LGBT declararam seu voto no referido candidato³⁰. Obviamente, tal porcentagem é expressivamente menor do que aquela concernente aos entrevistados que afirmaram preferência ao petista Fernando Haddad, mas,

²⁶ Link para notícia:

<https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011> (Acesso em 31 de julho de 2024).

²⁷ Link para notícia: <https://www.facebook.com/watch/?v=576132129202444> (Acesso em 31 de julho de 2024).

²⁸ Link para notícia: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/10/20/verificamos-haddad-mamadeira-penis/> (Acesso em 31 de julho de 2024).

²⁹ Foram inúmeras as verificações realizadas por canais de comunicação acerca de tal polêmica, afirmando tratar-se de uma mentira - de modo que a jocosa mamadeira ainda figure como ilustração do absurdo daquela campanha presidencial. No entanto, como apontei em minha dissertação de mestrado, tal esforço jornalístico pouco alterou as redes conectivas que performavam um estatuto de veridicção para o suposto “kit gay”, dado que tal signifiante já estava assentado em inúmeros outros elementos. Comprovar a mentira sobre a “mamadeira de piroca”, e mesmo torná-la um elemento risível e caricato no campo da política, pouco afetou a condição “verdadeira” do “kit gay” (Maracci & Machado, 2022a).

³⁰ Link para notícia:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/entre-lgbts-haddad-lidera-com-57-e-bolsonaro-tem-29.shtml> (Acesso em 31 de julho de 2024).

ainda assim, o número já parece demonstrar que as afirmativas abertamente homofóbicas e transfóbicas de Bolsonaro não constituem um campo de incompatibilidade absoluta entre sua imagem pública e a comunidade LGBT+, ou ao menos parte dela. Trata-se, em meu ponto de vista, de um complexo campo de contradições, que não se encerrou no pleito presidencial. Pelo contrário, tais contradições parecem ter tomado ainda maior densidade e eloquência ao longo dos anos de mandato do atual Presidente, sobretudo em relação ao seu corpo ministerial.³¹

Nesse sentido, torna-se fundamental voltar os olhos ao MMFDH e à atuação da ex-ministra Damares Alves, pois, como vimos, é a partir deles que tais ambiguidades se apresentam de modo mais explícito e mais efetivo. Em primeiro lugar, podemos citar como exemplo de tal processo a permanência (pelos primeiros três anos de mandato) da Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - um órgão implementado no governo anterior, que foi mantido pela gestão de Jair Bolsonaro³². A continuidade de uma diretoria específica para a diversidade sexual e de gênero na gestão de um presidente recém empossado, cuja campanha pautou-se, de sobremaneira, pela repulsa a tais temáticas, já pode despertar algum tipo de curiosidade. Curiosidade essa que talvez aflore ainda mais quando consideramos a permanência da mesma diretora para a entidade, designada ainda no mandato de Michel Temer: a professora e ativista trans Marina Reidel, reconhecida nacionalmente por sua militância pelas causas LGBT+, sobretudo no campo educacional. Além disso, mantiveram-se com cargos ministeriais outros militantes pró-diversidade sexual e de gênero conhecidos no cenário nacional, tais como Kátia Guimarães e Eduardo Santarelo.

Lembremos, novamente, que Damares Alves, em um vídeo comemorativo compartilhado poucos dias após sua posse como ministra, bradou que entraríamos em uma nova era, na qual “menino veste azul e menina veste rosa”³³. Parece que o paradigmático enunciado não diz respeito somente a cores, mas também sobre a atribuição social dos corpos

³¹ Minha pesquisa trata da inserção de tais contradições no interior do Poder Executivo, sobretudo em relação ao MMFDH. No entanto, como exemplo externo ao Governo Federal, podemos tomar a organização “Gays com Bolsonaro”, fundada durante a campanha presidencial, que chegou a contar com mais de 22 mil inscritos em seu perfil do *Twitter* e mais de 45 mil seguidores na plataforma *Instagram*. Ambos os perfis nas redes sociais, contudo, foram excluídos após a derrota eleitoral de 2022.

³² A Diretoria foi extinta em dezembro de 2021 e substituída por um órgão mais amplo, chamado Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e População em Situação de Risco, que visa a abarcar diversas formas de vulnerabilidade (Brasil, 2021). O apagamento das questões LGBT+ em um programa demasiado abrangente e pouco específico já indica um silenciamento das particularidades relacionadas a gênero e sexualidade no interior do ministério.

³³ *Link* para notícia: [Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa' | Política | G1 \(globo.com\)](#) (Acesso em 31 de julho de 2024).

nesta metáfora do rosa e azul como opostos complementares. Ou seja, que não há variabilidade ou maleabilidade nas formas de ser menina ou menino, nem sequer na orientação futura do desejo entre estes, dado que está pressuposta a sua complementaridade e linearidade. Um raciocínio explicitamente heteronormativo, nas palavras de Lauren Berlant e Michael Warner (1996), e também cisnormativo - vocábulo mais recente voltado à crítica das normas sociais que delimitam o gênero “correto” para cada tipo de corpo, reiterando um ideal sobre a binariedade da diferença sexual³⁴.

Entre a cis-heteronormatividade reiterada pela fala de Alves e a permanência de Reidel como Diretora de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em seu Ministério, parece haver algum tipo de incongruência ou, no mínimo, de estranheza. Tais sensações podem se estender a inúmeros outros exemplos, como os elogios recíprocos entre Damares Alves e Toni Reis, presidente da Aliança Nacional LGBT - importante organização não-governamental brasileira voltada à diversidade sexual e de gênero. Em contraposição ao apreço mútuo entre ambos, faz-se importante rememorar a recepção, em agosto de 2019, do Movimento de Ex-Gays do Brasil (MEGB) na sede do Ministério, recepcionado pela própria Damares Alves - em uma cena que demonstra reconhecimento político e legitimidade social para o referido grupo.³⁵ Uma pauta importante defendida pelo MEGB é a possibilidade de reversão da homossexualidade a partir de psicoterapias - o que contradiz a normativa adotada pelo Conselho Federal de Psicologia desde o ano de 1999 (Conselho Federal de Psicologia, 1999). Inclusive, estava presente na visita ao Ministério a ex-psicóloga Rozangela Justino, que teve seu registro profissional cassado em 2022 face à defesa de práticas de “cura gay”.

A intercalação entre esses diferentes eventos provoca uma sensação de incompreensão e estranheza. Parece não haver encadeamento lógico entre posições tão díspares de Damares Alves e do MMFDH. Sem dúvida, há muitos outros pontos paradigmáticos de tal estranheza que serão desenvolvidos ao longo do presente trabalho. Mas gostaria de abordar, aqui, as nomenclaturas que utilizamos para circunscrever tais sensações. Como visto até agora, iniciando-se na citação de um artigo escrito antes mesmo de minha entrada no doutorado, a palavra “contradição” apareceu de forma abundante na descrição de tais incompreensões - e

³⁴ Para mais informações sobre a cisnormatividade, sugiro a leitura de uma coluna que escrevi com minha amiga e também pesquisadora Sofia Favero: <https://diplomatie.org.br/por-que-falamos-em-cisnormatividade/#:~:text=Nesse%20%C3%ADnterim%2C%20o%20termo%20%E2%80%9Ccisnormatividade,comunidades%20de%20corpos%20no%20mundo.> (Acesso em 31 de julho de 2024).

³⁵ *Link* para notícia: <https://www.cartacapital.com.br/politica/damares-recebe-grupo-de-ex-gays-e-psicologos-que-defendem-a-cura-lgbt/> (Acesso em 31 de julho de 2024).

esse foi o termo utilizado nas primeiras apresentações de minha proposta de pesquisa a meus pares. Fui sinalizado, algumas vezes, de que a palavra “contradição” expressa uma relação de oposição entre duas coisas distintas, o que, muito provavelmente, não seria o caso abordado em minha tese. Afinal de contas, todas essas supostas “contradições” diriam respeito a um único projeto de poder que, em síntese, se valeria de tal estranheza para nublar seu ímpeto verdadeiramente contrário aos direitos humanos da população LGBT+. Não concordo nem discordo inteiramente de tal posição, mas devo admitir que ela, tomada como uma asserção autoevidente, me remete a um procedimento paranoico de leitura, tal qual caracterizou Eve Sedgwick (2020) - assunto que abordarei a seguir. De qualquer forma, poderia reiterar que meu entendimento não rejeita nem corrobora com tais prerrogativas, mas jamais deixa de levá-las a sério - e é por isso que a questão dos nomes se tornou um dos problemas iniciais do presente trabalho.

Não gostaria de abrir mão dos afetos e emoções despertados frente ao confuso encadeamento entre diferentes momentos da retórica de Alves e também de diferentes políticas públicas levadas a cabo pelo seu ministério. Tais afetos seriam algo como: estranheza, confusão, dúvida. Assumir a importância de tais afetos em um projeto de pesquisa como este envolve, também, reconhecer que afetos e emoções não são alheios a questões mais facilmente compreendidas sob o campo da política, como é o caso de Alves e do MMFDH. De fato, tendo a considerar que a legitimidade desses atores se dá, expressivamente, em um campo conjugado entre política, afetos, emoções e ideologias. Nesse sentido, afetos e emoções que causam, por vezes, dubiedade e incompreensão, em minhas hipóteses, podem ser fortes elementos para a construção de um entrelaçamento ideológico que, mesmo sem explícita congruência, produz efeitos no entendimento, na recepção e nas práticas da política institucional, conforme abordarei nos próximos capítulos.

Acompanho aqui o pensamento de Sara Ahmed (2014), autora que enfatizou o caráter político e cultural das emoções, demonstrando como elas atuam na formação de antagonismos sociais e também de alianças. Não seria isso que está em jogo na estranheza aqui mencionada? Formar alianças e antagonismos com diferentes agentes da política a partir de discursos, postagens, recepções e decisões institucionais? Dessa forma, Alves parece conjugar (ou ao menos tentar conjugar), de modo inovador, o ímpeto antigênero a algum tipo de abraço à comunidade LGBT+. Por tal entendimento, afetos e emoções serão um importante aspecto do presente trabalho, tomados como elementos centrais na inserção das ofensivas antigênero no funcionamento do aparato estatal, e construindo uma ideologia

inovadora pelas quais as ofensivas antigênero são modificadas e atualizadas a partir de sua inserção nas tramas Poder Executivo, a partir do ano de 2019.

Mas quero acompanhar a sinalização dos meus pares. Se há dúvida, ou mesmo suspeita, de que as estranhezas aqui mencionadas possam dizer respeito a um projeto político específico e unificado, e não a elementos diferentes contingentemente justapostos, talvez “contradição” não seja, de fato, a melhor palavra. Por essa razão, abordarei, a partir daqui, tais estranhezas ministeriais sob o signo da ambivalência. Entendo que a contradição ocorre na oposição entre dois objetos distintos, possivelmente antagônicos, e que a ambivalência conserva, em um mesmo objeto, a dualidade posicional (talvez igualmente antagônica, talvez não)³⁶. Me parece propício, desta forma, tomar a estranheza mais como um campo de ambivalências do que de contradições, dado que se está questionando o próprio caráter antagônico das posições de Alves e seu ministério em relação às temáticas da diversidade sexual e de gênero.

Assim sendo, podemos complexificar agora a pergunta inaugural, exposta na introdução desta tese: quais as articulações afetivas e emocionais participam na adesão ambivalente de pautas relacionadas à diversidade sexual e de gênero a um ministério subordinado a um governo cuja oposição a temas LGBTQ+ foi mandatário, desde a campanha presidencial até os anos subsequentes de mandato? E o que isso diz respeito a um momento recente das ofensivas antigênero no Brasil, no qual o próprio Estado passou a ser um produtor e veiculador de uma intensa retórica de pânico, mas também de assimilação, sobre temáticas de gênero e sexualidade? Além disso, como poderíamos compreender a formulação de ideologias em tal processo, não demarcadas como uma linha diretiva de entendimento e ação sobre o mundo, mas sim como uma conjunção entre aportes fragmentados - muitas vezes incoerentes - que se congregam em discursos práticas, sem necessidade de uma ordem unificada e linear?

³⁶ A alusão a Melanie Klein não é acidental. De fato, um dos meus interesses na ideia de ambivalência parte também da perspectiva de Sedgwick (2020), que propõe dois modos distintos de leitura para a realidade a partir da teoria kleiniana das posições psíquicas. Trata-se de uma leitura paranoica, relacionada à posição esquizo-paranóide, e de uma leitura reparadora, referida à posição depressiva. Nesse segundo momento, a ambivalência se tornaria mais suportável para o psiquismo, de modo que a simultaneidade de afetos positivos e negativos sobre um mesmo objeto se faça possível. Penso que essa é uma forma contundente de entender as estranhezas ministeriais aqui referidas, bem como seus efeitos políticos, sobretudo os de adesão e persuasão, como abordarei em seguida.

1.4 Teoria Fraca: Afetos, Emoções, Política

Para responder a essa interrogação, devemos falar um pouco sobre metodologias e as teorias que as embasam. Em primeiro lugar, esta pesquisa foi realizada a partir de uma análise de documentos, compondo um *corpus* heterogêneo, no qual dividem espaço tanto materiais midiáticos - como reportagens jornalísticas, entrevistas, colunas de opinião, fotografias - quanto livros, artigos, pronunciamentos oficiais de quadros ministeriais e também documentos retirados do Diário Oficial da União (DOU) e do Portal da Transparência. Talvez seja esperado, em uma análise textual, que a origem e a condição de aparecimento dos materiais analisados seja levada em consideração de sobremaneira, de modo a não “misturar” elementos cuja autoria e audiência sejam, significativamente, distintas. No entanto, a escolha aqui realizada deu-se, precisamente, pelo oposto. Em consonância ao que Jaques Rancière chamou de “método da cena” (Rancière, 2021; Rancière & Jdey, 2021), proponho-me a compor um arquivo de ordem heterogênea, onde dividem espaço - seguindo sua proposta de método da igualdade, que rejeita qualquer hierarquia entre elementos discursivos³⁷ - uma gama de artefatos que, colocados lado a lado, enunciam não apenas uma verdade *por trás* de suas intenções, mas, pelo contrário, a própria composição de uma cena através de sua justaposição.³⁸ Cena essa que não “explica” ou “desvela” um fenômeno encoberto, mas sim cria maneiras de torná-lo visível através de encaixes talvez menos autoevidentes. Como afirmam Ângela Marques e Marco Prado:

A construção da cena é a prática do próprio método que enseja colocar em disposição a complexa rede de significações em dois momentos de rearticulação entre si e na transversalidade dos discursos” (2018, p. 30).

A própria ideia de cena, portanto, já envolve a dinâmica de uma polêmica. O arquivo aqui construído e analisado não aponta, necessariamente, para o mesmo entendimento, ao menos em uma análise que busca, de antemão, coerências e linearidades. Pelo contrário, como visto, estou pondo em evidência justamente aquilo que provoca afetos como confusão e incompreensão, ao que venho chamando de ambivalências. Tal qual posto por Rancière, a

³⁷ Ângela Marques e Marco Aurélio Prado, na apresentação de uma entrevista realizada com Jacques Rancière (2021), definem a relação da cena com o método da igualdade da seguinte forma: “Um primeiro ponto que deveria ser destacado é o modo como ele [Rancière] define a cena como uma operação epistemológica central do método da igualdade. Este último expressa uma forma anti-hierárquica de aproximar e relacionar discursos, textos, imagens, regimes de sensibilidade que, a princípio, não poderiam estar juntos e que são totalidades singulares que, observadas em uma rede, amplificam sentidos condensados em torno de uma questão ou acontecimento” (p. 9).

³⁸ Agradeço à professora Ângela Marques pela generosa sugestão do método da cena como uma forma profícua de conectar elementos de ordens distintas em uma análise comum.

cena compõe-se pela “confrontação entre sentidos comuns opostos ou modos opostos de enquadrar o que é comum” (2009, p. 277). Seguindo Marques e Prado:

Rancière inaugura uma prática de construção de cenas polêmicas, recorrendo à eleição e descrição factual de gestos e micro-acontecimentos singulares e, através desses, busca uma operação que reordene a rede de significações referenciada das cenas singulares a partir da lógica da partilha do sensível. (...). O método da igualdade enfatiza uma nova disposição da rede de significação a ser explorada desde um acontecimento singular com o princípio de deslocar a posição do micro-acontecimento na cadeia discursiva apresentada na sua aparição e impor uma operação de deslocamento - e ao mesmo tempo de construção - de uma variação que inclui uma alteração na sua referencialidade temporal e espacial: a construção da cena (2018, pp. 29-30).

Como falei anteriormente, trazendo ao debate a clássica análise de Foucault acerca da “hipótese repressiva” - que, no caso desta tese, estaria empenhada em ver apenas as maneiras restritivas com as quais temáticas de diversidade sexual e de gênero tomaram palco dentro de um governo de extrema direita -, meu trabalho, talvez, instaure esse tipo de polêmica. O que fazer com uma gama de afetos, discursos e ideologias que encenam uma proteção, uma afabilidade e até mesmo um amor frente a temáticas que, de forma muito mais intensa, seriam rechaçadas e colocadas em um plano de abjeção pela retórica e pelas práticas de um governo vinculado à oposição ferrenha à diversidade sexual e de gênero? Teríamos condições de ler tamanha heterogeneidade de enunciados de forma linear e diretiva, quiçá alcançando até mesmo uma palavra de ordem, que dê conta de satisfazer nossos anseios políticos?

A ideia da composição de uma cena - objetivamente conflitiva -, portanto, além de me auxiliar na elaboração de imagens contra-intuitivas, baseadas na justaposição de materiais diferentes, atenta também à condição polêmica - ambivalente - dos termos nos quais o debate em questão foi mobilizado nos quatro anos de governo. Não se trata somente de oposição e rechaço, como em críticas levadas a cabo contemporaneamente. Trata-se - e aqui pretendo demonstrá-lo - de uma forma mais sofisticada de produção de ideologias, afetos e práticas de governo, pelas quais o antagonismo - que, para Chantal Mouffe (2005), seria propriamente o campo ontológico da política - é feito de forma que amigos e inimigos se dividam em uma linha tênue, permeável e, por vezes, até mesmo imperceptível. Ambivalência essa pela qual as ofensivas transnacionais antigênero, sem abrir mão de seu escopo deveras homofóbico e

transfóbico, possam se transmutar, no Brasil, em um abraço (metafórico ou não) a alguns setores da militância LGBT+.

Mas como colocar isso em prática? Para Rancière, uma cena não existe fora do seu método; a dizer: a cena é montada no fazer da investigação. “A cena só existe no caso que eu dê vida a ela a partir da escritura” (Rancière, 2012, p. 99, tradução própria). Isso significa que não estamos lidando com uma cena já existente no mundo, mas sim a criando a partir de arranjos que envolvem materiais heterogêneos - em meu caso, de documentos institucionais a entrevistas, imagens, entre outros, mesclando-os na direção de seu caráter polêmico. O trabalho parte, nesse sentido, do reconhecimento de um problema, ou seja, uma percepção sobre algo que se configura em termos dissensuais (Rancière, 1996) - o que nos leva, portanto, à construção desse próprio objeto. Desta percepção que performa algo enquanto objeto de análise, surge uma proposta de compreensão, envolvendo o encontro com o objeto através de uma postura, digamos, humilde, pois não há substrato anterior a ele próprio que nos possa fornecer respostas ou soluções para a polêmica apreendida. O que fazer, então? Para o autor: “o objeto que nos indica como devemos falar dele, como devemos tratá-lo” (Rancière, 2012, p. 98, tradução própria). Traçar redes de significação a partir do próprio objeto, portanto. Seguindo os passos de Rancière:

O método que sigo em meu trabalho consiste em eleger uma singularidade, cujas condições de possibilidade se as tenta reconstruir a partir de uma exploração de todas as redes de significação que se tecem ao redor dela (...) Construo uma cena como uma maquininha em que se podem condensar o máximo de significações em torno da questão central (...)” (2012, p. 98, tradução própria).

Considero, assim, a cena como um tipo de encontro, mobilizado em uma direção criativa e associativa, performada no choque entre vários tipos de discurso. No entanto, acredito que haja certo tom demasiado ambicioso nessas citações, ao menos se tomadas sem contextualização. Não me atrevera a buscar *todas* ou o *máximo* de significações possíveis para uma cena, como em um ímpeto totalizante. É importante ressaltar que esse encontro também pode ser falho - e, em minha perspectiva, é importante que o seja - visto que não acredito ser possível chegar em um grau máximo de compreensão, independentemente de quantos discursos se associam na composição de qualquer cena. De fato, Rancière também se ocupou desse problema, de modo que tal incompletude não se resuma, simplesmente, em uma falha ou erro:

Que o encontro seja ao mesmo tempo falho e não falho é também o que permite ter uma relação com o acontecimento, com a história, que não seja a do ressentimento. Se o encontro tem êxito, então termina o ressentimento. Se é falho, termina em uma constatação decepcionada de que não teve lugar; se o encontro é ao mesmo tempo falho e exitoso, *quer dizer que seu poder persiste* (2012, p. 101, tradução própria, grifo meu)

Entre as três alternativas, me atenho à última. Não almejo atingir o ápice das significações e resolver o problema por completo. Tampouco me faria satisfeito articular diferentes materiais semiótico-discursivos que não deem conta de abarcar a complexidade do objeto aqui delimitado, implicando uma análise decepcionada ou ressentida. Mas que o poder da análise persista já me bastaria como suficiente. Acredito que assumir a “falha exitosa” envolve, justamente, levar a cabo a tal humildade frente ao objeto: sabendo ser impossível exaurí-lo de significações, mas criando conexões, a partir de suas próprias demandas de entendimento, que o façam mais denso; através dessa densidade, chegar a um lugar próprio para a análise e, conseqüentemente, para a crítica. Neste procedimento, além da composição de cenas heterogêneas na justaposição de formas distintas de discurso, me foram caras as técnicas de descrição densa, como abordarei a seguir.

Devo dizer que foi profícuo, no meu processo de pesquisa, o encontro entre as perspectivas de Rancière sobre a montagem de uma cena como ferramenta analítica e as críticas de Eve Sedgwick ao que ela nomeou “leitura paranoica”.³⁹ De fato, Gabriela Almeida e Diego Marcondes (2022) levaram um princípio desta aproximação a cabo, refletindo sobre como “a ‘estratégia paranóica’ também se aproxima do que Rancière entende por um ‘regime representativo de eficácia estética’” (2022, p. 2). O artigo ao que me refiro diz respeito, sobretudo, a conteúdos de ordem artística; no entanto, podem ser encontrados paralelos relevantes com o que tento realizar, aqui, tomando as ambivalências como uma forma metodológica de acessar ideologias e seu entrelaçamento a práticas de governo. Almeida e Marcondes, por exemplo, buscam liberar-se da dimensão da denúncia e do conteúdo prescritivo orientado para causar indignação (2022), levando sua pesquisa em direção ao estudo das ambivalências e sua capacidade de superar um modo de produção de conhecimento sustentado por práticas de desconfiança e desvelamento.

No entanto, para levar tais considerações em direção a uma proposta metodológica, é necessário realizar uma pequena apresentação de meus entendimentos acerca dos afetos e

³⁹ Encontro este estimulado pela professora Angela Marques em minha qualificação de doutorado, no ano de 2022.

emoções. Minha proposta não é delimitar e definir uma concepção fixa sobre o que seriam tais significantes, mas sim ampliar o escopo de reflexões sobre eles e suas conexões com a política e as ideologias. Para tanto, me é caro um largo campo de estudos que, desde a década de 1990, vem produzindo importantes contribuições sobre o referido assunto, comumente referido como “*affect studies*” ou “teorias do afeto”⁴⁰. Os termos no plural denotam a heterogeneidade do campo, que não se restringe a uma concepção específica e redutiva de afeto. Pelo contrário, como apontam Gregory Seigworth e Melissa Gregg (2010):

Não há uma única e generalizável teoria do afeto: ainda não, e (por sorte) nunca haverá; é mais interessante imaginar que podem haver infinitas múltiplas iterações entre afetos e teorias dos afetos” (2010, p.3, tradução própria).

Em uma rápida genealogia, podemos assumir que as teorias do afeto, usualmente, têm como ponto nodal a referência a Spinoza (2009), que sintetiza o afeto a partir de duas modalidades: “*affectus*” e “*affectio*”: a primeira, traduzida usualmente como “afeto”, pode ser tomada como a variação contínua da força de existir de alguém, uma potência do ser de agir; enquanto a segunda, traduzida como “afecção”, diria respeito ao encontro entre corpos, a ação de um corpo sobre o outro (importante ressaltar que esses corpos não seriam, necessariamente, humanos) (Payne et al, 2018). É nessa dualidade entre potência de existir e ser modificado pelo encontro com os outros corpos que reside o pano de fundo das teorias dos afetos contemporâneas.

Acerca das últimas décadas, Seigworth e Gregg (2010) apontam, de forma geral, duas tendências principais para o entendimento dos afetos nas ciências humanas. A primeira delas diria respeito à influência da filosofia de Deleuze, tendo como direção a potência dos corpos e seus encontros, sobretudo a partir de suas leituras de Spinoza. Em tal proposta, é notável que o afeto geralmente se conecta a significantes como “intensidade” e “irrepresentabilidade”. Brian Massumi aparece como expoente dessa vertente, enfatizando um lado “não-humanístico” dos afetos, que acompanha preocupações como as tecnologias e a animalidade nos arranjos do poder. A segunda corrente teria como ponto de referência o pensamento do psicólogo Silvan Tomkins, especialmente através dos desdobramentos pouco

⁴⁰ É comum a referência a uma suposta “virada afetiva” ou “giro afetivo” (*affective turn*), ocorrida no campo acadêmico ao início deste século. A terminologia “virada” me remete a um procedimento de vanguarda, que guarda poucas conexões com o projeto que tento empreender acerca dos afetos e emoções nesta tese. Até mesmo porque autoras importantes nas reflexões aqui presentes, que trabalham diretamente com o tema dos afetos, não se consideram parte do grupo formado pela ação de significantes como “giro”, em especial Sara Ahmed e Chantal Mouffè. Por essas razões, não me apego ao uso de tal categorização, levando mais em conta o aspecto de conexões possíveis entre diferentes perspectivas do que uma categorização já performada de antemão pelo movimento contemplado pela tal “virada”.

ortodoxos de sua teoria realizados por Eve Sedgwick. É por esse segundo caminho que minhas reflexões encontram maiores correspondências.

Resumidamente, as pesquisas de Tomkins (2008) situavam-se no campo da psicologia experimental, e tinham como objetivo mapear os afetos primordiais da experiência humana. Ao final de sua obra, foram sintetizados seis afetos primários (que sempre aparecem em duplas): interesse-excitação, prazer-alegria, surpresa-sobressalto, sofrimento-angústia, ira-raiva e medo-terror; seguidos de dois afetos desenvolvidos posteriormente: vergonha-humilhação e nojo-dissmell⁴¹ (Tomkins, 2008). Embora apresente um tom inativista, é importante ressaltar o entendimento de Tomkins parte de uma composição plural e complexa, na qual dividem espaço a neurologia, a psicologia, a estética e a cultura. Conforme apontam Adam Frank e Elizabeth Wilson (2020), esse esquema seria como uma “tabela periódica afetiva”, indicando alguns componentes primários que nunca são experienciados particularmente, mas sim de modo dinâmico e combinado. Além disso, o afeto em Tomkins parte de uma condição sempre relacional; ou seja, é experienciado através do corpo, mas não se reduz ao corpo individualmente, tratando-se de um encontro entre corpos a partir do qual o afeto transita e se transforma - também dando uma continuidade empírica às propostas de Spinoza.

Embora filiado ao campo da psicologia individual e experimental, Tomkins já esboçava um entendimento político para os afetos em sua teoria. Para o psicólogo americano, “as Imagens são o material da memória e da percepção, um tipo de pensamento fenomenológico que, quando amplificado pelo afeto e transformado pela cognição, se organiza em teorias, *scripts* e ideologias” (Frank & Wilson, 2020, p. 81, tradução própria). Imagens, assim, seriam uma conjunção complexa de afetos que se destinam a uma finalidade. O afeto, por si, não teria finalidade, ele é meio e fim em si mesmo; no entanto, afetos conjugados formam uma imagem, que se torna um objetivo, uma finalidade, uma orientação afetiva. Com essas considerações, podemos já traçar um entendimento para uma política dos afetos: o modo como são direcionados em um *script* valorativo, a partir do qual experienciamos a sociedade e a cultura. Tal ponderação será importante quando falarmos, no capítulo seguinte, sobre imagens, ideologias e sua dimensão afetiva e emocional.

De todo modo, a ênfase de Tomkins no caráter primário dos afetos pode conduzir a uma problemática relevante no campo dos “*affect studies*”: a diferença entre afeto e emoção. Para o psicólogo, emoções “consistem em um ou mais efeitos em combinação com estados

⁴¹ *Dissmell* seria um afeto relacionado à experiência do mau cheiro. A palavra é um neologismo criado por Silvan Tomkins. O termo foi mantido em inglês pela falta de equivalência a uma palavra em português.

cognitivos ou pulsionais de uma maneira que colore, dá sabor ou influencia os afetos” (Frank & Wilson, 2020, p. 4, tradução própria). Em suma, a emoção poderia ser caracterizada como um arranjo mais complexo dos afetos - sendo, portanto, posterior ao afeto. Sob essa consideração, é comum vermos um ímpeto nas teorias do afeto em separá-lo da emoção, como se a diferenciação fosse uma prerrogativa de diferenciação do campo. “Aqui o assunto é o afeto, e não a emoção”.

Contudo, se assumimos, em consonância com Tomkins, que os afetos são vividos a partir de suas articulações, podemos concluir que entendê-los separadamente de qualquer outra instância da vida psíquica e social teria sentido apenas em um nível analítico, jamais no nível da experiência. Em minhas considerações, não poderia dizer que o afeto é simplesmente construído socialmente; ele é vivido pelo corpo, é transmitido entre os corpos, mas se torna reconhecível a partir de um esquema de repetições, pelos quais as normas sociais tomam forma (Berlant, 2011). Existe um direcionamento pedagógico do afeto, que não simplesmente dá nome aos afetos, mas também os orienta e formaliza. Como afirma Lauren Berlant (2011):

O que realmente importa são as repetições de relação, o acúmulo, a pressão sobre o tempo que se torna um hábito que parece intuitivo. Avalia-se quais são os eventos afetivos de acordo com sua educação em sintonia, no rastreamento da repetição, forma e norma (Berlant, 2011, pos 3127, tradução própria)

Embora Berlant (2011) também se mostre empenhada em afirmar que seu trabalho versa sobre afetos e não emoções, considero que sua ponderação sobre a impossibilidade de abordar o afeto em seu estado “bruto” e primário (ao menos no nível de teorias sociais) nos auxilia a compreender uma inter-relacionalidade entre ambas as categorias. Não quero dizer, com isso, que elas são a mesma coisa, mas sim que, para meus objetivos, separá-las mostra-se pouco relevante ou até mesmo impossível. Por essa razão, a escrita desta tese menciona usualmente os dois termos conjugados, para afirmar que o interesse reside em sua indissociabilidade.⁴²

É importante reconhecer, sob tal perspectiva, que tal entendimento dos afetos e emoções, embora não seja tão usual no campo da Psicologia Social e Política, é um campo profícuo e potencialmente transformador para tal disciplina, à medida que poderia auxiliá-la a compreender as dinâmicas da política a partir de um plano muito mais complexo que o da

⁴² Uma importante crítica ao ímpeto de separação entre afetos e emoções pode ser encontrada no posfácio da segunda edição do livro *The Cultural Politics of Emotion*, de Sara Ahmed (2014). A autora demonstra como o ímpeto de primazia do afeto sobre as emoções pode auxiliar no apagamento das contribuições feministas sobre as relações entre emoções e política, relacionadas sobretudo a autoras como Audre Lorde e bell hooks.

racionalidade idealizada ou da deliberação (uma proposta que, cabe dizer, foi fundamental para o próprio desenvolvimento da ciência psicológica). Como apontam Simone Belli e Lupicinio Iñiguez-Rueda (2008), o direcionamento aos afetos e emoções é um importante movimento no campo da Psicologia Social Crítica, ainda não tão explorado, que busca reconhecer como tais elementos se constituem não apenas de forma inata ou orgânica, mas também relacional, desenvolvendo-se a partir de complexas articulações entre a sociedade e a cultura. Em suma, trata-se de assumir que afetos e emoções, para além de serem experiências individuais e particulares de um sujeito, podem também ser orientados pela e para a política. De modo geral, compreende-se que afetos e emoções acontecem de modo interativo, em um espaço compartilhado pela neurologia, a cognição, a cultura e a sociedade (Belli & Iñiguez-Rueda, 2008).

Com essas ponderações, gostaria de propor que os estudos sobre afetos e emoções podem fornecer pistas para uma maior complexidade do presente debate. Tal complexidade não se dá apenas no nível teórico, mas também metodológico. Acerca desse ponto, retomemos uma importante conceituação fornecida por Silvan Tomkins (2008): a diferença entre teorias fortes e teorias fracas do afeto. O termo “teoria”, aqui, não é empregado apenas no sentido acadêmico, mas também experiencial: cada pessoa desenvolve teorias acerca de suas experiências afetivas, com certo entendimento vivencial sobre suas respostas em relação ao mundo. Uma teoria fraca diria respeito a respostas contingentes a demandas da vida: frente a uma situação de ameaça, uma pessoa pode sentir medo; frente a uma descoberta, pode sentir entusiasmo, e assim por diante. A teoria forte, por outro lado, aparece como um monopólio afetivo; trata-se da sobrevalorização de um afeto (ou um *script* afetivo), que atua de modo exclusivo sobre todas as outras possibilidades de resposta. Essa é uma chave de entendimento para a paranoia, por exemplo. “[A] teoria forte fica mais forte à medida que seus concorrentes, as teorias fracas, ficam mais fracas” (Tomkins, 2008, p. 531, tradução própria).

É com tais considerações que Eve Sedgwick (2003; 2020) desenvolve uma importante crítica a um *standard* de teorias sociais, sobretudo relativas às temáticas de gênero e sexualidade, que teriam um *script* afetivo paranoico como modo privilegiado de leitura e entendimento para o mundo - ou seja, uma teoria forte. Essa leitura paranoica estaria calcada na “hermenêutica da suspeita”, pressupondo respostas que priorizam a “desvelação” e a “desmistificação” como pontos fundamentais - se não prioritários - do exercício da crítica. Nesse sentido, há uma expansão do entendimento de Tomkins acerca da teoria fraca - trazendo ao campo do entendimento social, tais teorias não seriam, apenas, formas de

experienciar e se relacionar com a realidade, mas, também formas de analisá-la e criticá-la. No entanto, ao contrário de um monopólio afetivo ou epistemológico, como aquele relacionado à paranoia, o procedimento se desdobraria mais em um caráter de perspectiva: não se instituindo como paradigma ou concepção generalista para responder a qualquer contexto ou evento, mas sim uma forma de acompanhar as contingências, as sutilezas e as minúcias no processo de investigação.

A partir desse deslocamento, Sedgwick (2020) propõe uma de suas mais relevantes contribuições: a leitura reparadora, que não estaria calcada apenas na denúncia, mas sim em uma amplificação dos afetos que se articulam em práticas de leitura e entendimento para o mundo, dentre os quais poderiam estar experiências de prazer e surpresa em relação aos objetos. Seria, então, uma teoria fraca de recusa ao monopólio afetivo, calcado na importância da ambivalência para compreensões mais complexas sobre a realidade. Esse direcionamento à ambivalência também é tributário de suas leituras de Melanie Klein, como já pontuado, sobretudo na proposta de uma “posição depressiva”, na qual haveria uma maior integração dos objetos, em relação à “posição esquizo-paranoide”, onde o bem e o mal seriam tomados como coisas opostas e inconciliáveis (Sedgwick, 2007; Klein, 1971, 1996).

No entanto, acredito que tal separação dura entre leitura paranoica e leitura reparadora pode causar um efeito paradoxal, surtindo uma reflexão danosa para o desenvolvimento de investigações no campo das teorias sociais. Em suma, um privilégio imediato da reparação sobre a paranoia - causando, portanto, uma “metaparanoia”, a dizer, a recusa paranóica da própria paranoia. Robin Wiegman (2014) levou esse problema a sério, ao apontar que, na distinção de Sedgwick entre paranoia e reparação, há também um procedimento paranóico, a ponto de colocar as duas posições como opostas e intransponíveis - o que não se verifica na teoria da própria Melanie Klein, que supunha certo trânsito do psiquismo pelas duas instâncias.

Teríamos como ler e escrever de modo inteiramente reparativo? Acredito que não. Gostaria de considerar, junto de Wiegman (2014), que as formulações de Klein podem auxiliar mais no reconhecimento de um trânsito posicional do que no privilégio absoluto da posição depressiva sobre a esquizoparanoide. Em suma: dificilmente nos livraremos da paranoia, mas podemos fazer coisas com ela, para além dela. Essa é uma problematização que acompanhou a composição do presente projeto, sintetizada nas seguintes perguntas: “como não ser paranoico lidando com um problema de pesquisa fundamentalmente calcado na paranoia?”; ou: “é possível ser reparador em um mundo paranoico?” - interrogações que pretendo desenvolver com mais afinco ao final desta tese.

De todo modo, acompanhando a proposta de Sedgwick e as inúmeras respostas dadas a seus textos ao longo das últimas décadas, penso que é possível concluir a impossibilidade de abrir mão totalmente da paranoia em um procedimento investigativo, sobretudo quando ele se trata de temas como movimentos internacionais de rechaço ou cooptação das temáticas de gênero e sexualidade, bem como sua inserção no interior do Estado Brasileiro, como é o caso desta pesquisa. No entanto, é possível deslocar a paranoia de sua posição centralizadora, a dizer, utilizar a paranoia como uma ferramenta não privilegiada no meio de outras, igualmente potentes para o entendimento e descrição dos fenômenos. Em suma, tratar a paranoia como uma teoria fraca, em meio a outras formas de abordar, compreender e atuar sobre a realidade.

Heather Love (2010a; 2010b; 2013) foi uma autora fundamental no desenvolvimento de tal reflexão, visto que seu trabalho se empenha em operacionalizar o direcionamento reparador de Sedgwick a uma metodologia possível no campo das humanidades - em especial a literatura, mas acredito que suas formulações podem ser estendidas também a outros campos, como a Psicologia Social e Psicologia Política. A recusa da centralidade paranoica, em suma, leva a autora a propor como metodologia as práticas descritivas sobre as explicativas, de modo a mobilizar teorias fracas - respostas contingentes a objetos específicos - a teorias fortes - ímpetos generalistas de entendimento para o mundo, que encontrariam na paranoia sua forma mais consistente. No campo dos estudos literários, Love (2010b; 2013) aponta o *close reading* como prática de leitura descritiva; em síntese: descrever um texto minuciosamente ao invés de explicá-lo. Pensando em teorias sociais de modo mais amplo, a autora reconhece uma similaridade entre tal prática e o ímpeto descritivo da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour (1994; 2012) e da microssociologia de Ervin Goffman (1981). Latour, de fato, propõe a descrição como uma forma de olhar os objetos “por baixo”, recusando o apelo a formulações generalistas e agentes invisíveis de explicação, em uma crítica bastante similar à de Sedgwick. Como afirma o autor:

Os sociólogos do social parecem pairar como anjos, transportando poder e conexões quase imaterialmente, enquanto o estudioso da ANT⁴³ tem de arrastar-se como uma formiga, carregando seu pesado equipamento para estabelecer até o mais insignificante dos vínculos” (Latour, 2012, p. 47).

⁴³ ANT é a sigla para “*actor-network-theory*” (ou “teoria-ator-rede”), vertente teórico-empírica proposta por Latour. A sigla guarda um duplo sentido, dado que “*ant*”, em inglês, significa formiga. A metáfora consiste justamente no movimento de trabalhar em conjunto e olhar “de baixo” para os objetos.

Talvez essa seja também a preocupação de Donna Haraway (1995) ao investir na localidade do saber, recusando o recurso ao “olho de deus” da ciência moderna, ou mesmo a de Jack Halberstam (2011), ao propor uma “baixa teoria” para análise de materiais midiáticos:

[...] podemos pensar em baixa teoria como um modo de acessibilidade, mas também podemos pensar sobre ela como uma espécie de modelo teórico que voa fora do alcance do radar, que é formulada a partir de textos e exemplos excêntricos e que se recusa a confirmar as hierarquias do saber que mantêm o alto em alta teoria (Halberstam, 2011, p. 16, tradução própria).

Inspirada em tais formulações, esta tese se pautou por um mapeamento descritivo da inserção das ofensivas antigênero no Governo Federal, tomando como eixo central de análise as temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Como visto, tal inserção metodológica se deu no acompanhamento do campo de ambivalências a partir do qual essas temáticas são veiculadas pelo ministério. A pesquisa se dirigiu aos aspectos ideológicos que tomam palco a partir das ambivalências, enfatizando as construções discursivas de agentes ministeriais acerca das temáticas LGBT+, onde predominam as produções afetivas e emocionais mobilizadas por tais atores. Ademais, tomaram destaque as ações materializadas no entrelaçamento a tais construções ideológica-afetiva-discursiva enquanto políticas de governo, como a elaboração de políticas públicas, modificações em órgãos governamentais, e a efetivação de projetos financiados por emendas orçamentárias legislativas.

Dessa forma, acredito que este trabalho pode inspirar reflexões tanto sobre uma nova produção de sentidos para a diversidade sexual e de gênero e para o campo dos direitos humanos, quanto das formas como essa novidade se materializa em decisões ministeriais e construção de políticas públicas, articulações e arranjos institucionais etc. Estou falando, simultaneamente, de discursos e práticas políticas. É possível que essas duas instâncias sejam pensadas separadamente, quiçá exigindo, em alguns casos, metodologias distintas para seu acercamento; gostaria, entretanto, pelo menos em meu trabalho, de insistir na sua conjugação intransponível. Distinguir retórica e ação reitera uma separação ontológica entre discurso e prática, o que me parece fazer muito pouco sentido quando o objeto de análise é, justamente, a política - uma instância da vida prática que se vale tanto da ação quanto da sua repercussão em um campo audível, visível e reconhecível por uma comunidade de sujeitos (Arendt, 2016).

Tratar a retórica de agentes institucionais como um dado separado de sua atuação prática talvez sirva apenas para modelos abstratos ou meramente reflexivos. Em uma investigação calcada nos acontecimentos da vida prática (como suponho ser esta), penso que as duas vertentes são performadas de modo conjugado, de forma que minha análise não vise a reiterar qualquer diferenciação entre discurso e prática, ideologia e efetivação. Pelo contrário, acredito que não haja sequer uma temporalidade que distinga a produção afetiva, ideológica e emocional de algo como sua aplicação prática nos termos da política pública. Minha proposta é, justamente, compreender como ideologias e decisões governamentais entrelaçam no contato com práticas e enunciados ambivalentes, sem recorrer a um movimento explicativo e causal (como se a ideologia, linearmente, explicasse a prática ou vice e versa).

De fato, essa reflexão me levou a alterar, no momento da escrita, algumas expressões que haviam sido utilizadas em boa parte de minha pesquisa de doutorado. Por exemplo, costumava endereçar tal problemática em frases como “afetos, emoções e ideologias que se materializam em políticas públicas” - uma construção que pressupõe uma anterioridade reflexiva para a ação nos termos da gestão pública. Na presente tese, tornaram-se frequente, por outro lado, expressões como “entrelaçamentos” e “conjunções” em referência aos ideários, sensibilidades e as materializações no campo da política institucional - pressupondo, portanto, uma indissociabilidade entre todos. Tal mudança foi levada a cabo quando percebi que acionar uma perspectiva temporalizante e segregadora entre os dois tópicos indicaria um entendimento causal e, possivelmente, intencional para os fenômenos abordados - acionando “entidades invisíveis” (Latour, 1994) carregadas de agência como forma de explicação, ou mesmo pressupondo uma hiper-agência de determinados atores aqui mapeados. Isso poderia levar a assunções como a conexão direta entre agência e deliberação e, em um nível mais extremo, a uma interpretação de alguns atores como “gênios”, cujas ações se pautaram, sempre e de antemão, por ideais prévios a serem operacionalizados.

Não discordaria a respeito da existência de deliberação, intencionalidade e direcionamentos de ideários e sensibilidades na efetivação das políticas sobre alguns casos aqui mapeados. No entanto, tampouco poderia afirmar que foi tudo parte de um grandioso plano voltado a um projeto já previamente delimitado. Essa seria, de fato, uma leitura paranoica, calcada em suposições arraigadas anteriormente ao contato com os objetos (Sedgwick, 2020). O que se vê aqui, pelo contrário, está mais próximo de uma construção e acercamento dos objetos de pesquisa a partir do que está disponível para o seu acesso (no caso: notícias, entrevistas, pronunciamentos públicos, livros, artigos, relatórios de pesquisa etc), em um procedimento oriundo de sobremaneira por análises derivadas da descrição, em

um raciocínio fortemente tributário das contribuições de Heather Love (2010a; 2010b; 2013). Isso não envolve, de maneira alguma, a recusa ou a obliteração de minhas perspectivas teóricas; pelo contrário, uma série de teorias será mobilizada nesta análise crítica oriunda da descrição. A questão central é que o direcionamento às teorias parte de uma demanda de entendimento para os objetos, e não de uma circunscrição dos objetos já anteriormente realizada a partir de qualquer arcabouço teórico. Acredito que essa seja uma forma de afirmar meu compromisso com as teorias fracas - ou ao menos minha tentativa de comprometimento; minha aposta, enfim.

2 O ABRAÇO À COMUNIDADE LGBT+

No capítulo anterior e na introdução desta tese, foram citadas algumas “estranhezas” em discursos e ações de representantes do Governo Federal, que escolhi nomear como ambivalências, tais quais as falas abertamente homofóbicas de Jair Bolsonaro e aquelas mais complacentes de Damares Alves. No campo específico do MMFDH, utilizamos como exemplo a permanência de Marina Reidel no Ministério, as manifestações de amizade e carinho por Toni Reis, bem como a cerimônia oferecida pela então ministra ao Movimento de Ex-Gays do Brasil e o fatídico ato de fala “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. Assim, busco agora ampliar o campo de ambivalências, tentando articulá-las a uma composição ideológica pela qual foi possível levar a cabo o enunciado “proteção sem promoção”.

Começamos, então, com o espraiamento, nos primeiros anos de mandato (e até mesmo antes), de Damares Alves e o então ministério por ela encabeçado, de uma versão afável e conciliatória acerca de sua relação com determinadas pessoas, grupos ou com as próprias temáticas LGBT+ em termos amplos. Esses afetos positivos, ao que podemos acompanhar nos posicionamentos públicos da ex-ministra, não antagonizaram com seus postulados acerca das cores corretas para a vestimenta de meninos e meninas. O que Alves performa, em seus discursos carregados de afeto e emoção, é justamente algum tipo de harmonia, a partir da qual tais antagonismos podem ser superados na direção de um “comum”, onde diferentes interesses e diferentes posicionamentos políticos poderiam se encontrar, dado que compartilham, em certo nível, das mesmas preocupações. E se, no âmbito tradicional da política, tais acordos usualmente são efetivados a partir de apertos de mão, o que um abraço, sorrisos e palavras afáveis podem nos informar sobre um novo funcionamento das ofensivas antigênero que, agora inseridas na gama institucional do Poder Executivo, parecem driblar o forte discurso ódio com que foram manifestas nos dez anos anteriores à eleição de Jair Bolsonaro?

Em minha pesquisa, dois elementos mostraram-se centrais para acompanhar os caminhos levantados pela referida indagação. São duas fotografias, que conduzirão as reflexões do presente capítulo, parecendo-me fundamentais para compreender os processos transformativos do discurso antigênero dentro do MMFDH. Não apenas as fotos, mas os contextos nos quais elas circularam e os textos a que lhes foram atribuídos nos seus trânsitos e compartilhamentos em meios digitais. Nesse sentido, a cena construída, descrita e analisada neste capítulo partirá das duas imagens. A primeira delas exhibe um abraço entre Damares

Alves e Toni Reis, que foi utilizada em redes sociais para contestar o caráter impositivo e possivelmente violento do ato de fala “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. A segunda diz respeito a uma reunião, ocorrida ainda no período de transição de governos, quando a então futura ministra recebeu algumas organizações LGBTQ+ em seu gabinete - momento que foi relatado e retratado como uma porta aberta de diálogo entre o Governo Federal em composição e as temáticas da diversidade sexual e de gênero.

Roland Barthes (1979; 1980) e Susan Sontag (2011) propõem que uma fotografia, apartada de processos de mediação por outros atores, seria apenas uma imagem sem sentido. Se entendemos que a fotografia transmite algo - um significado, uma ideia, uma ideologia etc -, esse procedimento só acontece a partir do intermédio da linguagem; como, por exemplo, através de legendas ou textos explicativos que a acompanham. Isso significa que a fotografia, por si, não apresenta sentido próprio. Pensemos que uma mesma foto é compartilhada em veículos jornalísticos de forma antagônica, a partir de palavras que, de um lado, a endossam e, de outro, que a reprovam. A “mensagem” da fotografia, nesse aspecto, torna-se contingente ao texto pela qual ela adquire sentido, de modo que possa, ao mesmo tempo, ser celebrada e depreciada a depender do contexto linguístico que a torna inteligível. Isso poderia nos levar, até mesmo, a um questionamento do status ontológico da imagem, refletindo se, frente a mediações distintas, a “mesma” fotografia deveria ser considerada, de fato, “a mesma”, dado que o sentido excede sua condição enquanto imagem.

Refletindo sobre afetos e emoções, é possível pontuar uma crítica a tal entendimento barthesiano, o qual influenciou fortemente as considerações de Sontag sobre a fotografia. De fato, se tomarmos o afeto como uma resposta corpórea a um estímulo do mundo, ou como aquilo que aproxima e afasta os corpos enquanto lugares de afeto, é bastante provável que uma imagem, mesmo desprovida de sentido linguístico, nos cause algum tipo de afecção. Essa é uma crítica realizada por Judith Butler (2015) sobre a proposta de Barthes e Sontag a respeito da leitura de imagens. No entanto, gostaria de pontuar, aqui, a importância da conjunção entre texto e fotografia na mobilização de afetos e emoções. Não tenho interesse em uma teoria geral da imagem e do afeto, como poderíamos considerar os ímpetus do filósofo francês e da jornalista estadunidense. Trata-se, pelo contrário, do reconhecimento das características particulares das fotografias que serão aqui analisadas, atentando para o fato de que sua utilização em redes de persuasão política foi, fortemente, mediada por textos, sejam eles referentes ao compartilhamento em redes sociais online ou a veículos jornalísticos.

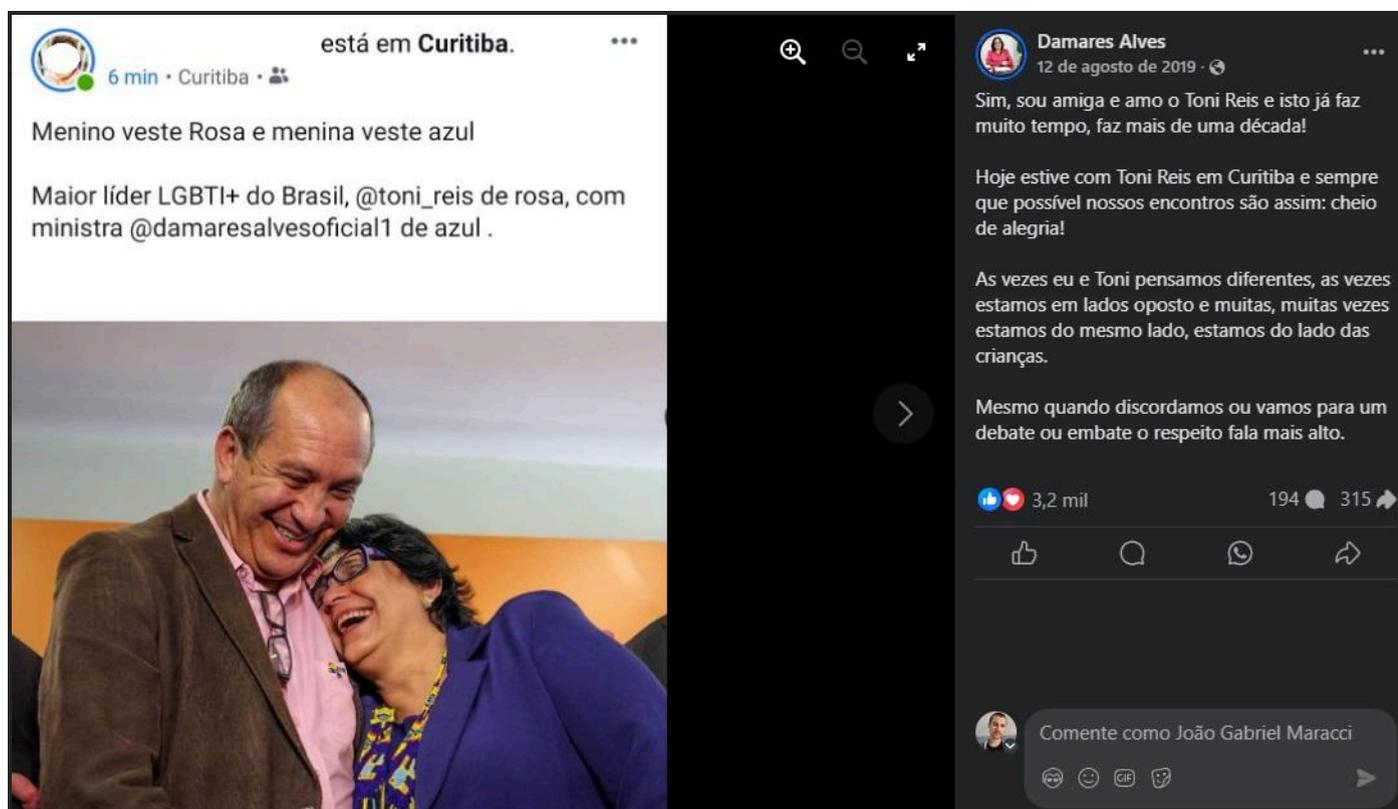
É simplesmente por essa demanda de compreensão dos objetos que acionei as perspectivas de Sontag e Barthes, afirmando a indissociabilidade entre imagem e palavra para

a composição de um sentido. Não poderia afirmar isso sobre todas as fotografias do mundo, mas posso afirmar sobre essas que serão aqui apresentadas, descritas e sobre as reflexões decorrentes desse procedimento. No meu entender, essa é uma forma de operacionalizar a efetividade de epistemologias e metodologias fracas: adicionando contingentemente pressupostos teóricos à medida que eles nos são informados como necessários para uma análise através do contato com os objetos. Falemos, portanto, sobre fotografias.

2.1 Fotografias e a Promessa do Diálogo

A primeira imagem que compõe a cena aqui construída mostra Damares Alves e Toni Reis em um momento aparentemente feliz, onde ambos se abraçam e sorriem. Escolhi apresentar essa imagem a partir de uma captura de tela que informa o modo como ela circulou em redes sociais *online*, atentando para o fato de que, nessa transmissão e compartilhamento, vão sendo também compartilhados e ampliados os afetos e emoções a ela dirigidos, sobretudo através do texto - visto que estamos falando sobre plataformas cuja postagem de conteúdos envolve, basicamente, uma imagem e/ou palavras.

Imagem 1: Captura de tela de uma postagem de Damares Alves na plataforma Facebook.



O que vemos aqui articula pelo menos quatro momentos diferentes de circulação imagética. O primeiro se daria na captura da imagem, o seu referente (Barthes, 1980), ou seja, aquilo que aconteceu no campo da realidade e que fora registrado por uma câmera. Barthes insiste que a diferença fundamental da fotografia para outras formas de trabalho visual ou imagético seria, propriamente, a conexão inerente a uma externalidade. Isso implica reconhecer que a fotografia sempre diz respeito a algo que aconteceu fora dela.⁴⁴ Sobre o caso específico, temos então a certeza de que, em algum momento, em algum lugar, Toni Reis e Damares Alves estiveram juntos. Ele vestia uma camisa rosa e ela um blazer azul. Sob a lente de um fotógrafo, se abraçaram sorrindo. É o que sabemos sobre essa fotografia.⁴⁵ De fato, busquei maiores referências a ela na internet, mas tudo que encontrei me encaminhou ao mesmo lugar de origem: a postagem, na rede social *Facebook*, feita por um usuário cujo nome, a foto de exibição e a localidade decidi apagar, visto não se tratar de uma pessoa pública nem de ter dado o aval para o uso de suas informações pessoais.

Isso nos conduz ao segundo momento; a dizer: a primeira postagem na rede social. A legenda escolhida já nos informa sobre o uso específico que a imagem cumpre dentro de uma esfera política, na qual disputam espaço afetos, emoções e construções ideológicas. Em síntese: “Menino veste rosa e menina veste azul - Maior líder LGBTI+ do Brasil, @toni_reis de rosa e ministra @damaresalvesoficial1 de azul” seguida do nome do fotógrafo e da empresa onde trabalha. Nota-se, pelo pelo *link* às contas dos dois personagens na plataforma *Instagram*, que a postagem original foi realizada nesta rede social e enviada conjuntamente ao *Facebook*. Tentei buscar a conta pessoal do sujeito que realizou a publicação no

⁴⁴ Existe uma larga problemática sobre a função referencial da fotografia, afirmada por Barthes, e as propostas de entendimento para a imagem presentes na obra de Jacques Rancière. Em suma, a ênfase do primeiro em um “traço de realidade” da fotografia implicaria, para o segundo, na negação de sua possibilidade artística, encerrando o potencial das fotos na sua autorreferencialidade (Clerc, 2015). A contenda também diz respeito aos critérios barthesianos de entendimento para uma imagem: “*studium*” e “*punctum*”, sobre os quais não falarei aqui. Gostaria apenas de assinalar que não busco lugar nesta polêmica, à medida que aciono a operacionalização barthesiana de modo situado nos interesses desta tese (não tenho nenhum objetivo de discutir, aqui, se a fotografia é ou não arte) e que utilizar o “traço de realidade” como um analisador de imagens não restringe seu sentido, à medida que esse é apenas um ponto de partida para uma série de diferentes e contingentes significações provenientes do trânsito afetivo e emocional acessado por cada fotografia. É por essa razão que não me furto de “pegar emprestado” algo dos procedimentos barthesianos para analisar a cena que estou compondo neste capítulo - cena essa que, como visto, é baseada na epistemologia e metodologia de Rancière (2021).

⁴⁵ Formas de modificação da imagem apreendida pela fotografia são viáveis desde muito antes das técnicas digitais de manipulação, como aquelas referentes a programas como o *Photoshop*. Isso, sem dúvida, pode levar a perspectiva da referencialidade de Barthes a algumas perguntas importantes, mas essas não serão feitas aqui simplesmente porque tal problema não é o problema sobre o qual versa esta tese. No caso deste capítulo, estou falando sobre duas fotografias, e seu caráter referencial me é útil para afirmar que, de fato, elas guardam contato com algo que ocorreu fora de um mero sistema de representação, sem que haja qualquer motivo para desconfiança (a não ser, é claro, se estivermos motivados pela paranoia, mas estou tentando não me submeter a ela).

Instagram, mas não foi possível encontrá-la. De qualquer forma, foi a partir do *Facebook* que a fotografia ganhou maior visibilidade e circulou na internet a partir do re-compartilhamento de Damares Alves.

Chegamos, assim, ao terceiro momento, a postagem da já ministra Damares Alves, no dia 13 de agosto de 2019 - ou seja, sem nem ter finalizado o primeiro ano de mandato. Podemos considerar que esse foi um momento importante nas decisões ministeriais para a formação de alianças e antagonismos políticos, de forma que essa perspectiva já se insira, ela própria, na produção de um sentido para a imagem, da mesma forma como comentei a respeito das palavras que ocupam legendas ou formas de descrição e interpretação. Nota-se que o *post* em questão não é apenas o compartilhamento do envio original; trata-se de uma captura de tela, que mantém, acima da fotografia, a legenda escolhida pelo autor da primeira postagem. Isso é importante para pensarmos que, quando a fotografia passa a ser compartilhada na internet, ela parte da conta de Damares Alves - de forma que as palavras escolhidas no primeiro envio se mantenham como parte da própria imagem, em um composição textual e fotográfica

Além disso, esse terceiro momento engendra mais uma textualidade adicionada à fotografia, que agora já é uma foto-texto (visto que mantém as palavras do *post* original conjugadas na imagem postada pela então ministra). Trata-se da legenda escolhida por Damares Alves para acompanhar sua publicação. Ela afirma ser amiga de Reis e amá-lo há mais de uma década. Seus encontros são, sempre que possível, cheios de alegria. Por vezes estão em lados opostos de algum embate político, mas, usualmente, encontram-se em um lado comum. Além disso, pontua que, mesmo quando se situam em contrariedade, se reconhecem no ideal compartilhado de defesa das crianças. Se há atrito ou antagonismo na relação dos dois, “o respeito fala mais alto”.

No canto inferior esquerdo da captura de tela, chegamos ao quarto momento da circulação, a dizer, as reações ao *post* original no perfil de Damares. Vemos que há, pelo menos até a circunstância da presente escrita, cerca de 3.300 reações, sobressaindo-se os *likes* e os corações, 324 compartilhamentos e 197 comentários. Considerando os níveis de engajamento, podemos avaliar que a postagem não obteve grande popularidade no perfil de Damares Alves; no entanto, se incluimos no balanço a sua circulação em outras redes, seguidas do argumento que foi se construindo no trânsito da imagem pela internet, faz-se profícuo reconhecê-la como um elemento de ampla relevância para a análise aqui proposta. Atentemos, assim, aos comentários da postagem, que podem anunciar algum tipo de reação

ao fatídico abraço, ao menos entre os seguidores da página de Alves no *Facebook* ou pessoas que receberam tal conteúdo em suas *timelines* devido a interação de amigos nessa rede social.

“Avante ministra Danares todo o meu respeito pela senhora admiro sua postura ..Sei muito bem o quiz dizer todas as vezes q se pronunciou ..A nossa adimuração”; “Gnt, como ministra ela tem que ouvir e receber a todos. Parabéns p ela”; “Nossa... te admiro ainda muito mais! Deus te conceda mais e mais sabedoria ministra Damaris.”; “Democracia é isso, diferente mas em harmonia”; “Amo essa mulher mesmo antes de ser ministra, eu já acompanhava seu trabalho, em defesa das crianças”; “Isso aí ministra. Vc é dez”; “Isso aí ministrar. Ter opiniões diferente nao nos tornam inimigos de ninguém. Parabéns”; “a palavra de Deus nos diz que devemos odiar o pecado, e amar o pecador. Isto é ser Cristão.”⁴⁶

Essas são algumas das respostas encontradas na postagem da então ministra. Na análise que realizei sobre a caixa de comentários da imagem, notei que a maioria endossava uma perspectiva mais ou menos semelhante, que se relacionava ao texto presente na foto-texto compartilhada, bem como a legenda escolhida para acompanhá-la. É o caso desses supracitados, onde, de formas distintas - algumas mais voltadas ao cargo institucional da ministra, em uma conjuntura republicana, outras enfocando o seu caráter religioso enquanto pastora evangélica -, indicam um caminho comum de compreensão. Um elogio ao abraço, uma exaltação da postura de Damares Alves por conviver com a diferença a partir de um prisma conciliatório.

Obviamente, tais perspectivas não foram unânimes nas respostas à publicação. Ainda que em minoria, alguns comentários, ao contrário dos anteriormente citados, reprovaram o gesto de Alves, bem como tentaram alertá-la do possível perigo que corria abraçando aqueles que seriam, em realidade, seus inimigos, como podemos ver nas seguintes frases: “Deve preservar as crianças a qualquer custo seja amiga de um Gay mas crianças são crianças e GOVERNO não pode dar arrego a estes líderes que querem implantar na mente das crianças e adolescentes.”; “Muita sabedoria para não se contaminar bodes....vigia”; “Luz e trevas andam em direção oposta,pode ter amizade,na comunhao,na verdade e as trevas que detesta a luz e quer distancia da luz para que sua obras nao venha a tona..Damares representa e luz do mundo o sal da terra.”; “Ministra Damares só esse versículo: “Eis que vos envio como ovelhas para o meio de lobos; sede, portanto, prudentes como a serpente e simples como a pomba” (Mateus 10.16) Não esqueça, ele não é seu amigo”.

⁴⁶ Os textos foram copiados da caixa de comentários da postagem sem alterações na grafia, bem como nos parágrafos seguintes.

A diferença nas respostas é útil para considerarmos um ponto relevante acerca das ofensivas antigênero no país entre os anos de 2019 e 2022: o fato de que sua retórica foi substancialmente heterogênea e seus atores de propagação não se resumiram à versão institucional aqui apresentada, na qual Damares Alves e seu ministério tomam centralidade. Obviamente, a caixa de comentários de uma postagem da então ministra não promove material suficiente de análise para que compreendamos a vastidão de formas de relação com o gênero e a sexualidade que podemos compreender como partes de uma ofensiva antigênero no Brasil. No entanto, faço essa conexão para demonstrar como as práticas desenvolvidas pelo ministério, por mais inovadoras e perspicazes, não foram encampadas acriticamente por cada um dos sujeitos ou instituições com que ele se relacionava. Isso se pode aferir tanto pelos usuários do *Facebook* que reagiram à postagem de Alves quanto pelo acompanhamento de organizações de muito maior alcance e poder persuasivo, voltadas diretamente ao combate à “ideologia de gênero”, tal qual demonstra a pesquisa de Henrique Aragusuku (2024).

Para o autor, importantes divulgadores da retórica antigênero no Brasil recente, muitas vezes, apresentam um repertório não coerente de compreensão para o “gênero”, seu perigo social e político, bem como para quais ações reativas devem ser tomadas frente ao mesmo problema. Dessa forma, o campo de ambivalências pelo qual o Governo Federal propõe conexões entre o combate à “ideologia de gênero” e a proteção à diversidade sexual e de gênero diz respeito a esse enquadramento preciso das ofensivas: sua inserção na institucionalidade pública a partir do Poder Executivo, iniciada com a eleição de Jair Bolsonaro, e não às investidas antigênero de modo geral e totalizante no Brasil.

Este é um dado relevante, à medida que vamos percebendo que a versão utilizada pelo MMFDH não foi unânime frente ao campo político do conservadorismo no país, nem à arena mais vasta de grupos antigênero, nem sequer entre os próprios apoiadores de Damares Alves e Jair Bolsonaro. De fato, perspectivas díspares da “proteção sem promoção” podem ser encontradas no próprio interior do então Governo Federal, tomando forma mais reativa e explícita, como no caso já apresentado do ex-chanceler Ernesto Araújo, e também na atuação dos ministros da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, Abaham Weintraub e Milton Ribeiro. Do mesmo modo, podemos encontrar tais formas reativas e explícitas em caixas de comentários ou respostas em redes sociais de agentes institucionais, sem que isso implique, na maioria das vezes, um desvinculamento do apoio recebido por esses agentes. É o que vemos com esse pequeno exemplo acerca da fatídica fotografia compartilhada no perfil do *Facebook* de Damares Alves, que gerou um importante respaldo entre as mensagens de

retorno ou *feedback*, mas ainda assim com críticas e, principalmente, alertas sobre perigo implícito na retórica conciliatória do ministério.

As respostas em tom de alerta me despertam atenção, à medida que propõem diferentes versões de lógicas antigênero em contato com esta específica levada a cabo pelo MMFDH, a dizer, a da “proteção sem promoção”. Alertar um agente público sobre um possível equívoco, ou sobre um possível perigo contido em sua atuação, é muito diferente de antagonizar com esse mesmo agente ou com a instituição por ele representada. De fato, o tom de alerta se sobrepõe a uma concebível crítica ao abraço de Damares e Toni Reis vindo de pessoas para quem ele representa verdadeiramente uma ameaça ao campo político-afetivo encabeçado pelo Governo Federal, ao menos pelo que pudemos acompanhar em sua campanha presidencial. Crítica essa que tampouco se verificou na pesquisa aqui realizada sobre materiais midiáticos relacionados à conexão entre o MMFDH e temas da diversidade sexual e de gênero.

O que quero dizer com isso é que, embora estejamos, em termos mais amplos, falando de diferentes formas de compreensão e ação dos movimentos antigênero no Brasil, a perspectiva inovadora encampada pelo Governo Federal a partir do ministério e, em especial, dos pronunciamentos de Damares Alves, não performou um campo de antagonismo entre ela e versões mais explícitas ou diretamente homofóbicas e transfóbicas levadas a cabo por outros atores de destaque, seja internos ou externos ao Poder Executivo. Por essa via, é importante reiterar que, durante a efetivação desta pesquisa, não foram encontrados materiais relevantes no campo virtual de defesa das ofensivas antigênero em oposição à “proteção sem promoção” de Alves e Bolsonaro.⁴⁷ Essa consideração se conecta diretamente ao que vimos na caixa de comentários da fotografia do abraço a Toni Reis: pode, sim, haver algum tipo de descompasso, manifesto, por exemplo, no alerta a possíveis perigos na aproximação com “o inimigo”, mas não uma fratura, um rompimento, em suma, um antagonismo com o ministério e o Governo Federal.

Curiosamente, algo similar parece suceder com o outro lado da problemática. Se, a partir dos comentários, podemos analisar a situação específica e tecer conexões com um campo mais amplo de análise, concluindo que a versão supostamente conciliatória da mobilização antigênero encampada no âmbito institucional não provocou rugas - ao menos politicamente significativas - entre atores mais vocais em termos homofóbicos ou

⁴⁷ A única exceção tratou-se de um vídeo em um pequeno canal do Youtube, que, por contar com menos de 350 visualizações até o momento desta escrita e nenhum comentário, pareceu justamente comprovar a tese aqui proposta. O material afirma que o MMFDH é a favor do aborto e da “ideologia de gênero”. Link para o vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=j_IG_OglLPs (Acesso em 31 de julho de 2024).

transfóbicos, agora podemos refletir sobre como as mesmas práticas e discursos foram lidos e respondidos pelas pessoas a quem eles eram diretamente conduzidos. Ou melhor, a uma parte dessas pessoas. Digo isso em respeito ao modo também conciliatório com que determinadas organizações voltadas à proteção (e promoção, supõe-se) dos direitos LGBT+ responderam e, em determinada escala, se vincularam ao discurso e às práticas promovidas pelo MMFDH. Para tanto, nos é útil trazer à análise a segunda fotografia, bem como, novamente, a textualidade que a acompanha.



Imagem 2: Fotografia publicada no Portal Uol, sem autoria identificada.

Sobre essa foto, não é necessário percorrer seus caminhos de construção a partir de textos e circulação na internet, dado que o contexto linguístico que a embasa já está definido no seu próprio acesso. Trata-se de uma imagem ilustrativa de uma matéria jornalística, divulgada pelo portal Uol sob o título de “‘Abre-se uma porta de diálogo’, diz Damares após reunião com liderança LGBT” (Amorim, 2018), publicada em 20 de dezembro de 2018.⁴⁸ A notícia versa sobre o recebimento, por parte de Alves, de diferentes organizações não governamentais voltadas às temáticas da diversidade sexual e de gênero ainda no gabinete de transição, como já mencionado no capítulo anterior.

É fato que, neste momento, ainda não haviam sido proferidos enunciados significativos para a compreensão dos ideais que seriam levados a cabo pelo ministério, como os fatídicos “menino veste azul e menina veste rosa” e “proteger e não promover”. Além

⁴⁸ Link para notícia:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/20/ministra-dos-direitos-humanos-de-bolsonaro-se-reune-com-liderancas-lgbt.htm?cmpid=copiaecola> (Acesso em 31 de julho de 2024).

disso, tratando-se do período de transição entre governos, obviamente nenhuma política pública poderia já ter sido efetuada sob o comando de Damares Alves. No entanto, é cabível lembrar que tal encontro ocorreu meses após a campanha que levou Jair Bolsonaro à Presidência da República, a partir da qual, como vimos, o Brasil experienciou um momento de ampla densificação e amplificação das ofensivas antigênero, manifestas sobretudo no repúdio do então candidato - e da gama de candidatos a ele vinculados, que concorriam a cargos parlamentares ou ao governo de estados - ao suposto “kit gay” e à “ideologia de gênero”.

Desta forma, o ato de uma futura ministra em ciceronear associações voltadas ao reconhecimento político da diversidade sexual e de gênero logo antes do início de mandato pode causar algum tipo de estranheza, dado que (em termos gerais e com as devidas exceções já mencionadas), a comunidade LGBTQ+ figurou como uma antagonista constitutiva da retórica de Bolsonaro enquanto candidato à presidência. À época do evento, recordo que tal estranheza, ao menos em meu caso, se manifestou por duas vias: em primeiro lugar, incompreensão acerca da própria ação institucional de convocar tais associações para uma reunião; em segundo, incompreensão pelas associações terem, afinal de contas, aceito o convite. Não obstante, essa resposta afetiva de estranheza e confusão na leitura da matéria foi intensificada pelo tom com que a reunião fora narrada tanto pelo governo em construção quanto por representantes das organizações presentes, ao menos em relação ao que podemos acessar pela matéria do portal UOL. Em suma, trata-se de um relato, ilustrado pela fotografia e por falas de ambas as partes, onde tal encontro é contado de forma afável e conciliatória. Nas palavras do periódico:

A futura ministra de Mulheres, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, se reuniu nesta quinta-feira (20) com lideranças da Aliança Nacional LGBTQ+ e outras 33 instituições defensoras dos direitos LGBTQ, no escritório de transição do governo Bolsonaro, em Brasília. (...) A reunião durou pouco mais de três horas. Damares recebeu do grupo um documento de 18 páginas com *reivindicações como a manutenção de uma diretoria específica no Ministério para questões de direitos humanos da população LGBTQ+ e o fortalecimento do Disque 100*, serviço de ligações gratuitas mantido pelo Ministério para receber denúncias de violações aos direitos humanos (Amorim, 2018, grifo do original).

Acerca deste trecho, é notável, em primeiro lugar, que importantes problemáticas que viriam a acompanhar as políticas LGBTQ+ dentro do ministério nos anos subsequentes, como

a manutenção da diretoria e os canais de denúncia contra violações de direitos humanos, já aparecem em destaque antes do início do mandato de Jair Bolsonaro, na carta entregue à então futura ministra. Esses temas serão debatidos com maior ênfase no decorrer desta tese, mas gostaria de enfatizar que, embora Alves não tenha se comprometido verbalmente em seguir o conteúdo presente na carta, somos informados pelo texto de Amorim que, para os participantes da reunião, o seu saldo teria sido, no mínimo, positivo. O argumento que embasa tal compreensão se fundamenta, inicialmente, por uma palavra repetida por ambos os lados que compuseram o evento, a dizer: Damares Alves e, novamente, Toni Reis, diretor de uma das ONGs participantes: “diálogo”.

Do lado do ministério, o título já nos comunica o modo como tal significante aparece no discurso institucional, em uma construção retórica que se repete no texto da matéria: “Abre-se uma porta de diálogo’ com a comunidade LGBTI+ e o governo Bolsonaro’, disse a futura ministra” (Amorim, 2018). Do lado das entidades, a matéria enfatiza as falas de membros da Aliança LGBTI+ e de seu diretor, Toni Reis:

(...) membros da Aliança LGBTI+ relataram que a ministra se comprometeu a *manter o diálogo* com os movimentos ligados ao tema e ao combate à violência e à discriminação, promovendo campanhas para reduzir os assassinatos motivados por homofobia, o ódio a homossexuais. Eles também relataram que Damares teria reafirmado o respeito a direitos LGBT garantidos por decisões do STF (Supremo Tribunal Federal), como a união civil homoafetiva. “Ela falou que direito adquirido se respeita”, relatou Toni Reis, diretor presidente da Aliança Nacional LGBTI+ (Amorim, 2018, grifo meu).

As recorrentes menções ao diálogo na notícia compõem uma cena de direcionamento afetivo e emocional positiva, pela qual o encontro, como dito, é narrado de forma conciliatória. Afinal de contas, o diálogo aqui parece se inserir em uma trama discursiva mais ampla, referente ao recém passado período eleitoral, onde as relações entre a campanha à presidência por fim vitoriosa e os clamores pela diversidade sexual e de gênero jamais poderiam receber esse nome. O diálogo, assim, também é uma forma de ilustrar a estranheza, reconhecendo o intertexto que conecta a fotografia e as palavras que compõem a matéria ao campo político publicamente conhecido nas quais elas estavam, naquele momento, se inserindo. Diálogo é uma novidade, e uma novidade positiva no campo dos afetos, pois cria uma esfera comunicacional supostamente apartada da violência e do discurso de ódio que

estava em voga dois meses antes - manifesto, por exemplo, no aparente respeito do governo Bolsonaro a conquistas do movimento LGBTQ+ garantidas pelo Supremo Tribunal Federal.

Podemos considerar que a matéria cria um evento político. Ela se refere a um encontro que, de fato, aconteceu, e sobre o qual nós - que não estávamos presentes - só podemos ter acesso através de um relato. Relato esse que, por menos implicado que seja em termos de intencionalidade (afinal não estamos falando sobre intenções por trás do objeto, e sim sobre o objeto propriamente), cria uma confluência de afetos e emoções positivas através de um encontro frutífero politicamente - impressão respaldada tanto por Damara Alves quanto por representantes de uma das organizações que estavam presentes -, onde tomou centralidade o diálogo. Mas, como visto, esse não seria apenas um diálogo - palavra comum e ordeira no campo da política institucional -, e sim um diálogo que, inserido em uma cadeia discursiva mais ampla, apresenta uma possível descontinuidade no forte antagonismo entre a campanha presidencial e os temas concernentes à comunidade LGBTQ+. É um diálogo que, dessa forma, apresenta uma esperança e um otimismo - afinal de contas, foi a partir dele que uma importante porta teria sido aberta.

Poder-se-ia dizer que a associação entre o significante “diálogo” ao campo emocional-afetivo da esperança e do otimismo seria um passo além do que a leitura textual permite compreender. No entanto, é importante lembrar que a análise de um texto não deve o tomar como objeto isolado: trata-se, em realidade, de compreender tanto seu conteúdo como as relações que estabelece com uma gama de discursos a partir dos quais ele pode emergir. Em minha opinião, isso faz parte de uma prática descritiva criticamente implicada, reconhecendo que o objeto (seja um texto ou uma imagem) não se encerra em si mesmo. Nas palavras de Foucault (1999), poderíamos falar em condições de possibilidade - enquadres de saber e poder circunscritos a um tempo e a um espaço, a partir das quais são performadas as rupturas e continuidades na história de um objeto. Tratando-se da relação entre a campanha bolsonarista e a formação subsequente de um governo de transição, a ênfase no diálogo demonstra, justamente, algum tipo de mudança; afinal de contas, a futura ministra, representante institucional do Governo Federal, articulou uma conversa frutífera com um segmento social que, desde o início do crescimento da popularidade nacional de Jair Bolsonaro em programas de televisão aberta, figurou como antagonista constitutivo de sua figura pública.

Além disso, é fundamental levar em consideração que não estamos, simplesmente, falando de um conteúdo escrito apenas com palavras. Talvez a parte mais relevante da notícia - ou o seu maior disparador de afetos como a estranheza, a confusão, mas também o otimismo

e a esperança - se dê na imagem que acompanha o texto. Ou, se tomamos a imagem como prerrogativa de análise, podemos dizer “a imagem que, propriamente, vem acompanhada de um texto”. Não há necessidade de priorizar um sobre o outro: o evento político efetivado se dá, justamente, no seu encontro e nos afetos e emoções produzidos a partir dele. Retomemos, portanto, a fotografia que ilustra a reunião de Damares Alves com entidades não governamentais LGBT+ no gabinete de transição, escolhida para compor a matéria “‘Abre-se uma porta de diálogo’, diz Damares após reunião com liderança LGBT” do portal UOL.

Como dito, o evento construído pela matéria nos coloca em contato com algo que não presenciamos. A informação sobre ela se dá, portanto, a partir do relato de alguém que estava lá. No entanto, a composição da notícia através da fotografia e do texto adiciona um complexificador para tal relato: ela mantém um elo de conexão entre o que está escrito e o que se passou, para além das palavras que performam a narração do evento já transcorrido. Voltando a Barthes (1980), este seria o elemento referencial da fotografia, aquilo que nos remete à sua função enquanto documento, ou seja, a comprovação de que algo, fora da página do portal UOL, realmente aconteceu.

Não me parece que teríamos qualquer motivo para duvidar da veracidade do encontro, caso a imagem não estivesse presente na composição desta notícia. No entanto, isso não implica na ausência de função referencial para a imagem utilizada. Quero dizer que a presença da fotografia, além de servir como documento e comprovação de uma veracidade para matéria, performa um evento específico a partir de sua conjugação com a textualidade, criando uma circunstância que só existe mediante a contingência de tal conexão. Sua referencialidade, assim, expande-se para além de uma função confirmatória de que o encontro, de fato, aconteceu; ela nos informa que o encontro aconteceu *tal qual* fora narrado pela matéria. Em outras palavras, a imagem materializa o texto ao passo que o texto materializa a imagem: ambos afirmam e performam a força otimista de um diálogo capaz de abrir portas para a comunidade LGBT+ e algumas de suas instituições representativas após meses de uma campanha difamatória e violenta contrária à diversidade sexual e de gênero.⁴⁹

⁴⁹ Em uma releitura de *A Partilha do Sensível* (2005), pude compreender melhor os problemas de Rancière sobre a função referencial da fotografia proposta por Barthes. Em síntese, o autor argumenta que “o real precisa ser ficcionalizado para ser pensado” (2005, p. 58), desenvolvendo sua ideia não a partir da constatação de que tudo seria, igualmente, ficcional, mas sim pela afirmativa de que a fronteira entre essas duas instâncias sempre se instaura a partir de um processo de mediação. Nesse sentido, a diferença com o pensamento barthesiano é clara, dado que a própria realidade externa à fotografia também precisaria ser pensada como uma realidade mediada. No entanto, minha proposta de conexão heterodoxa entre os dois autores pouco tem a ver com a “verdade” acessada pela fotografia, mas sim com o fato desse referente também ter uma função ficcional de performar um sentido para a imagem, que se complementa através do texto. O otimismo do diálogo se torna factível e verificável a partir da imagem que lhe acompanha. Trata-se menos de acesso direto à realidade e mais sobre uma mediação dos afetos e da política que a fotografia tem a capacidade de efetivar.

Se, com uma análise textual, pudemos descrever um direcionamento afetivo pelo qual a estranheza se mescla - ou, até mesmo, se transforma - em otimismo, um similar direcionamento pode ser acompanhado com a fotografia e, sobretudo, com conexão entre ambos. O otimismo se percebe no intercruzamento entre palavra e imagem: de um lado, temos o destaque sobre o significante “diálogo”, reiterado por dois setores que, meses antes, dificilmente poderiam estar de acordo - e com isso a abertura esperançosa de uma porta. Seja a porta da sala do gabinete de transição, por onde representantes de entidades LGBT+ entraram para uma reunião e entregaram uma carta com reivindicações recebida amigavelmente por Damares Alves, seja a porta metafórica que imprime a este acontecimento uma gama de possibilidades, que se contrapõem ao rechaço e à violência com os quais Bolsonaro usualmente se referia à diversidade sexual e de gênero na campanha presidencial. Do discurso de ódio e pânico, passamos ao diálogo - e poucos discordariam do caráter positivo de tal transformação.

Pelo lado da fotografia, é possível que tal diálogo - ou melhor, a promessa otimista de um diálogo - se materialize nos termos da imagem. Vemos, assim, trinta pessoas juntas posando frente a uma câmera. São brancas, negras, cis e trans. Seus corpos estão próximos e tocando uns aos outros. Uma mulher vestida de roxo parece estar abraçando outra mulher, de camiseta preta, ao seu lado, movimento que também se pode perceber em relação a um homem de camisa rosa no lado direito da imagem. No centro, está Damares Alves e, atrás dela, em um lugar mais elevado, Toni Reis, que dispõe sua mão direita sobre o ombro de um rapaz de camisa cinza à sua frente. A sua mão esquerda toca tanto no rapaz de cinza quanto no ombro da então futura ministra - que, como já sabemos, tem com ele uma amizade de longa data. Muitas pessoas na fotografia estão sorrindo. Algumas delas seguram bandeiras: duas com as cores do movimento trans (azul, rosa e branco), tendo uma o logotipo impresso de uma associação presente no encontro. Há também a clássica bandeira do arco-íris, que costuma representar o movimento LGBT+ em geral, segurada por três pessoas ao lado direito de Alves. Ela, que porta os braços cruzados à frente do corpo, tem o canto inferior esquerdo da bandeira entre seus dois dedos. Não segura a bandeira com as mãos, mas *toca* nela com a ponta dos dedos.

Seguindo a ideia de referencialidade (Barthes, 1980), sabemos que, incontestavelmente, esse grupo de pessoas não apenas realizou uma reunião, ou somente entregou uma carta para a futura ministra. Houve, além disso, um momento no qual os presentes se aproximaram, dispendo seus corpos lado a lado, tendo Damares Alves e Toni Reis no centro do grupo, empunharam suas bandeiras e posaram para uma fotografia,

portando a maioria um sorriso no rosto. Essa performance frente à câmera, que se fixou na imagem que temos acesso através da notícia, conectada com o texto que a acompanha, resulta na conjugação entre palavras e imagem pela qual se materializa o ímpeto otimista da promessa do diálogo. Temos, assim, a comprovação do relato, e a comprovação do campo afetivo que foi informado pela narração: através da figura de todos os participantes do evento, anteriormente antagonistas, agora juntos, corpo a corpo, posando em maioria sorridentes para uma câmera fotográfica.

Muitos brasileiros e brasileiras - especialmente aqueles que, da forma que seja, se relacionam com práticas de abjeção relacionadas às sexualidades e aos gêneros que performam o exterior constitutivo da norma cis-heterossexual - sentiram medo e receio frente à eleição de Jair Bolsonaro como Presidente da República. Medo e receio frente ao possível aumento da violência homofóbica e transfóbica, bem como a possível retração de direitos adquiridos recentemente no campo institucional. Esses afetos negativos podem ter sido sentidos como uma ameaça de perda de garantias jurídicas, aumento da precarização induzida, maximização da violência e, no limite, um perigo à vida, seja à própria vida ou à vida de outrem. Campanhas que assumiram esse receio foram abundantes em redes sociais virtuais entre o final de 2018 e o início de 2019, muitas delas forjando também algum ímpeto obstinado de resposta. *Slogans* criados e compartilhados entre *Instagram*, *Facebook*, *Whatsapp* e *Twitter* ainda ecoam em minha memória recente. “Se fere minha existência serei resistência”, que logo se transformou em: “se fere qualquer existência serei resistência”; até o mais piegas “ninguém solta a mão de ninguém”.

É plausível imaginar que, para essas pessoas - que experimentaram os eventos da época como um verdadeiro temor sobre os anos seguintes -, a conjugação entre então futura ministra do governo Bolsonaro e organizações LGBTQ+ no gabinete de transição tenham sido afetadas para além das composições emocionais e afetivas que mapeei aqui como possibilidades de leitura para a notícia; isto é: surpresa e desentendimento, seguidos de otimismo e esperança. Estou me referindo a afetos como alívio, consolação, sentimentos de redução da ameaça presente. Trazendo tais afeições para a experiência corporal, me refiro aqui à própria capacidade de respirar melhor, de superar um estado ansiogênico, de amenizar um afeto negativo.⁵⁰ Lembremos que, para Silvan Tomkins (2008), a condição positiva ou

⁵⁰ Não podemos deixar de considerar a possibilidade de que algumas dessas pessoas também tenham participado do fatídico encontro e, inclusive, posado para a fotografia aqui analisada. Seria errôneo supor que cada uma das trinta pessoas estava ali pelo mesmo propósito, ou que todas elas aceitaram participar da retórica institucional do MMFDH de forma desleal, buscando algum tipo de vantagem ou por manipulação ou ingenuidade. De fato, não podemos supor nada sobre a intencionalidade de nenhum participante da fotografia, ao menos em respeito ao arquivo que compõe a presente tese.

negativa dos afetos diz respeito à resposta corpórea que os sucede: se tentamos fazer com que a experiência cesse, trata-se de um afeto negativo; do contrário, positivo - ou, ainda, pode ser um afeto neutro, caso não nos engajemos corporalmente na sua continuidade ou na sua finalização. Se conseguimos nos livrar da experiência negativa de uma conjunção de afetos, sentimos alívio - como quando logramos sair de uma situação de perigo, independente de ser imaginado, real ou metafórico.

O que quero dizer com isso é que a campanha de Damares Alves em reação às temáticas LGBT+, iniciada antes sequer de assumir o posto de ministra do governo de Jair Bolsonaro, forjada em um ímpeto conciliatório que torna até mesmo estranhos os posicionamentos homofóbicos e transfóbicos do então presidente, performa um jogo emocional e afetivo - e aqui pouco importa se tal jogo foi realizado com intencionalidade ou não. Um jogo marcado pelo uso de ambivalências, onde a comunidade LGBT+ é por vezes reiterada enquanto opositora constitutiva do Governo Federal, e por vezes abraçada pelo mesmo Governo Federal sob o ímpeto da “proteção sem promoção”. Seja nas manifestações de Alves e outros representantes ministeriais em redes sociais *online*, canais de telecomunicação, matérias jornalísticas e entrevistas, seja na própria execução de políticas públicas voltadas às temáticas da diversidade sexual e de gênero a partir do MMFDH, vemos o jogo afetivo-emocional da ambivalência - e nele iremos adentrar mais concisamente a seguir. Traduzindo tal movimento a uma expressão popular da língua portuguesa, teríamos o “morde e assopra”. Sim, a mordida dói e pode doer muito, mas talvez seja ainda mais intensa a experiência do alívio estimulada pelo assopro.

Obviamente, não pretendo com tal análise exaurir os afetos despertados por essa fotografia e sua textualidade, como se não fosse possível sentir outra coisa que não essas mapeadas em minha descrição. É bastante provável que muitas pessoas tenham se mostrado céticas ao jogo afetivo aqui performado, ou se conectado com a notícia a partir de outros entrelaçamentos de afetos e emoções, tais quais raiva, nojo, ódio, ou simplesmente indiferença. O mesmo se passa em relação ao abraço entre Damares Alves e Toni Reis. É igualmente possível que essa descrição não se verifique na experiência de cada um dos membros que compõem a fotografia no gabinete de transição, mesmo aqueles sorridentes. A presente pesquisa foi realizada a partir da análise de arquivos, o que, por escolha própria, não me permite conversar com pessoas e perguntar algo como “o que você sentiu na reunião com Damares Alves quando o Governo Federal estava em fase de construção?”, ou “qual sua avaliação sobre tal encontro quatro anos depois?”.

A decisão por tal enfoque se deu, precisamente, pelo intuito de me afastar de qualquer perspectiva afetiva-emocional que reitera tais elementos em uma esfera de individualidade, interioridade ou a uma experiência intensamente pessoal frente a um evento ocorrido no exterior. Estou atuando na construção de cenas de afeto, refletindo sobre direcionamentos afetivos performados por, no caso específico, fotografias e textualidades, mas também manifestações públicas de agentes institucionais, programas governamentais, elaboração de políticas públicas e outros materiais. Essa perspectiva, digamos, poderia ser considerada um estudo social e político dos afetos, que não se desvincula do seu caráter experiencial, mas tenta compreendê-lo através de uma orientação afetiva - tal qual Silvan Tomkins nomeou como Imagem, assunto que mencionarei a seguir.

De qualquer modo, a partir da análise das duas imagens e suas textualidades, podemos perceber um movimento que se mostrou corrente durante os quatro anos de governo de Jair Bolsonaro, que tentei mapear e descrever na presente tese: o jogo afetivo e emocional pelo qual ambivalências tornaram viável, possível e até mesmo desejável alguma aproximação institucional do MMFDH com as pautas da diversidade sexual e de gênero. Essa aproximação contingente mostrou-se benéfica e eficaz para o Governo Federal a partir de muitas frentes. Em primeiro lugar, como apontado a partir da caixa de comentários da postagem no *Facebook* de Damares Alves, se mantiveram coesas as relações entre uma militância antigênero não implicada em suavizações ou concessões para seus paradigmas estritos a respeito da diferença sexual e da heteronormatividade com o governo de Bolsonaro, permanecendo sem grandes conturbações a sua base de apoio advinda de conservadorismos políticos e religiosos. Por outro lado, efetivou uma imagem de conciliação que, em termos gerais, foi bem aceita por seus apoiadores, a partir da assunção de que, ao contrário do que a crítica apontava, sobretudo em relação ao campo político da esquerda, o Governo Federal e seus funcionários não atuavam em nome da homofobia, da transfobia ou de qualquer outro preconceito.

Um terceiro eixo se dá na relação do ministério com as organizações LGBTQ+, que pudemos ver mais claramente através da matéria publicada no portal UOL. Ainda se tratando de um governo de transição, a gama afetiva performada pelo encontro, o recebimento da carta, a fotografia e seu relato em forma de notícia direcionam afetivamente o leitor ou a leitora a um futuro mais conciliatório, onde o antagonismo retórico violento parecia dar lugar ao diálogo e aos sorrisos. Esse terceiro eixo incide politicamente aproximando determinadas associações LGBTQ+ do ministério e, por consequência, do Governo Federal - o que sustenta sua imagem mais conciliatória e menos preconceituosa, ao mesmo tempo que neutraliza as

relações possíveis de antagonismo possivelmente capitaneadas pelo movimento LGBTQ+ em termos gerais. O recebimento das associações no gabinete de transição foi o primeiro passo para essa construção produtiva, que atualiza o discurso antigênero dentro dos seus limites institucionais assumidos a partir da eleição de 2018, em uma atuação que não se desenvolve apenas pela restrição, mas também pela produção de novas relações institucionais entre o Poder Executivo comandado pela extrema-direita e as pautas da diversidade sexual e de gênero - em uma modo de ação das ofensivas antigênero substancialmente distinto de outras localidades do globo.

Esse ponto me parece fundamental para compreender o jogo afetivo performado por tais ambivalências, que seguiram se sucedendo, de forma ainda mais intensa, ao longo dos anos de mandato de Jair Bolsonaro, principalmente em relação ao MMFDH. Como visto, as ambivalências criam um outro direcionamento afetivo, que se desdobra e difere daquela performada por Bolsonaro nos seus anos enquanto figura pública e, mais substancialmente, na campanha presidencial de 2018. Trata-se da condução de um trânsito afetivo e emocional, que altera o registro sensível acerca do projeto político encabeçado pelo então presidente eleito e seus antagonistas constitutivos. Uma passagem do medo, da angústia, da raiva e do ódio para algo que passa pelo estranhamento, pela dúvida e a surpresa, mas que pode ir se encaminhando a algo mais próximo do otimismo, da esperança e, principalmente, do alívio. O fato político da reunião, que engloba a sua documentação através de palavras e imagens, informa uma mensagem carregada de afeto: há possibilidade de diálogo, onde se supunha que havia apenas violência e discurso de ódio. Não há porque sentir medo, aparentemente - e, de fato, um grande número de pessoas estava com medo.

Mesmo que tal conexão entre ativistas e o ministério possa ter sido vista com ceticismo, o comprometimento de Alves em não retroceder em direitos adquiridos e promover certo apaziguamento entre movimentos LGBTQ+ e o governo Bolsonaro possibilitou a criação de uma imagem flexível para o Governo Federal, podendo este se conectar, a partir de diferentes práticas articulatórias e sem danos relevantes, tanto à defesa quanto ao rechaço da diversidade sexual e de gênero. Tal ambiguidade permitiu que Damares Alves, diversas vezes, afirmasse que o ministério por ela administrado, cuja pauta LGBTQ+ não fora abandonada (algo que será problematizado em páginas adiante), seria a confirmação do interesse do Presidente da República no combate à violência, inclusive a violência homofóbica e transfóbica. Assim sendo, Bolsonaro - por mais de uma década reconhecido como o oponente central de projetos como o “kit gay” e a “ideologia de gênero” - agora

aparece como aliado da comunidade LGBTQ+, principalmente em temáticas relativas à segurança.

Obviamente, tal afirmativa soaria falaciosa para boa parte das pessoas que acompanharam a trajetória política do ex-presidente. No entanto, foram muitas, durante os quatro anos de governo, as menções de que ele, pessoalmente, não seria homofóbico ou transfóbico, bem como não o seria enquanto gestor público, tal qual veremos a seguir. Não quero dizer, com isso, que a figura de Bolsonaro foi de fato amenizada por tais ímpetos, ou que seu governo passou a ser lido socialmente como um aliado da comunidade LGBTQ+. O importante aqui não é uma mudança drástica de uma imagem pública impulsionada pela assunção do cargo máximo no Poder Executivo, onde, supostamente, sua retórica belicista e violenta não teria espaço. Sabemos que não foi isso que aconteceu. O que quero salientar é que tais ímpetos permitiram que o MMFDH e o Governo Federal de forma mais ampla se aproximassem das temáticas da diversidade sexual e de gênero, não necessariamente eliminando, mas suavizando significativamente o antagonismo entre o Estado e movimentos sociais organizados, através das tão mencionadas ambivalências.

Isso é importante por duas razões. A primeira delas é que tal movimento, carregado de um jogo afetivo e emocional intenso, tal qual descrito acima, se fez possível mediante a participação de importantes organizações não governamentais voltadas aos direitos da comunidade LGBTQ+. Não à toa, essa aproximação institucional entre governo e ativismos, bem como o caráter otimista a que lhe foi atribuído, fora realizada antes mesmo do início do mandato de Jair Bolsonaro, a partir de um MMFDH ainda em formação. Reitera-se, portanto, o papel fundamental de Damares Alves nisso que estou chamando de uma reorganização das ofensivas antigênero mediante sua inserção no Poder Executivo durante seu mandato. No entanto, o efeito positivo e propositivo que tais ações performaram para o governo diz respeito, também, à aceitação de uma forma mais cordial de tratamento de um projeto de extrema-direita por parte de organizações LGBTQ+ e seus representantes, que, ao fim e ao cabo, também se envolveram na produção de uma forma específica de políticas para a diversidade sexual e de gênero articulada ao rechaço à suposta “ideologia de gênero”.

A segunda é que tal articulação inusitada entre proteção da população LGBTQ+ e repúdio à “ideologia de gênero” firmou-se como a base para as políticas implementadas pelo MMFDH e pelo Governo Federal. Em síntese, conjugando práticas de oposição, rechaço e coerção às temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero a implementação de políticas voltadas, de fato, à população LGBTQ+ - algo que toma maior densidade e explicitação a partir de enunciados como “proteção sem promoção”. Em ambos os casos, tais

práticas podem ser acompanhadas tanto pela via retórica, na produção de discursos, quanto pela implementação de políticas públicas - de forma que, como já sugeri, os dois modos de ação não devam ser tomados como separados, e sim como partes de um mesmo processo articulatório. Ademais, tal contexto nos fornece pistas importantes para perseguir a conjectura apresentada no capítulo anterior, de que a modificação das ofensivas antigênero a partir de sua inserção no Poder Executivo brasileiro implicou uma reordenação de suas práticas - não apenas no campo da suavização do discurso de ódio, mas também na transação de um modo de ação repressivo e coercitivo para um modo produtivo, conforme refletido a partir da “crítica da hipótese repressiva” foucaultiana (Foucault, 2014). Esses dois pontos são fundamentais para o que abordarei daqui para frente.

2.2 Imagem, Otimismo, Políticas de Aliança e Antagonismo

O conceito de Imagem, para Silvan Tomkins (2008), diz respeito a mais elementos que aqueles os quais, comumente, nomeamos como “imagens” - em geral, manifestações visuais que podem ser caracterizadas a partir de formas, cores etc. - embora também os englobe de forma significativa. Em síntese, Imagem, para o autor, se refere a representações mentais constituídas por sensações, percepções, afetos, emoções, encaminhados na elaboração de significados. Nesse sentido, a Imagem conecta o campo afetivo e sensorial ao campo cognitivo, promovendo a base para a aquisição de um sentido para determinado objeto ou situação. Considerando que boa parte de sua formação se dá em uma experiência compartilhada, é possível compreender que a Imagem, sendo ela fundamental na formação de um entendimento, apresenta fortes conexões com um plano mais amplo que o da individualidade, de modo que o direcionamento afetivo por ela fornecido possa ser traçado enquanto um direcionamento social, cultural e político, para além de uma experiência intransponivelmente pessoal. Isso, obviamente, não implica afirmar que os afetos e suas confluências se resumem a produções culturais e sociais; pelo contrário, tal assunção nos provoca a pensar justamente sobre a interconexão entre uma experiência corpórea e o mundo onde ela se circunscreve.

Dito isso, o panorama afetivo e emocional traçado a partir das imagens aqui descritas nos encaminha à produção de uma Imagem, na associação entre códigos visuais e textuais. O abraço da primeira fotografia, bem como os corpos juntos e os sorrisos da segunda se entrelaçam às palavras que lhes colore enquanto significações, tais quais a “amizade”, o “respeito” e o “diálogo”. Chamei de otimista tal conjunção de signos, à medida que ela se

contrapõe a um modo muito menos afável de relação entre o então Presidente da República e os temas da diversidade sexual e de gênero, demonstrando, de um lado, que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (e, especialmente, a sua representante Damares Alves) se diferenciaria de um ethos violento, homofóbico e transfóbico e, de outro, que o próprio Governo Federal, em termos gerais, poderia ser compreendido, a partir de tais atos e declarações, como mais aberto às questões relativas aos assuntos LGBT+. As duas imagens que compõem a cena trabalhada neste capítulo, contudo, indicam que tal Imagem não foi uma unanimidade, de modo que o ímpeto conciliador possa também ser colocado em questionamento como nas práticas de ceticismo ou discordância.

Tal perspectiva me leva a refletir sobre como a construção de uma Imagem não necessariamente se dá de forma encerrada e exclusiva, sendo passível de questionamentos, realocações e transformações. Isso se faz importante no presente trabalho devido a dois eixos de entendimento: o primeiro é que existem níveis diferentes de cristalização de Imagens, de forma que haja a possibilidade de disputá-las e, efetivamente, modificá-las, conforme os arranjos contingentes nos quais são edificadas. O segundo é que, se conectarmos tal asserção a uma perspectiva política, podemos considerar que é justamente nessa disputa entre percepções, afetos, emoções e significados que toma corpo a própria política (no caso aqui abordado, tanto na via de sua consolidação quanto na de sua contraposição).

Com tais ponderações, quero ressaltar o modo como a Imagem captada pelo trabalho com as duas imagens e suas textualidades se beneficia politicamente tanto de seu fechamento quanto de sua abertura, tanto de sua precisão quanto de sua falha. O êxito da imagem otimista permite a associação efetiva do MMFDH e do Governo Federal de forma mais ampla à gama de assuntos concernentes à diversidade sexual, atuando em parceria com ONGs LGBT+ e representantes da política institucional da esquerda, que usualmente se colocariam enquanto antagonistas dessas duas instituições de forma unívoca. A falha na Imagem de otimismo também permite que as práticas ministeriais e governamentais circulem entre seus apoiadores sem que isso cause prejuízo significativo para ambos, de modo que as relações entre governo e setores mais conservadores, nada interessados na “proteção sem promoção”, se mantenham intactas, assim como se livre de grandes polêmicas destrutivas o ministério durante os quatro anos de governo.

É possível, inclusive, conjecturar a formação de Imagens distintas, a partir de outras gamas de afetos e emoções direcionados pelo mesmo aparato institucional, fazendo com que o governo Bolsonaro tenha sido experienciado de modos não necessariamente coerentes por diferentes sujeitos e grupos. Por exemplo, acerca das temáticas de gênero e sexualidade,

podemos considerar que Imagens diferentes - a dizer, mobilizações afetivas e emocionais específicas - atuavam conjuntamente, de forma que discursos e práticas onde se reconhece a violência e o ódio fossem efetuados dentro do mesmo governo, em geral por atores distintos, mas por vezes inclusive pelas mesmas pessoas, como veremos mais claramente a seguir. Esse seria um modo multifacetado de ação antigênero dentro do Governo Federal, o que, nos termos da discussão sobre afeto e política, pode ser entendido como a construção de Imagens antigênero incongruentes, mas não necessariamente conflitivas, fazendo com que o combate à suposta “ideologia de gênero” fosse efetivado através de distintas sensibilidades, afecções, retóricas e persuasões. Por esse motivo, considero que tais ambivalências operam produtivamente, ampliando e complexificando a atuação antigênero por vias institucionais no Brasil.

Pois bem, ainda que direcionamentos de afetos e emoções distintos tenham sido empenhados pela mesma administração pública, sendo a mobilização de afecções positivas apenas uma parte da história, acredito que a Imagem de otimismo aqui descrita, bem como seu modo de aparição ambivalente, apresenta importantes dados para entendermos essa nova forma de ação antigênero pelas vias institucionais do Brasil recente. Como vimos e veremos com mais densidade a seguir, a novidade consiste em modificar o eixo de antagonismo entre atores vinculados ao combate à suposta “ideologia de gênero” e as próprias temáticas da diversidade sexual e de gênero, além de pessoas e grupos vinculados à sua defesa. O otimismo, em síntese, conota uma forma amigável de diálogo possível entre ambos, o que seria impensável em outros momentos ou lugares onde a retórica antigênero se estabelece.

Lauren Berlant (2011) foi uma autora ímpar no estudo do otimismo enquanto um afeto de significativa importância para a crítica social e cultural. Em seu livro *Cruel Optimism*, aborda o modo como nos apegamos à esperança em relação a objetos que prometem uma satisfação ou retorno positivo, mesmo quando esses nos frustram com expectativas não alcançadas. Podemos dizer, com o auxílio de Berlant, que vivemos em uma cultura que incentiva tais apegos de otimismo cruel, à medida que um grande aparato de orientação psicológica é dirigido para o incentivo da persistência em meio a adversidades, através de ferramentas como a “resiliência” e a “adaptabilidade”. Em síntese, o argumento é que, mesmo frente a transtornos e até mesmo fatalidades, há um direcionamento social de afetos para que nos detenhamos em narrativas de progresso e esperança, mesmo quando a realidade nos mostra o contrário. Ainda, o otimismo cruel não apenas atua na fixação a promessas de felicidade, mas também se constitui em esquemas de repetição, a partir dos

quais a frustração é atenuada pela ideia de que “desta vez vai ser diferente”, tal qual sintetizou Nunes (2022, pos. 903).

“Destas vezes vai ser diferente”. Tal frase me parece deveras ilustrativa para descrever a relação entre determinados atores e instituições LGBT+ com o MMFDH e com o Governo Federal de modo mais amplo. Digo isso porque ela nos estimula a considerar o fenômeno a partir de uma temporalidade: “desta vez” implica que já houve outras vezes, remetendo ao esquema de repetições pelo qual Lauren Berlant definiu o otimismo cruel. De fato, a relação entre ONGs voltadas à diversidade sexual e de gênero e o Estado Brasileiro, ao longo de diferentes governos com diferentes orientações ideológicas, é bastante longa e remete às políticas públicas efetivadas no combate à pandemia de HIV nos anos 1990 - momento importante para o estabelecimento dos ativismos LGBT+ contemporâneos no Brasil tal qual reconhecemos agora. Nesse sentido, é interessante atentar às particularidades brasileiras na formação de uma militância organizada a partir da década de 1990 e as suas especificidades em relação à história global, sendo uma delas, em minha apreensão, a proximidade com o Estado.

Lembremos, a título de comparação, que os grupos de ativismo norte-americanos que constam como precursores da política *queer* (como *Act Up* e *Queer Nation*) situavam-se em oposição ao Estado por sua negligência frente à epidemia de HIV/Aids, utilizando emblemas como *Silence = Death* e táticas agressivas de protesto, como jogar cinzas de pessoas mortas nos gramados da Casa Branca. No Brasil, já ao final da década de 1980, vemos que o caminho é bastante distinto: grupos de gays e lésbicas organizados participaram ativamente, em parceria com o Estado, da consolidação de políticas públicas voltadas para a prevenção do HIV. Aquele era o período da redemocratização, da Constituinte de 1988 e da formação do SUS em 1990 - momentos que tiveram considerável participação do incipiente ativismo LGBT+ brasileiro.

Tal conexão foi importante e trouxe resultados positivos para o modo como o país enfrentou a epidemia de HIV. Políticas públicas brasileiras voltadas a esse cenário são publicamente reconhecidas como exitosas (mesmo que ainda com desafios), e tal compreensão tem como base a articulação entre gestores de saúde, estado e movimentos sociais (Facchini & França, 2009). No entanto, pode-se afirmar que o caminho traçado por essas interlocuções manteve, ao longo dos anos, uma conexão íntima entre ativismo e Estado. A partir da década de 1990, nota-se uma circunscrição desse movimento social ao formato de organizações não governamentais (ONGs), que usualmente eram contratadas a fim de auxiliar na formação das políticas públicas. Se tal aproximação produziu atravessamentos

interessantes nas conexões entre governos e sociedade civil, também poderíamos afirmar que modulou as formas de ação do ativismo àquelas delimitadas pelo Estado. Financiamento de grupos, financiamento de eventos, incorporação de movimentos sociais no funcionamento estatal... Como poderia um movimento social ser crítico ao Estado quando está tão intimamente imbricado em suas práticas de gestão?

Para Machado e Prado (2014), as íntimas relações entre ativistas e governos resultaram em uma impossibilidade crítica para os primeiros, de modo a diminuir sua capacidade de oposição e divergência - que são constitutivos da própria arena política, se tomarmos a clássica definição de Chantal Mouffe (2015) acerca do antagonismo como fundamento ontológico do campo político, ou mesmo a perspectiva de Jacques Rancière (1996) sobre a política como um campo de desentendimentos que é capaz de modificar os códigos sensíveis e cognoscíveis⁵¹ para a própria experiência da realidade. Nesse sentido, aponta-se um borramento das fronteiras entre movimentos sociais e Estado, visto que o Estado passa a ser seu maior interlocutor - seja pela via de financiamentos para eventos, seja no direcionamento de pautas e agendas. Em uma relação de proximidade, o movimento político de construir um “nós” e um “eles” - sobre quem se desdobra uma demanda ou um antagonismo - é dificultado, à medida que o próprio limite entre ambos parece se confundir.⁵²

Gostaria de acrescentar, aqui, a ideia de que tal conexão íntima também operou em uma demarcação de inteligibilidade para a diversidade sexual e de gênero no Brasil. Não apenas nos termos de uma política institucional, mas também na produção de subjetividades para gays, lésbicas e pessoas trans, cujos modos de experiência e são delimitados a partir de condições discursivas-materiais de possibilidade, efetivando um tipo de diversidade possível e até mesmo *desejável* frente ao Estado - que segue como um importante agente regulador das normas de gênero, ainda que não o único. Como apontado, essa é uma análise que decorre inicialmente das relações entre ativismos e Estado quando da formação das políticas de resposta à epidemia de HIV/Aids. Contudo, complexificando tal raciocínio para tempos contemporâneos, vemos que o mercado também figura como um significativo fornecedor de inteligibilidade para a população LGBTQ+, além de circunscrever níveis de tolerância e

⁵¹ Essa seria uma diferença fundamental na obra do autor: resumidamente, a diferença entre “política”, tomada como tal des-reorganização da ordem sensível, e “polícia”, entendida como as formas e as normas pelas quais conseguimos compreender e categorizar o mundo (Rancière 1996; 2005).

⁵² Rafael de la Dehesa, que compôs a banca de defesa de tese, demarcou a importância de sinalizar que esta não é a história completa do ativismo LGBTQ+ no Brasil. De fato, podemos traçar linhas históricas de ativismo anteriores à epidemia do HIV, além de grupos posteriores que se mantiveram críticos às relações íntimas com o Estado. Considero muito importante tal delimitação, ainda que as especificidades dela decorrentes excedam os objetivos do presente trabalho. Para um apanhado geral desta história, sugiro o livro *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (4ª edição), de João Silvério Trevisan (2018).

aceitabilidade para a diversidade sexual e de gênero, tal como aponta Lisa Duggan (2002) na sua definição de “homonormatividade”.

De todo modo, enfocando o caso brasileiro de aproximação dos ativismos com práticas estatais e governamentais, podemos dizer que essas delimitam um modo de ser LGBT+ relacionado a um tipo de participação política e busca por reconhecimento e cidadania, ao mesmo tempo em que dificulta a organização de tais clamores em um tom de oposição e antagonismo. O financiamento estatal de paradas da diversidade exemplifica com precisão tal movimento paradoxal: de um lado, a promoção de eventos de festa e protesto em busca da efetivação de direitos, redução do preconceito e luta por igualdade; de outro, a confirmação do Estado como um aliado, ou, mais precisamente, um amigo desses movimentos.

Não é tão fácil fazer oposição a amigos. Sob tal perspectiva, Bruna Irineu (2014) também enfatiza criticamente a proximidade e as fronteiras borradas entre vertentes do ativismo LGBT+ e o Estado, apontando que, no contexto brasileiro, a atuação política institucional comumente se traduz na propagação de violências contra segmentos vulnerabilizados da sociedade, inclusive contra pessoas relegadas ao campo da abjeção sob o discurso heteronormativo. Nesse sentido, a fusão entre parte dos ativismos e o Estado resumiria a luta por participação social e política a uma “cidadania limitada” e “de consolação”, cujos critérios remeteriam, novamente, à sustentação do modo de produção neoliberal e de um ideal de soberania da nação, como também apontaram João Manuel Oliveira (2013) e Peter Drucker (2017).

A análise de Irineu (2014) remete a um momento específico da vida política do país, experienciado em mais de uma década na qual o Governo Federal assumiu, ao menos retoricamente, vinculação a certos ideais e princípios remetidos à esquerda. A vinculação, no entanto, não deve ser tomada de modo linear, à medida que, bem como aponta a autora, tal nomenclatura não mitigou opressões perpetradas pelo Estado, dentro das quais também podemos situar a construção de hidrelétricas em território indígena ou a utilização da Força Nacional para conter protestos populares, como já mencionado no capítulo anterior. Além disso, mesmo as conquistas no campo específico dos direitos da população LGBT+ podem ser problematizadas, principalmente se tomarmos como eixo temporal de análise os dois mandatos de Dilma Rousseff, onde, nas palavras de Oliveira Júnior & Maio (2015), se instaura uma “cultura do desagendamento” nas políticas sociais. O cancelamento dos cadernos anti-homofobia, decisão de Rousseff argumentada com critérios semelhantes aos utilizados por seus detratores, foi um primeiro momento de ação antigênero no Estado

Brasileiro, como argumentei em outro trabalho (Maracci, 2019), e que serve de base para o que estamos falando aqui.

Não poderia afirmar que tais circunstâncias mantiveram ilesas as relações entre o governo e os ativismos LGBTQ+. De fato, houve críticas importantes, como a publicação de todo o material vetado por Rousseff na Revista Nova Escola, em uma parceria com a ONG ABGLT, que havia participado de sua construção.⁵³ No entanto, é notável que o governo petista nunca perdeu essa base de apoio - houve críticas, mas nunca rompimentos. Recordo, inclusive, das inúmeras passeatas pró Rousseff na eleição de 2014, organizadas na cidade de Porto Alegre pelo Bloco da Diversidade - momentos de campanha que uniam milhares de pessoas portando bandeiras do arco-íris sobrepostas com a foto da então candidata à reeleição. Três anos depois dela enfaticamente vetar o “kit gay”, em um movimento que deu ensejo à retórica reacionária de que aquele material, de fato, seria uma imposição de orientações sexuais diversas no campo escolar (Maracci, 2019)

Obviamente, tal panorama não busca fazer equiparações entre os governos de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, mas sim apontar que a lógica de boas relações entre organizações pró diversidade sexual e de gênero e governos de distintos matizes ideológicos já apresenta um longo histórico na política brasileira. No entanto, podemos considerar duas novidades nesse campo durante a era do bolsonarismo no Poder Executivo: por um lado, a vinculação de determinados grupos LGBTQ+ a um projeto de governo explicitamente comprometido com o autoritarismo político e, por outro, a forma como tal relação aparentemente positiva influenciou no próprio combate a temáticas relacionadas ao gênero e sexualidade, sendo utilizada como parte componente do combate à suposta “ideologia de gênero” - uma agremiação, no mínimo, confusa.

“Todos os apegos são otimistas”, escreveu Lauren Berlant (2011. pos. 487, tradução própria), mas nem todo otimismo é cruel. O vínculo estabelecido entre atores políticos voltados à defesa da diversidade sexual e de gênero a um governo autoritário parece incidir, tal qual descrito pela autora, no campo de repetições pelo qual promessas de realização são continuamente frustradas sem que isso influencie na sua busca. Como dito, a não satisfação de demandas relativas ao movimento LGBTQ+ organizado já pode ser percebida em governos anteriores, sem que isso causasse grandes danos para a relação entre movimentos sociais e a gestão pública. Com a ascensão de um Presidente da República nacionalmente conhecido por

⁵³ Link para matéria na Revista Nova Escola: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011> (Acesso em 31 de julho de 2024).

suas posições homofóbicas e transfóbicas, o vínculo buscado e efetivado por tais organizações frente a uma promessa de diálogo advinda de Damares Alves pode nos indicar traços desse trânsito afetivo que culmina na crueldade.

Escrevo “pode nos indicar” propositalmente para apresentar uma possibilidade em meio a outras, demonstrando que o presente objeto também pode nos levar a outros caminhos de análise. Se nem todo otimismo é cruel, é possível conjecturar que a associação entre organizações e governos de diferentes matizes ideológicos, inclusive o autoritarismo e o combate à “ideologia de gênero”, também traga retornos positivos para ambos os lados. Isso implica considerar que organizações LGBT+ e pessoas de referência na área não necessariamente foram cooptados ou subjugados pelo bolsonarismo, nem que sua vinculação ao MMFDH e ao Governo Federal se dê em um campo de oportunismos ou mesmo de ingenuidade. Essa é uma relação mais complexa, permeada por muitas ambivalências, que reordena o campo das alianças e do antagonismo político, provocando consequências cuja avaliação dificilmente se encerraria em termos como “boas” ou “más”. É sobre isso que falaremos a partir daqui.

3 “PROTEÇÃO SEM PROMOÇÃO”

Após descrever e analisar construções performativas de diálogo e harmonia a partir de conjunções imagéticas e textuais, compreendendo-as como exercícios políticos de afeto positivo, creio que podemos, agora, ampliar este campo de ambivalências, levando também em consideração aquilo que o direcionamento emocional-afetivo ao otimismo e à esperança parece suprimir. Neste capítulo, demonstrarei como a Imagem de um ministério e de um Governo Federal empenhados na “proteção” da comunidade LGBTQ+ jamais impediu um compartilhamento de afetos e emoções negativos, sob as quais podemos chamar atenção à paranoia e suas respostas propositivas baseadas, muitas vezes, na violência política. Não à toa, o ímpeto de tais ações aqui mapeadas nunca deixou de ser, mesmo que periféricamente, o combate à suposta “ideologia de gênero” e seus fantasmas, como o fatídico “kit gay”. Por outro lado, isso não significa que entraremos agora em um terreno sombrio onde abjeção, medo, ódio e violência aparecem de modo “puro”, não balizados e mediados seja por limitações institucionais, seja pela continuidade das práticas de afeto e emoção que foram mapeadas no capítulo anterior.

Considero, justamente, que essa é uma das novidades a serem observadas nas modificações deste eixo das ofensivas antigênero a partir de sua inserção no Poder Executivo, especialmente a partir da ação do MMFDH: o fato de que o afeto negativo, ou mesmo o discurso de ódio, raramente é mobilizado sem alguma dose de mediação. Dessa forma, a Imagem acima descrita, construída na via das portas abertas do otimismo, aparecerá de modo constante, mesmo em circunstâncias que poderíamos julgar violentas, homofóbicas e transfóbicas. Estamos, afinal de contas, falando sobre ambivalências, e não raro, a partir daqui, o nojo, o medo, o amor e a preocupação aparecerão de forma contígua, fazendo parte de um mesmo objeto. Tal jogo afetivo-emocional, como venho argumentando, engendra uma esfera ideológica própria de ação ministerial, fortemente marcada pelo uso de afetos e emoções como constituidores de antagonismos e alianças políticas. Veremos, assim, como foi construída a retórica da “proteção sem promoção”, e as formas como tal enunciado se consolidou como um modo privilegiado de ação sobre a diversidade sexual e de gênero, participando ativamente deste jogo de ambivalências que aproxima e afasta contingentemente o MMFDH e o Governo Federal das políticas LGBTQ+.

Para adentrar essa cadeia mais densa de discursos e práticas políticas, o presente capítulo está dividido em três partes subsequentes: as duas primeiras se referem a diferentes cenas construídas a partir da conexão de materiais de ordens diversas, sendo descritas e

analisadas conforme as fundamentações teóricas que o encontro afetivo com o arquivo me suscitou. A terceira, por sua vez, trará uma discussão mais teórica - que só foi possibilitada a partir do contato e acompanhamento dos objetos -, voltada a propor uma noção de ideologia que dialogue epistemológica e politicamente com as ideias trabalhadas nesta tese, como afetos, emoções e a noção de “teoria fraca”. Algo similar ao que foi feito no capítulo anterior, com a diferença de que, agora, o arquivo que compõe as cenas, bem como as teorias que o acompanham, são substancialmente maiores. Isso se deu porque uma análise descritiva do contato harmônico e, paradoxalmente, antagônico entre afetos positivos e negativos sobre a diversidade sexual e de gênero me exigiu mais materiais de descrição e mais leitura teórica nas vias de uma compreensão possível e sensível para a problemática em voga.

O modo de inserção em tal trânsito afetivo e emocional mais amplo performado por tais ambivalências não poderia ser outro: falarei, inicialmente, do primeiro documento componente do arquivo no qual esta investigação se embasa que utiliza a formulação “proteção sem promoção”. Em seguida, a partir de uma entrevista analisada neste primeiro momento, o texto se encaminhará a uma problemática que se mostrou deveras interessante para a escrita desta tese: as diferenças corporais como lugares próprios e privilegiados para o exercício de algo reconhecido como razão e de algo reconhecido como emoção, reiterando um binômio clássico para a análise política, mas a partir de uma forma bastante surpreendente. Este foi mais um incidente e uma surpresa que tive no momento da escrita, à medida que me vi inserido, a partir dos movimentos próprios da investigação, em uma problemática que considerarei profícua para compreender os arranjos dos afetos com o poder que permeiam a apreensão pública da diversidade sexual e de gênero. É sob tais constatações que me dirigirei, por fim, ao tema que considero mais delicado, mas que tentarei abordar com a força - ou seja, a efetividade - das teorias fracas, tal qual nos ensinou Silvan Tomkins (2008). Estou falando sobre a noção de ideologia e uma postura de humildade metodológica frente a ela - o que, para alguns, pode soar bastante contraditório ou até mesmo ingênuo. Espero, portanto, que das contradições e da possível ingenuidade apareça algo que, no mínimo, nos faça pensar.

3.1 Paranoia e a Construção do “Bem Comum”

Começemos, pois, com um pouco de contexto: em janeiro de 2021, foi lançado um edital de pesquisas, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao Ministério da Educação, voltado à proteção de uma

instituição supostamente em ameaça: a família brasileira. Trata-se do edital “Família e Políticas Públicas no Brasil”⁵⁴, que teve duas edições entre os anos de 2021 e 2022, fomentando financeiramente investigações acadêmicas que versavam sobre tal temática. O referido edital visava a fomentar estudos para o fortalecimento de vínculos familiares como uma forma de proteção social. No texto do projeto, não se verifica qualquer menção a possibilidades mais amplas do conceito de família que não se restrinjam fundamentalmente à relação entre um homem e uma mulher. O problema, no entanto, vai além da heteronormatividade na apresentação formal do projeto, mas engloba também sua apresentação pública - ou seja, os modos como foi utilizado como um tipo de publicidade para o MMFDH e para o Governo Federal, atuando na comprovação do seu interesse pela valorização da família e o rechaço ao suposto perigo que tal instituição vinha sofrendo nos anos anteriores.

A promoção de um ideal de família, como sabemos, foi fundamental para a retórica de Bolsonaro e Alves durante os quatro anos de mandato, e mantém-se ainda como um tema incontestável na política brasileira contemporânea, sempre carregado de afetos positivos (deve ser valorizada) e negativos (está sofrendo uma ameaça). O referido edital, especialmente pelas formas como se tornou objeto de publicidade do governo, incide diretamente sobre essas duas formas de afeição acerca de uma ideia de família - aqui, presumidamente heterossexual. Em uma entrevista dada por Alves à deputada Bia Kicis, vinculada ao Partido Liberal, sobre o projeto recém lançado, disponível no canal de *Youtube* da parlamentar, a ex-ministra endossa uma versão heteronormativa para o significante “família”, composta, sinteticamente, por um homem, uma mulher e sua prole. É notável, já no primeiro momento, uma diferença entre o documento institucional e o seu uso como material publicitário para o governo em canais menos formais de comunicação, tal como um vídeo compartilhado em uma das maiores redes sociais *online*.

Como disse, o texto do projeto não menciona possibilidades de organização familiar que não se refiram ao modelo normativo heterossexual, enquanto o material audiovisual já se coloca de modo mais diretivo no campo dos discursos e dos afetos, reiterando, incisivamente, uma concepção idealizada de família constitutivamente contraposta à diversidade sexual e de gênero. Mas esse não é um vetor unívoco, dado que a então ministra afirma, no mesmo vídeo, o compromisso de sua administração com a população LGBTQ+, utilizando então a fatídica

⁵⁴ *Link* para o edital:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/formacao-de-recursos-humanos-em-areas-estrategicas/familia-e-politicas-publicas-no-brasil><http://www.gov.br> (Acesso em 31 de julho de 2024).

construção frasal: deve-se fazer a “proteção, mas não a promoção” (Canal de Bia Kicis, 2021).⁵⁵ A família (agora explicitamente heterossexual) torna-se o lócus privilegiado dessa “não promoção” da diferença - associada com a famigerada “ideologia de gênero” -, e isso justifica o investimento financeiro em pesquisas que abordem o assunto em um sentido de restauração e reconstituição de seu corolário moral.

Se acompanharmos o discurso de Alves na entrevista com Kicis, veremos que existe uma dimensão de pânico associada à “era anterior”, na qual escolas e universidades brasileiras estariam supostamente empenhadas em contrapor valores conservadores centralizados na família heteronormativa e nos papéis sociais de homens e mulheres enquanto opostos complementares (Warner, 1993). A então ministra elenca uma série de eventos referidos a escolas e universidades, muitos deles distorcidos, para comprovar a dimensão de um projeto nacional contrário à ideologia conservadora, no momento encabeçada por ambas e por muitos outros representantes, tais quais o então Presidente da República. Sintetizando os problemas com que os assuntos LGBTQ+ eram tratados em governos anteriores e a resposta prática com que seu ministério encabeçaria, agora de forma justa, as mesmas questões, Alves afirma no vídeo: “A pauta não era de cuidado e de proteção, era uma pauta ideológica e de poder” (Canal de Bia Kicis, 2021).

Segundo Kicis e Alves, a eleição de Bolsonaro seria uma resposta a tal cenário, a manifestação de que o povo brasileiro havia chegado no limite após anos de um projeto de desconstrução de seus valores fundamentais. Tal desconstrução apresenta uma lógica paranóica, associando, de forma eminentemente pejorativa, fatos ocorridos em lugares e contextos distintos, sem qualquer relação entre si, como comprovantes disso que seria um plano ideológico nacional. Esse enredo efetiva uma conexão entre materiais voltados à educação sexual em escolas a elementos caricatos, como a performance artística “Xereca Satânica”, realizada em uma universidade federal no ano de 2014. Conecta projetos de redução do preconceito homofóbico em salas da aula a materiais que, supostamente, legitimariam relações sexuais entre pais e filhos. De fato, não é uma estratégia nova ou desconhecida - como apontado na introdução, o então parlamentar Jair Bolsonaro já afirmava, em 2011, que o kit de combate à homofobia financiado pelo Ministério da Educação, por ele apelidado pejorativamente de “kit gay”, tornaria “nossos filhos presas fáceis para pedófilos” (Maracci, 2019).

⁵⁵ Link para entrevista: <https://www.youtube.com/watch?v=qouL-2javsY&t=3264s> (Acesso em 31 de julho de 2024).

No entanto, é importante atentarmos ao jogo retórico efetivado por tal associação: não estaríamos falando, apenas, da experiência da diversidade sexual e de gênero, ou da existência de pessoas homossexuais ou transexuais, mas sim de sua “promoção”, de sua imposição a crianças e adolescentes principalmente através do campo educacional - em síntese, a própria “ideologia de gênero” e suas terminologias derivadas. Essa separação, fundamental para a política de ambivalências, é asseverada por Bia Kicis e Damares Alves na entrevista, quando se referem às políticas voltadas à diversidade sexual e de gênero levadas a cabo (ou supostamente levadas a cabo) por governos anteriores, onde tais temáticas eram apenas instrumentalizadas enquanto ideologias perversas. De fato, é possível afirmar que a separação entre um uso político e ideológico da diversidade sexual e de gênero é transversal ao conteúdo do vídeo, de modo a sistematizar e justificar uma nova forma de ação do ministério, que leva em conta a “proteção” de pessoas LGBTQ+ ao mesmo tempo que atua na destituição da “ideologia de gênero”. A justificativa para tanto se dá por duas vias conjuntas: uma delas mais institucional, referida à obrigatoriedade de implementação de políticas de Estado, e a outra mais voltada a uma política afetiva, na qual, como vimos, vigora uma atmosfera de afetos positivos como o cuidado e o amor, tal qual afirma Damares Alves, que já antecipa uma crítica de seus aliados conservadores, como demonstrado no capítulo anterior:

É política de Estado. Tem muito conservador que não gosta de ouvir isso, mas nós vamos respeitar os direitos deles e cuidar deles, é isso que eu estou fazendo. E posso dizer uma coisa? *Eu sou apaixonada por eles*” (Canal de Bia Kicis, 2021, grifo meu)

Na mesma direção, a gama de ambivalências é densificada por Bia Kicis a partir de sua distinção entre um “sujeito LGBTQ” e um “militante”. Para ela, um “militante” estaria sempre descontente, desenvolvendo sua ação política apenas para “destruir o governo Bolsonaro”. Em contrapartida, o “sujeito LGBTQ comum” já teria percebido que suas causas não seriam levadas a cabo em nome do “cuidado” em anos anteriores, mas sim da manipulação política. Neste sentido, a deputada parece demonstrar como o combate à “ideologia de gênero” pode operar simultaneamente a uma retórica que abraça os sujeitos aos quais ela, da mesma forma, se opõe. Segundo Kicis, o “sujeito LGBTQ” (aquele que não é “militante”), passaria pela seguinte tomada de consciência: “Agora eu não estou servindo de bandeira para um grupo. Agora estou sendo visto como pessoa” (Canal de Bia Kicis, 2011). Tomada de consciência essa que o libertaria da ideologia promovida pelas militâncias, atingindo um grau efetivo de reconhecimento que se dá tanto por via institucional (a partir do

trabalho ministerial desenvolvido por Damares Alves) quanto no campo dos afetos, de modo que o combate virulento à tendência ideológica da “agenda LGBT” garantiria ao “sujeito LGBT” o reconhecimento enquanto uma pessoa, que merece proteção e cuidado, e não meramente um instrumento político.

Na continuidade de tal perspectiva, notamos que a ênfase da então ministra não se vincula a um rechaço à diversidade sexual e de gênero *per se*, mas sim um rechaço aos supostos abusos perpetrados em seu nome. O problema não seriam os homossexuais ou as pessoas trans - afinal de contas, como já vimos, o MMFDH havia aberto uma porta otimista de diálogo com a comunidade LGBT+ -, mas sim a suposta ideologia imposta a nível nacional de contraposição aos valores conservadores, em cujos efeitos nefastos poderíamos encontrar a pedofilia - a dizer, a “ideologia de gênero”. E, neste ponto, toma lugar a distinção fundamental que parece sumarizar os ímpetus políticos ministeriais acerca da diversidade sexual e de gênero no Governo Bolsonaro: proteção *versus* promoção. Nas palavras de Damares Alves:

Deixa eu falar para a gente deixar muito claro. Duas palavras: promoção e proteção. O governo Bolsonaro não faz promoção da pauta, ele protege os gays. É isso! É essa a diferença, gente. Nós não fazemos promoção, nós fazemos proteção (Canal de Bia Kicis, 2021).

A construção “proteção sem promoção” e afins se repete em outros momentos da entrevista e, como já dito, em muitos outros pronunciamentos públicos de Damares Alves ao longo dos anos em que atuou como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Usualmente, tal enunciado performativo é utilizado na justificação de que não há política homofóbica ou transfóbica que possa ser associada ao ministério ou ao Governo Federal de forma mais ampla, englobando tanto a sua própria figura quanto à de Jair Bolsonaro, ao contrário do que pregariam os “militantes” (utilizando a terminologia de Bia Kicis). De fato, em uma lógica similar às falas apaziguadoras do encontro com entidades LGBT+ no gabinete de transição, Alves ainda afirma na entrevista a legitimidade dos direitos adquiridos pela população LGBT+ brasileira em anos recentes, certificando seu respeito à institucionalidade de tais decisões e a necessidade de agir no cuidado com pessoas cujas demandas não foram contempladas pelas decisões do Poder Judiciário:

As pautas do movimento gay estão consagradas. E não foi no Executivo que elas foram consagradas, foi no Judiciário. Então eles têm o crime de homofobia hoje, garantido pela Suprema Corte. Eles já garantem a adoção no judiciário. E eles já

garantem o casamento. A pauta deles, esses três temas, já está consagrada. Então vocês não estão vendo mais essas militâncias todas LGBT. Eles conseguiram as pautas deles. Agora, a gente ainda tem violência na rua contra travestis. E nós vamos cuidar deles (Canal de Bia Kicis, 2021).⁵⁶

Essa passagem é de extrema relevância para a presente análise, à medida que direciona os caminhos possíveis para a relação proposta pelo MMFDH com as temáticas da diversidade sexual e de gênero, especialmente quando assumem uma forma de ativismo político. Na construção verbal de Damares Alves, a “consagração” de alguns direitos LGBT+ por meio do Poder Judiciário - a dizer: o crime de homofobia, o casamento e a adoção - garantiriam tanto um ponto final tanto para a necessidade de ativismos quanto a própria diminuição dos movimentos militantes, como se vê na frase: “Eles conseguiram as pautas deles” (Canal de Bia Kicis, 2021). Ao reduzir as pautas e uma suposta resolução a três decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministério atua de forma ambivalente no reconhecimento de tais jurisprudências ora enquanto direitos adquiridos (“consagrados”), ora no entendimento de que o ativismo político não teria mais necessidade de existência; afinal de contas, suas demandas já teriam sido resolvidas. Tal prerrogativa remete diretamente à distinção feita minutos antes por Bia Kicis, quando separou os “sujeitos LGBT” dos “militantes”: se não há mais motivos para o engajamento na militância dadas as resoluções judiciais, essa pode ser facilmente resumida ao descontentamento e às tentativas de destruição do Governo Bolsonaro, sem dizer respeito a lutas por justiça, cidadania, direitos, entre tantos outros.

Por outro lado, isso não implica, por parte da então ministra, em qualquer recusa ao diálogo com movimentos políticos de ativismo LGBT+, como já vimos no capítulo anterior. A grande questão é o enquadre político efetivado pelo ministério acerca das demandas que são ou poderiam ser encampadas por tais grupos. A dizer, aplicando a lógica de “proteção sem promoção”, nota-se que os investimentos do ministério (tanto no nível discursivo e afetivo quanto no nível das políticas públicas) vão consolidando de maneira prática o fatídico enunciado, incutindo inclusive no repasse de verbas e nos programas efetivados conjuntamente com organizações LGBT+ (esse assunto será abordado no capítulo seguinte). O que vemos, dessa forma, é que os ativismos vão sendo subjugados à lógica da “proteção”, à medida que três demandas (consideradas as únicas demandas) já haviam sido garantidas por

⁵⁶ Percebe-se que a então ministra, neste momento, utiliza o pronome masculino para se referir ao substantivo “travesti”. No entanto, foi notável na presente pesquisa que, na maioria dos casos analisados, Damares Alves se refere “às travestis”, e, quando se dirige a uma pessoa específica, usa o pronome adequado para seu gênero, como será visto no subcapítulo a seguir, onde toma protagonismo a relação entre Alves e Marina Reidel.

decisão do STF - de forma que, frente às pautas legítimas e “consagradas”, ações de “promoção” podem ser facilmente lidas e repudiadas sob o signo da “ideologia de gênero”. Na colaboração com o MMFDH, assim, resta ao ativismo apenas a “proteção” - e é fundamental ressaltar que importantes instituições militantes/ativistas brasileiras aceitaram agir em consonância com o ministério sob tais termos.

“Proteção”, portanto, torna-se o eixo privilegiado de ação do MMFDH, em uma oposição constitutiva à “promoção”. A “proteção”, nas palavras de Alves, comumente é referida afetos negativos experienciados por pessoas em situação de vulnerabilidade, tendo a figura das travestis como um ponto nodal a respeito das temáticas LGBTQ+. Obviamente, a violência contra a população trans no Brasil é drástica; no entanto, nota-se que tais circunstâncias, nas palavras de Damares Alves, não são sequer tomadas como demandas políticas. Se o casamento, a adoção e a criminalização da homofobia foram consideradas pautas legítimas do movimento LGBTQ+ (ou “movimento gay”, utilizando a terminologia precisa do vídeo), a violência contra travestis brasileiras não é enquadrada da mesma forma. Existe, sim, o reconhecimento da desigualdade e da precariedade, mas não de movimentos emancipatórios (o que colocaria tais significantes, inevitavelmente, no campo da “militância”). Deste modo, o afeto negativo experienciado pela transfobia (palavra que, cabe dizer, raramente é mencionada) é compensado pelos afetos positivos do acolhimento e do amor imbuídos no campo da “proteção”. Soma-se a isso a construção de um entendimento para o “sujeito LGBTQ+” apartado de ideologias, como informado por Bia Kicis, em oposição à suposta instrumentalização de tais figuras no campo político feita em anos anteriores - o que confirma a mudança de paradigma operada pelo MMFDH, a dizer, o foco na “proteção sem promoção” como uma prática de suposto reconhecimento legítimo para pessoas para as quais tal reconhecimento fora historicamente negado por práticas de abjeção. É o momento que o “sujeito LGBTQ+” passa a “ser visto como uma pessoa”, nas palavras da deputada.

Neste ponto, enunciados tão díspares quanto “menino veste azul e menina veste rosa” e “proteção e não promoção” parecem se aproximar e construir um campo contíguo de ação protetiva, mesmo quando os enunciados podem ser lidos como violentos e preconceituosos. A partir de tal jogo político ambivalente de afetos e emoções, frases impactantes como “menino veste azul e menina veste rosa” podem assumir significados menos explicitamente homofóbicos ou transfóbicos. A dizer, se o enunciado se insere nessa resposta aos anos de desconstrução de nossos valores fundantes, se o alvo não seria a diversidade sexual e de gênero, mas sim a imposição ideológica que a colocaria em detrimento de outras formas mais “tradicionais” de existência, podemos considerar que o famoso ato de fala de Damares

também é lido socialmente de forma menos implacável, principalmente após os intensos movimentos de apaziguamento entre ativistas LGBTQ+ e o Governo Federal por ela promovidos, focando sobretudo em suas práticas de “proteção” sobre sujeitos vulneráveis, sumarizados na imagem da travesti nas ruas. “É uma nova era no Brasil. Menino *pode vestir* azul e menina *pode vestir* rosa” - bem como ilustra a fotografia do abraço com Toni Reis. Seria esse o intertexto do tão repetido ato de fala? Seria essa a preocupação daqueles que não necessariamente odeiam homossexuais ou pessoas trans, mas que estariam perturbados pelo ímpeto de desconstrução da heterossexualidade e da família tradicional?

É possível afirmar que ambas opções não são excludentes e que podem ser lidas de maneira bastante correlata. Em 1993, Eve Sedgwick já apontava que o pânico em torno do reconhecimento da homossexualidade na infância - mais precisamente, na figura do “menino afeminado” - estava sobretudo calcado em um desejo social “de que pessoas gays não existam” (1993, p. 158, tradução própria). Sintetizando o argumento da autora, a preocupação demasiada das disciplinas médicas e psicológicas acerca de crianças em cujo comportamento se reconhecia características atribuídas à homossexualidade ou ao “sexo oposto”, mesmo quando afirmavam sua pretensa neutralidade quanto ao tema (desvinculando-se, portanto, da homofobia), indicariam um ímpeto de correção precoce e, portanto, de eliminação da própria homossexualidade no futuro. Se estendermos a reflexão aos dias contemporâneos, é fácil reconhecer o mesmo desejo social relacionado à diversidade sexual e de gênero de forma mais ampla, englobando de sobremaneira as infâncias trans.⁵⁷

Com a reflexão de Sedgwick, podemos partir do entendimento que a cisão entre o ódio e medo à diversidade sexual e de gênero e a versão afirmativa “não-odiosa” dos valores tradicionais se traduz em ações específicas e direcionadas. Afinal de contas, são determinadas formas de existência - e não outras - aquelas que mobilizam a defesa de um ideal de infância e de família, um ideal de sujeito que merece proteção estatal contra seus desvios, contra as violências impostas por uma suposta ideologia perversa.⁵⁸ Seria a circulação de um ideal fixo de criança afastada da sexualidade, mas implicitamente heterossexual e cisgênero, que deve

⁵⁷ Uma ilustração precisa de tal mobilização social encontra-se no *site* “No Corpo Certo”, que funciona como uma plataforma digital voltada a dissuadir cuidadores na aceitação da possível transição de gênero de seus filhos, bem como aglutinar clamores contrários ao reconhecimento de crianças trans pela via de pressão política sobre parlamentares de matriz conservador, visando à redação de projetos de lei contrários à “ideologia de gênero”, sobretudo quando entrelaçados aos campos da infância e da educação. Link para o site: <https://nocorpocerto.com/> (Acesso em 31 de julho de 2024).

⁵⁸ Isso não significa assumir que afetos como o pânico e o medo estejam mascarando um afeto verdadeiro, mais próximo do ódio e da violência. Pelo contrário, significa compreender como a gama afetiva-emocional conectada neste tipo de prática discursiva é densa e complexa, de modo que não seja possível, ao menos nesta identificação, “escolher” qual afeto é predominante na cena.

ser preservado e protegido nesta “nova era”, bem como o ideal de família heteronormativa que lhe dá suporte e condições de reprodução. Que os meninos *possam* usar azul e as meninas *possam* usar rosa, já que essas são as cores que, efetivamente, eles *devem* usar.

Contudo, se afirmarmos que essas duas formas de posicionamento frente ao gênero e à sexualidade são, no fim das contas, a mesma coisa, talvez percamos de vista o modo como elas são performadas como duas coisas diferentes. Acredito que seja importante, por essa via, atentar para além do raciocínio que reconhece o ódio em meios supostamente não-odiosos de contraposição à homossexualidade, à transexualidade ou outras formas de experiência colocadas no limite da inteligibilidade normativa, neste movimento que Judith Butler (1993) chamou de abjeção. Não tenho dúvidas de que existiu ódio e violência contra LGBT+s perpetrados pelo Governo Federal entre 2019 e 2022 em muitos de seus ministérios. Um dos mais proeminentes exemplos (embora de forma alguma o único) seria a ação do então chanceler Ernesto Araújo, em 2019, ao impor uma política externa para o Brasil focada no rechaço ao próprio termo “gênero” - que, em sua concepção, deveria ser tratado apenas como “sexo biológico” -, além da oposição ferrenha ao direito ao aborto em organismos internacionais.⁵⁹ Mas quero apontar, aqui, o modo como esse ódio (ao menos o ódio explícito) e também o medo facilmente saem de cena nas práticas do MMFDH, dando espaço a um discurso protetivo e produtivo para determinadas formas de diversidade sexual e de gênero no Brasil de Jair Bolsonaro e Damares Alves, construindo uma imagem para ambos sustentada, também, por afetos positivos.

O significante “proteção” parece ser de extrema importância para tal diferenciação, e é utilizado de forma intensa na retórica de Damares Alves a respeito da diversidade sexual e de gênero, sobretudo em relação à figura das travestis nas ruas. De fato, nas discussões contemporâneas sobre afetos, a necessidade de proteção vem tomando destaque, sobretudo a partir da obra de Chantal Mouffe (2023). A análise da autora diz respeito ao cenário global posterior à pandemia de Covid-19, mas, falando sobre a comunidade LGBT+ no Brasil, uma população vulnerabilizada e alvo de constantes violências (sobretudo em referência às pessoas trans), pode-se assumir que tal configuração afetiva já se desenvolve há tempos dentro de nossa realidade. Em suas considerações, Mouffe afirma que o atual estágio do neoliberalismo “dá ensejo para diferentes setores de um sentimento geral de vulnerabilidade que se expressa em um desejo de segurança e proteção” (Mouffe, 2023, pos 196, tradução

⁵⁹ *Link* para notícia:

<https://www.camara.leg.br/noticias/567468-ministro-confirma-diretriz-da-politica-externa-contra-conceito-de-genero-e-contra-aborto/> (Acesso em 31 de julho de 2024).

própria). Proteção essa que, não raro, é abraçada pelos discursos da extrema-direita, ofertando a imagem de um mundo onde o perigo legítimo a que diversas populações estão expostas seria resolvido por ações estatais de maior violência e punitivismo. Em suas palavras:

Eu estou, por exemplo, particularmente preocupada com o fato de que essa sensação de vulnerabilidade vem sendo explorada por governos neoliberais para fomentar o desenvolvimento de uma versão neoliberal do tecno-autoritarismo, apresentado como a melhor maneira de fornecer segurança e proteção (Mouffe, 2023, pos 210, tradução própria).⁶⁰

Tal perspectiva crítica me faz retomar uma outra entrevista realizada com Damares Alves, dessa vez para a BBC News, em dezembro de 2019, para compor e densificar a cena inicial do presente capítulo. É notável, em primeiro lugar, a data de publicação: alguns dias antes do fechamento do primeiro ano de mandato, momento que, como vimos, faz-se fundamental para o estabelecimento de alianças e desenvolvimento de ideologias, acompanhando um incipiente arcabouço de prática política, que serve de comprovação material para os interesses expressos do ministério e do Governo Federal. Neste texto, Alves refere que o MMFDH daria foco, agora, a grupos anteriormente invisibilizados pelo Governo Federal, dentre eles a população LGBTQ+ (Senra & Kriezis, 2019)⁶¹, colocando o maior foco nas mazelas vivenciadas por travestis pertencentes a centros urbanos, para as quais uma ação diretiva no campo da segurança pública passa a ser afirmada como o viés “protetivo” sob o qual operaria sua administração.

Esse público (travestis) é caro para mim. É um público que eu amo e acompanho há muito tempo. Por muito tempo na minha vida eu fui para as ruas de madrugada abraçar as travestis, cuidar delas, enquanto ativista de direitos humanos, pastora, amiga, mãe, mulher. (...) O presidente Bolsonaro tem como bandeira o combate à violência em todos os segmentos. Então, a violência contra travestis e gays estão dentro deste pacote. E está dando certo (Senra & Kriezis, 2019).

Tal afirmativa parece contradizer o retorno aos valores conservadores encabeçado por Damares Alves, que, supostamente, vinham em processo de desconstrução nas últimas

⁶⁰ Existem inúmeras críticas a serem feitas sobre o referido livro de Chantal Mouffe, como a leniência acerca de novas formas do fascismo contemporâneo e uma redução conceitual dos afetos à categoria psicanalítica da pulsão, mas essas não cabem na discussão aqui apresentada. Entendo, de todo modo, que suas considerações sobre a necessidade afetiva de proteção, encampada sobretudo pela extrema-direita, fornece pistas importantes para a configuração política-afetiva-ideológica do presente objeto de estudo.

⁶¹ Link para a entrevista: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50800983> (Acesso em 31 de julho de 2024).

décadas por setores governamentais vinculados à esquerda política, como vimos na entrevista com Bia Kicis. Contudo, o argumento da ex-ministra é que, na sua gestão, tais grupos seriam, de fato, protegidos pelo campo dos direitos humanos de forma universalista, rompendo com o modo “segregado” com que governos passados teriam lidado com o assunto. Em termos sintéticos, a ideia é que, superando um viés divisionista sobre categorias sociais - empenhado principalmente no reconhecimento de hierarquias e opressões -, teríamos agora um viés unificado, que forneceria proteção a grupos minoritários por sua inserção em um campo global de humanidade. Sem proteções especiais, sem segmentações ideológicas: humanos, apenas. Humanos para quem o Estado deve fornecer proteção efetiva, sem fomentar divisões sociais. Nesse sentido, a concepção hipoteticamente universalista para os direitos humanos é designada a partir da negação do que fora feito nos governos anteriores acerca deste campo. Se, nos anos de Bolsonaro, os direitos humanos seriam dirigidos por uma perspectiva universal, tal asserção é aferida como um avanço em relação às administrações passadas, sobretudo aquelas vinculadas à esquerda (ao menos a nível de entendimento público), para as quais era mais interessante manter uma segregação e um antagonismo entre diferentes grupos sociais, sem edificá-los sob a mesma égide da humanidade, que uniria a todos. Nas palavras de Alves:

Olha, direitos humanos são para todos. Para todos. O que está acontecendo hoje no Brasil é que estamos falando dos direitos humanos que são indissociáveis, interligados e interdependentes. Nós universalizamos os direitos humanos e o discurso. Estamos indo para a origem, a fonte, que é a Declaração (Universal dos Direitos Humanos) e conversando com o Brasil. Proteger mulher é direitos humanos? É. Proteger criança é direitos humanos? É. E os idosos? Então, nós começamos a falar para o Brasil o que é de verdade direitos humanos. Por um período, as lutas ficaram muito segmentadas. As pessoas achavam que direitos humanos eram só as minorias ou a população carcerária. A gente está falando com todo mundo: gente, alimentação, acesso a educação é direitos humanos. (...) Estamos trazendo à luz os que estavam invisibilizados. Isso não é ideia da ministra, não, é ordem do presidente da República (Senra & Kriezis, 2019).

Tal raciocínio me remete diretamente à pesquisa de Daniela Losiggio (2021) acerca das ofensivas antigênero no contexto argentino, a partir da qual a autora aponta o processo de secularização no qual tais ímpetos estão, contemporaneamente, se transmutando. Seu argumento parte de um momento das ofensivas já não mais centralizado apenas nas investidas católicas, mas compartilhado por outros atores, sejam eles as igrejas evangélicas,

líderes políticos, médicos, psicólogos ou outros ativistas “laicos” mobilizados contra os perigos do “gênero”. Esse compartilhamento de retóricas e práticas é concebido por Losiggio como uma secularização das mobilizações antigênero - secularização essa que não deve ser entendida como um abandono do discurso religioso, mas sim como um aperfeiçoamento do mesmo, que dá maior eloquência e poder de persuasão aos objetivos já mapeados, ou seja, a contraposição de direitos LGBTQ+ e ao aborto, a cristalização da dicotomia sexual como um fato social inegável, entre outros.

Referenciando o trabalho de Juan Marco Vaggione (2017), Losiggio afirma tratar-se de um “secularismo estratégico” calcado na passagem de um discurso com matiz fortemente religioso (com argumentos que recuperam versículos bíblicos, por exemplo) para um discurso de maior aceitabilidade no campo reconhecido como racional, onde disciplinas como a medicina, a biologia e a psicologia assumem grande prestígio. Para tanto, temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero ou ao aborto deixam, de modo generalista, de ser afirmadas como imorais, monstruosas ou até mesmo diabólicas, e passam a assumir, no discurso reativo, um caráter demasiado particularista e emocional frente a um mundo público calcado no suposto “bem comum”. Ou seja, a crença de que demandas tomadas como minoritárias, tais quais a diversidade sexual e de gênero e o direito ao aborto, “nunca devem estar acima do bem comum da sociedade e seu funcionamento saudável” (2021, p. 26, tradução própria).

Acredito que, transpondo tal análise à realidade brasileira, não poderíamos afirmar que a versão supostamente secularista das ofensivas antigênero tenha tomado elevado patamar em detrimento de suas assunções explicitamente religiosas. Ao que me parece, essas duas versões andam em conjunto, sendo, muitas vezes, propagadas por atores que não compartilham de perspectivas em comum, como afirmado anteriormente. É o caso, por exemplo, da comparação entre alas do feminismo, autoproclamadas “radicais”, empenhadas nas suas concepções estritamente binárias sobre a diferença sexual, sobretudo em oposição à ideia de que existem crianças trans, ao discurso católico tributário do Vaticano, que encontra no livro *Gênesis* sua legitimação para a diferenciação ontológica e sacralizada entre homens e mulheres.

A inovação percebida no cenário brasileiro de institucionalização das premissas antigênero através do Poder Executivo (sobretudo no MMFDH) consiste, justamente, na capacidade de imprimir certa legitimidade para tais investimentos dentro de uma gramática reconhecível no campo dos direitos humanos, fazendo com que sua ação não seja meramente restritiva, mas também produtiva. E, como visto, tal inserção produtiva dos ímpetos

antigênero nas políticas de um governo de extrema-direita, mas autoproclamado, sob determinadas circunstâncias, defensor da população LGBTQ+, se deu de sobremaneira através de um jogo afetivo e emocional performado por ambivalências. Por essa razão, é de extrema relevância o uso que Damares Alves consegue fazer tanto de uma versão secular quanto de uma versão fortemente religiosa em suas falas sobre temáticas LGBTQ+, a depender do contexto onde se integram tais discursos. Essas diferenças podem ser percebidas na comparação entre o viés protetivo afirmado diversas vezes pela então ministra e frases como “O Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”, seguido de “Ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipes. No Brasil tem: meninos e meninas”, afirmados ambos em seu discurso de posse, como sintetizou Miguel (2021).

De todo modo, podemos tomar a secularização como um dos caminhos da ofensiva, que assume maiores ou menores proporções em relação ao lugar onde se propaga. O que me interessa no argumento de Losiggio (2021) é a construção deste mundo público, onde o “bem comum” não deve ser suprimido por demandas particularistas. A autora afirma que a concepção do comum estaria balizada por algumas noções fundamentais, hipoteticamente estendidas a todos os cidadãos, dentre as quais figura centralmente a “proteção da família”. Tal argumento encontra respaldo em análises como as de Melinda Cooper (2017), ao afirmar que, a partir da década de 1980, tomou força, inicialmente nos Estados Unidos, ideias de fortalecimento da “família tradicional”, concebida como a salvaguarda para a diminuição ou desaparecimento de políticas de bem-estar social. Nesse sentido, há um nexo de compatibilidade entre o neoliberalismo e o conservadorismo, que coloca a família heteronormativa como a garantia de uma sociedade saudável, que não necessita de incentivos estatais para manter sua centralidade no funcionamento e na manutenção do mundo tal qual o conhecemos.

Em análise retroativa de mais algumas décadas, Wendy Brown (2019) amplia tal discussão ao afirmar que as conexões entre neoliberalismo, conservadorismo e autoritarismo já estavam presentes muito antes da crise do estado de bem-estar social americano na década de 1980, podendo ser acompanhadas nos próprios escritos dos teóricos do neoliberalismo no início do século XX, tais quais Friedrich Hayek e Milton Friedman. Em suma, Brown demonstra que a possibilidade de aparecimento político - entendido como uma ruptura com as normas e formas socialmente estabelecidas - fora um problema para os pais desse novo modelo econômico-político posterior à Segunda Guerra Mundial, à medida que demandas articulatórias elevadas a público a partir da conexão entre pessoas poderia desviar o foco

máximo do Estado em um mundo neoliberal - a dizer, a administração e gestão da economia. Multidões nas ruas clamando por melhorias no campo laboral, por exemplo, poderiam impor determinadas ações estatais na mitigação de tais problemáticas, o que, paradoxalmente, aumentaria o seu tamanho e sua ação na vida de tais populações - remetendo, quiçá de forma paranoica, à grandeza e onipresença do estado totalitário impresso na memória recente do Terceiro Reich e na então atualidade da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Wendy Brown (2019), assim, demonstra como a política foi entendida como um perigo constante ao bem estar econômico e social para os inventores do neoliberalismo, visto que era mister o desvinculamento das dinâmicas comerciais dos funcionamentos burocráticos, visando a um ideal de liberdade econômica ilimitada (para qual o Estado serviria somente como gestor e investidor). Por essa razão, ideólogos neoliberais destinaram suas preocupações (de forma produtiva, atuando não apenas no campo do debate de ideias, mas também na sua operacionalização enquanto ideologia e política pública) na contenção do antagonismo entre Estado e sociedade através de entidades que, ao menos à primeira vista, não parecem tão aptas a um modelo econômico supostamente livre e sem restrições no campo dos fluxos financeiros. Estou falando da família nuclear, da religião e da heterossexualidade - instituições que, ao fim e ao cabo, garantem algum tipo de delimitação normativa para problemáticas sociais e culturais, evitando sua aparição na esfera pública em vias contestatórias. Assim sendo, o perigo da política desempenha uma função específica para o mundo público em termos neoliberais, desvinculando (ao menos no campo da teoria e da idealização) processos questionadores e transformativos das ruas e do seu provável encaminhamento ao Estado na forma de crítica e antagonismo. O mundo público, pelo contrário, torna-se o lugar da harmonia, do equilíbrio e da razão⁶², bem como a zona na qual cada um desses significantes deve ser gerido, garantido e assegurado - mesmo que pela via da força coercitiva e da violência.

Com essa retrospectiva, podemos compreender como a versão idealmente restrita do mundo público apresentada por Losiggio (2021) se conecta fortemente ao neoliberalismo das primeiras décadas do século XXI, reiterando a força e a persuasão de instituições “tradicionais” que, de forma alguma, se desvinculam de uma economia descentralizada, nem dos clamores contrários a qualquer limite institucional imposto pelo Estado ao fluxo de

⁶² A correlação de tal argumento com a teoria de Chantal Mouffe (2005) parece saltar aos olhos. Na clássica concepção da autora, a política só poderia existir mediante um campo de antagonismos, a partir do qual identificações contingentes se formam e se transformam através de processos de exteriorização constitutiva. Sob tal chave de leitura, um mundo direcionado à harmonia, à ausência de conflitos e ao império da razão - tal qual a idealização neoliberal - só poderia ser levado a cabo frente ao próprio solapamento da experiência política (que estaria intimamente relacionada à mobilização de afetos e emoções).

capital. Por essa razão, o mundo público sobre o qual disserta Daniela Losiggio é calcado na defesa da família; e é com base na sua defesa que uma versão específica da ideia de “bem comum” passa a ser definida e defendida. “Bem comum”, aqui, é assumido como um significante cujo valor encontra-se nele próprio, sem necessidade de justificativas. Ele opera como meio e fim para uma vida pública, espraiando-se para todos, sem que haja necessidade de reconhecer particularidades e delimitações sociais e políticas. Todos seríamos parte desse “bem comum”, que funciona como objetivo inquestionável na construção de uma sociedade saudável, cujos objetivos podem ser racionalmente reconhecidos e compartilhados. Nesse sentido, razão e emoção passam a operar não apenas como faculdades mentais de um organismo vivo, mas como distribuidores de acesso e de reconhecimento para corpos e clamores em um mundo voltado, sobretudo, à sua própria conservação.

É nesse sentido que Daniela Losiggio (2021) conceitua o “bem comum”, pautado de sobremaneira por uma separação entre ideologia e realidade, binômio que se articula à separação entre emoção e racionalidade. As temáticas da diversidade sexual e de gênero, bem como as feministas, nesse aspecto, tomariam espaço na política enquanto particularidades demasiado carregadas de afeto, destoando do caráter racional - e propriamente “real” - do “bem comum” em estado de ameaça (o “bem comum”, nesse sentido, necessita de seus opositores constitutivos para se manter operante, e a “ideologia de gênero” cumpre tal papel de forma exitosa nas primeiras décadas do século XXI). Por essa razão, gênero, diversidade sexual, feminismo, entre outros, são afirmados como apenas ideologias - e, sem querer reduzir toda a carga histórica e epistemológica que tal termo evoca, poderíamos compreender, aqui, que ideologia passa a significar um déficit no acesso direto à verdade e à realidade. Já anunciei que uma discussão mais densa sobre tal entendimento será realizada ao final deste capítulo, mas gostaria de pontuar, agora, que esse parece ser o mesmo raciocínio que embasa o fatídico enunciado acerca do MMFDH em relação às temáticas LGBT+: protegendo os cidadãos de acordo com um viés generalista, amparado por uma noção estrita e oportuna da isonomia da lei, ao mesmo tempo que se volta contra a promoção de sua “agenda”, que seria, portanto, particularista e ideológica. Em suma: protegendo sem promover.

Proteger e não promover. Atribuo a tal organização lógica a epítome das ambivalências que tanto menciono neste trabalho. Com ela, podemos entender o complexo terreno no qual a diversidade sexual e de gênero se insere na retórica e nas práticas de um governo de extrema direita, para o qual a homofobia, a transfobia e o sexismo não seriam de modo algum alheios - mas que, ao mesmo tempo, se aproxima das temáticas e dos ativistas LGBT+ com um suposto ímpeto protetivo. Se é impossível separar o “não promover” do ódio

e do medo contra aquilo que não deve ser promovido, podemos afirmar que o “proteger”, no mínimo, suaviza esse ódio e esse medo, tornando-os palatáveis em um discurso não-particularista acerca da ação estatal sobre os direitos humanos. Parece que esse “menos odiável” ou “menos temido” e protegido abre espaço a uma ação inversa para aqueles e aquelas odiáveis, que não gozam da mesma amenização. “Não promovemos aquilo que odiamos, mas tampouco odiamos aquilo que protegemos”. Essa me parece ser a ambiguidade que marca as formas de ação sobre a diversidade sexual e de gênero ministério, que abraçam, também, o Governo Federal e a figura de Jair Bolsonaro.

3.2 Emoção Cis, Razão Trans

Existem inúmeros caminhos para acompanhar a materialização do enunciado de “proteção sem promoção” em práticas do MMFDH. Se seguirmos analisando a entrevista concedida à BBC, por exemplo, veremos como a “proteção sem promoção” aparece sob a forma de uma construção discursiva de Damares Alves, concomitantemente à sua efetivação na forma de decisões ministeriais, que impactam diretamente a construção de políticas públicas. Marina Reidel, a diretora de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do ministério (cargo no qual atuou até dezembro de 2021), é fundamental nesse processo. Alves usa da figura da subordinada como comprovação do seu interesse pelas travestis brasileiras e pela população LGBT+ de forma geral, bem como de um suposto interesse do Presidente da República nas minorias sexuais e de gênero - interesse circunscrito por um ideal controverso de segurança, como pode ser acompanhado na referida entrevista (alguns trechos já foram citados acima, mas decidi repeti-los para dar consistência ao argumento) :

No centro urbano, percebemos que o grupo que mais sofre violência são as travestis. Começamos a conversar com elas: por que sofrem tanta violência? Esse público é caro para mim. É um público que eu amo e acompanho há muito tempo. Por muito tempo na minha vida eu fui para as ruas de madrugada abraçar as travestis, cuidar delas, enquanto ativista de direitos humanos, pastora, amiga, mãe, A grande reivindicação delas é empregabilidade. (...) O presidente Bolsonaro tem como bandeira o combate à violência em todos os segmentos. Então, o violência contra travestis e gays estão dentro deste pacote. E está dando certo. A nossa diretoria voltada à comunidade LGBTI nós herdamos do passado e permanece intacta. A própria diretora que veio do outro governo continua, uma mulher extremamente

sensata, a professora Marina, uma transexual extremamente sensata, e tem me ajudado a conduzir as políticas para o segmento (Senra & Kriezis, 2019).

Aqui, podemos estabelecer uma conexão do discurso de Alves ao entendimento crítico de Mouffe (2023) sobre a exploração do afeto de desamparo e necessidade de proteção pela extrema-direita neoliberal, visto que as ações referidas estão calcadas na ação de agentes de segurança e em formas de empregabilidade e empreendedorismo - assunto que abordarei no capítulo sobre emendas parlamentares.⁶³ Além disso, o viés “secularizado”, pelo qual a proteção sem promoção é viabilizada, tomam palco em uma parte desse fragmento, de forma que as ações governamentais se afastam de qualquer política pública referente aos temas específicos da comunidade LGBTQ+, ao passo que suas demandas são todas reduzidas a políticas concernentes à população em geral, sem qualquer especificidade; a dizer: segurança e emprego. Por essa razão, faz-se notável o elogio a Marina Reidel: *sensatez*. Sua subordinada parece performar justamente o que Losiggio (2021) pontuou acerca do bem público: calcado no viés da racionalidade em oposição ao particularismo de demandas específicas e emocionais. Nota-se, por outro lado, o jogo afetivo realizado por Damares Alves, que relaciona sua competência política aos papéis de pastora, amiga e mãe - que, seja pelo viés religioso, seja pelo viés familiar, demonstra seu amor pelas travestis brasileiras.

É de extremo interesse o modo como se articulam e, ao mesmo tempo, se diferem (em uma construção deveras ambivalente) o exagero afetivo e emocional de uma racionalidade pública, que pode ser observado a partir de uma comparação entre as duas mulheres em questão. Alves abusa de significantes como “amor”, “abraços” e “cuidado”, ao mesmo tempo que exalta Reidel por sua *sensatez*. Losiggio (2021), ao menos acerca do contexto argentino, afirma que as ofensivas antigênero se encaminharam a uma “secularização estratégica” - assunção que, como disse, talvez precise ser atenuada para um entendimento mais complexo de tais movimentos no Brasil. Afinal de contas, a então ministra não demonstra qualquer receio em afirmar que seu compromisso político advém, também, do papel religioso que ocupa enquanto pastora evangélica, nem sequer separa sua “bondade” pela comunidade LGBTQ+ do plano de fundo cristão no qual ela está inserida. Reidel, por outro lado, é celebrada de modo sóbrio, seja nessa ou em outras manifestações midiáticas. É uma funcionária pública, professora e, como repetido duas vezes, “extremamente sensata”. Ao que parece, existe uma diferenciação entre a capacidade de mobilizar afetos e emoções a

⁶³ Obviamente, a empregabilidade é uma demanda de extrema importância para a comunidade trans. A crítica, que será realizada no capítulo 4, diz respeito ao foco excessivo em programas de empreendedorismo a despeito de qualquer outra temática também fundamental às pessoas trans.

depende da própria corporalidade do ou da enunciante, ao menos no nível do exagero. Vemos, assim, uma mulher cis, pastora evangélica, bradando seu amor por gays, lésbicas, transexuais, entre outros, ao lado de uma mulher trans cujas caracterizações positivas advêm, forte e exclusivamente, de sua sobriedade, sensatez e ocupação de um cargo público.

Na continuidade desse fragmento, onde pululam afetos, emoções e ideologias, Alves ainda afirma ser uma mulher “empoderada”, demonstrando familiaridade com o termo, famoso nos debates feministas contemporâneos. De fato, a ministra parece apostar em uma disputa semântica pelos vocábulos: "Você não pode usar certas palavras como empoderamento, porque é da esquerda. Espera aí. Tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu?" (Senra & Kriezis, 2019) - argumentando sobre as dificuldades que passou em sua vida, sobretudo financeiras. Neste jogo afetivo, o uso de expressões popularmente conhecidos pelo campo, em tese, opositor ao governo, parece compor também uma forma de neutralizar os possíveis conflitos e formar novas alianças, a partir da criação de uma esfera de compatibilidade entre as pautas defendidas pelo MMFDH e das mulheres brasileiras e outras minorias de forma geral, sobretudo aquelas relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Damara Alves, então ministra do governo de Jair Bolsonaro, afinal de contas, mostra-se sensível à causa das pessoas LGBTQ+ e promove ainda certa harmonia entre sua figura e a das mulheres empoderadas do Brasil, sejam elas cis ou trans.

Retomando a ideia de que esta é uma análise descritiva das novas formas possíveis de agenciamentos antigênero no Brasil, após sua maior institucionalização a partir do Poder Executivo, é deveras caro para minha investigação o modo benévolo com que Damara se refere às populações para as quais o trabalho de seu ministério deve - ou deveria - se dirigir. A então ministra recebe associações LGBTQ+ em seu gabinete, troca elogios recíprocos e afáveis com Toni Reis, afirma amar as travestis brasileiras, equipara-se às mulheres empoderadas do Brasil, independentemente de qualquer ideologia. Nota-se que a afetividade, aqui, toma um tom de exorbitância, remetendo ao modo como pastoras e pastores se dirigem a fiéis em cultos religiosos. Por essa razão, a imagem criada pela entrevista à BBC, que coloca lado a lado a emoção em demasia de Damara Alves à sensatez de Marina Reidel, me desperta um afeto intenso de curiosidade.

Falarei, daqui para frente, especificamente do papel que Reidel ocupa nas construções ideológicas ambivalentes do MMFDH através de três entrevistas dadas pela diretora a importantes veículos de comunicação, todas publicadas entre junho de 2019 e junho de 2020 - datas que, como já avaliado, situam-se na confirmação pública de uma proposta de governo, na qual se reconhece, socialmente, os direcionamentos que podem ser esperados pela

administração estatal. Gostaria de frisar, apenas, que estou falando sobre o papel que a diretora assume imagetivamente, na construção de uma figura pública para ela e para seu trabalho no ministério - e não sobre suas opiniões, reflexões ou deliberações enquanto funcionária do governo (assuntos que, obviamente, eu não tenho acesso).

Assim, tentando dar conta de uma continuidade desta cadeia discursiva, ideológica e afetiva, me chamam atenção alguns materiais celebrativos quanto à diversidade de gênero e sexualidade que afirmam a presença de Reidel no governo como uma importante figura aliada aos movimentos LGBTQ+. Por exemplo, a diretora é anunciada em meios de comunicação como a “trans gaúcha que defende os direitos LGBTQ no governo Bolsonaro” (Matos, 2020).⁶⁴ Nesta matéria do jornal Zero Hora, do Rio Grande do Sul, somos introduzidos à figura de Marina Reidel, inicialmente com o tom bairrista pelo qual o periódico é conhecido: “‘volta e meia’ vem ao Estado, onde mantém residência, visitar amigos e familiares e matar a saudade do ‘friozinho’ gaúcho” (Matos, 2020). No entanto, o viés elogioso de sua sensatez toma destaque no texto, associando-se à fala de Damares Alves na mencionada entrevista à BBC. Após uma ficha técnica da exígua atuação profissional e política de Reidel, é destacado o perfil qualificado da então diretora de uma instituição estatal:

À coluna, Marina narrou parte da sua experiência enquanto mulher trans e lembrou que o preconceito vem pelo "estranhamento" que parte das pessoas sente ao se deparar com algo que foge ao ‘padrão’ estabelecido pela sociedade. *Mas fez questão de reafirmar que competência nada tem a ver com a identidade que ela ou qualquer pessoa possa vivenciar* (Matos, 2020, grifo meu).

O elogio à racionalidade de Reidel encontra respaldo em outros materiais midiáticos. Em uma entrevista ao portal UOL, por exemplo, tal racionalidade é asseverada pela capacidade de diálogo da diretora, que acompanha uma amenização do problema da homofobia, da transfobia e do discurso de ódio interior ao governo do qual ela foi funcionária. Essa é uma característica levada a cabo durante todo o texto, e destaca-se logo em seu título: “Oposição à causa LGBTQ não piorou, diz diretora trans da gestão Bolsonaro” (Montesanti, 2019).⁶⁵ Inicialmente, vemos que a jornalista que realizou a entrevista assume,

⁶⁴ Link para matéria:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/kelly-matos/noticia/2020/06/quem-e-a-trans-gaucha-que-defende-os-direitos-lgbt-no-governo-bolsonaro-ckbvxmvs002y01627hjwmuw.html> (Acesso em 07 de julho de 2022)

⁶⁵ Link para entrevista:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/24/mulher-trans-mantem-a-pauta-lgbti-do-interior-do-governo-bolsonaro.htm> (Acesso em 31 de julho de 2024).

no primeiro parágrafo, uma relação de oposição ou, ao menos, de conflito entre a diretora e o resto do governo, mas tal separação vai se desfazendo ao longo da matéria:

Marina Reidel *nada contra a corrente* no governo do qual faz parte. Em meio a um crescente discurso conservador, a professora e mulher transsexual defende o diálogo enquanto diretora de promoção de direitos LGBTI do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. *E, diz, esta conversa tem sido bem-sucedida* (Montesani, 2019, grifos meus)

“Nadar contra a corrente” é uma expressão que, usualmente, se refere a uma relação de oposição entre duas partes. Geralmente, a figura que ilustra a frase é a de um peixe nadando, literalmente, contra a correnteza; mais precisamente: indo na direção contrária à qual está sendo levado por um fluxo de água cujo destino e a intensidade não pode controlar. No entanto, o fragmento aqui destacado imprime outra significação para o dito popular, seja pelas palavras da jornalista, seja pelo próprio discurso da entrevistada. O que caracteriza o nado contrário à corrente não tem a ver com antagonismos ou um posicionamentos divergentes das diretrizes governamentais, mas, pelo contrário, trata-se de uma habilidade para o diálogo e a conversa. Em termos sintéticos, um movimento que visa aos acordos e consensos, não à divergência - algo que, nas palavras de Reidel, estava sendo bem sucedido naquele primeiro ano de governo. De fato, qualquer entendimento da posição da diretora no ministério enquanto um dissenso se desfaz logo em seguida na mesma entrevista:

Reidel diz ter feito uma "transição tranquila" com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder. Segundo a professora, a ministra Damares Alves, escolhida para coordenar a pasta dos Direitos Humanos, manteve intacta a diretoria de promoção aos direitos LGBTI e sustenta um diálogo constante com seus representantes. O Conselho Nacional contra a Discriminação, o qual Reidel preside, já teve sua primeira reunião ordinária neste ano. "Temos vivido tranquilamente este processo. *Quanto às outras falas, você vê que é reprodução muito do que a sociedade ainda vê*", diz, sobre manifestações de membros do governo menos afeitos à causa... (Montesani, 2019, grifo meu).

Gostaria de enfocar, aqui, o modo como Reidel endereça o preconceito institucional interior ao governo do qual fez parte. Tanto neste trecho quanto naquele veiculado pelo jornal Zero Hora a transfobia é relacionada a um “‘estranhamento’ que parte das pessoas sente ao se deparar com algo que foge ao "padrão" estabelecido pela sociedade” (Matos, 2020), ou como a “reprodução do que a sociedade ainda vê” (Montesani, 2019). Seguindo na entrevista ao

portal UOL, a diretora reafirma: “A sociedade brasileira ainda é machista, homofóbica, transfóbica, misógina. Esse discurso é muitas vezes uma reprodução do que a sociedade ainda tem” (Montesani, 2019). Vemos, nesses fragmentos, que o preconceito é remetido a um construto social, fruto de um estranhamento em relação às diferenças humanas, que parece estar se desfazendo à medida que o tempo passa (tal asserção é evocada pelo uso do termo “ainda”, repetido três vezes). Aos dois portais de comunicação, Marina Reidel reconhece a presença de preconceito nos cenários institucionais onde ela, no momento, circulava, mas não o difere de um preconceito que subjaz à sociedade de modo geral.

Desta forma, não há elementos que indiquem qualquer particularidade no governo de Jair Bolsonaro quanto aos temas de transfobia, homofobia e discurso de ódio em termos mais amplos - o que, como já vimos e veremos ao longo desta tese, não parece dizer respeito ao que aconteceu nos quatro anos de mandato. É como se o preconceito fosse apenas uma característica social cuja materialização independe de uma corporalidade enunciante; a dizer: um enunciado sem enunciante. Nesse sentido, sequer poderíamos qualificá-lo em níveis de intensidade ou violência, posto que sua condição de aparecimento no mundo se dá, apenas, por uma reprodução de algo que persiste em nossa história social, mas que se encaminha, lentamente, para uma dissolução ou melhora. Constatação que soa um pouco estranha tendo em vista o cenário institucional presidido por um homem que disse, dentre tantos outros impropérios, que preferia ter um filho morto a um filho homossexual.

De todo modo, as falas de Marina Reidel sobre não haver diferenças entre o preconceito vivido em outros espaços sociais e dentro de uma instituição de governança sustentada, em muitos aspectos, pelo rechaço à diversidade sexual e de gênero, parecem dizer menos respeito a uma análise do Governo Federal ou do MMFDH, e sim de sua experiência enquanto funcionária desses organismos. Deste modo, a informação pública que temos acesso se refere à receptibilidade de outros atores institucionais frente sua presença em um ambiente de trabalho, sem que isso implique em qualquer julgamento sobre o governo para o qual trabalhava - o que se conecta com as abordagens jornalísticas, demonstrando certa surpresa com o cargo ocupado por uma mulher trans dentro da administração de Jair Bolsonaro. Aliás, pode-se considerar que o título da entrevista ao portal UOL, “Oposição à causa LGBTI não piorou, diz diretora trans da gestão Bolsonaro”, provoca tal ambiguidade de significações, visto que, no relato da diretora, não há menções à “causa LGBTI”, mas sim à sua figura dentro do espaço onde exercia um cargo público. Nesse sentido, devemos assumir que o fato de Marina Reidel, a partir do que conta ao veículo jornalístico, não ter sofrido graves situações de preconceito dentro do Governo Federal nos diz muito pouco a respeito da

promoção do preconceito e do discurso de ódio veiculados por esse mesmo Governo Federal para além de uma avaliação interna sobre o convívio pessoal de seus funcionários.

Assim sendo, nos materiais midiáticos aqui apresentados, performa-se um entendimento para o preconceito que, caso tenha existido, sequer afetou a funcionária de forma direta ou violenta, muito menos a sua capacidade de diálogo e sensatez enquanto trabalhadora. A partir de uma certa normalização do seu lugar a partir da técnica - afinal, a “trans gaúcha que defende os direitos LGBT” tem seu posto de trabalho repetidamente assegurado pela técnica e pela razão - somos introduzidos a uma figura de Reidel como a pessoa *queer* sensata. A pessoa *queer* que trabalha para além de questões particulares ou ideológicas. Tão apartada das ideologias, Reidel conta - e é amplificada pelos veículos de comunicação e pela ex-ministra Damares Alves - que, caso tenha sofrido preconceito transfóbico como funcionária do Governo Federal, isso sequer se difere de outros espaços que já ocupou.

Em um sentido parecido, a terceira entrevista que trago na composição desta cena me parece a mais paradigmática, tanto pelos conteúdos abordados quanto, principalmente, pelo veículo na qual foi noticiada. Trata-se de uma matéria do jornal Gazeta do Povo, portal de viés conservador conhecido pelo seu endosso ao governo de Jair Bolsonaro nos quatro anos de mandato. O título do documento jornalístico, que foi publicado em 17 de novembro de 2019, é “Os projetos de Damares para os LGBT que você não conhece” (Bliches, 2019), cuja a apresentação, que antecede a entrevista, merece atenção dada a continuidade do viés otimista mapeado no capítulo anterior, ainda maior do que a abordagem dos dois outros portais anteriormente aqui descritos. Uma importante diferença se dá no fato de que o pungente otimismo agora é mobilizado não por agentes do próprio governo, nem por portais que não seriam necessariamente (ou de forma alguma) partidários da atuação de Jair Bolsonaro, indicando que a retórica e a mobilização afetiva-emocional ambivalente de Damares Alves efetivada pela lógica da “proteção sem promoção” foi bem sucedida entre importantes atores do conservadorismo brasileiro (mesmo com as exceções já anteriormente ressaltadas), como se vê textualmente na matéria.

Imagine pastores de igrejas e representantes da comunidade LGBT em *diálogo aberto*, sem agressões, cada lado expressando seus dilemas e crenças de forma *respeitosa*. Ou um encontro em que transgêneros idosos podem encaminhar as dificuldades e desafios da sua condição, tanto do ponto de vista da saúde pública quanto da aceitação em sociedade. Ou ainda o treinamento de agentes de segurança e do serviço público para aprender a tratar com cidadania transexuais e travestis. Pode

parecer que tudo isso não combina com o governo de Jair Bolsonaro, mas são metas em andamento na Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que funciona no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos de Damares Alves. A ministra, *que combate a ideologia de gênero* e foi criticada por expressões polêmicas como a de “menina veste rosa e menino veste azul”, prometeu ao assumir a pasta que, se precisasse, estaria “nas ruas com as travestis, na porta das escolas, com as crianças que são discriminadas por sua orientação sexual”. *E está cumprindo a promessa*. Pelo menos na opinião de Marina Reidel, professora transexual que, desde 2016, está à frente da diretoria de promoção dos direitos LGBT do governo – e foi mantida, na gestão de Damares, com a mesma estrutura e equipe. (Bliches, 2019, grifos meus)

O texto introdutório pode ser encarado como um grande elogio, e até mesmo uma publicidade para o MMFDH e suas duas representantes, Damares Alves e Marina Reidel. A congratulação, que se estende desde o nome de pessoas específicas até o Governo Federal de modo amplo, é formalizada retoricamente a partir de uma contradição supostamente solucionada em um consenso entre tais atores. No início, a palavra “imagine” nos leva a considerar que as relações respeitadas e cordiais mencionadas seriam incompatíveis com determinada imagem do Governo Federal em questão, bem como faz o excerto “Pode parecer que tudo isso não combina com o governo de Jair Bolsonaro”, mas a performatividade das palavras implica justamente no deslocamento de tal incompatibilidade. Se, em um primeiro momento, as conexões poderiam ser meramente imaginadas, a continuidade do texto nos informa que elas, de fato, estão acontecendo, como indica a avaliação sobre o trabalho de Alves: “E está cumprindo sua promessa”. A associação entre frases como “menino veste azul e menina veste rosa” e o próprio combate explícito à “ideologia de gênero” tornam-se compatíveis com políticas públicas de proteção das temáticas LGBTQ+ - um movimento que é associado à presença de Marina Reidel como funcionária do ministério, bem como sua opinião e argumentos captados pela entrevista, que aparecem a seguir.

Nesse documento jornalístico, Reidel reitera as duas questões fundamentais para seu trabalho enquanto diretora de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do MMFDH, como havia sinalizado anteriormente: “Temos dois temas centrais: a preocupação pela empregabilidade dos LGBTQ+ e o combate à violência” (Bliches, 2019), ações que, em sua retórica, já estariam em execução naquele momento e sendo bem sucedidas - o que, como veremos, não se comprova. Além disso, compartilha do viés otimista e do direcionamento de afetos e emoções positivos para as práticas ministeriais, apontando a

preocupação de Damares Alves com populações que, anteriormente, estariam afastadas do investimento no campo dos direitos humanos, bem como a importância da permanência da sua diretoria desde o governo anterior, de Michel Temer, sem alterações de cargos e funções.

Estamos com o mesmo foco na *promoção desses direitos*, e a ministra Damares cobra e tem olhar para eles também, tentando atingir aquele menino gay ou aquela lésbica ou aquela trans lá do interior do Brasil que nem sabe que tem acesso a uma série de políticas públicas. O interessante é que já éramos de outra gestão, toda a diretoria foi mantida, e se manteve também as propostas que estávamos produzindo. Houve um respeito também da parte da ministra, das pessoas que chegaram aqui, para entender o que estávamos fazendo, para aceitar e dar continuidade. Em nenhum momento houve um “não queremos isso”. Houve um respeito à nossa produção técnica e a todo trabalho desenvolvido até aqui (Bliches, 2019, grifo meu).

Quando li essa entrevista, já imbuído em uma análise crítica derivada do uso constante de enunciados como “proteção sem promoção” por parte de Damares Alves, me saltou aos olhos o uso de uma expressão que aparecia sempre de modo negativo e evitativo no discurso da então ministra: a “promoção”. Reidel inicia a resposta sobre o foco de seu trabalho afirmando a continuidade da proposta levada a cabo quando a sua equipe pertencia ao Ministério dos Direitos Humanos do governo anterior, calcada, em suas palavras, na “promoção desses direitos”. Pensei que poderia haver algum tipo de contrariedade, ambivalência, ou mesmo em uma falha da comunicação institucional do MMFDH, à medida que a “promoção”, no arquivo que estava sendo composto para o trabalho com cenas em minha pesquisa, era sempre contraposta pela “proteção”. No entanto, ao analisar a entrevista em conjunto às outras duas manifestações de Reidel em veículos jornalísticos, fui percebendo que essa palavra, mesmo sendo alvo de críticas na retórica de Alves, estava sendo utilizada de forma coerente com a sua proposta discursiva, afetiva e emocional.

A “promoção” à qual Damares Alves se refere em conotação pejorativa, frequentemente informando que o ministério por ela comandado, bem como o Governo Federal de modo amplo, não estariam engajados, é usualmente referida como “promoção da causa” ou da “ideologia de gênero”. Já na fala de Reidel, a “proteção” diz respeito a um campo de garantia de direitos, onde se sustenta a não revogação de conquistas LGBTQ+ no campo jurídico e a ênfase na redução da violência, em um controverso ideal de segurança pública para qual se aciona, de modo acrítico, as forças policiais, bem como a empregabilidade e empreendedorismo, conectadas a uma lógica neoliberal de cidadania e

progresso por meio do trabalho e do dinheiro. Exatamente como a então diretora afirma sobre a importância de seu cargo para a comunidade LGBTQ+, sintetizados, como vimos, na “preocupação pela empregabilidade dos LGBTQ+ e o combate à violência” (Bliches, 2019) - o que Alves costuma chamar de “proteção”.

É notável, assim, que Reidel utiliza a palavra “promoção” com um complemento direto: “os direitos”. Não é uma “promoção da causa”, muito menos de algo que poderia ser enquadrado como “ideologia de gênero”, à medida que o campo dos direitos, remetidos a um plano público, corresponde ao que falávamos sobre a suposta neutralidade, objetividade e universalidade do “bem comum” em construção (Losiggio, 2019). “Bem comum” esse que, seja pelas análises de Losiggio, seja pelo acompanhamento das práticas do MMFDH, está intimamente relacionado ao combate constante à “ideologia de gênero”. Parece-me que, por essa razão, a “proteção dos direitos” de pessoas LGBTQ+ se insere de forma não conflituosa em uma narrativa que prioriza, também, a oposição à “ideologia de gênero” como eixo prioritário de ação, como na associação feita na matéria do periódico *Gazeta do Povo* acerca da atuação de Damares Alves, de forma que as duas ideias sejam acionadas em conjunto, sem que uma apresente qualquer problema à outra. Em minha análise, é através desse código discursivo que a “proteção dos direitos” de Reidel não contradiz a “não promoção” de Alves, como também a sustenta e fomenta, ainda que o uso da mesma palavra possa indicar, em um primeiro contato, uma quebra de expectativas ou algum tipo de contradição.

Um último ponto que quero destacar acerca desse material é a inclusão, por parte de Marina Reidel, de mais um eixo pragmático de sua atuação na “promoção/proteção” de direitos das pessoas LGBTQ+. Trata-se de modificações e fortalecimento dos canais de denúncia contra violações de direitos humanos, especialmente o Disque 100 - tal qual já havia sido citado na carta recebida por Damares Alves das organizações pró diversidade sexual e de gênero no gabinete de transição, como descrito no capítulo anterior. Como afirma a então diretora: “temos o projeto de melhorar o atendimento de denúncias dessa área no disque 100, reativar o pacto de enfrentamento à violência, aderido por 18 estados na última legislatura, entre outros subprojetos que estão em andamento” (Bliches, 2019).

Essa é uma informação relevante pelo fato de conectar a perspectiva ampla de “proteção” a uma ação prática, que pode ser avaliada a partir de dados e não só de sua manifestação retórica e de mobilização afetiva-emocional. De fato, um acompanhamento programático das alterações no Disque 100 e canais de denúncia foi efetuado enquanto parte desta pesquisa, e seus dados serão expostos e analisados no capítulo 4 da presente tese. Gostaria, brevemente, de adiantar que, se tratando de proteção ou promoção *de direitos*, as

alterações nos canais de denúncia apontam para caminhos de avaliação que informam o oposto do que foi afirmado por Reidel. Veremos com detalhamento, no capítulo 4, que tais alterações sistematizaram um aparato de busca e repressão contra possíveis agentes da “ideologia de gênero”, impactando direta e negativamente os direitos das pessoas LGBTQ+, de modo que “proteção sem promoção” não se desvincule da violência política e do autoritarismo.

3.3 A Imagem da Razão e seus Abismos

No primeiro trecho aqui mencionado sobre as entrevistas com a diretora, Marina Reidel afirma que sua competência para o trabalho independe da condição de mulher trans. Na segunda matéria, vemos o mesmo procedimento discursivo, quando ela afirma que a transição para a administração de Bolsonaro estava sendo vivida tranquilamente, sem que sua função dentro do ministério fosse interferida: a diretoria que presidia se manteve intacta, e o Conselho Nacional Contra a Discriminação já havia iniciado suas ações com a primeira reunião ordinária naquele ano. No terceiro material, pouco se fala sobre a diretora ser uma mulher trans, afora a apresentação introdutória, dado que o foco da entrevista se dá, especialmente, no trabalho prático, conciliatório e efetivo que vinha realizando junto a Damares Alves como diretora de uma pasta no MMFDH. Assim sendo, o posto como defensora dos direitos LGBTQ+ parece não ter sofrido qualquer alteração, ao menos até o período em que tais entrevistas foram realizadas, entre o primeiro e o segundo ano de mandato, tendo em vista as datas de publicação.

Há de se refletir, no entanto, sobre quais os termos dessa defesa, ou quais as possibilidades de defesa dentro do ministério, mesmo quando o ofício de protetora da comunidade LGBTQ+ é enaltecido por grandes veículos midiáticos e pela própria Damares Alves. Dessa forma, retomemos o princípio de análise da presente tese: a construção de ideologias a partir de ambivalências e seu entrelaçamento na formulação de políticas públicas. Enfocando as ambiguidades, é importante apontar o caso da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul (RAADH), ocorrida em 2020. Nesse evento, a então Diretoria de Promoção LGBTQ+ do MMFDH negou-se a assinar um documento que incluía os termos “identidade de gênero”, “expressão de gênero” e “crimes de ódio” entre os itens a serem considerados no escopo dos direitos humanos dos países signatários, opondo-se

à Argentina, ao Uruguai e ao Paraguai.⁶⁶ Tal evento marcou um campo de tensões entre Reidel e organizações LGBTQ+, que assinaram uma carta aberta contra a posição ministerial levada a cabo pela diretora.⁶⁷ Fato este que tornaria irônica a frase “Oposição à causa LGBTQI não piorou, diz diretora trans da gestão Bolsonaro”, caso já não tivéssemos entendido que ela se refere mais a uma experiência de Reidel como funcionária do ministério, e não à atuação do governo de forma geral.

Mas tais ambivalências não se encerram na política externa. No ano seguinte às publicações do jornal Zero Hora e Gazeta do Povo, a diretoria pela qual Marina Reidel era responsável, específica para temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero, passou por importantes modificações, como apontado no primeiro capítulo. Em dezembro daquele ano, o órgão foi reformulado, passando agora a se chamar Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e População em Situação de Risco⁶⁸, o que já indica uma perda de protagonismo e especificidade para temáticas LGBTQ+ no MMFDH, mesmo quando essas são referidas, por sua principal representante, como prioridades ministeriais. Fato que, inserido no jogo afetivo-emocional performado por Damares Alves, na qual Marina Reidel é apresentada como uma figura técnica e sensata, nos leva a compreender que nem mesmo a razoabilidade e a sensatez - e, principalmente, o distanciamento de ideologias e de excessos emotivos - não garantem qualquer tipo de continuidade a um trabalho que, ao menos pela via das declarações públicas, estava sendo feito em benefício da comunidade LGBTQ+. Repete-se, portanto, um movimento ambivalente do ministério com as temáticas relativas à diversidade sexual e de gênero: ao mesmo tempo que são afirmadas como “caras” à então ministra - e reiteradas na razoabilidade de sua funcionária trans - o arcabouço institucional do MMFDH foi se mostrando cada vez menos implicado em uma possível proteção de tais pautas. Nesse sentido, a “não promoção” se mostra, efetivamente, como não proteção.

É o que acontece, também, com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBTQ, que passou por importantes modificações na passagem do ano 2019 para 2020, tendo perdido, de fato, a configuração participativa na qual se estruturava (Maracci & Prado, 2022). O processo de esvaziamento dos conselhos vinculados ao MMFDH foi facilitado pela pandemia de Covid-19, já que, sob o novo contexto, inúmeras

⁶⁶ Link para notícia:

<https://ponte.org/governo-brasileiro-se-recusa-a-assinar-documento-a-favor-de-pautas-lgbts-em-reuniao-do-merc-sul/> (Acesso em 31 de julho de 2024).

⁶⁷ Link para nota de repúdio:

<https://antrabrazil.org/2020/10/22/instituicoes-lgbti-repudiam-omissao-brasil-planolgbti-mercosul/> (Acesso em 31 de julho de 2024).

⁶⁸ Link para decreto: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.883-de-6-de-dezembro-de-2021-365080973> (Acesso em 31 de julho de 2024).

ações tiveram de ser canceladas. Entretanto, para além disso, lembremos que, durante o ano de 2019, Bolsonaro empenhou-se na extinção ou esvaziamento de conselhos participativos a partir de um decreto presidencial, que foi chamado midiaticamente de “revogaço”⁶⁹, fortemente celebrado pelo presidente como uma desburocratização para ações governamentais e diminuição dos gastos públicos. Em 2021, uma pesquisa do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) apontou que 75% deles ou não mais existiam formalmente, ou estavam obstaculizados para a participação popular.⁷⁰ Em um artigo desenvolvido a partir de tal investigação, obtemos a seguinte informação sobre a área dos direitos humanos:

(...) houve uma drástica redução na composição na maioria dos colegiados, chegando-se a casos extremos como o do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT), que foi reduzido de 30 para apenas 7 membros, sendo 4 do governo e 3 da sociedade civil. Ademais, sofreu alterações nas suas competências e no seu nome, mudado para Conselho de Combate a Discriminação, visando excluir qualquer alusão à temática LGBT. Isto é, nesse caso houve tanto um esvaziamento da representatividade do conselho quanto um apagamento de sua pauta (Bezerra et al, 2022, p. 20).

Percebemos, assim, que os três itens utilizados por Reidel nas entrevistas enquanto comprovação da ausência de diferença do governo Bolsonaro em relação aos anteriores a respeito dos temas da diversidade sexual e de gênero - em suma, o conselho participativo, o aprimoramento dos canais de denúncia e a diretoria por ela presidida - foram, logo em seguida, modificados de forma a perderem, sistematicamente, o protagonismo das políticas LGBT+ e a participação popular. Além disso, acompanhamos que as expressões “defesa” e “nadar contra a corrente” parecem incidir de forma discrepante nas decisões acerca da classificação de violações dos direitos humanos, sobretudo com as mudanças promovidas nos canais de denúncias de violações, como o Disque 100. Vemos, em suma, um ministério autoproclamado defensor das pautas LGBT+ agindo, de forma diretiva, na contraposição a tais pautas - mas mantendo, ainda, uma representatividade protetiva e engajada na corporeidade de uma funcionária “transexual extremamente sensata”. Seria possível propor

⁶⁹ Link para notícia:

<https://www.conjur.com.br/2019-abr-14/presidente-jair-bolsonaro-extingue-centenas-conselhos-federais> (Acesso em 31 de julho de 2024).

⁷⁰ Link para notícia:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/10/25/pesquisa-mostra-que-75percent-dos-conselhos-e-comite-s-nacionais-foram-extintos-ou-esvaziados-no-governo-bolsonaro.ghtml> (Acesso em 31 de julho de 2024).

uma compreensão para esse campo de ambivalências, que engendra afetos, emoções e formulações políticas e ideológicas performados nesta cena de dissenso construída através de materiais jornalísticos e dados referentes a decisões do MMFDH?

Acredito que um dos caminhos relevantes para tal empreitada se dê no processo afetivo-emocional que engloba tais cenas de ambiguidade. Como visto inicialmente, a entrevista à BBC performa uma separação entre os corpos e a sua capacidade de sustentar uma aparição pública e política através do jogo afetivo e exagero emocional. Em comparação com a proposta de Losiggio (2021) sobre o “secularismo estratégico”⁷¹ pelo qual as ofensivas antigênero são, contemporaneamente, mobilizadas, vimos que Damares Alves não parece dirigir seus empenhos à redução do viés religioso presente no discurso de “proteção sem promoção”. Ao escrever isso, recorro de muitos interlocutores associando tal enunciado à frase “ame o pecador e não o pecado”, comum entre comunidades cristãs. Por outro lado, é notável que Reidel ilustra sem muitos esforços a perspectiva de Losiggio (2021), tendo na sua corporalidade impressa a versão de um mundo público moldado a partir da defesa do “bem comum” - a dizer, apartado das ideologias e emoções. Um mundo público calcado na técnica, na eficácia e na universalidade, atributos pelos quais o trabalho da diretora foi tantas vezes celebrado.

No entanto, é possível que os lugares e os corpos entre os quais circulam tanto o “bem comum” quanto a sua ameaça despertem, na cena construída no presente capítulo, afetos como a estranheza ou espanto. Algo parece estar fora do lugar. Por qual razão, neste arranjo contingente, o corpo cis permite uma circulação densa dos afetos, desvinculando-se da liturgia de um cargo público em um país cuja laicidade é assegurada pela Constituição Federal, apelando para algo que se aproxima do exagero emocional evocado em performances de pastores evangélicos, torna-se politicamente respeitável a despeito - ou justamente no apreço - de tais excitações? E por que é justamente o corpo trans que imprime o oposto, a dizer: o desvinculamento de qualquer ideologia, a sobriedade e sensatez, o elogio da técnica e o trabalho voltado à universalidade do mundo público, sem concessões a qualquer particularismo?

Retomando um artigo escrito em conjunto com meu colega Daniel Kveller, elaboramos uma perspectiva de entendimento para uma situação que me remete a esta que analiso no presente capítulo, postas as devidas diferenciações. Tratava-se, sinteticamente, de uma análise sobre a expulsão de uma mulher trans e cigana, chamada Saray, de um *reality*

⁷¹ Inspirada na análise de Vaggione (2017) sobre a inserção da doutrina católica no campo institucional da política.

show espanhol, após uma ação que contradizia os valores pelos quais era celebrada a sua entrada no programa televisivo: a inclusão, a integração, a visibilidade e a normalização (Maracci & Kveller, 2021).

Poderíamos supor que, para que as políticas de inclusão, materializadas na figura de Saray, não se ‘saíssem mal’, a participante deveria se ‘desciganizar’ ou se ‘destravestilizar’, adequando sua ‘personalidade’, trejeitos e linguajar aos modos normativos que performam algo como uma ‘cidadania afetiva’ espanhola, ou seja uma existência menos *queer* e mais estado-nação. Nos termos do *reality show*, isso implicaria aceitar a hierarquia, reconhecer o local de subordinação e consentir com as punições estabelecidas pelos jurados (Maracci & Kveller, 2021, p. 133, grifos do original)

Trago tal trecho pois ele me auxilia a construir uma proposta de entendimento sobre o jogo afetivo e emocional pelo qual a imagem pública de Reidel é levada a cabo. A então diretora nunca foi demitida do ministério, como Saray foi expulsa do programa televisivo. Pelo contrário, manteve-se no mesmo posto após a troca de gestão do governo de Michel Temer para o de Bolsonaro, e nele continuou empregada até o final do mandato. Marina Reidel, também ao contrário de Saray, não parece ter desafiado os limites institucionais aos quais sua atuação era formalizada - mas essa é uma suposição que só podemos assegurar frente aos fatos que se tornaram públicos através de veículos midiáticos ou governamentais, posto que há um desconhecimento sobre acontecimentos interiores ao ministério sobre os quais talvez nunca teremos acesso. De qualquer forma, é possível demonstrar como o que chamamos de “cidadania afetiva” foi incorporado na imagem de Reidel através de suas formas de aparição pública, em uma construção imagética, ideológica e afetiva materializada por veículos de comunicação e pronunciamentos da então ministra.

No referido texto, afirmamos que “a normatividade também opera em uma cidadania afetiva, impondo a rejeição de uma zona abjeta das afeições, contra a qual um ideário de sujeito é performado” (Maracci & Kveller, 2021, p. 141). Tal reflexão é fortemente tributária do pensamento de Sara Ahmed (2014), que, no livro *The Cultural Politics of Emotion*, propôs o entendimento da transitoriedade de afetos e emoções no encontro entre diferentes corpos a partir da metáfora da pegajosidade. Em síntese, a autora complexifica a visão de afeto tributária de autores como Silvan Tomkins e Eve Sedgwick, questionando o caráter extremamente volátil e transmissivo pelo qual ambos pensadores compreenderam o afeto.

Silvan Tomkins (2008) propunha a centralidade do fator contagioso dos afetos - e, por consequência, das emoções - assumindo que sua principal característica seria a transmissibilidade entre os corpos. Essa perspectiva permitiu um deslocamento, sobretudo no campo das ciências cognitivas, do posto central para o nascimento e a expressão dos afetos e emoções - que seria, propriamente, um *feedback* corpóreo (individual) frente a uma situação externa⁷². Com Tomkins, pode-se considerar os afetos em um espaço de interferência e propagação através dos corpos, alocando-os, justamente, na posição do “entre”, como um lugar intermediário que circula a partir dos contatos, encontros e interações - concepção que foi fortemente abraçada por Eve Sedgwick, sobretudo em suas análises sobre a vergonha (Sedgwick & Frank, 1995).

Sara Ahmed parece levar tal perspectiva adiante, agregando a ela um viés crítico oriundo das teorias sociais (que, em sua obra, seriam de fato o *locus* do trabalho com emoções e afetos). Sob essa compreensão, o modo como as emoções transitam entre corpos é problematizado através de possíveis limites para tal circulação. Se as emoções e afetos transitam, seria esse trânsito livre de impedimentos? Seria o trânsito entre corpos descompromissado com os lugares sociais que tais corpos ocupam - lugares esses que também são delimitados de forma emocional-afetiva? Tais indagações levam a autora a construir uma outra problemática para o trânsito emocional, tomando como foco não mais a capacidade contagiosa e expansiva da circulação de emoções entre corpos, mas, sobretudo, o modo como tal circulação também molda a própria superfície desses corpos. Como resposta crítica à proposta de Tomkins, a autora afirma:

Sugiro que são os objetos de emoção que circulam, e não a emoção como tal. Meu argumento ainda explora como as emoções podem se mover através do movimento ou circulação de objetos. Tais objetos tornam-se *pegajosos* ou saturados de afeto, como locais de tensão pessoal e social (Ahmed, 2014, p. 11, tradução própria e grifo meu).⁷³

A metáfora da pegajosidade é fundamental para compreendermos o estabelecimento de fronteiras corporais e grupais através da emoção. Pensemos, por exemplo, no medo, no nojo e no ódio, afetos sobressalentes no estabelecimento de preconceitos tais quais a homofobia, a transfobia e o racismo. É correto que tais configurações afetivo-emocionais

⁷² Paul Ekman seguramente é um expoente contemporâneo de tal perspectiva. Curiosamente, foi orientado por Silvan Tomkins.

⁷³ É possível afirmar que a teoria de Ahmed esteja mais próxima do conceito de Imagem desenvolvido por Silvan Tomkins, como abordado no capítulo anterior, embora o foco da autora esteja mais implicado em uma gama social, cultural e política do que nos aspectos cognitivos de direcionamento afetivo, como na obra do psicólogo estadunidense.

circulam entre corpos, mas também deve-se considerar o modo como elas “grudam” mais facilmente em determinados corpos do que em outros. Existe um direcionamento afetivo a determinados objetos, que se tornam “carregados” de afeto dada sua condição “grudenta”. Condição essa que envolve, também, ações direcionadas a tais objetos. Nas palavras da autora: “Sugiro que o trabalho da emoção envolve o ‘colar’ de signos aos corpos: por exemplo, quando os outros se tornam ‘odiosos’, então ações de ‘ódio’ são dirigidas contra eles” (2014, p.13, tradução própria).

Essa “cola”, obviamente, não é uma característica inata do corpo em questão, mas sim resultado de um longo processo de repetições que o torna, de fato, mais propício a aglutinar em si os afetos (não tão livremente) circulantes. Mas como se daria esse processo? Para Ahmed, tal condição “grudenta” se “forma através da repetição de ações ao longo do tempo, bem como através de orientações para e longe de outros” (Ahmed, 2014, p. 4, tradução própria). Ou seja, a emoção e o acúmulo de emoções não reside exclusivamente em um corpo, nem em um sujeito, mas se efetiva no contato entre corpos, e nas ações de um corpo sobre o outro. Em síntese, na sua relacionalidade.

É importante, no entanto, adicionar um complexificador para tal dinâmica. Se determinados corpos são, a partir de um esquema de repetições, tornados pegajosos para determinados afetos, é possível que se formem estratégias para algum tipo de “descolamento”, seja por uma via decisória, seja por um direcionamento político e social advindo, por exemplo, de materiais jornalísticos. Não poderia afirmar que tal processo seja garantia de redução do preconceito e da violência ou aumento na participação política de pessoas que, a partir do esquema da pegajosidade, foram sistematicamente deslocadas do plano dos assuntos públicos, dada sua suposta hipercarga ideológica e emocional. Mas não poderia, da mesma forma, fingir que tais processos não existem, visto que há trabalhos que versam justamente sobre eles, como as apreensões sobre homonormatividade e homonacionalismo desenvolvidas por autores como Lisa Duggan (2002), Jasbir Puar (2007) e João Manuel de Oliveira (2013).

É nessa tentativa - possivelmente nunca finalizada - de "descolamento" que se pode compreender um direcionamento voltado ao que chamamos de "cidadania afetiva", mesmo que essa seja apenas uma cidadania de consolação (Oliveira, 2013). E é justamente no "descolamento" - ou em um processo a ele dirigido - que a imagem de Marina Reidel parece ter sido sustentada enquanto uma figura importante dentro do ministério, lugar onde pode exercer seu trabalho sem maiores reprimendas, desde que fosse assegurada a separação de qualquer pano de fundo ideológico ou emocional a partir da técnica, em um pungente

contraponto à atuação emotiva da própria ministra. Apenas gostaria de enfatizar, mais uma vez, que estou falando sobre um processo social de construção imagética para a presença de Reidel no ministério, que se relaciona a um direcionamento de afetos e emoções para a instituição e outros atores nela envolvidos, sem a pretensão de assumir que tal descolamento parte de um processo deliberativo da então diretora.

De todo modo, podemos considerar que, para um ministério em cujas diretrizes consta a administração de políticas públicas voltadas à diversidade sexual e de gênero, dentro de um governo que, de amplas maneiras, consolidou-se na oposição a tais pautas, é importante e talvez necessária uma figura ligada diretamente à comunidade LGBTQ+ que possa ser desvinculada da promoção das pautas LGBTQ+. Através do elogio da sensatez e da técnica, Reidel votou contrariamente aos direitos da população a que representava em um organismo internacional, além de ter visto os dois canais institucionais pelos quais exercia seu trabalho serem desmantelados pela administração Bolsonaro. Não sei que tipo de ação teve a diretora para frear tais processos, e como teria sido sem sua presença. No entanto, é possível notar que a sua figura, e o elogio de sua capacidade técnica e de diálogo, foram significativamente importantes para a implementação da “proteção sem promoção” tão falada por Damare Alves. Foi também importante para que a então ministra nunca precisasse abandonar seu jogo afetivo-emocional, manuseando o desamparo, o medo, o amor e o acolhimento como premissas para a sua bondade e efetividade enquanto gestora pública.

3.4 Ideologia, Teoria Fraca e Humildade Metodológica

A partir dos dados apresentados, descritos e analisados nos subcapítulos anteriores, gostaria de me dedicar agora a uma problemática um pouco mais teórica - mas que só tem condições de ser levada a cabo em relação ao trabalho empírico. Refiro-me, como já adiantado algumas vezes, ao conceito de ideologia e o papel que tal palavra cumpre no presente texto. Essa é uma tarefa difícil, dado que o campo mais vasto e comum de entendimento acadêmico para o “problema” da ideologia se situa, ao menos sob minha compreensão, em termos de teoria forte. Isso é, ideologia como uma explicação unívoca para justificar ou compreender determinada posição social - seja uma posição de subordinação, seja o ensejo para a desconstrução da mesma subordinação. Esse entendimento forte do termo, inclusive, parece sustentar o pânico retórico em torno de teorias (no plural) acerca da diversidade sexual e de gênero, tomadas como uma “ideologia de gênero” (no singular). Tal ferramenta, no discurso corrente de pânico e ódio sobre as questões feministas e LGBTQ+,

justamente transforma um campo vasto de discussões acadêmicas e manifestações políticas em um suposto ímpeto único, centralizado, que encontraria respaldo em qualquer lugar onde fosse percebida sua ação maléfica.

Não quero dizer, com isso, que análises clássicas da ideologia partem de um mesmo afeto paranóico. Meu intuito é apenas demonstrar como, levando a problemática ao limite, um entendimento comum da ideologia a coloca em um campo obscuro de pensamento e ação voltados a um interesse em particular, onde, no caso da “ideologia de gênero”, se encontraria o ímpeto de destruição da “família tradicional”, “destruição da infância” e correlatos. Nesse limite, torna-se quase óbvio atribuir sentidos sociais e políticos a ações práticas, como se fosse possível sumarizar um fato a partir de sua “embalagem” no campo das ideias, acionando inclusive uma suposta capacidade hiper-deliberativa para determinados atores. Sobre meu tema de pesquisa, o movimento seria dizer algo como “Damares Alves projetou tudo”, ou “‘Proteção sem promoção’ foi um plano pensado desde o início para destituir os direitos de pessoas que se relacionam de forma diferencial com a heteronormatividade e a cisnormatividade”. Asserções que não podem ser verificadas, ao menos em referência à metodologia empregada nesta tese.

Mas, voltando a concepções mais formais sobre o fatídico conceito, é claro que Karl Marx se fez mais rigoroso em sua análise (Marx & Engels, 2007; Marx, 2011), ao apontar a ideologia como elemento superestrutural do capitalismo, a partir do qual, em um resumo sintético, diversos instrumentos sociais e culturais impediram o trabalhador e a trabalhadora de tomarem consciência de sua condição de exploração, tais quais o direito, a moral, a religião, entre outros.⁷⁴ A composição entre tais atores serviria de base ideológica para obliterar o acesso do e da proletária de sua real posição nas relações produtivas; em suma, a exploração do trabalho por meio da mais-valia. É com essa definição que, a partir do texto marxista (mas, principalmente, a partir de textos de autores marxistas), ideologia vai se desenvolvendo como uma espécie de “falsa realidade”, que deveria ser, sob a lógica imperativa da revolução, superada através de uma tomada de consciência, pela qual o sujeito proletário poderia se reconhecer como tal. Reconhecimento esse que não se encerraria em um sujeito específico, mas teria condições de expansão em vias de formação grupal - o

⁷⁴ É importante ressaltar que Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (2007), não pressupõem uma imutabilidade para a ideologia, de modo a ressaltar que momentos históricos distintos se pautaram por atores ideológicos distintos. No entanto, o “objetivo” de tal encadeamento ideológico pode ser considerado o mesmo: a manutenção de uma classe dominante sobre uma classe de dominados, impedindo que os segundos acessem a verdade sobre sua exploração e se engajem, por fim, em um processo revolucionário.

entendimento de que o problema individual é, em realidade, um problema de classe - para que, assim, se ensejasse a disputa pelos meios de produção.

Notamos, aqui, a função centralizadora da ideologia, que opera verticalmente, na manutenção da exploração do trabalhador e da trabalhadora por vias não coercitivas (ou, ao menos, não obviamente reconhecidas enquanto coercitivas). No entanto, o que aconteceria após a revolução? Se a luta de classes for superada e não houver mais um Estado impositivo, a ideologia, automaticamente, encontraria seu fim?⁷⁵ Lenin (2020) parece ter encabeçado tal problemática ao dividir a ideologia marxista em duas. Primeiramente, teríamos a ideologia do capital, que, como visto, cumpre a função de separar o trabalhador e a trabalhadora de sua condição compartilhada, impedindo o reconhecimento de uma classe potencialmente revolucionária. Ideologia essa que se desenvolveria no interior dos Estados, e fomentaria segregações antirrevolucionárias entre o proletariado, como a suposta “cultura nacional”. Por outro lado, aposta Lenin, há também uma segunda ideologia, aquela que se desenvolve através da própria classe trabalhadora, não respeitando a fronteira do Estado ou das nações - o que a torna, propriamente, um motor de contraposição a tais instituições. Em suas palavras:

Em cada cultura nacional existem, ainda que não estejam desenvolvidos, elementos de cultura democrática e socialista, pois em cada nação há uma massa trabalhadora e explorada, cujas condições de vida originam inevitavelmente de uma *ideologia* democrática e socialista (Lenin, 2020, p. 8, tradução própria e grifo meu).

Como se vê, a ideologia em Lenin é partida em duas: de um lado, aquela capitalista, que impede o trabalhador de acessar sua verdadeira realidade; de outro, aquela que provém de uma própria cultura trabalhadora, relacionada, inequivocamente, à democracia e ao socialismo. Não preciso concordar com Lenin sobre a condição de exploração frente ao capital ensejar, de modo quase unilateral, uma ideologia mais interessante para seus ímpetus revolucionários, mas devo dizer que a fissura realizada no conceito de ideologia é deveras útil para o presente trabalho. Não por considerar que, ao invés de uma, há duas ideologias; mas por compreender que essas duas - ou mais, como veremos a seguir - se relacionam a partir de um conflito. Em minha apreensão, o entendimento leninista para a ideologia é menos importante por colocar os valores proletários mais próximos de uma verdade otimista e

⁷⁵ Louis Althusser certamente também se ocupou da mesma problemática, ao afirmar que, além da função antirrevolucionária da ideologia capitalista, existiria também uma ideologia própria da realidade humana, fundamental para um nível de estabilidade social e coesão grupal - proposta duramente criticada por Jacques Rancière (1974). Em função de tempo e espaço, não me deterei ao conceito althusseriano de ideologia, mas retomarei as formulações de Rancière ao final do capítulo.

revolucionária, e sim pela proposta de que ideologias se situam em conflito, disputa, antagonismo.

Me parece evidente, de todo modo, que a ideologia, para os dois autores aqui mencionados, se situa como uma teoria forte. De um lado, impedindo o sujeito de reconhecer a sua verdadeira condição nas relações de trabalho e produção; de outro, colocando em disputa uma ideologia verticalizada (cujo emblema seria o Estado-Nação) e aquela mais próxima de valores comuns aos trabalhadores e trabalhadoras de diferentes partes do mundo, assegurados como democráticos e socialistas. Talvez seja importante retomar, aqui, que esta tese de doutorado visa a construir suas elaborações a partir de teorias fracas, ou seja, recusando um monopólio epistemológico que delimita, de antemão, lugares sociais estabelecidos para pessoas ou ideias. Sendo assim, é possível afirmar que ambas as noções de ideologia apresentadas contrastam drasticamente com minhas premissas tantas vezes anunciadas. Será que prometi o que não poderia cumprir? É possível, sempre. Mas, seguindo apenas um traço da formulação leninista, me interessa perseguir um pouco mais a noção da ideologia como um campo em disputa.

Para tanto, me foi profícuo o encontro com as formulações de Antonio Gramsci (1978), que, também em palavras sintéticas, considerou as ideologias (no plural) não como formas de acessar ou de impedir o acesso à realidade, mas, propriamente, como elementos constituidores da própria realidade. Segundo Nágela Brandão e Edmundo Dias (2007), a partir da proposta gramsciana:

[A] ideologia tem papel decisivo, essencial na organização social, não só por ter força real, mas também porque qualquer modificação estrutural para a *manutenção e/ou modificação* das condições de dominação não pode acontecer sem a intervenção dos elementos ideológicos (Brandão & Dias, 2007, p. 84, grifo meu).

O grifo realizado por mim, que marca o duplo papel da ideologia como manutenção e modificação das condições de dominação, me interessa também pela forma como a associação é asseverada no texto: “e/ou”. “E/ou” implica que uma ação no mundo - que, como visto, não pode ser meramente restrita ao campo da prática ou ao campo das ideias - pode, igualmente, manter “e/ou” modificar condições de poder e subordinação. Pensamento esse que me remete à proposta de Sedgwick (2020) em sua crítica à paranoia como forma privilegiada de pensamento social, como se tivéssemos apenas duas opções: reiterar ou subverter. “E/ou” já anuncia uma saída: podemos fazer os dois ao mesmo tempo - e,

embasado na perspectiva de Sedgwick, não poderia me furtar de dizer: podemos também fazer tantas outras coisas! Mas fazer ambas já é um começo.

A questão central é que, em Gramsci (1978), a ideologia perde seu caráter estrutural no impedimento de uma classe em reconhecer-se como, propriamente, uma classe (a ideia de “falsa consciência” é notoriamente recusada pelo autor italiano), e perde também o aspecto idealista que reconhece na vida dos operários e operárias do mundo uma cultura já designada com certo otimismo revolucionário. No entanto, bem como o que me interessa na proposta leninista, permanece para Gramsci o lugar da ideologia como uma disputa. Disputa essa que não pode ser reduzida a estruturas ou idealismos da relação entre capital e trabalho, mas que se verifica apenas na empiria, a dizer, na análise de momentos particulares, onde grupos sociais se organizam através de crenças, ideias, filosofias, práticas, construindo racionalidades específicas através da história e da economia. Racionalidades essas que entram em conflito no movimento da política enquanto vontades coletivas (Brandão & Dias, 2007). É por essa vertente que passo a encontrar maiores compatibilidades com o que venho, neste texto, nomeando ideologia: tomada, agora, como uma atividade e, especialmente, uma disputa.

É notório que, ao aproximar-me de Gramsci, meu texto já passa a anunciar certa proximidade com o vocabulário de autores como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que analisaram densamente a obra do pensador italiano em seu *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015). De fato, a continuidade crítica que tais autores dão ao pensamento gramsciano encontra alguma ressalva no conceito de ideologia, que, para ambos, embora já desvinculada da “falsa consciência”, permanecia conectada a uma busca por totalidade a partir da vontade coletiva - o que seria redutivo ao pensarmos na pluralidade social sob a qual teorias pós-marxistas precisam produzir pensamento no mundo contemporâneo, dado que ímpetos de totalidade se colidem constantemente com a expansão e reconhecimento dos dinâmicos e inúmeros atores sociais e políticos vigentes.

Rafael Gonçalves (2024), por exemplo, argumenta que a ideologia gramsciana, na visão de Laclau e Mouffe, ainda apresenta limitações dada a sua intrínseca relação com a materialidade social das instituições e da vontade coletiva de grupos, o que a tornaria sinônimo, novamente, de superestrutura. Ou seja, mesmo que de forma mais dinâmica, a ideologia caminharia também para uma visão essencialista dos atores sociais. Isso não significa que o conceito é abandonado pelos autores, mas sim radicalmente modificado. Em “Nuevas Reflexiones para la Revolución de Nuestro Tiempo”, por exemplo, Laclau (1993) afirma que a ideologia seria, justamente, a busca por uma totalidade, a “vontade de

totalidade”. Vontade essa que constitui um plano social, mesmo que de forma precária, à medida que atribui a ele um sentido contingente, que não obedece a nenhuma lógica natural ou estrutural, mas que funciona de modo organizativo - até que deixe de funcionar mediante às disputas políticas que mobilizam o discurso e a linguagem.

Pois bem, aceitando as críticas de Laclau e Mouffe sobre a ideologia em Gramsci, gostaria de me ater a um ponto específico dessa contenda, que é, efetivamente, o que *funciona* para este trabalho: a ideologia como uma prática e como uma disputa. Um dos aspectos da organização de um pensamento através de teorias fracas e da operacionalização da humildade metodológica é recusar a totalidade de premissas epistemológicas, retirando delas qualquer pretensão de pureza e fechamento. Isso permite ao pesquisador ou pesquisadora “tomar emprestado” algum conceito, sem que isso implique um vínculo absoluto com um sistema filosófico inteiro - o que, para muitos, pode parecer uma platitude, mas acredito ser importante reforçar tal postura por já ter me deparado, inúmeras vezes, com postulados como “você não está seguindo a teoria do autor à risca” e afins. Assumir a teoria fraca é, também, uma forma de criar vínculos contingentes com pensadores e pensadoras, sem estabelecer, necessariamente, algum tipo de filiação.

Por essa razão, já posso assumir, de forma incipiente, o que eu quero dizer quando digo ideologia: uma formulação que se materializa no campo da prática e no campo das ideias através de uma disputa. Disputa essa que, não raro, assume alguma vontade coletiva de criar uma unidade social. É importante lembrar que a crítica efetivada por Laclau e Mouffe a Gramsci se situa na busca por um panorama operativo para a esquerda da segunda metade do século 20, de modo que o ímpeto de uma totalidade social se manifestasse como problema dentro de um panorama crítico, voltado à prática da esquerda política global. Isso não significa que outros atores sociais, voltados a outros princípios e construtores de outras realidades, não se engajem, propriamente, em ideologias comprometidas com o ideal de unificação tão criticado por Laclau e Mouffe. Não seria justamente isso que ocorre com o sintagma “ideologia de gênero”?

“Ideologia de gênero”. Podemos considerar que, sob tal compreensão das questões feministas e relativas à diversidade sexual e de gênero, uma vontade coletiva reacionária as atribui, de forma generalista, a um campo de afetos e emoções eminentemente negativos, dentre os quais circulam o ódio e o pânico da dissolução. Não à toa, o termo utilizado para nomear tal ameaça é “ideologia”, remetendo a supostos atores voltados à alienação dos sujeitos em relação à realidade material que os compreende, de modo que um fato universal como a diferença binária entre os sexos (seja ela afirmada por Deus ou por uma visão restrita,

mítica e determinista das ciências biológicas) esteja sendo retirado da “vida real” de populações ao redor do planeta - especialmente das crianças. O papel da infância como sujeito em desenvolvimento parece incidir sobre uma compreensão de maior vulnerabilidade sobre tais ataques dessa tal ideologia, tomada, literalmente, como “falsa realidade”. Mas essa é uma afirmação que só pode ser feita em um nível generalista. Como vimos ao longo deste trabalho, e ainda veremos, tal perspectiva de teoria forte apresenta fissuras quando analisamos detalhadamente o objeto mapeado, já que ele se constitui a partir de continuidades, descontinuidades, ambivalências. Isso significa que, mesmo afirmando a “ideologia de gênero” como teoria forte, podemos analisar um vetor de sua promulgação a partir da teoria fraca - o que nos leva a caminhos inesperados de análise, como a combinação entre o combate à ideologia de gênero e a mobilização de afetos positivos como o amor e o carinho evocados pela ideia de proteção da comunidade LGBT+.

Um panorama de teorias fortes sobre ideologia realmente não faz sentido com a proposta aqui empregada, que visa a compreender as contendas sobre gênero e sexualidade no campo do Estado Brasileiro, especialmente na sua versão conciliatória operacionalizada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos entre 2019 e 2022. O arquivo mapeado e descrito na forma de cenas desvia nosso olhar de perspectivas totalizantes e respostas unívocas que condensam a administração governamental e o campo retórico e afetivo-emocional sob o qual ela se torna pública (sem compreender as ambivalências que medeiam ambos na prática da política). É por isso que me ateno ao termo: não pela tentativa de explicar o que existe por trás dos fatos, das decisões e dos discursos, mas sim porque me serve de ferramenta para pensar o empírico e o discursivo conjugados, sem que um intervenha de forma diretiva sobre o outro, em constante disputa no campo público. Seguindo Gramsci, a realidade e a palavra vão sempre se materializar uma através da outra.

Nesse sentido, estou propondo um entendimento para a ideologia sem qualquer temporalidade anterior em relação aos fatos objetivos ou ao que poderíamos chamar de “realidade material”. Não há um “por trás” que explique os fatos, não há um “antes”; há, sim, uma conjunção de palavras, atos, ideias, que se conjugam na formação de uma realidade específica, sem que um antevenga e explique o outro de forma diretiva. Para pensarmos a ideologia nesses termos, é necessário olhar o fenômeno “por baixo”, pensando que seu substrato ideológico não está na fundação de um fato ou de uma realidade, mas sim no entrelaçamento de diversos atores que, propriamente, constroem tal realidade no campo da contingência. Pensar, assim, como um objeto se estabelece no mundo e é atribuído de sentido. Atribuição essa que, como já argumentei, parte de um processo complexo no qual afetos e

emoções transitam de forma não tão livre, “grudando” em objetos que se tornam, portanto, carregados de expectativas sociais positivas ou negativas (Ahmed, 2014).

A relação entre ideologia, afetos e emoções encontra respaldo no arcabouço teórico do presente trabalho, principalmente através do conceito de Imagem, como abordado no capítulo anterior. Para Silvan Tomkins (2008), a Imagem diria respeito à forma como conseguimos compreender, através da cognição, determinados objetos a partir de um fluxo de afetos positivos, negativos ou neutros, formulando ideias estabilizadas sobre os mesmos, das quais podem originar engajamentos compartilhados de endosso, contraposição, amor, ódio, entre tantos outros. Tal perspectiva, como visto, é amplamente densificada por Sara Ahmed (2014), ao adicionar a metáfora da “cola” como complexificados do trânsito supostamente ilimitado dos afetos. Sob tal compreensão crítica, entendemos que determinados objetos - em especial, determinados corpos - são mais permeáveis para determinados tipos de afetos e emoções, conforme a disposição social dos mesmos. Lauren Berlant (2011) torna tal entendimento ainda mais conciso, ao afirmar que o trânsito afetivo atua também na consolidação de normas sociais enquanto formas sociais. Ou seja, no direcionamento específico de determinados afetos sobre determinados corpos, delimitamos propriamente um entendimento social para a forma desses corpos: sua fronteira constitutiva, sua permeabilidade, sua condição de ameaça, perigo, acolhimento, amor, identificação etc.

Por que ideologia, então? Essa pequena palavra, a partir da formulação que lhe cabem na presente tese, se articula estudo de afetos e emoções e me auxilia a compreender como a Imagem - tal qual proposta por Tomkins e complexificada pelo vasto campo de estudos que se relaciona com suas premissas - não apenas funciona como um direcionamento social de afetos e um direcionamento a partir deles (Frank & Wilson, 2020), mas também como uma tomada de ação e construção de realidades específicas, e sinaliza o conflito entre tais realidades. Ideologia, assim, se conecta ao conceito de Imagem, mas adiciona um complexificador para ele: a possibilidade de direcionamento e antagonismo político. O que vamos fazer? Como vamos fazer? O que estamos fazendo? Ou: o que está sendo feito? Contra quem estamos agindo? Se a Imagem é um direcionamento afetivo, a ideologia é uma prática entrelaçada a seu pressuposto, e constrói realidades materiais (seja como elemento semiótico, discursivo, concreto ou tantas outras palavras utilizadas para descrever o que é, propriamente, uma realidade).

Nesse sentido, a ideologia conecta a composição de formas sociais através de direcionamentos afetivos a modos de agir frente a eles. Modos que não se explicam de antemão, pensando apenas em trânsitos de afetos e emoções, mas sim a partir da própria

realidade engendrada através de tal composição. É por isso que não proponho a “proteção sem promoção” como um plano deliberado, articulado no interior das salas ministeriais, por hiper-agências capazes de formular intencionalidades e garantir seu resultado efetivo. Pelo contrário, ao que pude acompanhar com o arquivo e as cenas descritas a partir dele, não poderia afirmar uma voluntariedade na escolha de tal vocabulário ou se ele foi uma estratégia previamente elaborada. Mas posso, sim, afirmar que, empiricamente, ele deu certo, ele funcionou. Essa funcionalidade não está apartada de processos decisórios, de flexibilidade ou cálculos políticos, afinal de contas, depois do primeiro aparecimento registrado de uma frase como “proteção sem promoção”, ela passou a ser repetida (de formas similares) em muitos outros canais. No entanto, é possível reconhecer, também, como o até mesmo imprevistos da vida prática podem se coadunar com uma gama afetiva e emocional já operante, de modo que passem a funcionar enquanto uma objetivação, indicando um modo funcional de agir - o que eu estou chamando, propriamente, de ideologia como teoria fraca.

Com tal apreensão, podemos acompanhar como a resposta dada em um vídeo para explicar ao público conservador que não havia, no governo em questão, qualquer tipo de promoção da “ideologia de gênero” - evitando, de modo efetivo, possíveis conflitos com tal grupo de apoio de Alves, Kicis e do próprio Bolsonaro - vai se tornando uma espécie de *slogan* para o MMFDH. *Slogan* esse que, também de modo eficaz, vai sendo relacionado a inúmeras outras situações que não aquela previamente relacionada, colando, por exemplo, na futura explicação sobre o repasse de verbas institucionais para organizações voltadas à diversidade sexual por meio de um governo facilmente reconhecido pelo seu rechaço - ambivalência essa que adentraremos a seguir. Como propôs Silvan Tomkins (2008), é preciso de efetividade para que uma teoria dos afetos seja, propriamente, fraca.

Efetividade essa que se verifica, também, na associação de determinados agentes ministeriais ao campo da racionalidade e do trabalho bem feito, apartados da zona de emoções vociferantes encampadas pela própria ex-ministra Damares Alves. A associação da diretora Marina Reidel à técnica e à racionalidade política aparece, ao menos no presente trabalho, por via de associações jornalísticas que, em sua maior parte, apresentavam algum tipo de crítica ao que seria reconhecido como homofobia e transfobia nas políticas governamentais. No entanto, a forma como tal associação é utilizada na argumentação pública, especialmente pela parte da então ministra, sugere que a figura de uma mulher trans atuante no ministério, dotada de atributos contrários ao que, na retórica conservadora, se associa ao movimento LGBTQ+, se mostrou efetiva para a legitimação da mesma em seu cargo. E, a partir dessa legitimação, forma-se um argumento funcional contrário à percepção

de uma parte da sociedade brasileira sobre o caráter homofóbico e transfóbico do Governo Federal, mesmo frente ao desmonte de aparatos institucionais voltados a tal promoção de direitos. É nesse sentido que a sensatez de Reidel, publicizada por veículos de comunicação - inclusive um reconhecido pelo seu viés conservador - se articula a lógica da “proteção sem promoção”. É no campo dessas associações particulares e, à primeira vista, inusuais, que consigo perceber um movimento ideológico - a dizer, uma prática política relacionada a uma composição afetiva e emocional, que também disputa espaço em meio a outras.

No vasto campo acadêmico que versa sobre tal tema, não há consensos sobre a importância de elementos como a tecnicidade e um ideal de racionalidade no campo efetivo da política. Pode-se dizer que a associação direta dos assuntos políticos e noções idealizadas de razão e deliberação foram sendo deslocadas ao longo do século 20.⁷⁶ É claro que as propostas de mobilização afetiva, da contingência e do antagonismo como constituidor da arena política tomaram ampla dimensão a partir dos trabalhos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), mas importantes críticas ao imperativo da racionalidade podem ser encontradas algumas décadas atrás. Penso, por exemplo, na crítica da técnica operacionalizada por Hannah Arendt (2017, 2016), autora que, acredito, dificilmente se interessaria por qualquer coisa parecida com uma teoria fraca. De qualquer modo, em seu amplo trabalho filosófico, pode-se perceber uma contraposição do campo do trabalho e da técnica ao campo da política, atribuída como uma das mais valiosas possibilidades de ação nos entremeios da “vida ativa”.

Em *Eichmann em Jerusalém* (2017), a partir de um caso específico, Arendt demonstra como a técnica e a racionalidade instrumental voltada ao trabalho também serve como uma compensação pela ausência do pensamento, de modo que a formação e a valorização de um bom funcionário pode envolver, facilmente, sua abnegação do pensamento e da crítica - apartando-o, assim, da própria possibilidade de pensar e, conseqüentemente, de agir como um sujeito político. Em *A Condição Humana* (2016), tal entendimento se complexifica pela análise da autora sobre a vida prática, ao considerar o trabalho (ou o labor, a depender da tradução) como uma ação inevitável do ser humano, sendo amplamente diferente da ação, termo que contempla a vida política por meio da liberdade coletiva, do diálogo e do trânsito de palavras e entendimentos sobre o mundo. Tal perspectiva já foi muito criticada por

⁷⁶ Curiosamente, a psicanálise não foi a primeira disciplina a apostar nessa direção. Se analisarmos o texto freudiano de 1921, *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (2013), veremos que o autor corroborou com a perspectiva de Gustave Le Bon sobre os perigos da política em afastar o sujeito de uma racionalidade individualizada a partir da formação grupal, que o colocaria mais próximo da psique de um infante, onde a faculdade da razão não estaria bem conformada em comparação com a vida adulta.

considerar o trânsito comunicativo simplesmente por uma via consensual, mas gostaria de atentar, aqui, para a composição da zona de aparecimento político fomentada pela composição de diferentes pessoas (chamada pela autora de pluralidade) - o que, ao menos em minha leitura heterodoxa, pode contemplar amplamente o antagonismo e o dissenso.

Dito isso, meu ímpeto jamais seria comparar figuras como Marina Reidel e Adolf Eichmann por inúmeras razões, a começar pelos efeitos que suas ações e seus trabalhos bem feitos tiveram no mundo. Não cabem aqui equiparações descontextualizadas, até mesmo porque a análise arendtiana sobre o bom funcionário nazista diz respeito à sua própria atuação, e não à composição de uma imagem política por meio de diversos atores, tal qual meu entendimento sobre a figura de Reidel e sua utilização política. Para evitar más compreensões, repito: não estou comparando Marina Reidel com Adolf Eichmann. Me interessa, no entanto, a formação dessa ideologia que conecta, a partir de afetos e emoções, a suposta atividade não-emocional de uma diretora ministerial em comparação com o exagero afetivo da ministra que se coloca no mundo público, além de funcionária governamental e agente institucional da política, como mãe, pastora, entre outros atributos carregados de afetos positivos dada sua leitura social. A separação entre emoção e razão, aqui, funciona na objetivação de determinados agentes da política: a comprovação de que um corpo trans seria funcional no campo operativo de suas atribuições (mesmo quando elas envolvem a perda de direitos para a população que, supostamente, se veria representada no seu cargo), e a amplitude emocional e afetiva que pode ser performada por um corpo cisgênero sem que isso aparente um descompasso com seu cargo público, tornando-o mais próximo do reconhecimento, da identificação e das atribuições de afetos positivos relacionados à sua figura.

O arquivo que embasa tais reflexões, dispostas aqui na forma de cenas, me permite reconhecer como opera uma ideologia no âmbito da teoria fraca. Coisas que acontecem, seja pelo acaso ou seja pela deliberação, mas que passam a funcionar: não funcionar a partir de um objetivo pré-delimitado, mas funcionar na construção de um objetivo prático, uma linha de atuação que, talvez, não fosse sequer anteriormente pensada. Se “menino veste rosa e menina veste azul” foi um enunciado pacificador para algumas pessoas dada a sensação de desamparo frente a mudanças sociais hiperbolizadas pela retórica antigênero, “proteção sem promoção” funciona da mesma forma, mas no sentido oposto. Suavizando afeições negativas, como o ódio e o medo, fortificando o entendimento de determinadas garantias como elementos estáveis do campo político, à despeito de sua desconstrução no interior das práticas governamentais. Ao mesmo tempo, reiterando que tais garantias - sejam elas verdadeiras ou não

- de forma alguma colocariam em xeque o ímpeto de figuras como Alves, Bolsonaro, Kicis, entre tantas outras, no combate à suposta “ideologia de gênero”.

Essa reflexão é bastante tributária das propostas de entendimento para o conceito de ideologia formuladas pelo psicólogo Michael Billig (1988).⁷⁷ O autor deslocou tal conceito de suas tradicionais formulações, seja como um impedimento de acesso à realidade material, seja como o reconhecimento de ideais próprios de um grupo social, para algo muito mais próximo da vida prática e dos conflitos que nos deparamos em sua operacionalização. Para Billig, a ideologia se situaria menos como teoria forte (em minhas palavras) e mais como a necessidade de responder a dilemas com os quais somos confrontados - resposta essa que, somada a muitas outras, forma um arcabouço de entendimento para a realidade social e política. Nesse sentido, sua proposta enfoca a maneira como a ideologia está presente - e está sendo construída e movimentada - nas práticas cotidianas, sobretudo através da linguagem.

Podemos compreender, assim, que o termo ideologia, nesse caso específico, se refere menos a esquemas totalizantes de entendimento e mais sobre a vida prática e seus conflitos, enfocando o papel do imprevisível nesta tomada de decisões. No entanto, a ideologia não se resumiria a uma escolha individual ou grupal, cuja finalidade se encerraria nela própria. Pelo contrário, Billig (1988) fornece um quadro de inter-relações entre a “teoria vivida” e a “teoria estudada” (a dizer, entre a vivência cotidiana de um dilema ideológico e a sua transformação em senso comum). A relação entre essas duas operações da ideologia se daria em uma via de mão dupla: uma influenciando a outra, de modo que a ideologia (ou as ideologias) estejam sempre em movimento de estabilização e modificação.

No entanto, é óbvio que nem todos estamos em pé de igualdade na formulação de ideologias a partir de nossas existências no mundo. O que leva à estabilização de uma teoria vivida enquanto senso comum diz respeito às teias discursivas nas quais cada um está inserido, de modo a reconhecer as relações de poder que permitem, de forma diferencial, o acesso a recursos como o convencimento e a persuasão. Frente à solução escolhida para determinado dilema, podemos considerar que agentes da política institucional - ou, de modo mais amplo, pessoas cujas ideias apresentam grande destaque socialmente - criam ideologias cuja força se verifica na alta capacidade de compartilhamento e aceitação e suas premissas. Isso pode envolver uma vontade de totalidade, como propuseram Laclau e Mouffe (2015), a depender do caso. O importante aqui é reconhecer que tal busca por totalidade, por vezes,

⁷⁷ Agradeço a Lupicínio Iñiguez-Rueda pela indicação de leitura.

incide no mundo não como um dado pressuposto, mas se insere, também, em uma zona de imprevisibilidades como algo que funciona - gera efeitos - ou não.

Dameres Alves é confrontada sobre sua proximidade com organizações LGBTQ+ em uma entrevista ao vivo na plataforma *Youtube*. Precisa de uma resposta convincente tanto para quem conduz as perguntas - no caso, a deputada Bia Kicis, que afirma inclusive não ser totalmente partidária das ações do MMFDH no campo dos direitos LGBTQ+ -, como também para o público que a assiste, de modo que o trabalho realizado não a coloque em uma posição de risco frente a contendas políticas que já estavam abalando o governo por ela composto. Não seria isso, nas palavras de Michael Billig, um dilema ideológico? Dilema esse cuja resposta foi um enunciado que... funcionou muito bem? Tanto funcionou que foi repetido em diversos outros canais de comunicação, assumindo, portanto, capacidades como o convencimento e a persuasão?

“Proteger a pessoa e não promover a pauta” delimita um conflito e uma solução. De um lado, temos uma contradição expressa; de outro a forma como tal contradição é apresentada como uma unidade de pensamento e prática. Ora, se reconhecemos que o campo dos direitos humanos não pode ser segmentado pela proximidade ou afastamento com os gestores públicos, como fora supostamente nas gestões anteriores, precisamos explicar os motivos para ele englobar, também, aquelas pessoas que serviram de exterior constitutivo para os anos de atuação do então Presidente da República e, especialmente, para a sua campanha eleitoral. No campo dos direitos humanos, vemos que o indivíduo toma centralidade em oposição ao grupo, de modo que o primeiro seja reconhecido como passível à atribuição de direitos, enquanto o segundo seja rechaçado pela sua propagação de ideologias e de movimentações contrárias à suposta racionalidade política (visto que suas demandas já estariam muito bem resolvidas por algumas decisões do Supremo Tribunal Federal).⁷⁸ Isso é a ideologia acontecendo, sendo praticada e operacionalizada. Pode, sim, encampar uma busca por totalidade, mas apenas quando funciona. É por essa razão que, no campo teórico, me parece bastante plausível associar os dilemas ideológicos de Billig para um entendimento contingente da política, que se pode encontrar em autores como Gramsci, Mouffe, Laclau e Rancière.

Sobre este último, gostaria de fazer algumas considerações, dado o tamanho que sua obra ocupa na presente tese. Para tanto, retomemos o objeto do presente capítulo: a formulação de enunciados como “proteção sem promoção”, reconhecendo a composição

⁷⁸ Movimento que, em outros lugares, nomeamos como depuração dos direitos humanos: Prado, Maracci e Monteiro (2021); Maracci e Prado (2022).

afetiva, emocional e, propriamente, ideológica que lhes dá sentido e efetividade política. Embora considere que as ações práticas e suas veiculações no campo das ideias não sejam contraditórias, mas sim ambivalentes, é notável que a frase tantas vezes repetida por Alves, bem como a figura de Marina Reidel e as “portas abertas” para a comunidade LGBTQ+ na composição contingente de uma ideologia ministerial atua, também, no distanciamento crítico sobre o desmonte das políticas públicas, dos organismos decisórios e da própria diretoria responsável por tais temáticas (o que não significa o abandono das políticas LGBTQ+ por inteiro, como veremos a seguir). De todo modo, há, sim, um distanciamento entre a palavra que aquilo que a palavra não diz.

Não acredito que a metodologia aqui empregada sirva para desvendar qualquer coisa obliterada pelas palavras, ou qualquer realidade material inacessível pelo véu da retórica. Todas as informações presentes nesta tese são públicas e não devem ser tomadas como o mistério a ser trazido à luz pela prática investigativa. O que fiz, em realidade, foi justapor fatos relacionados ao mesmo tema, na composição de cenas compostas pelo engendramento de materiais distintos, apontando para caminhos que, sem tal procedimento metodológico, talvez ficassem inviabilizados por uma teoria forte, cujo efeito pode ser um solapamento da realidade a partir de pressupostos anteriormente delimitados. Como já explicado algumas vezes, estou conectando fatos que nos permitem compreensões mais amplas que a suposta benevolência de Damares Alves ou a suposta hiper-agência da mesma figura em mascarar políticas de desmonte com palavras afáveis ou retórica confusa, possivelmente geradora de dúvidas e sensação de incompreensão. O que fiz, em realidade, foi aproximar eixos diferentes da administração ministerial, mostrando que sua aparente contradição funciona enquanto unidade prática, compondo um mesmo objeto de análise que suporta sua ampla gama de ambivalências.

Pois bem, voltando a Jacques Rancière, lembremos que, em 1974, o autor pareceu distanciar-se fortemente do conceito de ideologia a partir de sua crítica à proposta de Louis Althusser sobre uma ideologia que compreenderia a vida humana sem estar subordinada a um direcionamento do capital. No entanto, em *O Desentendimento* (1996), parece haver uma reconciliação do autor com o termo, a partir de uma leitura bastante heterodoxa de Karl Marx:

[O] gênio de Marx inventou uma palavra-chave que toda a modernidade adotou, mesmo voltando-a às vezes contra ele. Chamou-a de ideologia. *Ideologia não é apenas uma palavra nova para designar o simulacro ou a ilusão.* Ideologia é a

palavra que assinala o estatuto inédito da verdade forjada pela meta-política: a verdade enquanto verdade do falso: não a clareza da idéia em face da obscuridade das aparências; não a verdade como indício de si mesma e da falsidade mas, ao contrário, a verdade da qual só o falso é indício; a verdade que nada mais é que a evidenciação da falsidade, a verdade como parasitagem universal. Ideologia é então tudo menos um nome novo para uma velha noção. Ao inventá-la, Marx inventa para um tempo que ainda dura um regime inaudito do verdadeiro, e uma conexão inédita da verdade no político. *Ideologia é o nome da distância indefinidamente denunciada das palavras e das coisas, o operador conceitual que organiza as junções e as disjunções entre os elementos do dispositivo político moderno.* Alternativamente, permite reduzir a aparência política do povo à ilusão, recobrando a realidade do conflito ou, ao contrário, de anunciar os nomes do povo e as manifestações de seu litígio como velharias que retardam o advento dos interesses comuns. *Ideologia é o nome que liga a produção do político à sua evacuação,* que designa a distância das palavras às coisas como falsidade na política sempre transformável em falsidade da política. Mas é também o conceito pelo qual se declara que qualquer coisa pertence à política, à demonstração "política" de sua falsidade. E em suma o conceito onde toda política se anula, seja por sua evanescência proclamada, seja, ao contrário, pela afirmação de que tudo é política, o que significa dizer que nada o é, que a política é apenas o modo parasitário da verdade. Ideologia é, definitivamente, o termo que permite sempre deslocar o lugar do político até seu limite: a declaração de seu fim (1996, pp. 92-93, grifos meus).

Com essa longa citação, gostaria apenas de demonstrar que, embora trabalhando e investindo na unidade do objeto analisado, é sumariamente importante reconhecer que a ambivalência na qual ele se performa diz respeito a conteúdos que não necessariamente vão ser lidos como congruentes. A ideia da ambivalência pressupõe justamente o contrário, ao passo que reconhece a falta de congruência não como uma cisão objetual, e sim como uma composição múltipla de algo que, em um processo de estabilização, podemos tomar como “algo” - observável, descritível. Esse “algo”, inevitavelmente, é algo no campo da política, que, como nos propõe Rancière, é um campo dinâmico de movimentação - de modo que a própria ideologia se insira em tal mutabilidade. “Ideologia é o nome da distância indefinidamente denunciada das palavras e das coisas, o operador conceitual que organiza as junções e as disjunções entre os elementos do dispositivo político moderno” (Rancière, 1996, pp. 92).

Junções e disjunções. Possibilidades de conectar e afastar as coisas e as palavras que lhes correspondem, ou as palavras que deixam de lhes corresponder a partir de um processo propriamente... político. Ideologia como uma disputa e um dilema, bem como suas inúmeras formas de resolução e não resolução: a formação de um entendimento para a prática, que pode se desfazer e se refazer em movimento contingente, disputando espaço com outros. Estou delineando uma ideologia ministerial a partir de teorias fracas - em específico, estou formulando um entendimento para a ideologia que seja, propriamente, fraco (mas efetivo, tal qual sinalizou Tomkins). Se a teoria fraca, na minha proposta, corresponde a uma humildade metodológica, talvez uma pertinente conclusão seja reconhecer que, ao descrever e analisar práticas afetivo-emocionais entrelaçadas enquanto ideologias, eu também estou fazendo ideologia - ainda que minha amplitude retórica e persuasiva não se compare à dos agentes políticos aqui mapeados. Em todo caso, ao menos pela minha tentativa, posso dizer que a ideologia produzida por esta tese é, sim, proveniente de um dilema de compreensão acadêmico, mas que está desvinculada de um ímpeto de totalidade social. Estou mais interessado no efeito, na contingência e na eficácia desta proposta.

4 PRATICANDO OFENSIVAS ANTIGÊNERO

Ao longo desta tese, escrevi algumas vezes que o processo ideológico, afetivo e emocional pelo qual determinado fato é produzido no âmbito das cenas aqui montadas e descritas não deve ser entendido como uma separação entre discurso e prática. De fato, me engajei em uma concepção de ideologia que, propriamente, recusa qualquer temporalidade ou anterioridade entre essas duas instâncias, e as toma a partir de uma prática conjugada, através da qual afetos e emoções se associam contingentemente aos fatos e às decisões no campo da política. Jacques Rancière (2009) não parece discordar de tal perspectiva, recusando a separação entre algum entendimento para a realidade e sua apreensão no campo das ideias. No entanto, em sua análise sobre Marx, aponta que o termo ideologia opera como uma forma de disjunção maleável entre as palavras e as coisas, de modo a reconhecer que seu encadeamento - e toda discussão sobre verdade e mentira dele decorrente - situa-se na operacionalização da política.

É no campo da política, portanto, que as disjunções e conjunções entre palavras e coisas se estabelecem, sem que haja direcionamento linear ou congruência entre elas. Como propõe Laclau (2018), a significação de uma realidade nos termos da ação política não diz respeito à mera constatação sobre tal realidade enquanto material, mas sim sobre seu encadeamento a partir de cadeias de equivalência e formações grupais, onde se articulam processos identificatórios e exclusões constitutivas. Neste ínterim, as palavras e as coisas se tornam elementos de disputa não apenas para a condução de determinada realidade a um eixo político, mas para a própria significação e efetivação de uma realidade enquanto prática social, formalizada nas relações de antagonismo, comunicação, exteriorização etc. Se pensarmos na experiência de um operário europeu do final do século 19, a partir da perspectiva da contingência proposta por Laclau, não poderíamos considerar que sua tomada de consciência e o engajamento na disputa pelos meios de produção se daria somente pela queda do véu da ideologia, pelo entendimento de sua realidade de classe enquanto a verdade infraestrutural do mundo outrora inacessível. Não há nada que conecte prévia e linearmente a experiência do trabalho a um papel revolucionário ou emancipatório do trabalhador - da mesma forma que não há encadeamento unívoco entre a diversidade sexual e de gênero e qualquer postura de contestação ou reiteração das normas sociais (como este trabalho, suponho, demonstra). Tais associações se dão através do discurso e da formação de identificações políticas, que vão associar determinada condição de vida a um lugar no espaço da política por meio das articulações e do antagonismo social.

Esta lógica pode ser percebida em inúmeros momentos da presente tese, como, por exemplo, na associação de afetos e emoções positivas ao trabalho do MMFDH em referência à diversidade sexual e de gênero realizada por veículos de comunicação, a despeito das práticas de desmonte das políticas LGBTQ+ realizadas no interior do ministério, como demonstrado no capítulo anterior. É claro que tal procedimento poderia ser analisado como uma falsidade (ou como uma ideologia no sentido de teoria forte), mas eu prefiro pensar na construção de uma realidade específica que conecta o fato e sua apreensão de maneiras absolutamente contingentes, de modo que a produção de um acontecimento político envolva sua operacionalização prática e sua atribuição de sentidos simultâneos - em um processo, ao fim e ao cabo, político. Poderíamos acionar a ideia de contradição e apontar que o discurso não condiz com a prática, mas podemos também pensar como, nessa disjunção, há também uma conjunção, a partir da qual enunciados como “proteção sem promoção” se tornam uma realidade política, para qual a separação entre palavra e coisa não se mostraria muito útil em uma análise que reconhece seus efeitos enquanto realidade. Estamos lidando, nas palavras de Rancière (2009), com conjunções e disjunções que se atravessam, sem que uma antevenha a outra. Ou, nas minhas palavras, com práticas de ambivalências e não contradição.

No entanto, me parece que, até o presente momento, tomaram destaque neste trabalho os atos discursivos e a produção ideológica sobretudo através da retórica, trazendo elementos como projetos ministeriais ou mudanças na condução da política LGBTQ+ no MMFDH como ilustrações para sustentar a ideia da ambivalência. Essa seria uma forma pouco eficaz de lidar com o problema da “proteção sem promoção”, à medida que ela não é apenas uma política das palavras, e sim um encadeamento produtor de uma realidade específica, onde o objeto sobre o qual me debruço é performado entre palavras e coisas. A produtividade antigênero não é apenas falada ou escrita, ela é materialmente articulada através de atores humanos e não-humanos, dentre os quais figura a linguagem, obviamente (tomada como um campo de compreensão e produção de realidades), mas também assuntos objetivos da institucionalidade política, tal qual repasses de verba para determinados projetos ou a elaboração de documentos que norteiam políticas públicas.

Esses elementos cotidianos da administração institucional se articulam nas políticas afetivas e tomam um sentido público a partir de sua operacionalização. Tal processo não é unívoco nem linear, à medida que, em práticas de antagonismo ou aproximação, afetos positivos e negativos podem ser atribuídos aos mesmos elementos, construindo realidades políticas específicas que densificam o objeto em sua complexidade e ambivalência, tal qual veremos a seguir. Decidi escrever este capítulo, portanto, para focar como as disjunções e

conjunções são trabalhadas no fazer político, e como esses procedimentos, mesmo minuciosos, estão implicados na mobilização de afetos e emoções, bem como na produção de ideologias efetivadas na contingência da prática.

Para tanto, assim como nos outros capítulos, contarei essa história a partir da construção de cenas, através das quais, em práticas de descrição e acompanhamento do objeto, podemos nos direcionar a uma mobilização ideológica, afetiva e emocional. A única diferença é que tomarão espaço aqui algumas informações não tão presentes nas páginas anteriores, em especial questões orçamentárias e textos institucionais referentes a políticas públicas. Isso é importante porque, como venho argumentando, a ideologia e a operacionalização afetivo-emocional não são simplesmente ações sobre tais materiais “brutos” da política, mas sim uma conexão, muitas vezes incidental, entre diferentes elementos. Seguindo a perspectiva inspirada no método da igualdade, tais dados institucionais e midiáticos serão justapostos em forma de cena a outros materiais que compõem o arquivo de minha tese (Rancière, 2021; Rancière & Jdey, 2021), de forma que possamos acompanhar como as ambivalências antigênero foram no interior do MMFDH de maneiras que podem gerar sensações de estranhamento, dúvida e surpresa - afetos que percebi serem comuns enquanto falava sobre minha pesquisa para colegas amigos.

Como eu poderia dizer nomear como antigênero um órgão institucional que transferiu milhões de reais para organizações voltadas às temáticas da diversidade sexual e de gênero, tendo um contato direto com ativistas LGBT+ e deputados que pautavam tais temáticas no Congresso Nacional? Mas como esse mesmo órgão, que destina verba a projetos voltados à redução da homofobia e da transfobia, pode ser associado a uma política virulenta de perseguição a funcionários públicos simplesmente por abordarem assuntos relacionados ao gênero e a sexualidade nas suas práticas profissionais? Como isso aconteceu ao mesmo tempo, e diz respeito ao mesmo lugar institucional? E, em uma prática de investigação, como e por que compreender que isso se trata de um *mesmo objeto*? São essas perguntas que me fizeram adentrar na presente discussão, em uma história permeada por encontros fortuitos que contarei a partir daqui.

4.1 A Condução de uma “Pauta Preciosa”

O primeiro material que compõe a cena que descreverei neste capítulo trata-se de um momento no qual Damares Alves foi chamada à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, em março de 2022, acerca de uma nota técnica que havia sido elaborada e divulgada

pelo MMFDH contrária ao passaporte vacinal e à obrigatoriedade da vacinação infantil.⁷⁹ Esse ainda era um período em que vivíamos a pandemia de COVID-19, mas já levemente amenizada em função da política de vacinação largamente criticada pelo governo de Jair Bolsonaro. O fato do ministério responsável pelos direitos humanos promulgar uma nota que autorizava responsáveis a não vacinarem seus filhos, a despeito da retórica intransigente de “proteção das crianças”, constitui uma ironia que, em razão do espaço, não será abordada aqui. O que me interessa, neste momento, é a troca de palavras entre a então ministra e o senador Fabiano Contarato, na época já integrante do Partido dos Trabalhadores, que inicia em tons antagônicos e se desdobra em uma tentativa de apaziguamento por parte de Damares Alves.

Contarato utiliza seu tempo de questionamento à ministra para confrontá-la sobre enunciados emitidos por agentes institucionais do governo do qual ela fazia parte, em especial o Presidente da República, de forma a questionar se ela saberia responder o que significam direitos humanos epistemologicamente. Dentre os enunciados elencados pelo senador, destaco: “o erro da ditadura foi torturar, e não matar”, “somos um país cristão, não existe essa historinha de estado laico” e “preferia ter um filho morto a um filho gay”. Além disso, ele realiza uma crítica contundente sobre o insuflamento de movimentos antidemocráticos por parte de representantes institucionais que visavam ao fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. O senador complementa, em uma fala carregada de emoções, afirmando que sua família, composta pelo casamento com outro homem e dois filhos, é igualmente importante que as famílias formadas pelo acoplamento heterossexual. Toda arguição de Contarato está baseada em uma pergunta inicial: “qual a sua concepção de direitos humanos?” (TV Senado, 2022), à medida que o exposto em sua fala contradiz preceitos fundamentais dessa conceituação, de modo a questionar a própria legitimidade de Damares Alves para comandar um ministério voltado a tal terminologia.

A arguição, claramente, toma contornos de embate e antagonismo, ao menos antes da resposta de Alves. Em um movimento de certa forma surpreendente, a então ministra contesta com tom amigável e amoroso, demonstrando que a preocupação de ambos em relação aos direitos humanos, ao fim e ao cabo, seria a mesma. Alves centraliza sua resposta na afirmação da importância das questões LGBTQ+ para o ministério e para o Governo Federal. Em suas palavras: “Queria que o senhor visse como estamos conduzindo essa pauta que é *preciosa* para o ministério” (TV Senado, 2022, grifo meu). Ainda, faz convites ao senador

⁷⁹ Link para vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=t1a36TCxNk> (Acesso em 31 de julho de 2024).

para que atuem juntos, bem como declara carinho e admiração por seu trabalho. Não há espaço para réplica de Contarato na sessão, de modo que, na cena montada, a palavra final seja a de Damares Alves, contrapondo o antagonismo do senador com palavras e tom de voz amigável.

Este pequeno exemplo nos auxilia a compreender, a partir de um momento específico, a política afetivo-emocional específica do MMFDH que desloca a diversidade sexual e de gênero do campo de ódio e pânico que, usualmente, ocupa nas mobilizações antigênero, encaminhando-a para uma possível prática conciliatória e otimista, com empatia e amor. Importante notar como essa política é desdobrada não apenas a partir de palavras, mas também de gestualidades e entonações. Fabiano Contarato fala alto, gesticula e mostra suas mãos levemente trêmulas. Em momentos de maior intensidade emocional, sua dicção apresenta alguns sulcos. Damares Alves, por sua vez, fala em tom mais baixo, amigável, se mostra vulnerável em relação à sessão, que estaria difícil para ela, e manifesta, inúmeras vezes, menções de carinho ao senador, indicando, também, um campo comum de atuação entre ambos, relacionado sobretudo a questões LGBTQ+. Cabe destacar que, no discurso da então ministra, não há propriamente uma resposta às perguntas do senador, mas sim uma indicação de que ele poderia ver a condução dos direitos humanos pelo ministério em uma visita a seu espaço institucional.

Assim, Alves o mostraria, na prática, como atua favoravelmente aos direitos humanos, indicando que sua operacionalização da pauta o deixaria politicamente satisfeito. Convite esse que me remete, mais uma vez, à metáfora da porta aberta de diálogo e o tom otimista com que práticas de não agressão partindo de Alves e outros funcionários ministeriais são significadas tanto pelo próprio ministério quanto por veículos de comunicação. De forma irônica, no entanto, a porta aberta de diálogo, aqui, justamente é o que encerra o diálogo, transferindo-o de uma cena pública, registrada pela TV Senado e posteriormente disponibilizada na plataforma *Youtube*, para uma possibilidade de efetivação em um lugar mais privado, longe de câmeras e registros. Essa transferência, embora não efetive o diálogo, mantém aberta a sua promessa, de forma que, mesmo afastando-se do diálogo, a fala é encerrada em tom otimista, deixando as portas abertas da comunicação e, portanto, da conciliação.

É importante notar que a réplica ao senador Contarato, em tom convidativo e amistoso, parece indicar que o ministério estaria conduzindo as questões LGBTQ+ de maneira compatível com a sua forma de compreensão sobre os direitos humanos, mesmo sem especificar a quais ações ela estaria se referindo. A insinuação, portanto, deixa em aberto

alguns possíveis questionamentos, tais quais: como seria a condução dessa “pauta preciosa”? Quais as ações ministeriais poderiam ser lidas como benéficas à população LGBTQ+, mesmo estando subordinadas a um governo cuja retórica, seguindo a argumentação de Fabiano Contarato, seria vocalmente contrária aos direitos humanos e à diversidade sexual e de gênero?

De fato, quando assisti à sabatina com a então ministra na Comissão de Direitos Humanos no Senado Federal, sobretudo após a interação com Contarato, fiquei com tais perguntas em mente, e tive de fazer algum esforço para organizá-las de forma não tão paranoica. Afinal de contas, meu interesse não deveria ser simplesmente juntar materiais que contradissem a retórica de Alves, mas, propriamente, entender o que, afinal de contas, estava sendo feito. Algumas respostas eu já tinha, especialmente em relação àquilo que foi contado nas cenas dos capítulos anteriores. No entanto, a curiosidade gestada no assistir desta sessão me levou a caminhos completamente inesperados para o que eu imaginava, de início, sobre a presente pesquisa - caminhos que, acredito, foram fundamentalmente relevantes para compreender a complexidade das práticas de ambivalência ministerial e de trabalho afetivo-emocional no desenvolver das políticas públicas.

Então, o que de fato estava fazendo Damares Alves com sua “pauta preciosa”, que poderia inclusive ser visto com bons olhos por um senador da oposição? Uma pista para responder a tais indagações foi encontrada em uma *live* semanal de Jair Bolsonaro, onde o então Presidente da República aparece ao lado da então ministra, que foi ao ar no dia 24 de março de 2022.⁸⁰ Nesta, a figura de Alves parece indicar uma extensão da política conciliatória referente ao MMFDH ao Governo Federal de forma mais ampla, englobando inclusive o próprio Jair Bolsonaro. A redução do campo de antagonismos, mediada por uma política afetivo-emocional de otimismo a partir do diálogo, pode se encontrar em uma afirmação bastante assertiva da então ministra: o movimento LGBTQ+ estaria “muito contente” com o trabalho realizado pelo ministério e pelo governo Bolsonaro. E, para ilustrar tal contentamento, me chamou atenção que a retórica de Alves se encaminhou para algo bastante palpável: o dinheiro. Ou, mais especificamente, para o uso, sem corrupção, de verbas destinadas ao MMFDH a partir de emendas parlamentares a diferentes tipos de projetos ou organizações voltadas à diversidade sexual e de gênero. Em suas palavras:

Por exemplo, emendas ao segmento LGBTQ. A gente entende que temos dentro do segmento pessoas que precisam ser atendidas e assistidas. Vou lhe dizer uma coisa. O

⁸⁰ Link para *live*: <https://www.youtube.com/watch?v=OdCFFgyUhhU> (Acesso em 31 de julho de 2024).

movimento LGBT está muito contente conosco porque a gente libera as emendas sem pedir propina. A gente libera as emendas para o movimento sem a gente pedir pedágio (Canal de Jair Bolsonaro, 2022).

Ao dizer que o ministério libera as emendas “sem pedir propina”, Damares omite que a execução das emendas não é opcional, nem uma decisão ou um mérito de sua gestão, mas sim uma obrigação do governo, algo que pode resultar em penalidades em caso de descumprimento. A ministra inclusive respondia, naquele momento, ao próprio questionamento de Bolsonaro que, tentando se desvincular de tais políticas, afirmava que o governo era obrigado a cumprir a transferência de recursos oriundos de emendas, mesmo que a contragosto. Nas palavras do ex-presidente:

Eu até te admiro pela coragem por estar a frente de um ministério tão complicado [...]. Você inclusive, quando executa uma emenda, um grupo se levanta: nossa, está aí fazendo tal assunto que é contra o conservadorismo. Mas a emenda é impositiva, você é obrigada a executar (Canal de Jair Bolsonaro, 2022).

Na *live* com Bia Kicis, de janeiro de 2021, citada no capítulo 3 desta tese, a deputada segue a mesma linha argumentativa ao ser questionada por um telespectador que pergunta como Damares “consegue juntar política LGBT com conservadorismo”. Evidenciando o seu desgosto com a temática, Kicis afirma que Damares é obrigada. “Ela é a ministra dessa pasta. E ela recebe recursos, emendas e solicitações dos parlamentares que representam toda a sociedade. O que ela tem que fazer é cuidar do brasileiro, do cidadão” (Canal de Bia Kicis, 2021).

No entanto, cabe destacar que as asserções do então Presidente da República e da deputada, que associam o repasse de verbas a uma obrigação institucional, são notadamente diferentes daquelas proferidas pela então ministra. Damares Alves fala usualmente sobre a população LGBT+ utilizando palavras como amor, diálogo, cuidado, proteção, em um direcionamento otimista de afetos que foi mapeado neste trabalho. Essa disparidade foi um dos elementos que me levaram a concluir que a lógica da “proteção sem promoção” se constituiu no âmbito das ofensivas antigênero como uma novidade, a partir da capacidade de Alves e do corpo ministerial por ela representado, de mobilizar afetos positivos sobre a comunidade LGBT paralelamente à afirmação constante de combate à “ideologia de gênero”.

Neste caso, entretanto, é de se questionar: será que a política de proteção, tão propagandeada por Alves, seria simplesmente o cumprimento da lei? Bom, se não há outra opção que não o repasse de verbas, que ao menos sua operacionalização não se dê a partir de

“propinas” ou “pedágios”. De qualquer forma, existe uma diferença no jogo afetivo, emocional e ideológico acerca de tal obrigatoriedade, o que caracteriza, propriamente, a novidade que menciono. Damares Alves não repete o discurso de Jair Bolsonaro ou de Bia Kicis, ela aborda o tema de um modo radicalmente diferente. Não é somente uma obrigação, é uma obrigação realizada com amor, de forma que o que comprova toda a afecção positiva pela comunidade LGBTQ+ perpassa, sim, a obrigatoriedade institucional, mas se estenda para muito além dela, através de uma intensa mobilização de afetos positivos por parte da então ministra. E, pensando na efetividade de tal associação, é interessante notar que, mesmo destoando da retórica de Bolsonaro (em algum tipo de contraposição entre fazer por amor ou fazer por obrigação), o argumento de Alves o engloba na defesa de seu próprio governo.

Na *live* conjunta, Damares Alves segue atestando o bom funcionamento ministerial dirigido a pessoas que “precisam ser atendidas e assistidas”, destacando, como visto, o uso lícito da verba pública. No entanto, persiste também a insistência na retórica de “proteção sem promoção”. Por exemplo, após mencionar o contentamento LGBTQ+ veiculado ao repasse de verbas, a então ministra complementa: “Aí é todo mundo questionando: ‘tá fazendo a promoção da pauta?’. Não. Estamos fazendo a proteção da pessoa. É dessa forma que a gente conduz as nossas pautas. Liberando as emendas dentro da lei, sem corrupção, sem pedágio” (Canal de Jair Bolsonaro, 2022). Tal explicação é um primeiro passo para compreender como existe uma complexificação da retórica ambivalente a partir das práticas efetivas do ministério, onde toma destaque o uso lícito de verba pública. Complexificação que, retomando a discussão sobre ideologia, une as palavras e as coisas em uma conjunção mediada por um elemento definitivo: o dinheiro.

A inserção das emendas parlamentares no campo discursivo a partir do qual se declara o possível contentamento do movimento LGBTQ+ com o MMFDH foi de extrema importância para esta investigação, visto que, ao menos na fala de Damares Alves, elas parecem efetivar o seu ímpeto protetor quanto à diversidade sexual e de gênero, apartado de qualquer promoção dessa mesma diversidade. Na cena aqui descrita, somos informados, novamente, sobre o otimismo quanto ao diálogo acerca de questões LGBTQ+, as políticas de ambivalência, produção de consensos, redução do campo de antagonismo... mas somos também inseridos a uma nova camada de complexidade: as questões financeiras e o repasse de verba ministerial. O que fazer a partir disso? Como diz um imperativo que há tempos circula por aí: *follow the money*.

4.2 As Palavras e o Dinheiro

Devo dizer que tive sorte quanto ao empreendimento investigativo acerca da transferência de verba a partir do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Como já afirmei algumas vezes, boa parte desta pesquisa se deu a partir de incidentes fortuitos e do seu bom aproveitamento. O que aconteceu foi que, ainda no ano de 2022, fui inserido na organização de um grupo interdisciplinar voltado ao estudo das políticas implementadas pelo MMFDH. Havia um eixo específico sobre a pauta LGBTQ+, no qual dividi o trabalho com Henrique Araujo Aragusuko, meu amigo e também pesquisador acerca das ofensivas antigênero, sob supervisão de Marco Aurélio Máximo Prado, também meu orientador de doutorado. Foi a partir desta associação que consegui articular meu trabalho às questões próprias do fazer político na institucionalidade ministerial (em especial as questões financeiras), percebendo o quanto isso reiterava e, ao mesmo tempo, complexificava a política de ambivalências afetivas-emocionais que já vinha mapeando na pesquisa que deu origem a esta tese.

Pois bem, tomando como base as ambivalências e o jogo afetivo-emocional, eu e Henrique Aragusuko nos debruçamos sobre a sua operacionalização através do dinheiro; a dizer, que tipo de política foi implementada por via ministerial com foco na população LGBTQ+, e como isso se relaciona com o sucessivo apagamento de tais questões no ministério, como afirmado no capítulo anterior, acerca das atribuições midiaticizadas por Marina Reidel, que logo em seguida foram drasticamente modificadas ou descontinuadas pelo MMFDH.

Seguindo a pista de Damares Alves na *live* em que participou ao lado de Jair Bolsonaro, ao dizer que não cobra “propina ou pedágio” para a transferência de verba, as emendas parlamentares se tornaram um caminho importante para o acompanhamento desse processo. A partir do ano de 2015, com a Emenda Constitucional nº 86⁸¹, impõe-se a obrigação de cumprimento das emendas parlamentares nos lugares institucionais aos quais elas são destinadas. Nesse sentido, sua execução passa a ser impreterível, fortalecendo a autonomia dos parlamentares frente ao Poder Executivo, dado que dispõem de uma fração do orçamento público para realizarem projetos de sua autoria. As emendas, dessa forma, podem ser lidas como um importante vetor de implementação de políticas públicas descentralizadas, bem como uma ferramenta de articulação política dos deputados em relação às suas áreas de

⁸¹ *Link* para Emenda Constitucional: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm (Acesso em 31 de julho de 2024).

maior interesse (Santana, Bertiolli & Neves, 2020). Segundo o parágrafo 9 do artigo 166 da Constituição Federal:

As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (...) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde (Brasil, 2015).

Assim sendo, a afirmação da então ministra de que “o movimento LGBT está muito contente conosco porque a gente libera as emendas” (Canal de Jair Bolsonaro, 2022) se tornou um eixo fundamental da pesquisa. Tendo as emendas orçamentárias de parlamentares uma execução obrigatória, parece não haver qualquer mérito do MMFDH em operacionalizá-las. Para Alves, contudo, o simples fato de não haver corrupção no destino de verbas já assegura uma boa relação entre a instituição e o movimento LGBT+, além de atestar a preocupação do governo com a proteção desse segmento. A afirmação poderia soar cínica e caricata, não fosse ela levada a cabo na construção de um panorama ideológico e afetivo, repetido por diversos agentes ministeriais, que parece efetivar o campo de ambivalências no qual o discurso antigênero facilmente se conecta a uma versão protetiva da diversidade sexual e de gênero, concomitantemente à sua oposição e rechaço. Protegendo sem promover, em suma.

Ao longo das últimas décadas, importantes ações, projetos e programas destinados à comunidade LGBT+ foram financiados por emendas parlamentares. Como demonstrado por Matheus Pereira (2018), nos últimos governos, o recurso destinado à implementação da política sempre foi escasso e pouco priorizado nos Projetos de Lei Orçamentária Anual (PLOA) – inclusive durante os governos petistas. Tais recursos dependiam (e ainda dependem) substancialmente de ações de *advocacy*⁸² do movimento e da “boa vontade” de parlamentares que disponibilizam emendas. A combinação entre transferência de recursos para a sociedade civil e o mecanismo de financiamento por emendas parlamentares produziu historicamente um entrelaçamento entre movimento, parlamento e governo na construção da política LGBT+, que fica dependente de múltiplas negociações pela alocação de recursos (Pereira, 2018).

⁸² *Advocacy* é um conceito que faz referência à atuação de organizações ou grupos de pressão no diálogo com atores do Estado com o objetivo de influenciar a produção de políticas públicas e, sobretudo, a alocação de recursos para determinados fins.

Nesse sentido, o campo de ambivalências aqui apontado torna-se ainda mais complexo quando adicionamos em nossas reflexões os projetos financiados por emendas⁸³ orçamentárias - usualmente vinculadas a deputados federais de esquerda - e executados pelo ministério. Como visto, esses são utilizados na comprovação de interesse do Governo Federal pelas temáticas LGBT+, mesmo que recusando a promoção das pautas concernentes a tal população. Assim, projetos oriundos de parlamentares de partidos como o PSOL e o PT, ambos situados na oposição a Jair Bolsonaro, retoricamente performaram a própria defesa do Governo Federal - ao menos quando enunciados por membros de sua gestão. Por esse motivo, as emendas tomam destaque na composição desta pesquisa, atestando a complexidade das relações entre o MMFDH e as temáticas da diversidade sexual e de gênero.

O presente eixo da minha pesquisa, que também está exposto no Relatório “Políticas LGBT+ no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” (Prado, Corrêa, Maracci & Aragusuku, no prelo), se pautou por informações disponíveis nos extratos de convênio obtidos no Diário Oficial da União, posteriormente revisadas no Portal da Transparência. Os dados apontam que, entre 2019 e 2022, foram transferidos em torno de 16,2 milhões de reais para projetos vinculados à diversidade sexual e de gênero, a partir de 52 convênios e um contrato. Embora o número não seja exorbitante, é de chamar a atenção o fato de que, no interior do Governo de Jair Bolsonaro, que pavimentou seu trajeto à fama e ao reconhecimento popular a partir de raivosas manifestações contrárias à homossexualidade e ao perigo de contágio das sexualidades e gêneros divergentes entre crianças, mais de 16 milhões de reais foram alocados em políticas específicas e propositivas sobre a diversidade sexual e de gênero. Dentre este montante, 80,9% do recurso total foi oriundo de emendas parlamentares, enquanto o ministério garantiu 19,1% dos projetos com recurso próprio.

Embora o último número seja expressivamente menor que o primeiro, é de ressaltar que cerca de um quinto da verba destinada à política LGBT+ partiu do orçamento do próprio MMFDH que, desde seu início, operacionalizou uma política ambivalente de consenso e antagonismo com temáticas LGBT+. Isso já foi demonstrado inúmeras vezes na presente tese, mas gostaria de retomar dois fatos incontornáveis: o ato de fala “menino veste azul e menina veste rosa” e a recepção das associações LGBT+ no gabinete de transição, ambos realizados antes do empossamento de Damares Alves como ministra. Fatos que facilmente

⁸³ Importante mencionar que tais emendas orçamentárias dizem respeito àquelas previstas pela Constituição Federal, cuja obrigatoriedade de efetivação é imposta a partir do ano de 2015. Não se trata aqui das emendas de relator, cuja utilização é frequentemente mencionada enquanto parte de corrupção e compra de votos parlamentares por meio do executivo, através do chamado “orçamento secreto”. As “emendas pix”, que, no momento de finalização da presente escrita, apresentam-se no centro de uma grande polêmica nacional, tampouco estiveram presentes no arquivo que compõe esta pesquisa.

podem ser considerados contraditórios, somados a todas as outras possíveis contradições já apresentadas, em especial a última: 19,1% do investimento ministerial em temáticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero partiram do próprio ministério chefiado por Damares Alves e, posteriormente, Cristiane Britto.

Em termos operacionais para tal investigação, sobretudo no que nomeei “humildade metodológica”, entender a complexidade das políticas de “proteção sem promoção” precisou recusar (ou ao menos tentar recusar) um tom meramente de denúncia sobre incongruências. Meu trabalho me levou a reconhecer a “proteção sem promoção” como uma lógica, uma racionalidade política de trânsitos afetivos e emocionais, que nos permite circunscrever, analisar e descrever o objeto mapeado na sua constituição ambivalente, mas não fragmentária. Por essa razão, optei por utilizar como marco analítico o termo ambivalência e não contradição, de acordo com uma fundamentação teórica-política atribuída a ambos nas primeiras páginas do trabalho. Apostar na unidade de tal objeto, portanto, não é um capricho do pesquisador, mas sim o reconhecimento de que esta unidade foi performada através de coisas que, a primeiro momento, parecem impossíveis de serem postas em conjunto, mas que, no desenrolar da política institucional, funcionam perfeitamente conjugadas. “Protegendo sem promover”, em uma política de apaziguamento de tensões, sejam elas advindas de movimentos ultraconservadores, seja em referência a algumas organizações LGBT+, que não se beneficiaram só por via retórica, mas também financeira. Reduzindo antagonismos e produzindo consensos a partir de diversos instrumentos: dentre eles, o dinheiro.

Dentre as organizações do movimento LGBTI+ que mais assinaram convênios para a execução de projetos, todas foram financiadas majoritariamente por emendas parlamentares. Poucas organizações assinaram mais de um convênio no período de 2019-2022 e o valor repassado girou em torno de 100 a 300 mil reais por projeto. Apenas três organizações assinaram mais de um convênio e receberam mais de 1 milhão de reais no total: (1) a Aliança Nacional LGBTI, (2) o Grupo Pela Vida e (3) a Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco (Amotrans-PE). A Aliança Nacional LGBTI, que tem sede no Paraná, assinou 8 convênios e recebeu em torno de 3 milhões de reais. Paralelamente, a Aliança também teve protagonismo no projeto que financiou o novo Pacto Nacional LGBTI+, que disponibilizou 1,2 milhões sob responsabilidade da UFPR. O Grupo Pela Vida, do Rio de Janeiro, assinou 3 convênios, totalizando em torno de 1,2 milhões de reais. Por fim, a Amotrans-PE recebeu em torno de 1,5 milhões em 4 convênios – sendo um convênio de 250 mil reais oriundo de recurso próprio do ministério (o único entre os citados neste parágrafo).

Do recurso próprio disponibilizado pelo MMFDH ao longo dos quatro anos de governo, cerca de 2,1 milhões de reais estiveram vinculados ao edital nº 1/2021, que selecionou organizações da sociedade civil para ações de fomento à empregabilidade das populações LGBT+, migrantes e refugiadas. O restante, em torno de 900 mil reais, foi disponibilizado para a assinatura de um contrato com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), que presta serviço à Universidade de Brasília (UnB), para o financiamento do “Estudo Multicêntrico sobre os Perfis Socioeconômicos, Geográficos, Culturais e de Vulnerabilidade de Travestis e Transexuais”.

Nota-se, aqui, um direcionamento da verba ministerial para programas de empregabilidade que, como já anunciado, se inserem na lógica de “proteção sem promoção”, à medida que o ponto nodal da política - a inclusão no mercado formal de trabalho - pode facilmente operar sem a contraposição a normatividades sexuais e de gênero, à medida que seu direcionamento é apenas o emprego. Obviamente, não pretendo, com essa afirmação, questionar a importância de políticas voltadas à empregabilidade, à medida que esta é uma demanda histórica do movimento organizado de pessoas trans. No entanto, é de se ressaltar que, se o emprego formal garante o mínimo de recursos para uma vida vivível em termos financeiros, isso pouco afeta as condições afetivas, materiais e discursivas que qualificam o valor de determinadas vidas, suas corporalidades e desejos - temáticas que são, também, fundamentais quando pensamos nas demandas da população LGBT+.

O estudo multicêntrico, que também contou com verba de emenda parlamentar em menor proporção, foi coordenado pelo Núcleo de Estudos em Saúde Pública (Nesp/UnB), em parceria com o Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde (LabECoS/UnB), e contava com equipes de trabalho em várias regiões do país. Seus resultados nunca foram divulgados publicamente. Além disso, organizações e entidades do movimento trans realizaram duras críticas ao projeto – afirmando, em nota, que não houve diálogo com o movimento e que a pesquisa era utilizada politicamente pelo governo para blindá-lo de denúncias por violações de direitos humanos⁸⁴.

Ao todo, 35 convênios foram assinados com organizações da sociedade civil. A administração pública (municipal, estadual e federal) assinou 17 convênios e 1 contrato (para o estudo multicêntrico). Cerca de 66% do recurso (10,7 milhões de reais) foi destinado a organizações da sociedade civil e 34% (5,4 milhões de reais) a outros entes públicos em

⁸⁴ Link para nota crítica:

<https://antrabrazil.org/2020/12/10/instituicoes-trans-se-posicionam-sobre-pesquisa-que-nao-inclui-redes-de-pessoas-trans/>. (Acesso em 31 de julho de 2024).

diferentes níveis da federação, como secretarias de direitos humanos, universidades federais etc. Mesmo que se trate de um montante financeiro pequeno se comparado a outras políticas públicas, este dado demonstra que existem iniciativas em diversas regiões do Brasil pela produção da política LGBT+, que obtiveram a sua implementação em nível federal principalmente por meio do mecanismo das emendas parlamentares. Tal política ganhou capilaridade nas realidades locais a partir da atuação de organizações do movimento social e, como é possível afirmar a partir da análise da distribuição de recursos, possui espaços em governos municipais e estaduais. Com exceção do estudo multicêntrico, todos os convênios com a administração pública foram financiados por emendas parlamentares, algo que demonstra uma articulação política entre poder público, organizações do movimento e parlamentares para o financiamento da política LGBT+ em nível local.

É importante, também, enfatizar as principais temáticas abordadas pelas parcerias firmadas pelo MMFDH. Mais da metade (60,8%) dos recursos repassados foram concentrados em ações relacionadas à “qualificação profissional, empregabilidade e empreendedorismo”, distribuídos em 37 projetos. Pensando com Melinda Cooper (2017) e Wendy Brown (2019), é possível considerar tal direcionamento de verba dentro de um panorama neoliberal, que enfatiza a capacidade individual de resiliência em um mundo cada vez mais aversivo, especialmente para pessoas vulnerabilizadas, como aquelas que se situam em posições diferenciais frente à heteronormatividade e a cisgeneridade. O destino de verba focado apenas na empregabilidade, sem pautar nenhuma política “promotora”, remete também às discussões sobre homonormatividade encampadas por Lisa Duggan (2002) e João Manuel Oliveira (2013), que questionam a possibilidade de reconhecimento público, participação social e ação política através das formas de inclusão promovidas pelo neoliberalismo na formação de “bons cidadãos” LGBT+, cujos critérios se baseiam fortemente no trabalho e no consumo.

O fomento à criação ou estruturação de “centro, observatório ou núcleo de referência” congregou 14,8% do recurso total em 7 projetos. É importante destacar que dois projetos mobilizaram individualmente uma quantidade expressiva de recursos. O primeiro já foi descrito acima e se trata do estudo multicêntrico. O segundo é o Pacto Nacional LGBTI+, sob responsabilidade da Universidade Federal do Paraná (UFPR), mas com protagonismo da Aliança Nacional LGBTI+ nas ações, que captou em torno de 1,2 milhões de reais de emendas parlamentares – aqui especificado na categoria “ação intersetorial”. O Pacto Nacional foi divulgado como um ousado plano de metas e propostas de ação, aparentemente de caráter permanente, porém sua execução foi descontinuada com o fim do convênio,

permanecendo restrito a proposta inicial de enfrentamento à violência contra LGBTQ+ no contexto da pandemia. Falaremos mais sobre ele no subcapítulo posterior.

Confirmando a fala de Damares, a análise da transferência de recursos mostra que o MMFDH, de fato, buscou dar centralidade à questão do trabalho e emprego para a população LGBTQ+. Os dois editais abertos pelo ministério para transferência de recursos (editais nº 02/2020 e nº 01/2021) estiveram vinculados a essa temática. Neste sentido, a “proteção” ofertada pelo ministério também assumiu um caráter individualista e despolitizante, intrínseco à racionalidade neoliberal, reafirmando a lógica de que a superação das violências homofóbica e transfóbica ocorreria unicamente por meio do sucesso profissional e da ascensão socioeconômica – o que conflui com o corrompimento dos canais oficiais de denúncia de violações, transformando-os em um instrumento parajurídico de perseguição ideológica, e a desresponsabilização do Estado no seu enfrentamento, como será visto ainda neste capítulo.

4.3 O Pacto da Ambivalência

No íterim dos repasses de verba vinculados ao ministério relacionados a pautas LGBTQ+, como já referido, um dos projetos de maior investimento financeiro e divulgação pública foi o Pacto Nacional LGBTQI+⁸⁵, efetivado por uma parceria entre a Universidade Federal do Paraná e a ONG Aliança Nacional LGBTQ, presidida por Toni Reis - o mesmo que Alves afirmava ser seu amigo há mais de uma década e que teve sua camisa rosa utilizada em uma paródia suavizatória do ato de fala “menino veste rosa e menino veste azul”, na fotografia em que posava abraçado com a ex-ministra. O programa foi criado a partir de emendas de diversos parlamentares para sua efetivação na UFPR, tais como Erika Kokay, Luciano Ducci e Paulo Teixeira, cada uma no valor de 100.000,00 reais. O órgão responsável pelo repasse de verba à instituição foi, em primeiro lugar, o Ministério da Educação. Em seguida, foi realizada uma emenda individual do deputado David Miranda, quando ainda era membro do PSOL, no valor de 990.000,00 reais para a execução específica do projeto no Rio de Janeiro - dessa vez, o Ministério responsável foi o da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Em síntese, o Pacto Nacional LGBTQI+ tinha como eixo prioritário a realização de uma pesquisa sobre a experiência de pessoas contempladas por tal sigla no período da pandemia de COVID-19 no Brasil, a ser conduzida por acadêmicos da UFPR - pesquisa essa

⁸⁵ Link para o site do Pacto Nacional LGBTQI+: <https://lgbti.ufpr.br/> (Acesso em 31 de julho de 2024).

que já foi concluída, mas cujos resultados não estão publicamente disponíveis. Além disso, contava com um vetor específico no Rio de Janeiro, onde foram organizados 30 eventos de capacitação sobre temáticas relativas à diversidade sexual e de gênero, englobando o tema dos direitos específicos de tal população, especificidades na área da saúde, cidadania, protagonismo político, entre muitos outros. Não foi possível realizar uma ação mais detalhada do programa, dado que seu site não teve nenhuma atualização desde o início deste eixo da pesquisa, no primeiro semestre de 2022. O programa ainda mantém uma página na plataforma Instagram, porém essa tampouco atualizada desde fevereiro do mesmo ano. O perfil no Instagram foi usado para divulgação da pesquisa, de outras ações referentes ao Pacto e informações sobre determinados temas relativos à comunidade LGBTQ+ (tais como o significado de intersexualidade, assunto da última postagem). Como não há nenhuma publicação de finalização nas duas páginas virtuais, parece que ambas foram, simplesmente, abandonadas.

No entanto, à parte os dados indisponíveis, é possível compreender a forma como tal projeto se insere no campo de ambivalências através do qual uma forma distinta das ofensivas antigênero passa a operar no interior do Poder Executivo, conduzida por Damares Alves e o MMFDH. Tomemos, para tanto, o vídeo de lançamento do Pacto Nacional LGBTQ+, onde podemos visualizar o modo como tal ambivalência é performada.⁸⁶ Neste evento, estavam presentes professores e pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, o parlamentar David Miranda, o ativista Toni Reis, bem como Kátia Guimarães, representante do departamento de promoção dos direitos LGBTQ+ dentro do MMFDH. Na análise do discurso de cada participante, faz-se notável que o mesmo objeto - a dizer, o próprio Pacto - é veiculado como comprovação e sustentação de ideias muito distintas acerca do Governo Federal e sua relação com os direitos humanos e com as temáticas da diversidade sexual e de gênero. Em primeiro lugar, as falas dos representantes acadêmicos e do deputado enfatizam o seu caráter antagonista em relação ao Poder Executivo, em frases como “o governo genocida vai cair pelas mãos da população LGBTQ+” (Portal Educação UFPR, 2021). Para tais atores do programa, o Pacto Nacional LGBTQ+ estaria situado na oposição ao bolsonarismo, sendo uma importante ação de fortalecimento da democracia e na articulação de pautas opostas ao governo.

Toni Reis, por sua vez, faz um discurso mais conciliatório, marcando a defesa de alguns funcionários ministeriais, que estariam atuando pela efetivação de direitos da

⁸⁶ Link para live de lançamento do Pacto Nacional LGBTQ+: <https://www.youtube.com/watch?v=IDAUaP5GGf0> (Acesso em 31 de julho de 2024).

população LGBTQ+ no interior do governo Bolsonaro. Aponta, por exemplo, a importância de várias tendências ideológicas trabalharem juntas com um objetivo comum, ideia que se materializa na posição da ONG a qual preside. Em suas palavras, a Aliança Nacional LGBTQ é pluripartidária, “dialoga com todo mundo e tira foto com todo mundo” (Portal Educação UFPR, 2021). No entanto, afirma que os votos dos membros de sua organização vão para quem defende a democracia, e que a Constituição Federal está “acima de todos, todas e todes” (Portal Educação UFPR, 2021).

Em uma terceira forma de falar e produzir sentidos para o Pacto Nacional LGBTQ+, temos a arguição de uma representante ministerial, Kátia Guimarães. Ela realiza uma defesa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, frente às confrontações que esse órgão recebera dos primeiros palestrantes. Guimarães afirma as boas práticas e a efetivação de políticas públicas relacionadas à diversidade sexual e de gênero no MMFDH, citando, para além do Pacto, o estudo multicêntrico sobre pessoas trans anteriormente referido. Além disso, enfatiza que o combate às violências perpetradas contra a população LGBTQ+ seria prioritário para o ministério, tomando como exemplo de tal preocupação o fortalecimento dos canais de denúncia da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos - repetindo um argumento já fornecido por Marina Reidel nas entrevistas mencionadas no capítulo anterior, e que se tornou um elemento importante para a presente pesquisa, a ser desdobrado nas páginas seguintes.

Como podemos ver neste pequeno compilado, um mesmo programa, a depender dos elementos retóricos-afetivos com os quais é relacionado, atesta três posições possíveis em relação ao Governo Federal. A primeira delas, captada pela fala dos representantes da UFPR e do deputado David Miranda, afirma um antagonismo radical de sua atuação acadêmica ou política com as práticas do governo Bolsonaro. Toni Reis, por sua vez, manifesta uma postura neutra em relação ao MMFDH e ao Governo Federal, afirmando que a organização a qual preside (responsável pelo programa em parceria com a universidade) estaria disposta ao diálogo com todos os setores políticos e ideológicos. Guimarães, por fim, defende de maneira otimista o local institucional do qual é funcionária, afirmando que ele é, de fato, um aliado da comunidade LGBTQ+ e de suas demandas específicas.

Em termos sintéticos, pode-se afirmar que o mesmo objeto, a partir de conexões ideológicas, afetivas e emocionais distintas, situa-se como um antagonista ou um aliado do ministério em questão. Ora comprovando a ausência de políticas voltadas à diversidade sexual e de gênero por parte do Poder Executivo, ora atestando seu exato oposto, na afirmação de preocupação dos setores institucionais quanto às temáticas LGBTQ+. Esse modo

ambivalente de posicionamento, como visto, acompanha as ações ministeriais desde os princípios da gestão bolsonarista. Assim, se considerarmos que o início da presidência de Jair Bolsonaro reposiciona as mobilizações antigênero no Brasil, a partir de um processo de “suavização” do discurso fortemente odioso que as acompanhava anteriormente, devemos levar em consideração o modo como as ambivalências performam tal viés mais brando de oposição e acoplamento das temáticas LGBTQ+, em um movimento constante, que nunca se finaliza em termos de síntese, mas parece se adaptar, de forma efetiva, às contingências e às circunstâncias às quais é frequentemente interpelado.

4.4 “Ideologia de Gênero” na Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos

A aproximação com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos também se deu de forma incidental e absolutamente profícua para minha tese. Não canso de repetir como uma investigação é marcada pelas surpresas e pelo bom aproveitamento do que encontramos pelo caminho. Este subcapítulo é particularmente importante para mim porque, a partir de sua escrita, pude me inserir no processo antagônico da política e, através do que sei fazer (escrever), junto de muitas outras pessoas engajadas na resolução do mesmo problema, modificamos algumas coisas. Não resolvemos todo o problema, mas demos um passo que considero importante. Um trabalho de formiguinha, talvez, mas sabemos que esses animais fazem coisas extraordinárias em conjunto.

Pois bem, o que aconteceu foi o seguinte: no início de 2022, fui contratado por uma organização não-governamental para um trabalho pontual: escrever um relatório sobre duas novidades na gramática institucional da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, acredito que em função de eu já estar estudando o MMFDH na época. As duas novidades eram o Manual da Taxonomia dos Direitos Humanos da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos e o Painel de Dados, referente à mesma instituição. O problema de ambos era o fato de terem instituído o termo “ideologia de gênero” não só como gramática oficial do ministério, mas também como uma violação denunciável contra os direitos humanos - institucionalização essa que já havia gerado impactos no campo da Educação, como veremos a seguir.

O relatório que fiz foi incluído em uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) contrária ao ministério, que teve impactos políticos e jurídicos, resultando na retirada do termo “ideologia de gênero” dos dois materiais. Isso foi o primeiro passo de algumas mudanças importantes (que não devem ser tomadas como vitórias absolutas, à medida que a modificação de um texto institucional pode gerar resultados, mas

não é garantia de modificação de uma lógica institucional). Cabe ressaltar, inclusive, que este foi o dado componente do arquivo presente nesta tese que mais articulou a nova forma de gestão das ofensivas antigênero no interior do ministério a um viés propriamente reconhecível no campo transnacional: de censura e perseguição. O que não significa, por outro lado, que seja um material apartado das ambivalências que venho descrevendo aqui. No último ato da cena construída neste capítulo, contarei as idas e vindas dessa história.

Em primeiro lugar, é importante situar o que é a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos: um órgão de responsabilidade do Ministério dos Direitos Humanos (na época, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) responsável por “receber, examinar, encaminhar, acompanhar e prestar informações aos cidadãos acerca de denúncias e reclamações sobre violações de direitos humanos e da família”⁸⁷. Tais denúncias são efetivadas a partir de canais como o Disque 100 (para violações de direitos humanos em geral) e Ligue 180 (para violência contra a mulher), bem como pelo aplicativo Direitos Humanos Brasil e por um canal específico para pessoas com deficiência auditiva.

Então chegamos às novidades. As informações coletadas por tais veículos passaram a ser publicizadas no Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos⁸⁸, uma ferramenta *online* através da qual se pode acessar a sistematização das denúncias através das categorias especificadas pelo Manual de Taxonomia de Direitos Humanos⁸⁹. Este, por sua vez, foi lançado em abril de 2021, com o objetivo de fornecer uma classificação para as violações de direitos humanos recebidas pelos canais oficiais de denúncia. O documento fornece a tipificação das denúncias a partir de cinco níveis: “classes”, “subclasses”, “espécies”, “subespécies” e “termos circunstanciais” (onde estão dispostos os “elementos de motivação” e de “gravidade” das violações). Importante apontar, mais uma vez, que tais materiais sofreram modificações ao longo do tempo, especialmente em função de pressões políticas contrárias à sua gramática inicial, mas também que ambos seguem ativos e funcionais, ao menos até o momento que escrevo este capítulo, em junho de 2024. O manual de taxonomia pode ser encontrado no site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e, na mesma plataforma, o painel de dados segue sendo atualizado a cada semestre.

⁸⁷ *Link* para Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos: https://www.gov.br/mdh/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria-do-mmfdhwww.gov.br (Acesso em 07 de julho de 2022)

⁸⁸ *Link* para Painel de Dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados> (Acesso em 07 de julho de 2024)

⁸⁹ *Link* para Manual de Taxonomia de Direitos Humanos: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/ondh/manual-da-taxonomia-de-direitos-humanos-da-ondh.pdf> (Acesso em 07 de julho de 2024)

Tomei como objeto desta parte da investigação três categorias que apareciam, respectivamente, como indicadores de gravidade e de motivação no primeiro manual de taxonomia. Tratam-se dos itens 1.21 “Por violência institucional”, classificado como “Quando um agente público realiza algum tipo de ação discriminatória, humilhante ou preconceituosa no exercício de suas funções”; 2.6 “Em razão da orientação sexual”, descrita como “Quando a violação é motivada pela orientação sexual da vítima”; e 2.11 “Em razão de orientação sexual / ideologia de gênero”, cuja descrição é “Quando a agressão é praticada em razão da direção ou inclinação do desejo afetivo e/ou erótico de cada pessoa ou por ideologia de gênero”.

Falaremos, inicialmente, sobre as duas categorias que mencionavam temáticas relativas à “orientação sexual” no manual. Como visto, havia dois itens disponíveis que abordavam a “orientação sexual” como descritor de motivação para uma violação - o primeiro deles dizendo respeito à “orientação sexual”, sem maiores especificações, enquanto o segundo mesclava os termos “inclinação do desejo” com “ideologia de gênero”. Tratando-se de um documento institucional, que fornece uma gramática dos direitos humanos utilizada pela Ouvidoria, é de extrema preocupação o uso da expressão “ideologia de gênero” como descritor de possíveis denúncias de violações contra os direitos humanos.

De fato, tal classificação apresentou resultados no cerceamento de conteúdos abordados por professores em sala de aula, como no caso paradigmático de uma escola pública da cidade de Resende (RJ), que, em janeiro de 2021, foi intimada pela Polícia Civil após uma denúncia realizada pelo Disque 100, onde constavam os termos “exposição a conceitos comunistas” e “ideologia de gênero”. Após uma polêmica que tomou palco em veículos jornalísticos, redes sociais e organização do corpo docente, a apuração foi suspensa e arquivada⁹⁰. No entanto, em um sentido mais amplo, podemos considerar que o efeito da intimação se dá para além da escola específica, demarcando as impossibilidades temáticas a serem abordadas em escolas face ao ímpeto de censura e cerceamento ministerial.

No manual de taxonomia, não havia qualquer descrição do que seria, efetivamente, a “ideologia de gênero” a qual se refere. No entanto, se acompanharmos outras manifestações do MMFDH, vemos que o termo se relaciona, em síntese, a um suposto ímpeto de destituição da autonomia familiar sobre a criação dos filhos, motivada por “teorias de gênero”, que recusariam a diferenciação natural e complementar entre homens e mulheres. Tais

⁹⁰ *Link* para notícia:

<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/exposicao-conceitos-comunistas-ideologia-de-genero-escola-municipal-do-rj-recebe-intimacao-da-policia-apos-denuncia-encaminhada-pelo-ministerio-de-damarcos-25301561> (Acesso em 31 de julho de 2024).

considerações podem ser acompanhadas em manifestações públicas do ministério, como o Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes⁹¹ - evento no qual buscou-se associar a categoria da “violência institucional”, também presente no manual de taxonomia, aos efeitos “nefastos” da ideologia de gênero sobre crianças, assunto que abordarei a seguir.

Com as duas designações presentes no manual que mencionam a “orientação sexual” como possível motivo de denúncia, nota-se, inicialmente, o apagamento da série histórica de combate à homofobia e transfobia no país. De fato, não havia (e ainda não há) qualquer menção a termos como “homofobia” e “transfobia” ou “lesbofobia” no Manual da Taxonomia dos Direitos Humanos da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, de modo que seja impossível qualificar e especificar as violações reportadas - todas aglutinadas pelo termo amplo e demasiado abrangente da “orientação sexual”.

É importante ressaltar que os dados coletados pelos canais de denúncia alimentam a rede de enfrentamento da violência dos municípios, de forma que são imprescindíveis as especificações de violações cometidas contra a população LGBTQ+. Relatórios nacionais sobre a violência LGBTQófica, por exemplo, são efetuados a partir de informações coletadas pelo Disque 100. Assim, a ausência de termos como “homofobia” e “transfobia” na nova taxonomia impede a coleta de dados fundamentais para a elaboração de políticas públicas voltadas à redução da violência cometida contra pessoas homossexuais, transexuais ou outras identidades em situação de marginalização.

Em segundo lugar, destaco a presença de duas categorias que, em tese, se referem ao mesmo tema (orientação sexual), com a adição do significante “ideologia de gênero” na segunda. A coexistência das duas categorias surtia na impossibilidade de compreensão para a motivação da denúncia. Se, em um mesmo descritor, estão condensadas violações contrárias aos direitos humanos mobilizadas por “orientação sexual” e também por “ideologia de gênero”, de que forma poderíamos entender a qual dos dois temas a denúncia se refere? Em síntese, era impossível saber se as denúncias dizem respeito a violações contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou se a “ideologia de gênero” é o motivador da violação.

Tal situação tornava-se ainda mais grave quando nos dirigimos à plataforma do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Acerca dos painéis referentes a “julho a dezembro de 2020” e “1º semestre de 2021”, sobre os quais esta pesquisa se dedicou, podemos ter acesso aos seguintes números relacionados à categoria “em relação à orientação

⁹¹ *Link* para palestras do Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes: https://www.youtube.com/watch?v=PXW5S9ID_M4 (Acesso em 31 de julho de 2024).

sexual / ideologia de gênero”: 3.138 protocolos abertos, 3.366 denúncias e 3.194 violações; 982 protocolos abertos, 1165 denúncias e 2968 violações, respectivamente.

Com a plataforma de dados fornecida pelo MMFDH, era impossível saber se o alto número de denúncias dizia respeito a violações contrárias aos direitos humanos, como em situações de homofobia e transfobia, ou se elas se referiam ao combate à suposta “ideologia de gênero”, incentivada institucionalmente pelo próprio ministério. Além disso, cabe destacar que, embora no Manual de Taxonomia dos Direitos Humanos haja duas categorias que evocam a “orientação sexual” como indicador de motivação para violações (realidade que ainda se verifica em 2024), o mesmo não se encontrava no painel de dados - ainda que as duas plataformas tenham sido celebradas por suas supostas precisas equivalências. Pelo contrário, no painel de dados dos dois recortes temporais aqui mencionados, a categoria 2.6 “Em razão da orientação sexual” simplesmente não existia. Não há, portanto, nas primeiras versões do painel, dados quantificados acerca de violações contrárias à “orientação sexual” que não estejam conectadas com o sintagma “ideologia de gênero”, de modo que a única forma de acessar tais informações fosse pela categoria 2.11 “Em razão de orientação sexual / ideologia de gênero”.

No caminhar das do fazer político, faz-se importante mencionar que tal situação foi levemente alterada após a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de número 942. Essa investida jurídica, como visto, pedia a retirada do termo “ideologia de gênero” do Manual de Taxonomia dos Direitos Humanos, bem como o fim do uso das plataformas de denúncia na atuação contrária à vacinação de crianças e adolescentes contra a Covid-19, incentivada pela então ministra Damare Alves. Como resposta do MMFDH à ADPF 942, no que tange às temáticas de gênero e sexualidade, o painel de dados referente ao ano de 2022 substituiu a categoria 2.6 pela 2.11 no campo dos “elementos circunstanciais de motivação”. Ou seja, em vez de termos acesso às violações cometidas contra “orientação sexual / ideologia de gênero”, encontramos agora apenas denúncias relacionadas à “orientação sexual”, sem maiores especificações. Desta forma, não há menções à “ideologia de gênero” na última versão do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, nem nas subsequentes.

Alguns meses após a modificação no painel de dados, motivada pela pressão política e jurídica, algo similar foi realizado no Manual de Taxonomia dos Direitos Humanos. Na categoria de motivação 2.11, onde constava o sintagma “ideologia de gênero”, passou-se a apresentar o termo destacado em cor amarela e “riscado” com uma linha vermelha. Deste modo, “ideologia de gênero” apresentava-se de modo ambíguo no manual: estava

textualmente presente, mas rasurada. Na sua última versão, conferida no ano de 2024, a “ideologia de gênero” simplesmente não aparece no manual: foi completamente retirada. No entanto, é possível acompanhar seus vestígios: ainda há duas categorias diferentes como agravantes de motivação (2.6 e 2.11), agora com o mesmo nome: “Em razão da orientação sexual” A primeira modificação, que surtiu em uma rasura, se deu ainda no Governo Bolsonaro face a investida jurídica-política, porém isso pouco alterou as investidas ministeriais, sobretudo no campo da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, de combate à suposta “ideologia de gênero”. Ela continuou se manifestando, por exemplo, no cerceamento dos conteúdos abordados em salas de aula por professores, operando principalmente através da categoria 1.21 dos “indicadores de gravidade”, referente à “violência institucional”, tal qual abordarei a seguir.

É importante ressaltar, ainda, que o painel de dados, durante a administração de Damara Alves, fornecia especificações quanto às populações vítimas das violações relatadas, onde se encontra uma especificação para vítimas “LGBT”, na qual constam, até agora, 461 denúncias. O acrônimo “LGBT”, todavia, é segmentado a partir dos seguintes descritores: “homossexual”, “bissexual”, “assexual”, “pansexual” e “outros” - classificações que não correspondem sequer à sigla da qual, supostamente, fariam parte (LGBT, usualmente, se refere a Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis). Nota-se, dessa forma, a impossibilidade de mapear violações específicas contra pessoas trans, dado que as classificações disponíveis dizem respeito apenas ao campo das orientações sexuais. Tal apagamento se configura em uma re-vitimização das pessoas trans, vítimas de extrema violência no Brasil, e, ainda assim, o canal oficial de denúncias contra os direitos humanos não possibilita a coleta de dados para violações contra ela cometidas. Importante ressaltar, porém, que as últimas versões do painel de dados, elaboradas na administração de Silvano Almeida como Ministro dos direitos Humanos (e não “Da Mulher e da Família”), tais nomenclaturas foram substancialmente modificadas, utilizando, agora, o vocabulário que critiquei por estar ausente durante a administração de Bolsonaro e Alves.

No entanto, é sobressalente que a categorização de “vítimas” não supre a lacuna referente às motivações homofóbicas ou transfóbicas das violações reportadas. A partir da categorização da vítima da denúncia, não é possível saber a motivação da violação, apenas a orientação sexual da pessoa ou grupo a quem a denúncia se refere. Dessa forma, o painel informa apenas que pessoas LGBTQ+, delimitadas primeiramente por classificações que não abarcam as especificidades da população trans (mas com uma importante modificação de atualização de vocabulário posterior à troca de governo), podem ser vítimas de violações

contra os direitos humanos, mas, ainda assim, não indica como a diversidade sexual e de gênero pode estar implicada na motivação das violações. É de se reconhecer que as modificações realizadas sob o Governo Lula sejam importantes no reconhecimento das vítimas, mas o problema apontado segue o mesmo. Entendemos quem é a vítima, mas não há informações sobre como as categorias inseridas na plataforma se relacionam com o conteúdo da denúncia; a dizer: a plataforma não mostra como violações de direitos humanos podem ser efetivadas pela homofobia e pela transfobia.

O entendimento das pessoas LGBTQ+ enquanto vítimas de crimes sem motivação específica, bem como as modificações relativas ao sintagma “ideologia de gênero” no manual de taxonomia e no painel de dados, não alteraram o ímpeto antigênero mobilizado pelo MMFDH e seus representantes - e não foram substancialmente modificados no governo de Lula. Tal assunção pode ser comprovada a partir de categorias disponíveis em ambos os documentos, que não mencionam explicitamente a “ideologia de gênero”, mas que são utilizadas também no seu combate e criminalização. É o caso da categoria 2.21 dos “elementos circunstanciais de violação - indicadores de gravidade” do Manual de Taxonomia dos Direitos Humanos, referida, como visto, ao termo “violência institucional”. De fato, textualmente, não há qualquer menção à “ideologia de gênero” na categoria e em sua descrição, e tampouco pode ser observado um ímpeto de cerceamento e intimidação contra temáticas de gênero e sexualidade no documento. No entanto, as manifestações públicas em torno de tal descritor nos comprovam o contrário.

A designação “violência institucional” foi tema do já citado evento realizado pelo MMFDH, o Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes, onde diversos palestrantes manifestaram seu entendimento acerca de tal significante. Durante o encontro, foram inúmeras as associações entre “violência institucional” e o combate à suposta “ideologia de gênero” nas arguições. Produziu-se, assim, uma associação das temáticas de gênero e sexualidade, sobretudo quando relacionadas ao campo da juventude, à violação de direitos humanos, balizada pela categoria “violência institucional” e o ímpeto antigênero propagado pelo Ministério.

Cabe ressaltar, aqui, que o termo “violência institucional”, utilizado pelo MMFDH como um “indicador de gravidade” para violações de direitos humanos, faz parte de uma conjugação arbitrária de normativas legais. A primeira delas refere-se à lei 13.431, promulgada em abril de 2017, que normatiza os critérios de escuta especializada e depoimento especial para crianças e adolescentes vítimas de violência (Brasil, 2017). No texto da lei, “violência institucional” é “entendida como a praticada por instituição pública ou

conveniada, inclusive quando gerar revitimização” (Brasil, 2017). A tipificação jurídica é estendida, nos termos do Ministério, à doutrina da proteção integral referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na qual “crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta” (Brasil, 1990).

A articulação para tal entendimento podia ser acessada no próprio *site* do Governo Federal, na página específica do MMFDH, que explicava, em uma publicação de julho de 2020, a elaboração de um sentido específico para o termo “violência institucional” a partir dos documentos mencionados. Sintetizando a apreensão do conceito, o ministério informava que:

Trata-se de uma inovação, onde as crianças e os adolescentes vítimas ou testemunhas de violências, se firmam como sujeitos de direitos, merecedores de atendimento especializado e não revitimizador por parte dos órgãos públicos (ou conveniados), cuja missão fundamental é a de proteger e velar pelos direitos e proteção do público infanto-juvenil (Maracci & Prado, 2022).

É notável que essa citação literal não está referenciada a partir de sua fonte direta, mas sim do artigo que escrevi com meu orientador acerca das mudanças na Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Isso se deu porque, ao longo dos últimos meses, mais modificações foram sendo realizadas, alterando, de fato, a tônica que analisamos e denunciemos sobre a administração de tal instituição por Damares Alves, sob a égide do governo Bolsonaro. Hoje, no momento final desta escrita, não é possível acessar a fonte primária, posto que a publicação não se encontra mais disponível no site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

No entanto, a “inovação” terminológica teve prosseguimento na divulgação do Manual de Taxonomia de Direitos Humanos, constando como indicador especial de gravidade de uma violação. E, mesmo que não se encontre uma definição oficial para a nova terminologia, é fundamental referir que ela ainda está presente no Manual da Taxonomia de Direitos Humanos da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, em 2024. Dado o investimento ministerial (anterior) em tal categoria, expresso tanto na via de sua conceituação quanto na sua tipificação enquanto elemento oficial de denúncia, fez-se importante atentar a quais situações concretas ela visava a corresponder. Por essa razão, foi caro para a presente investigação o conteúdo do Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e

Adolescentes⁹², onde a violência institucional está diretamente relacionada à “ideologia de gênero”.

O foco das palestras dirigiu-se às áreas da Saúde e da Educação, tomando como exemplos de violência institucional a abordagem de temáticas LGBTQ+ em salas de aula, considerada “doutrinação ideológica”, e os protocolos de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) voltados a crianças e adolescentes transgênero. É visível, nas falas e nos textos elaborados a partir da conferência, uma motivação ministerial para que adultos reportem às centrais de denúncia contra os direitos humanos - sobretudo através do canal Disque 100 - violências institucionais referidas a essas duas áreas, bem como o incentivo de denúncias realizadas por crianças e adolescentes em aplicativos ainda em fase de elaboração.

Nota-se que a violência institucional, tal qual descrita e sistematizada pelo MMFDH, apresentava um agente específico - o servidor público - e estava direcionada a um sujeito especial de direitos - a criança e o adolescente, bem como preconiza o ECA. No entanto, o conteúdo referido a tal violação, em canais oficiais do ministério, estava diretamente relacionado a abordagens afirmativas acerca da diversidade sexual e de gênero no campo das juventudes, de modo a criar um aparato extra-jurídico de cerceamento e possível criminalização de tais ações, mesmo aquelas que já contam com respaldo institucional.

É o caso, por exemplo, da Resolução 2.265 do Conselho Federal de Medicina, que “dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero” (Brasil, 2019). Esse documento delimita os tipos de tratamento disponíveis no Sistema Único de Saúde para a população transgênero, contando com itens específicos sobre adolescentes e crianças. Por essa via, a “inovação” terminológica apresentada pelo MMFDH promove uma contradição em termos jurídicos, à medida que procedimentos já regulamentados por lei passam a ser passíveis de denúncia enquanto supostas violações dos direitos humanos, através da categoria de “violência institucional”.

No caso da Educação, a violência institucional torna-se um dispositivo de limitação dos conteúdos abordados em escolas públicas, à medida que a sua conceituação e proposta de uso por meio do Ministério parte diretamente do reconhecimento de temáticas indesejáveis nos currículos, sobretudo quando relacionadas a gênero e sexualidade. Nesse sentido, estipulando uma gramática própria no campo dos direitos humanos, a partir da qual se institucionaliza o combate à suposta “ideologia de gênero”, tais modificações executadas pelo

⁹² *Link* para os anais do Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/09/Forum-Nacional-sobre-Viole%CC%82ncia-Institucional-na-Inf%CC%82ncia-e-Adolesce%CC%82ncia.pdf> (Acesso em 31 de julho de 2024).

MMFDH formalizam a possibilidade de denúncias contra o livre exercício docente, instaurando um ambiente de policiamento contra professores e funcionários da Educação.

De acordo com os dados aqui demonstrados, concernentes à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, já é possível traçar um entendimento da inserção das ofensivas antigênero no aparato estatal. Embora haja ocorrido modificações, motivadas por pressões jurídicas contrárias ao termo “ideologia de gênero” enquanto violação dos direitos humanos, é notável que o ímpeto antigênero mobilizado pelo MMFDH e seus representantes não findou com a exclusão ou rasuras de palavras em documentos oficiais. A violência contra a população LGBTQ+ seguiu sendo promovida pelo Governo Federal em diferentes escalas.

No estudo aqui apresentado, ela pode ser percebida tanto na indeterminação dos dados (como na ausência de termos como “homofobia” e “transfobia”, bem como no apagamento de violações específicas contra a população trans), e também na arbitrária conceituação do termo “violência institucional” (utilizado, na prática, para coibir e cercear temáticas LGBTQ+ em escolas, bem como criminalizar procedimentos já reconhecidos por lei para a atenção de jovens trans no campo da Saúde).

Gostaria de enfatizar, por fim, que, embora tal análise descritiva demonstre, talvez, a versão mais diretiva contrária à “ideologia de gênero” - e, portanto, contrária à população LGBTQ+ brasileira de modo geral -, isso não implica a ausência de ambivalência. Estamos falando sobre uma forma inovadora de ação antigênero desdobrada nas práticas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, enfocando sua dimensão afetivo-emocional, a partir da qual uma ambivalência entre afetos positivos e negativos é constantemente relacionada aos temas da diversidade sexual e de gênero, de forma que a própria circunscrição do objeto da presente investigação tenha de considerar, constantemente, suas disjunções e conjunções.

É fato que a Ouvidoria dos Direitos Humanos ocupou um papel importante no desdobramento institucional da pauta antigênero dentro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Foi a partir dela que este órgão institucional promoveu ações mais facilmente perceptíveis enquanto continuidades lineares às ofensivas antigênero ao redor do mundo, em seu viés mais persecutório e proibitivo. No entanto, é importante notar que isso não necessariamente afasta o material produzido pela Ouvidoria da lógica de “proteção sem promoção”, à medida que, mesmo na configuração de um aparato extra-jurídico de perseguição a servidores públicos atuantes em algum tipo de defesa da população LGBTQ+, tanto o manual quanto o painel de dados sempre se prestaram a fomentar algum tipo de viés protetivo contra a mesma população LGBTQ+. E, sim, essas duas informações não fazem

nenhum sentido juntas, mas a conexão entre elas sob uma racionalidade política, afetiva e emocional nos ajuda a compreender a complexidade e a novidade do ímpeto antigênero promovido pelo MMFDH.

4.5 Estado, Governo, Sociedade

Em seminários, congressos ou discussões entre colegas que estudam as ofensivas antigênero e, especialmente, sua inserção na política brasileira, é comum a reiteração de uma pergunta que, até o momento de escrita desta tese, não apresentou qualquer consenso nas respostas advindas de pesquisadores, pesquisadoras e ativistas. Já adianto que tampouco responderei de forma definitiva, mas acredito que os dados disponíveis nesta tese, em especial referentes ao presente capítulo, podem auxiliar ou complexificar a discussão. Trata-se do seguinte questionamento: as ofensivas antigênero, em território brasileiro, especialmente durante e após a gestão de Jair Bolsonaro como Presidente da República, constituem-se como políticas de Estado ou de governo?

A literatura sobre a divisão entre governo e Estado é muito vasta e acompanha o pensamento político há séculos. Não pretendo me deter em tratados teóricos sobre tais distinções, mas sim pensar como elas nos auxiliam a compreender a implementação de ofensivas antigênero no Brasil, especialmente a partir do modo ambivalente com que foram desdobradas no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Governo Bolsonaro - mas que não se encerram neste órgão específico, à medida que sua operacionalização constituiu também uma lógica de funcionamento que, no fim das contas, mostrou-se bem sucedida, podendo ser expandida e remontada em outras experiências e governanças. Lógica que, também, deixou marcas na institucionalidade, não sendo simples e definitivamente deixada de lado com o empossamento de Lula da Silva como Presidente da República e Silvío Almeida como Ministro dos Direitos Humanos.

Certamente, o autor contemporâneo de maior referência para pensar a divisão entre Estado e governo é Norberto Bobbio, que, dentre muitas outras obras, definiu tais instâncias do poder institucional no livro *Estado, Governo e Sociedade* (2017). Em sua proposta, os três entes estariam sempre correlacionados nas dinâmicas da modernidade, em uma expectativa de que sua relação se dê de modo harmonioso. De forma muito sintética, Bobbio descreve o Estado como a organização política que exerce a soberania sobre um território e sua população, possuindo uma estrutura institucional e burocrática que legitima o uso da força para manter a ordem e garantir o cumprimento das leis. Essa instância seria composta por três

eixos: o território, a população e o governo, tendo como funções principais a manutenção da ordem pública, a administração da justiça, a defesa externa, e a promoção do bem-estar social e econômico (Bobbio, 2017).

Governo, por sua vez, seria a parte do Estado responsável por tomar e implementar decisões políticas, sendo composto pelas autoridades eleitas ou designadas que exercem o poder executivo, legislativo e, em alguns contextos, também o judiciário. O governo pode assumir diversas formas, como a monarquia e a república, sendo diferenciais na atribuição e na distribuição de poder entre a institucionalidade política e a sociedade. No entanto, o seu caráter central se delimita pela criação e aplicação de leis, dirigimento da política interna e externa e gestão dos serviços públicos. O Governo, ao menos no campo teórico (e, talvez, idealizado), é tomado como a expressão prática da soberania do Estado.

Por fim, a sociedade seria composta pelos sujeitos que vivem em um mesmo território e compartilham, não sem conflitos, normas, valores e instituições, tornando-se o espaço onde ocorrem as interações sociais, econômicas e culturais. Bobbio (2017) analisa a relação entre sociedade e Estado, marcando que a primeira tem uma dimensão privada (que se dá, por exemplo, nas liberdades individuais) e também pública (referente a organizações como movimentos sociais, associações não-governamentais etc). É esse segundo aspecto que a coloca em relação constante e eventual tensionamento com o Estado, que seria, propriamente, o regulador da vida pública.

Essas demarcações, embora sempre interrelacionadas, instituem uma forma de compreensão liberal - advinda do liberalismo político - própria de um ideal de funcionamento minimamente harmônico entre Estado, governo e sociedade. Tal separação correlacionada das três instâncias remete, propriamente, ao Estado Moderno europeu que, como sabemos, teve seu longo processo de construção na história daquele continente (história não linear, cabe ressaltar), mas que fora implementado no resto do mundo por via do colonialismo e da violência. Não preciso nem dizer, aliás, que, esse marco fundacional me remete a uma teoria forte e todas as problemáticas dela derivadas.

De todo modo, pode-se compreender, hoje, o Estado em uma linguagem política globalmente reconhecível, de modo que outras organizações sociais sejam difíceis de serem sequer imaginadas⁹³ pelo sistema-mundo estabelecido na modernidade⁹⁴. Contudo, há de se

⁹³ Há exceções, é claro, como o Movimento Zapatista, que luta por reconhecimento político e por autonomia em outra forma de organização, tensionando a própria lógica contemporânea de identidade e território sob égide do Estado.

⁹⁴ Não sou simpático a qualquer noção estabilizada de modernidade. Minhas reflexões sobre tal conceito são bastante derivadas da obra de Bruno Latour (1994), que fez uma crítica desse ideal de mundo específico (e generalizável) através da separação fundacional entre natureza e cultura. No entanto, utilizo o termo aqui

questionar, como muitos já o fizeram, se o papel fundacional do Estado (e seus entes correlacionados: governo e sociedade) são desdobrados na forma do poder de modo equiparável em todos os Estados do mundo, reconhecendo a força de sua institucionalidade e sua relação com a violência. Acredito, inclusive, que isso seja particularmente importante quando pensamos em uma forma estabilizada de reconhecer as dinâmicas entre Estado, governo e sociedade advinda de um ideal europeu e sua aplicação em países cuja história política é marcada pela implementação do Estado por via da colonização, tal qual o Brasil.⁹⁵

Ainda assim, mesmo tecendo críticas à separação e a correlação linear entre Estado, governo e sociedade, demarcando as diferenças históricas nas quais Estados foram formados e são, propriamente, operacionalizados, é possível conceber tal definição em seu caráter performativo. Estado, governo e sociedade assumem um papel fundacional no entendimento moderno da separação entre povos e territórios, de modo que sua linguagem se desdobre, hegemonicamente, em uma compreensão possível para diferentes países, independentemente de como esses foram consolidados enquanto tal. Esse ideal performativo é frequentemente utilizado como pedra angular para as dinâmicas do poder em lugares como o Brasil, de modo a assumir que, como na pergunta disparadora do presente capítulo, há uma divisão minimamente estável entre as atribuições políticas do Estado e do governo, formando eixos de análises sobre a implementação mais ou menos definitiva de políticas antigênero, por exemplo. Vemos tal linearidade, que se inspira na obra de Bobbio, na definição de Manoel Cordeiro Rocha (2008):

O Estado é toda a sociedade política, incluindo o governo. O governo é principalmente identificado pelo grupo político que está no comando de um Estado. O Estado possui as funções executiva, legislativa e judiciária. O governo, dentro da função executiva, se ocupa em gerir os interesses sociais e econômicos da sociedade, e de acordo com sua orientação ideológica, estabelece níveis maiores ou menores de intervenção. (Rocha, 2008, pp. 140-141).

Em termos muito sintéticos, a articulação da literatura aqui proposta e a pergunta disparadora deste subcapítulo parece demonstrar certa constância na atribuição de agências diferenciais (mesmo que idealizadas) para o Estado e o governo em um plano temporal. Se pensarmos especificamente no Brasil, a asserção de Bobbio (2017) sobre o governo como

reconhecendo sua função performativa, além da adequação à bibliografia com a qual estou dialogando no presente subcapítulo.

⁹⁵ É possível, inclusive, questionar a linearidade fundacional da separação entre Estado, governo e sociedade dentro do próprio continente europeu, reconhecendo as diferentes zonas e diferentes histórias que marcam a formação de uma ideia unificada (mas nem sempre harmônica, como nos mostra a história) de Europa.

expressão prática da soberania do Estado, amplificada no texto de Rocha (2008), ao relacionar o governo como o grupo político que está no comando do Estado, é possível concluir que o governo passa e o Estado fica. Temos uma democracia formal (a despeito dos ímpetus contrários à sua efetivação) assegurada pelo voto popular a cada quatro anos no nível federal, o que envolve, de modo geral, a construção de novos governos. Ao menos na perspectiva dos dois autores, esses novos governos (ou novos arranjos de governo) são responsáveis pela gestão do Estado no tempo em que residem na institucionalidade do poder.⁹⁶ Essa é, inclusive, uma peça constante na retórica política, em frases corriqueiras como “isso é uma política de Estado, e não de governo”, utilizadas principalmente para assegurar a continuidade de determinada ação efetivada por um governo anterior.

Quando nos perguntamos ou somos interpelados com a pergunta “as ofensivas antigênero são políticas de Estado ou de governo no Brasil?”, a lógica temporal que assegura as definições e as diferenciações entre tais instâncias parece ser levada a cabo. Especialmente porque a pergunta não está se referindo ao Estado e ao governo como instituições hipotéticas ou transcendentais, ela se situa frente a uma experiência específica de governo onde foram identificadas políticas antigênero partindo da institucionalidade do poder - em suma, os quatro anos em que o Poder Executivo fora administrado por Jair Bolsonaro. Talvez a questão principal seja saber se tal investimento antigênero pode permanecer atuante na institucionalidade governamental-estatal frente à transicionalidade dos arranjos que assumem sua responsabilidade.

Não consigo pensar neste debate sem refletir sobre os termos nos quais tal preocupação legítima é definida. Se tomamos a continuidade da política a partir de conceitos estabilizados como a separação entre Estado e governo, estamos, de algum modo, reiterando que os dois se situam, de fato, enquanto diferenças temporais e burocráticas. Mas cabe indagar: essa atribuição de temporalidade ao Estado (mais longa) e ao governo (mais curta) não se daria apenas nos termos de uma teoria forte, assumindo que o longo e o curto fazem parte operacionalmente das duas instâncias, e não apenas idealmente? Ou que a idealização tem, linearmente, um efeito prático e operativo?

Essa pergunta remete ao argumento desenvolvido no mencionado artigo de Manoel Cordeiro Rocha (2008). Embora o autor se situe como defensor da delimitação linear entre as

⁹⁶ Estou propositalmente deixando fora da equação o Poder Judiciário, sobretudo os ministros e ministras dos tribunais superiores, em função de uma importante diferença na escala temporal sobre o exercício de seus cargos, ainda que esses também possam compor um entendimento para o governo, ou para os arranjos contingentes que formam um governo. Me dou essa liberdade por estar tentando fazer, aqui, um exercício lógico sobre conceitos de Estado e governo, que não são os conceitos que eu utilizo para pensar tal problemática, como ficará explícito até o final do capítulo.

três instâncias, sua proposta considera um embaralhamento das políticas de governo e Estado contemporaneamente, tornando-se interessante para refletir sobre a agência de tais diferenciações em respeito à implementação de políticas antigênero no Brasil do século 21. Rocha (2008) argumenta que a separação fundacional entre Estado e Governo não pode mais sustentar uma análise política baseada nos arranjos pós-modernos do poder, marcados pela privatização do espaço público e, propriamente, da política institucional. Em suas palavras:

Na pós-modernidade o Estado perde a sua capacidade de articulação das funções, que estão engessadas, burocratizadas e sobrecarregadas. (...) E a razão é muito simples: na pós-modernidade o fundamento moderno de legitimidade produzido por legalidade é substituído pelo fundamento da eficiência produzida pela operatividade. A atual *crise do Estado* afeta indistintamente todas as suas instituições. As funções do Estado continuam as mesmas, *até mesmo o pragmatismo de sua separação é aceito, entretanto no limite de sua eficiência, e não na necessidade de garantir um Estado Democrático e de Direito*. A democracia e o Estado de Direito, por consequência também estão afetados, não somente pela inviabilidade da absoluta separação de poderes, mas porque a pós-modernidade está produzindo outros parâmetros para a política. (...) O governo será muito mais um gestor das tensões produzidas pelo individualismo e a serviço de um ideal de eficiência tipicamente privado, do que uma equipe promotora dos ideais ideológicos de um grupo, segmento ou classe social (Rocha, 2008, pp. 143-144, grifos meus).

Mesmo que, em minha compreensão, a análise de Rocha (2008) possa ser considerada uma forma de raciocínio embasada em teorias fortes, sua conclusão acerca da falência da divisão normativa e performativa sobre a tríade Estado, governo e sociedade é útil para pensarmos nas ofensivas antigênero em território nacional. Em primeiro lugar, trazendo as organizações sociais para o centro do debate, podemos reiterar a perspectiva do autor no reconhecimento da articulação entre uma sociedade individualizada e governo e o Estado, presentes nas concomitantes pressões sociais sobre o governo em nome de políticas mais restritivas sobre a diversidade sexual e de gênero, em especial questões trans.

Como mencionado no capítulo 3, uma organização que serve de exemplo para essa relação entre clamores sociais e o governo de Bolsonaro (seja a partir do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, seja na comunicação direta com parlamentares federais) foi a página No Corpo Certo, organizada por alas feministas autoproclamadas “radicais”, mas que reiteraram o discurso da suposta “ideologia de gênero” e da ameaça à infância, manifestos no reconhecimento da existência de crianças trans e de suas

especificidades dentro do campo da Educação e da Saúde. A plataforma, além de propagar discursos visando à dissuasão de pais, mães e cuidadores a respeito do entendimento de seus filhos ou filhas como crianças transgênero, ainda abre um canal de comunicação com deputados componentes da direita política, especialmente alinhados a Bolsonaro, para o encaminhamento de demandas voltado à construção de projetos de lei contrários à “ideologia de gênero”.

Esse exemplo nos mostra como há uma articulação constante entre sociedade civil e governo, que pode ser acompanhada, de forma diferencial, nos recentes anos de nossa vida democrática, mas que toma maior intensidade em um momento de privatização da ação pública frente a demandas particulares de grupos civis organizados em um governo que foi sustentado em pilares antigênero, dialogando diretamente com pânico sociais presentes em boa parte da sociedade brasileira.⁹⁷ No entanto, como já demonstrado por esta tese, não se poderia assumir um direcionamento temporal para tal associação: a sociedade civil organizada através da busca pela efetivação de suas demandas individuais e particulares não é anterior à sua comunicação com o governo - seja na forma do MMFDH ou do Congresso Nacional. Essa relação é fomentada contiguamente por diversos atores institucionais, fazendo com que práticas de governo se tornem eixos de ação coletiva (mas voltados à privatização da esfera pública) e vice e versa. Uma retroalimentação de afetos negativos como o ódio e o medo, que são intensificados à medida que sua operacionalização se dá de forma conjugada na passagem constante entre sociedade e governo.

Mas o que isso nos diz sobre o Estado, propriamente, e sobre a sua separação performativa e fundacional com o governo? Poderíamos assumir que, frente às associações entre governo e sociedade civil que, em um governo autoritário, levam a cabo uma constante retroalimentação de afetos negativos⁹⁸, altamente implicados em uma versão mais generalista das ofensivas antigênero, o Estado serviria como contraponto, dadas suas características burocráticas e de longa temporalidade? Como já demonstrei, os dados dispostos nesta tese,

⁹⁷ Estou, aqui, reiterando o argumento de Daniela Losiggio (2021), mas mostrando como a lógica a qual ela se contrapõe pode, facilmente, ser também utilizada na crítica operacionalizada em seu argumento. Se tomamos as questões relativas aos direitos humanos como propriamente públicas, seguindo a própria lógica da Declaração Universal dos Direitos Humanos, são as ofensivas antigênero que ameaçam a condição compartilhada do mundo comum, dada a sua forma privatizada de entendimento político, pautado por um ideal de racionalidade que serve, ao fim e ao cabo, apenas para seus fundamentos particulares.

⁹⁸ A análise proveniente desta tese centraliza-se na utilização de afetos positivos para consolidar uma nova forma de ação antigênero a partir do MMFDH, mas não significa desconsiderar que há muitas outras maneiras de reiterar o pânico e as respostas sociais contrárias à suposta “ideologia de gênero”, marcadas substancialmente por afetos negativos como o medo e o ódio.

em especial a discussão referente às modificações na Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, nos apontam o contrário. A burocracia, em suma, não nos salva do fascismo.

Foi o que argumentei em um artigo escrito com meu orientador, Marco Aurélio Prado, acerca da depuração dos direitos humanos como uma política de Estado no Brasil, instaurada a partir das modificações e inovações no discurso transnacional antigênero levadas a cabo pelo governo de Jair Bolsonaro e, em especial, pela ex-ministra Damares Alves e pelo MMFDH em geral.⁹⁹ O caso da ouvidoria é paradigmático nesta difusão e, não por acaso, nos levou a questionar a diferença entre Estado e governo, tão presente nas perguntas sobre os limites possíveis (e desejáveis, quiçá) para a ação antigênero posterior à experiência de Bolsonaro como Presidente da República (Maracci & Prado, 2022).

As novidades referentes à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, com seu painel de dados e sua taxonomia, conseguem conjugar o combate à suposta “ideologia de gênero” (em categorias como “ideologia de gênero” e “violência institucional”) com a ideia de proteção (a partir da categoria de denúncia sobre violações contra orientação sexual). O que significa que a ação do Estado em um tradicional serviço institucional de denúncia agora atua tanto na repressão (“não promoção”) como na “proteção”. Esse seria mais um passo instituído para a depuração dos direitos humanos: ao mesmo tempo que “protege” (há uma categoria de proteção no manual de taxonomia), também pune e criminaliza a promoção. De fato, percebemos que, na contramão da construção dos elementos de autonomia e promoção dos direitos humanos, o Estado Brasileiro deflagrou, a partir da ofensiva instalada em seus expansivos sistemas de regulação, uma inovadora prática política de antagonismo aos direitos fundamentais, uma vez que, ao menos na análise sobre a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, a ausência da promoção implica, não raro, na ausência de proteção.

Lembremos que, em termos institucionais, a proteção (e promoção) dos direitos humanos no Brasil não é restrita aos interesses de governos específicos. Ela está garantida enquanto política de Estado por meio da Constituição Federal, que, na sua construção em

⁹⁹ É fato que o presente capítulo se fundamenta em um quadro de entendimento para a política antigênero pautado na divisão entre Estado e Governo - uma circunscrição importante para pensarmos como tais mobilizações são administradas, geridas e produzidas a nível local. No entanto, cabe ressaltar que boa parte da lógica de depuração dos direitos humanos se dá em um campo transnacional, especialmente no encontro de países que compõem o Consenso de Genebra. No Transatlantic Summit da organização Political Network for Values, ciceroneado pela Guatemala na sede da ONU, em Nova Iorque, no início deste ano, inúmeros atores antigênero se reuniram para repensar os direitos humanos, propondo que sua atuação deveria restringir-se a um “fundamento” de humanidade, presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (deixando de considerar o seu caráter expansivo, cabe dizer). A grande questão foi que, resumindo os direitos humanos à Declaração de 1948, não há qualquer menção a identidade de gênero, sexualidade, aborto... de forma que tais problemáticas passem a ser consideradas, literalmente, menos humanas pela proposta dos painelistas. Dentre eles, destaque, estava nosso deputado Nikolas Oliveira, vinculado ao Partido Liberal de Minas Gerais. *Link* para evento: <https://www.youtube.com/@politicalnetworkforvalues5475> (Acesso em 31 de julho de 2024).

1988, adotou uma linguagem fortemente tributária da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros tratados internacionais referentes ao paradigma de direitos fundamentais voltados à proteção contra violações. É sabido que direito brasileiro fez opção por um sistema misto, combinando regimes jurídicos diferenciados: um regime aplicável aos tratados de direitos humanos e um outro aplicável aos tratados tradicionais, de modo que ambos se tornem responsabilidade do Estado (Piovesan, 2023) - e, se pensarmos na lógica de temporalidade, podemos estender tal consideração a qualquer tipo de alternância de poder.

Com a emenda constitucional 45 do ano de 2004, instaura-se o parágrafo 3º do art. 5º da Constituição Federal: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. (Brasil, 2004). Tal definição, proveniente da Reforma no Judiciário, cria um obstáculo na inserção de tratados internacionais nos quais o Brasil é país signatário em nossa Constituição, à medida que exige uma votação parlamentar para que os direitos internacionais possam ser aplicados como direitos domésticos (Galindo, 2006). Contudo, o julgamento número 466.343/SP, do Supremo Tribunal Federal, em 2008, garantiu o caráter supralegal dos acordos internacionais que não seguiram o rito proposto pelo parágrafo 3 do artigo 5º da CF (Petterelle, 2009). Dessa forma, garante-se que, independentemente da forma institucional que os tratados internacionais tomam na lei brasileira (seja emenda constitucional, seja garantindo seu caráter supralegal), eles se constituem como política de Estado, garantindo um compromisso do Estado Brasileiro com a comunidade internacional.

Digo isso porque o Brasil é signatário de diversos tratados internacionais de direitos humanos que abrangem a proteção da população LGBT+, como o Pacto de San José da Costa Rica, bem como as Resoluções 17/19, 27/32, 32/2 e 41/18 do Conselho de Direitos Humanos Da Organização das Nações Unidas. Além disso, está sujeito à jurisdição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que tem um mandato específico para monitorar e promover os direitos das pessoas LGBT nas Américas, e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que em várias ocasiões reconheceu a proteção dos direitos LGBT+ como parte integrante dos direitos humanos. Esses documentos destacam a afirmação e a defesa da diversidade sexual e de gênero, sem a separação do seu caráter protetivo ou promotor.

Se pensarmos na lógica temporal e burocrática que separa o governo como passageiro do Estado como contínuo, podemos chegar a algumas conclusões frente a esse exemplo. Tomando a separação entre Estado e governo de forma definitiva, de modo que tal segregação performativa e fundacional levasse a cabo qualquer tipo de proteção frente ao

autoritarismo e às ofensivas antigênero, uma política governamental jamais poderia esvaziar e abandonar as atribuições de um tratado celebrado como política de Estado. Isso significa, ao meu entendimento, colocar a prática sobre a delimitação institucional “pura”, à medida que o raciocínio não se resume às formalidades com as quais os direitos humanos se edificam, mas sim com a sua possibilidade de atuação prática. Ora, se o governo pode esvaziar, ou mesmo transformar a lógica tributária de legislações internacionais (incorporada em nosso texto constitucional ou em caráter supralegal) em um aparato de perseguição aos temas garantidos por essas próprias atribuições do Estado, como poderíamos afirmar qualquer continuidade diferencial nas práticas do Estado e do governo, sobretudo em uma via de temporalidade ou de garantia institucional burocrática? Apenas na via de uma teoria forte, é claro, já que a empiria nos mostra o contrário.

A entrada das forças antigênero como uma nova política de governo apresenta, sem dúvidas, novas dinâmicas às ofensivas. Instaladas agora como um conjunto de ações de governo, lidam com a ocupação de cargos de gestão, formulação e implementação de políticas públicas, bem como com regulações de controle social, processos jurídicos e legitimações sociais. O cenário das disputas se altera, uma vez que o enquadramento das ações do Estado estão marcadas por outros atores institucionais. Isso traz uma nova dinâmica para tais mobilizações, já que as formas de governar - ao menos teoricamente e em uma situação de consolidação de um Estado de Direito democrático - deveriam seguir sistemas de regulação fundados em consensos temporários do próprio Estado, como limites às formas de governos não democráticos, utilizando as formulações do próprio Norberto Bobbio (2007). Essa passagem crítica de instalar políticas de Estado em formas de governo pode ser entendida a partir de alguns elementos que se expressam na atualidade da política contemporânea.

Um dos elementos de tal passagem é a articulação entre políticas de governo e de Estado, amalgamadas por uma nova forma antidemocrática de governança. No caso do Brasil, essa questão é particularmente importante, considerando que temos um Estado democrático frágil, com uma Constituição recém implementada a partir dos anos finais de 1980. Ou seja, nesta governança atual, já colonizada pelas forças políticas antigênero, há uma rearticulação entre políticas de governo e de Estado, que torna híbrida a fronteira entre um e outro. Em tal hibridismo, políticas estatais passam a ser depuradas por uma governança reacionária, toda vez que os marcos institucionais do Estado figuram como limites para a expansão das investidas antigênero, bem como demonstrado anteriormente.

Precisamente, gestores e representantes do Governo Federal de Bolsonaro estiveram fortemente engajados na alteração ou desfiguração de marcos jurídicos (resoluções, portarias, termos aditivos e declarações oficiais) que implicam depurar políticas de Estado em nome de forças antigênero. Neste sentido, há uma forma de governança que intenciona instalar uma hegemonia junto às diretrizes do Estado, de forma a reorganizar o próprio modelo de funcionamento estatal. Portanto, este elemento revela uma nova forma de governança por efeito das ofensivas que apresenta fissuras empíricas à divisão moderna, fundacional e, ao mesmo tempo, tênue entre Estado e Governo. Em síntese, com base nos dados desta tese, posso concluir apenas que estamos frente a elementos inovadores em respeito às ofensivas antigênero e sua passagem, não sem turbulência, para formas de governo e, por efeito, para políticas de Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eles [pessoas LGBTQ+] têm que ser *respeitados, protegidos, amados como todo cidadão*. E eu sempre lutei por isso. Você vai observar que tem muitos gays, assim, que falam de mim de forma isolada. Mas *you não viu um movimento na Esplanada queimando bandeira contra Damares, invadindo o Ministério dos Direitos Humanos, gritando, não*. Porque, quando eu tenho aquela minha frase contra a ideologia de gênero, todo mundo fala: a ideologia de gênero são os gays? Não, Isadora [entrevistadora]. *Todo mundo pensa que é uma guerra contra gays, não é*. A ideologia de gênero é uma teoria que fala que ninguém nasce homem, ninguém nasce mulher, ninguém nasce gay, ninguém nasce lésbica. Essa teoria é muito perigosa, porque ela não tem comprovação científica. E os gays do Brasil conquistaram seus direitos dizendo que gay nasce gay. E aí vem uma teoria e fala ‘não, você não nasce homem, nem mulher, nem gay, nem lésbica: você escolhe o que você quer ser’. Isso é muito perigoso. *Essa teoria estava sendo enfiada nas crianças e apresentavam para as crianças setenta e uma identidades. Setenta e uma! Para ela escolher! E aí isso causou pânico nas famílias*. Então, eu sou contra essa teoria, que não tem comprovação científica, que você é o que você quiser, que você escolhe uma das setenta e uma identidades. *Bom, o movimento gay entendeu. Entendeu, inclusive, que essa teoria prejudicava o movimento gay*. Então, mas no meu trabalho no dia-a-dia, gente, eu acolho, eu tenho um trabalho com travestis há trinta e cinco anos. Tô na rua, quem tá na rua com eles sou eu. Sei da necessidade deles. Inclusive, Isadora, como ministra, *nós temos uma Diretoria Nacional LGBTQ*. *E nós não interrompemos nem um projeto de Estado para a proteção da comunidade LGBTQ*. A minha relação com o público é muito boa. E vou dizer uma coisa para você: *é uma relação de muito amor. E eles sabem disso* (Canal Metrôpoles, 2023, grifos meus).¹⁰⁰

Esta é uma fala de Damares Alves referente ao mês de outubro de 2022, em uma entrevista concedida ao portal Metrôpoles, após um questionamento sobre a sua relação com os temas da diversidade sexual e de gênero e seu “perfil conservador”. No vídeo, a ex-ministra está sentada ao lado da apresentadora, vestindo uma camiseta amarela estampada com o rosto e o nome de Jair Bolsonaro, na cor verde. Neste momento, Alves já não era mais ministra, como se nota pela data e pelo nome da publicação: “Eleita senadora, Damares envia recado à comunidade LGBTQIA+: ‘Serão protegidos’”. Essa, de fato, é uma das primeiras entrevistas realizadas após a sua recente eleição como senadora pelo Distrito Federal,

¹⁰⁰ Link para o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=1euskHd9XF4> (Acesso em 31 de julho de 2024).

enquanto a disputa pela Presidência da República e pelo governo da maioria dos estados do Brasil ainda se desdobrava na corrida pelo segundo turno. Além de ser uma manifestação pública da senadora eleita, as cores, a imagem e os dizeres de sua camiseta inserem o vídeo também como um elemento da segunda parte do pleito eleitoral, a partir do endosso à candidatura de Jair Bolsonaro, que disputava o cargo máximo do Poder Executivo contra Lula da Silva, eleito por uma diferença de apenas 2 milhões de votos.

Os dizeres da então senadora eleita poderiam, facilmente, compor as cenas que construí e descrevi em todos os capítulos desta tese. No entanto, escolhi deixá-los para o final em função de dois motivos. O primeiro é que essas palavras parecem simplesmente condensar a minha pesquisa em pouco mais de dez linhas. De fato, quando ouvi o áudio da entrevista, que me foi enviada em uma conversa de *Whatsapp* por Marco Aurélio Prado, respondi algo como “resumi minha pesquisa em dois minutos”. A afirmativa, embora cômica, tinha algo de verdade: boa parte dos argumentos desenvolvidos aqui está presente no fragmento supracitado, especialmente aquilo que decidi destacar com o uso do itálico na transcrição. Pois bem, se a fala de Alves basicamente abrevia minhas reflexões, nada mais justo que utilizá-la no fechamento do trabalho, como uma condensação dos tópicos abordados na tese. É isso que, a partir dela, tentarei fazer aqui, traçando algumas conclusões, mas também - e principalmente - aberturas para futuras pesquisas, caso alguma pessoa - seja eu próprio - decida dar continuidade à presente análise.

O segundo motivo é um tanto mais interessante, e se refere à circunscrição temporal e, digamos, espacial do presente trabalho, que versa especificamente sobre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - como visto, já não mais coordenado por Damares Alves na época da referida entrevista. Ele ainda estava ativo, mas sob a chefia de Cristiane Britto. Alves, por sua vez, ocupava outro lugar da política: seja na transição para sua posse como senadora, seja como agente da campanha de Bolsonaro no segundo turno da disputa pelo Palácio do Planalto. Tal mudança no lugar institucional da personagem que mais se destaca em minha pesquisa é fundamental para refletirmos sobre como o entendimento e as ações sobre a diversidade sexual e de gênero desenvolvidos no interior do MMFDH podem se descolar do seu aparato institucional e funcionar como uma lógica política. Inicialmente, em uma lógica ministerial, que, a partir de seu bom funcionamento - como afirma a própria Damares Alves - passa a se desenvolver como lógica política possível de ser desdobrada em outros lugares e por outros atores, como o Senado Federal. Essa foi a lógica que, concatenando uma série de enunciados proferidos pela então ministra, sintetizei na tese a partir do nome “proteção sem promoção”.

É notável, no entanto, que tal “proteção sem promoção”, mesmo podendo ser praticada e atualizada em outros lugares institucionais, ainda é remetida à sua construção no interior do MMFDH. Para Damares Alves, esse parece ter sido um campo de experimentação e intensa visibilidade política, a qual não interessa seu caráter deliberativo ou incidental - ao menos para os objetivos deste trabalho. O que interessa, realmente, é como tal experimentação e sua inevitável visibilização pública funcionou e foi tratada, seja por Alves, seja por outros atores, como positiva e propositiva, tanto para o ministério quanto para o Governo Federal de forma mais ampla. Como argumentei algumas vezes, um dos traços mais bem sucedidos da “proteção sem promoção” foi sua capacidade de separar e, ao mesmo tempo, unificar o combate à suposta “ideologia de gênero” com afirmações de bondade quanto à população e às temáticas LGBTQ+ - o que se verifica na prática da política, reconhecida aqui em mobilizações afetivas, linguísticas, ideológicas, financeiras etc. Prática da política essa que foi administrada e gestada justamente através de uma redução do campo de antagonismos e da construção de bases comuns para o entendimento e ação ministerial.

Como afirma Alves, o “movimento gay” (ou, digamos, uma parte do movimento LGBTQ+) teria entendido as práticas de não antagonismo promovidas pelo MMFDH e, aparentemente, teria entendido também a importância das constantes objeções à “ideologia de gênero” - que seria, ao fim e ao cabo, uma ameaça tanto às “famílias” quanto às próprias reivindicações voltadas ao reconhecimento público da diversidade sexual e de gênero. Falei que tal associação, embora deslize para dois lados aparentemente distintos e incompatíveis nos campos de ideologia forte que compõem uma compreensão compartilhada da política institucional, não poderia ser pensada como uma contradição, à medida que, no desenvolvimento prático, ela é performada como uma coisa só. Neste trecho citado, podemos ver como tal procedimento acontece de forma bastante explícita: é a mesma “ideologia de gênero” que causa pânico nas famílias e que promove a ruína das demandas que poderiam ser consideradas legítimas e justas sobre o movimento LGBTQ+.

Vemos, assim, uma complexificação da política de ambivalências a respeito dos pares antagonismo *versus* conciliação. Ora, os encadeamentos mais usuais da “ideologia de gênero” - tanto em referência à sua produção na década de 1990, quanto sobre sua disseminação transnacional por diversos lugares, atores e níveis institucionais em tempos contemporâneos - comumente assumem a importância do seu combate a partir de uma prática de antagonismo contra aquilo que, em suma, ameaçaria as famílias e as crianças. É desse antagonismo que podem ser traçados afetos de medo, pânico, ódio e suas múltiplas combinações dirigidos à mera existência de pessoas LGBTQ+. No entanto, a inovação que se percebe na lógica

desenvolvida pelo MMFDH, mas que pode ser estendida e praticada para além dele, baseia-se, justamente, em uma possível integração daquelas demandas e corpos protegidos pelo combate à suposta “ideologia de gênero” com aquelas demandas e corpos comumente dispostos como efigie da própria “ideologia de gênero”. Em suma: gays, lésbicas, pessoas trans e outros sujeitos colocados em um lugar de abjeção frente à norma heterossexual e cisgênera são vítimas da mesma “ideologia de gênero” que vitimiza sujeitos contemplados pelas normas heterossexual e cisgênera.

O que quero dizer é que, nesta prática política inovadora sintetizada por enunciados como “proteção sem promoção”, os campos de antagonismo são deslocados de forma significativa. A ação ministerial não estava opondo, ao menos de modo totalizante, as famílias a serem protegidas com seu usual polo antagônico, a dizer, pessoas gays, lésbicas, trans, entre outras. Pelo contrário, tal lógica política consegue criar algum tipo de aliança entre associações LGBTQ+ e as figuras emblemáticas que seriam vítimas da “ideologia de gênero”, como pais, mães, cuidadores, crianças em geral. Essa é, sim, uma aliança fraca, dado que não se verifica em toda ação ministerial e tampouco substitui a lógica de antagonismo presente em outras frentes de ação antigênero. No entanto, é uma aliança efetiva, coadunada a partir de uma outra exteriorização constitutiva, que permite a associação ambivalente entre a proteção e a não promoção da diversidade sexual e de gênero. Sintetizando: tanto os sujeitos LGBTQ+ quanto as famílias e as crianças devem ser protegidos (e devem também se contrapor) à mesma “ideologia de gênero”, possibilitando uma política de aliança baseada na sua exteriorização constitutiva.

Se pensarmos na proposta teórica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), autores que se empenharam em um entendimento da política como prática constante de antagonismos sociais, veremos que o não antagonismo político e a formação de alianças a partir dos consensos aqui mapeados não funcionaram sem um “motor” de adversidade. Mesmo quando os acordos, os abraços e as portas abertas de diálogo eram celebrados, o que permitia seu encontro consensual era a contraposição à “ideologia de gênero”, fazendo com que a defesa de um ideal de família e de um ideal de criança fosse concatenado a um ideal de sujeito LGBTQ+. Sujeito ideal esse que, como vimos nas declarações públicas de representantes institucionais - especialmente Damares Alves -, não é mobilizado por um “ressentimento militante”, mas sim pelas promessas de proteção, amor e cuidado tantas vezes por ela acionadas. Não sei se Laclau e Mouffe estariam de acordo com as premissas do que chamo de teoria fraca, mas é notável que seus trabalhos se desenvolvem a partir de circunstâncias empíricas, não de idealizações sobre o que seria a política em termos transcendentais. Por

essa razão, as ideias de antagonismo e consenso me parecem fundamentais para o entendimento das ambivalências que compõem o objeto aqui mapeado e descrito através de cenas.

Se o antagonismo é, propriamente, o que conjuga afetividades divergentes e permite o desenvolvimento da política através de exteriorizações constitutivas, é sumariamente importante o material utilizado para que se formem e se reformem os grupos de aliança e de oposição, cuja unidade se dá, além dos vínculos de identificação que estabelecem entre si, na oposição àquilo que eles não são - movimento contingente que atua na própria edificação do outro grupo rival (Laclau, 2018, Mouffe, 2015). É por isso que não podemos assumir que um trabalhador fabril da Europa do século 19 disponha de qualquer razão intrínseca que o coloque na disputa revolucionária pelos meios de produção, da mesma forma que não podemos assumir que sujeitos LGBTQ+ disponham de um caráter intrínseco que os coloca na oposição constitutiva de qualquer ímpeto assumidamente conservador no campo da política. As palavras não têm dono e a relação entre significante e significado é constantemente disputada, atualizada (e até mesmo deturpada ou depurada) através da prática política.

Nesse sentido, sujeitos autoassumidos como conservadores e seus ímpetos políticos podem ser absolutamente antagônicos a qualquer coisa que remeta à existência de pessoas LGBTQ+. Essa é a história mais comum, mas não é a única. Como falei no primeiro capítulo desta tese, um passo importante que me levou em direção ao acompanhamento das contingências aqui mapeadas e descritas foi o campo de conservadorismo levado a cabo por pessoas gays, lésbicas, trans, entre outros, cuja agremiação se dava, no período eleitoral, pelo endosso à primeira candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Se isso me pareceu estranho e digno de uma investigação, minha inserção nas tramas afetivas, emocionais, políticas, ideológicas e financeiras do MMFDH foi significativamente mais surpreendente. Como poderia imaginar qualquer associação entre o conservadorismo político e as temáticas da diversidade sexual e de gênero seria mobilizada no campo dos direitos humanos a partir de uma ministra que, no ano de 2018, falava sobre cores de roupas que meninos e meninas deveriam vestir?

Tal surpresa que foi abraçada nos procedimentos do meu doutorado e, cabe dizer, rapidamente foi se deslocando na construção e descrição do arquivo composto a partir de uma inspiração no método da cena (Rancière & Jdey, 2021), quando tal afeto se conjugou a alguns outros, tais como a raiva, o ódio, a curiosidade e até mesmo uma espécie de maravilhamento em relação às informações com as quais passei a me relacionar. É importante ressaltar, no entanto, que a surpresa e a sensação de descoberta não implicam qualquer ideal de

desvelamento de conteúdos ocultos ou de uma possível invisibilidade dos mesmos sob a névoa da ideologia. A descoberta, na realidade, não se trata de trazer a um campo de conhecimento compartilhado algo que estava apartado dele pelo motivo que seja. Trata-se, pelo contrário, de construir pontes e relações entre elementos visíveis, traçando possibilidades de entendimento em rede a partir das práticas de descrição. Já disse que todos os materiais que compõem o arquivo construído neste percurso de doutorado, dispostos nesta tese a partir de cenas concatenadas na formação de capítulos, são públicos. Basta utilizar qualquer ferramenta de busca pela internet ou fazer uma pesquisa um pouco mais detalhada no Portal da Transparência do Governo Federal e no Diário Oficial da União para ter acesso ao que embasa meu entendimento sobre a lógica de “proteção sem promoção”.

Não há luz a ser acesa para combater o escuro que nos impede de acessar a realidade. A questão é: como arranjar essa realidade? Como posicionar aquilo que é visível em uma lógica que respeite sua condição existencial e experiencial - sem solapar a realidade a partir de uma teoria que visa a explicá-la, mas, ainda assim, produzindo sentidos críticos para o seu encadeamento no mundo? Essas perguntas, que me acompanham há muitos anos, encontraram algum tipo de resposta nas práticas de descrição densa, nas teorias dos afetos e no método da cena. E, na continuidade de tal processo, me deparei, mais uma vez, com o problema das alianças e dos antagonismos - tomados aqui menos como uma explicação de como a política é ou deveria ser e mais como uma descrição do que aconteceu, a partir do contato e da construção do objeto desta pesquisa.

Se, como vimos no fragmento supracitado, é possível conjugar afetiva e discursivamente temáticas da diversidade sexual e de gênero com aquelas referentes a um ideal de família a partir da exteriorização constitutiva dos perigos da suposta “ideologia de gênero”, podemos considerar que tal investimento produziu alguma mudança na relação entre atores que, em outro momento, estariam situados apenas em polos opostos da disputa política. Não estou falando sobre todo o movimento LGBTQ+ brasileiro, muito menos sobre todas as pessoas contempladas por essa sigla e suas constantes transformações em relação ao ministério, ao conservadorismo ou à própria “ideologia de gênero”. De fato, o que podemos acessar aqui é o modo como tal associação, na fala de Alves, respalda um bom desempenho do MMFDH em relação a assuntos que poderiam soar antagônicos à sua postura conservadora enquanto ex-ministra.

Conforme nos conta a então senadora eleita, tal reenquadre dos campos de antagonismo funcionou muito bem, à medida que não vimos “um movimento na Esplanada queimando bandeira contra Damares, invadindo o Ministério dos Direitos Humanos,

gritando” (Canal Metr p les, 2023). De fato, não vimos. Obviamente, setores do movimento LGBT+ organizado antagonizam com o ministério - lembremos, por exemplo, da reação de associações de pessoas trans quando da votação sobre temáticas LGBT+ no escopo dos direitos humanos reconhecidos pelo Mercosul. Mas essa não foi uma prática sistemática e tampouco causou danos significativos ao ministério, que, embora não tenha passado ileso aos intensos embates políticos durante o governo Bolsonaro, manteve significativa estabilidade institucional e de reconhecimento público. Cabe retomar, aqui, um argumento desenvolvido no capítulo 2 desta tese, quando afirmei que o campo de conservadorismo político conjugado em uma oposição não ambivalente   “ideologia de gênero” tampouco operacionalizou significativa oposição a Damares Alves e o ministério por ela encabeçado. Essa dupla função da lógica ambígua de “proteção sem promoção” também pode ser considerada parte de sua efetividade e bom desempenho político.

Um exercício empírico para se compreender tal estabilidade é comparar as tensões enfrentadas por diferentes órgãos institucionais do Poder Executivo quanto ao combate à “ideologia de gênero”. Pode-se acompanhar tais mobilizações em, pelo menos, dois outros ministérios para além deste sobre o qual versa a tese: o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O que diferencia esses três lugares institucionais, se ambos faziam parte do mesmo Governo Federal e correspondiam ao combate à mesma “ideologia de gênero”? Em primeiro lugar, já vimos que Damares Alves iniciou uma política de ambivalências antes mesmo de ser empossada enquanto ministra, recebendo associações LGBT+ no gabinete de transição - fato que foi narrado por ela, pelos participantes e por veículos de comunicação como uma porta aberta de diálogo, mobilizando uma série de afetos positivos, em especial o otimismo, para efetivar tal narrativa.

O que vemos no MRE e no MEC é substancialmente diferente,   medida que sua mobilização antigênero manteve a lógica de antagonismo contrário a pessoas e temáticas LGBT+ ou feministas, a partir da qual significantes como “violência política” ou “discurso de ódio” são facilmente acionados, sem ambivalências ou atenuações. Tal postura, que remete ao campo de atuação parlamentar antigênero anterior   vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018, se defrontou com entraves institucionais, de reconhecimento público e advindos da própria ação de movimentos sociais. Lembremos, por exemplo, que houve uma mobilização interna no Itamaraty de boicote ao MRE, desenvolvida principalmente como resposta  

homofobia e transfobia mobilizadas pelo órgão, que chegou a proibir a própria palavra “gênero” em documentos oficiais.¹⁰¹

A postura mais comumente reconhecível das ofensivas antigênero encampada pelos dois ministérios, que lhes colocou pública e midiaticamente como alvo de tensões e antagonismos políticos, pode ser relacionada também à sua instabilidade. Durante o período bolsonarista, tivemos quatro Ministros da Educação e dois Ministros das Relações Exteriores. Mas não é somente a mudança de nomes que corresponde à instabilidade política de ambos os órgãos, senão a forma como tal mudança ocorreu e foi narrada, sobretudo a partir de veículos de comunicação. Nós, brasileiros e brasileiras, fomos constantemente informados sobre ministros sendo humilhados verbalmente por deputados e deputadas, sobre o excesso de ideologia na condução das pautas institucionais, a despeito da tecnicidade e da imparcialidade, entre tantos outros¹⁰². É claro que Damares Alves também foi alvo de críticas e questionamentos sobre sua idoneidade e competência enquanto gestora pública, mas, em termos práticos, houve apenas uma troca de ministras no MMFDH: aquela efetivada em 2022, quando Alves saiu voluntariamente do cargo para concorrer, vitoriosamente, a uma cadeira no Senado Federal. Sua substituta, inclusive, teve reconhecimento midiático por dar continuidade às políticas gestadas por Alves nos seus anos enquanto ministra, sobretudo no combate à “ideologia de gênero”¹⁰³.

A forma como a postura de ambivalência em relação às temáticas de sexualidade e gênero foi importante para a estabilidade do ministério não é uma interpretação pessoal, ela advém principalmente do modo como Damares Alves narrou o sucesso político de sua postura na contenção e condução de antagonismos, como pode ser visto na citação que inicia este capítulo. A partir das cenas compostas e descritas na presente tese de doutorado, foi possível acessar não somente as promessas e os resultados de tal manejo afetivo e emocional, mas também os conteúdos mais frequentemente utilizados em sua comprovação. Seja por Alves, seja por Marina Reidel, seja por outros agentes ministeriais ou por veículos de comunicação, reiterou-se uma boa relação do MMFDH com as temáticas da diversidade sexual e de gênero partindo principalmente da continuidade da diretoria elaborada no governo anterior. Como afirmou a então senadora eleita: “Nós temos uma Diretoria Nacional LGBT. E

¹⁰¹ Link para notícia:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/12/07/como-diplomatas-sabotaram-bolsonaro-de-dentro-do-ijamaraty.htm> (Acesso em 31 de julho de 2024).

¹⁰² As referências à tecnicidade e à imparcialidade dizem respeito às críticas da época, não aos meus critérios de entendimento para a problemática.

¹⁰³ Link para notícia:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/05/12/ao-lado-de-ditaduras-brasil-promove-expansao-de-lo-bby-antiaborto-no-mundo.htm> (Acesso em 31 de julho de 2024).

nós não interrompemos nem um projeto de Estado para a proteção da comunidade LGBT” (Canal Metrôpoles, 2023). É sabido que tal diretoria já não estava mais em funcionamento na época da entrevista, tendo sido substituída por um órgão mais amplo e sem nenhuma especificação sobre a comunidade em questão, mas é destacável o modo como isso não retira seu peso argumentativo, comprobatório e, digamos, performativo na associação entre o ministério, a figura de Damares Alves e a população LGBT+.

Considero esse fragmento importante porque me remete à discussão travada por acadêmicos e acadêmicas brasileiros acerca do papel do Estado frente às políticas antigênero levadas a cabo pelo governo Bolsonaro, ou, em outros casos, sobre a impossibilidade de separação definitiva entre Estado e Governo quando pensamos nessas investidas. Se pensarmos que as políticas antigênero podem assumir certa reversibilidade no aparato institucional por se estabelecerem enquanto práticas de governo, delimitadas em sua temporalidade e em suas atribuições específicas, Damares Alves faz um movimento oposto, mas também complementar. Ao afirmar a continuidade, no governo, das políticas de Estado, a senadora eleita também reitera a diferença entre os dois entes, porém em vias de comprovar não uma oposição aos temas da diversidade sexual e de gênero, mas bem seu contrário: são as boas relações entre ministério e grupos LGBT+ que se consagram a partir das práticas de governo e sua relação diferencial com o Estado.

Em síntese, a fala da ex-ministra propõe que significantes como “proteção”, “cuidado” e “amor” podem ser assumidos sobre a relação entre MMFDH e a comunidade LGBT+ justamente por tal órgão institucional ter agido, como parte de um governo, em conformidade com a condução das pautas da diversidade sexual e de gênero encampada pelo Estado. “Não interrompemos nem um projeto de Estado para a proteção da comunidade LGBT” (Metrôpoles, 2023). A não interrupção indica uma continuidade, e aparece na fala de Damares de modo responsivo, contrapondo-se a ideia de que seu conservadorismo a tornaria incompatível com a defesa das temáticas de diversidade sexual e de gênero - associação feita no questionamento da própria entrevistadora do portal Metrôpoles. Pois bem, se a separação entre governo e Estado ora afirma o dano político efetivado contra sujeitos LGBT+, ora afirma justamente o seu oposto (a dizer, uma suposta prática de proteção, cuidado e amor), talvez esses termos possam ser problematizados não a partir de um lugar estável e ideal para ambas categorias, mas sim a partir da sua operacionalização enquanto prática política.

Já vimos que a questão temporal não é um diferenciador tão útil para pensarmos nas atribuições de Estado ou de governo sobre as investidas antigênero em território brasileiro. A gramática que fundamentou um dos maiores aparatos de perseguição a agentes públicos

reconhecidos como atores da “ideologia de gênero” permanece ativa na Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Sim, houve mudanças, mas ainda consta no manual de taxonomia e no painel de dados a categoria “violência institucional”, promovida justamente como uma possibilidade infralegal de perseguição, tal qual nos indica o seminário que lhe deu forma e conteúdo pragmático. Além disso, a crítica que efetuamos sobre as categorias disponíveis nas plataformas de denúncia apenas indicarem sujeitos LGBTQ+ como vítimas, sem motivações específicas, permanece ativa, ao passo que não há menções a “homofobia”, “transfobia” ou termos correlatos nas série de dados promovidas pela tecnologia desenvolvida no governo Bolsonaro, que segue em vigência no governo Lula.

Mas o argumento desenvolvido no capítulo 3 acerca dessa problemática ganha contornos ainda mais interessantes quando colocado ao lado da citação da então senadora eleita no ano de 2022. Se pensarmos em “proteção sem promoção” como uma lógica, veremos que sua operacionalização é transversal às políticas de governo e Estado, à medida que é ou pode ser praticada por diferentes atores, em diferentes graus de institucionalidade. Inicialmente, uma lógica ministerial; tornando-se e comprovando-se enquanto lógica viável e bem sucedida, pode passar a ser uma lógica política, uma lógica de entendimento, produção e condução de antagonismos sociais. Seus efeitos práticos, especialmente se enfocamos o campo dos direitos humanos, justamente tensionam as fronteiras performativas entre ambos espaços institucionais à medida que jamais rompem com a vinculação estatal a determinada temática (como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos ou outros tratados internacionais que reconhecem as temáticas de sexualidade e gênero no âmbito dos direitos fundamentais), mas operacionalizam a temática conforme um entendimento próprio, lógico e funcional. Foi isso que, em outros lugares, chamou-se “depuração” do campo dos direitos humanos (de Vito & Prado, 2019; Maracci & Prado, 2022).

O exemplo que melhor ilustra tal processo é a própria contenda referente à Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, especialmente na primeira versão do seu manual de taxonomia, que conjugava o combate à “ideologia de gênero” (em categorias como “ideologia de gênero” e “violência institucional”) com a ideia de proteção (a partir das categorias de denúncia sobre violações contra orientação sexual). O que significa que a ação do Estado em um tradicional serviço institucional de denúncias atuou tanto na repressão (“não promoção”) como na “proteção”. Esse seria mais um passo instituído para a depuração dos direitos humanos: ao mesmo tempo que “protege” (há categorias de proteção no manual de taxonomia), também pune e criminaliza a promoção. De fato, percebemos que, na contramão da construção dos elementos de autonomia e promoção dos direitos humanos, a condução de

uma política Estado Brasileiro se insere também em uma lógica de ambivalências e até mesmo regressões no campo dos direitos humanos, uma vez que a não promoção, ao menos neste caso, implica a ausência da proteção.

Outra forma de comprovar as boas relações do ministério com a comunidade LGBT+ foram as transações financeiras, conforme exposto no capítulo 4. O repasse de verbas a organizações não governamentais, universidades ou municípios a partir de convênios referentes à temáticas LGBT+ trouxe uma maior densidade ao argumento desenvolvido nesta tese, ao passo que a combinação entre afetos, emoções e uma versão mais operativa da ideologia se concatenam ao dinheiro. Dinheiro este, em sua maioria, advindo de emendas parlamentares, mas é de se destacar que, embora menor em número, também houve investimento do próprio ministério em alguns desses repasses. A transferência de verbas oriundas do governo a instituições civis também é um mecanismo do Estado, à medida que consta na Constituição Federal (Brasil, 2015). No entanto, seu caráter estatal tampouco lhe outorga qualquer tipo de neutralidade ou resguardo contra a operacionalização enquanto lógica de governo.

De fato, o que vemos acerca desse mecanismo, no caso da relação ministerial com associações e projetos referentes às temáticas LGBT+, é justamente uma utilização da política de Estado enquanto sustentação retórica do MMFDH e do Governo Federal de forma mais ampla, abrangendo, inclusive, a Presidência da República, conforme afirmou Damares Alves como convidada na *live* semanal de Bolsonaro, no ano de 2022. Nesse mesmo material, a então ministra não deixa de reforçar sua contrariedade à “ideologia de gênero” e seu endosso aos valores conservadores, tendo respaldo do então presidente em todas as asserções. É a partir do dinheiro que Alves reitera, no vídeo, o suposto contentamento do movimento LGBT+ com as políticas efetivadas pelo governo Bolsonaro, independentemente de sua ação antigênero.

É notável que os argumentos comprobatórios sobre a importância das temáticas e dos sujeitos LGBT+ para Damares Alves e o MMFDH não apresentam, necessariamente, uma coerência. Na maioria das cenas descritas aqui, pode-se ver a operacionalização de uma política afetiva, usualmente referenciada por palavras como “amor”, “cuidado”, “acolhimento”, entre outras, que não raro foram enunciadas concomitantemente ao combate à suposta “ideologia de gênero”. Em uma espécie de rastreio afetivo e emocional, me encaminhei a tais ambivalências, refletindo sobre como afetos positivos, tais quais o otimismo e a esperança, foram mobilizados na condução das práticas ministeriais acerca da sexualidade e do gênero, mesclados a um campo de afecções negativas, nas quais se

destacaram o ódio e o medo. No último material referido, entretanto, quem tomou a frente foi o dinheiro e o uso do orçamento público para atestar práticas de governo em tese bem recebidas pelo movimento LGBTQ+. Em um terceiro eixo, lembremos dos elogios midiáticos recebidos por Marina Reidel, destacando não sua amabilidade ou ternura, mas sim a postura técnica, racional e, supostamente, desprovida de ideologias.

Não que o rastreo afetivo e emocional tenha se ausentado dos materiais que, de alguma forma, se mostravam mais técnicos e menos comoventes que os discursos de Damares Alves. Pelo contrário, as teorias dos afetos e emoções me permitiram navegar, inclusive, entre elementos mais facilmente reconhecidos sob os signos da racionalidade ou da razoabilidade. Como discutido por Daniela Losiggio (2021), esse *frame* conceitual embasa uma crítica de contraposições usuais entre emoção e razão, ao apontar o uso político de tal separação. Uso este que não raro implica na desconsideração de demandas feministas ou LGBTQ+ no campo de aparecimento público, especialmente naquilo que é considerado o “bem comum”. No caso desta tese, tal rastreo circulou propriamente no lugar das ambivalências e seus efeitos enquanto prática política, mapeando os sítios onde se diferenciavam e, ao mesmo tempo, se conjugavam ideias como razão e emoção, amor e ódio, segurança e medo, concatenados na lógica de “promoção sem promoção”.

É importante retomar que o rastreo e, efetivamente, o caminho percorrido durante a pesquisa que deu origem a esta tese foram fortemente embasados nas premissas de uma teoria fraca e no que chamei de humildade metodológica. Sinteticamente, tais procedimentos envolvem a capacidade de reconhecer, construir e manusear objetos sem utilizá-los como um viés de explicação para entendimentos previamente delimitados. Como pontuou Eve Sedgwick (2020), a teoria fraca permite que nos relacionemos com os objetos de conhecimento sem a busca pela desvelação ou a atribuição imediata de significados, mas preservando sua capacidade de nos afetar e pavimentar o caminho de nosso pensamento. É por isso que gostaria de pontuar que “proteção sem proteção” não é uma teoria forte. Tal encadeamento de palavras foi uma forma de conectar coisas diferentes como partes de um mesmo objeto. A busca pela manutenção de uma unidade, contudo, não se deu porque eu, enquanto pesquisador, simplesmente buscava condensar coisas diferentes sob o mesmo signo. Esse recurso foi levado a cabo justamente porque reconheci que essa uma nova forma de aparição ambivalente das ofensivas antigênero tratou a proteção e a não promoção como partes de uma coisa só. A unidade do objeto é decorrente da pesquisa e seus procedimentos, e não a sua premissa.

Nesse sentido, a teoria dos afetos de Silvan Tomkins (2008) foi fundamental para a presente tese, à medida que forneceu um entendimento para as relações afetivas e suas implicações na sociabilidade e na política - encadeamento amplamente densificado a partir das pesquisas de autoras como Lauren Berlant (2011) e Sara Ahmed (2014). Além disso, a proposição de Tomkins sobre a teoria dos afetos como uma teoria fraca, reconhecendo um campo diverso de afetividades em contraposição a um direcionamento afetivo único e totalizante, cujo maior exemplo seria a paranoia, foi um importante disparador para a metodologia construída aqui. Como visto, esse procedimento se tornou possível a partir de desdobramentos teóricos realizados por Eve Sedgwick (2020) e Heather Love (2010b), bem como sua conexão com as propostas do método da cena de Jaques Rancière (2021).

É de se ressaltar, ainda, que a proposta de Sedgwick sobre teorias fracas e fortes é também tributária de um enlace teórico heterodoxo entre a teoria dos afetos e a psicanálise, sobretudo a partir de sua leitura de Melanie Klein, a quem considerava, dentre os e as psicanalistas, aquela que mais deu importância aos afetos em suas formulações (Sedgwick, 2007). Klein (1971, 1996) é notoriamente conhecida por suas contribuições à teoria psicanalítica a partir do reconhecimento de uma dualidade posicional, que se diferencia da proposta freudiana acerca dos estágios do desenvolvimento psicosssexual. Para a autora, mais importante do que o entendimento prescritivo de fases de um desenvolvimento teleológico é a ideia do trânsito, ainda no primeiro ano de vida, entre o que ela chamou de posição esquizo-paranoide e posição depressiva. Na primeira delas, o bebê lidaria com a ansiedade dividindo o mundo entre duas qualificações irreduzíveis: bom ou mau. A mãe (ou o objeto materno) seria percebida de forma fragmentada, como dois objetos parciais: o seio bom e o seio mau. Na segunda, por sua vez, começa a haver uma integração entre aquilo entendido como bom ou mau a partir da percepção de que tais qualidades dizem respeito a um mesmo objeto (a mãe). Isso levaria o bebê a sentimentos de culpa e tristeza, inicialmente, mas também propiciaria a integração objetal necessária para o engajamento em práticas de reparação (1996).

Sedgwick (2020) relacionou as posições esquizo-paranoide e depressiva a duas formas de relação com o conhecimento. A primeira delas, “leitura paranoica”, estaria embasada na “hermenêutica da suspeita”, buscando “desvelar” o que está por trás dos objetos. A segunda, “leitura reparadora”, teria capacidade de contemplar as ambiguidades objetais, especialmente no campo afetivo. A partir de um entendimento integrador, poderíamos reconhecer um objeto de investigação em múltiplas facetas, sem que elas mutuamente se excluam. Foi esse enlace conceitual que me permitiu reconhecer na lógica de

“proteção sem promoção” uma integração de objeto, sem recorrer a um entendimento totalizante e, ao mesmo tempo, fragmentário sobre sua condição boa ou má. Isso não significa assumir qualquer tipo de neutralidade na pesquisa, mas sim reconhecer que afetos positivos e negativos podem ser relacionados a um mesmo objeto, especialmente quando há um investimento na manutenção dessas disparidades como partes de algo comum (como se vê na fala supracitada de Damares Alves). Foi por essa razão que preferi falar em ambivalências e não em contradições.

Não sei se é possível se desvincular totalmente da paranoia em uma pesquisa. De fato, assim como conta Heather Love (2010a) em um artigo, também me senti interpelado pelo subtítulo do incontornável texto de Eve Sedgwick: “Você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você” (2020). Sim, devo ser. A crítica de Robin Weigman (2014) à separação de Sedgwick entre as duas formas de leitura como inconciliáveis me levou a crer que eu poderia, ao menos, articular a paranoia a outras formas de relação com os objetos de conhecimento, sem a tomar como um afeto centralizador, à medida que práticas de descrição forneceriam o acesso a uma gama diferente (e talvez surpreendente) de afetos. Essa foi minha aposta e espero ter conseguido levá-la a cabo, nem que seja parcialmente. Contudo, desde quando comecei a escrever o presente trabalho, o problema da reparação sempre aparecia como um ponto cego. Nos últimos dois anos, pensei que terminaria esta tese dizendo que, a partir da proposta de Sedgwick, consegui me vincular a uma forma não paranoica de compreensão e composição do objeto de pesquisa, mas sem nunca chegar a uma reparação sobre ele.

Seria possível reparar? A “proteção sem promoção”, mesmo sendo reconhecida como uma política de ambivalências, mesmo supondo que sua articulação enquanto lógica se deu, muitas vezes, a partir de incidentes e não em processos de deliberação ou reflexividade prévia, não deixou de ser um elemento calcado na paranoia. A “ideologia de gênero”, em termos mais amplos, é uma lógica paranóica, mesmo que sua produção não seja coerente entre os atores de veiculação, mesmo reconhecendo seu caráter produtivo, mesmo que haja modos divergentes de performá-la entre as tramas do que chamamos de ofensivas antigênero. Afinal de contas, há ao menos um eixo em comum em todos esses engajamentos: “ideologia de gênero” é sempre algo que deve ser combatido. A forma inovadora com que Damares Alves e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos articularam esse combate a uma retórica de proteção a sujeitos LGBTQ+ não me levou a desconsiderar que o jogo de ambivalências, afetos e emoções também foi importante para a imposição da violência política por meio do Estado ou do governo. Basta lembrar da perseguição a servidores

públicos fomentada pelos canais de denúncia contra os direitos humanos, para citar apenas um exemplo. A pergunta “é possível exercer uma leitura reparadora sobre um objeto fundamentado na paranoia?” ecoava no meu pensamento e a resposta era inevitavelmente “não”.

Mas, após inúmeras conversas com meus amigos e interlocutores, passei a considerar o problema da reparação a partir de outro enquadre.¹⁰⁴ Estou pensando, agora, na produção de conhecimento sobre uma época que, de formas distintas, nos foi danosa, seja pela homofobia ou transfobia institucionalizada, seja por tentativas e ameaças de cortes em financiamentos de pesquisa, ou então na perseguição e exposição pública por figuras ligadas ao Governo Federal de colegas que, como eu, trabalham com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Essa época, na realidade, ainda apresenta muitas continuidades hoje, mas é possível reconhecê-la como algo que também se refere a uma circunscrição temporal, no passado.

Talvez, quando pensamos em reparação, a pergunta mais importante seja o que se está tentando reparar. No caso desta tese, seguramente não é a figura de Damares Alves ou do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por ela encabeçado, muito menos suas relações com movimentos sociais LGBTQ+. Reparação não é necessariamente o perdão. No entanto, é possível que o entendimento das complexidades e das ambivalências políticas nos auxilie a elaborar respostas mais criativas e restauradoras para um momento em que vivemos atravessados por afetos negativos em nossa relação com o mundo. Isso me leva a considerar que narrar o que aconteceu é também uma forma de reparação para quem foi, diferencialmente, afetado pela lógica de depuração dos direitos humanos, de “proteção sem promoção”, de combate à “ideologia de gênero” e afins. Para quem foi, enfim, impactado por uma nova gramática que possibilitou novos arranjos da violência estatal homofóbica e transfóbica.¹⁰⁵

“Lembrar para não repetir” é um enunciado e uma proposta que há muito tempo habita nosso imaginário político. Frases similares a essa ocupam grafites, cartazes e placas de protesto em muitos lugares do mundo. Lembro que quando visitei o *Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos* (lugar destinado, precisamente, à memória do período ditatorial,

¹⁰⁴ Foi minha amiga Sofia Favero, com quem troco leituras há um bom tempo, quem primeiramente falou sobre uma possível política de reparação sendo mobilizada na escrita deste trabalho, a partir de um lugar diferente do que eu estava imaginando, a dizer, da simples narração do que aconteceu.

¹⁰⁵ Ângela Marques, na avaliação de minha tese, afirmou que havia uma política reparadora sendo mobilizada desde a metodologia, retificada pelo método da cena, mesmo que eu não estivesse tão ciente disso. Em sua contribuição, destacou a importância de práticas emancipatórias para Jacques Rancière na proposta da construção de cenas, o que se conectaria com minha preocupação relativa à descrição e à reparação. Não tive tempo de explorar esse caminho, mas fiquei bastante interessado em alguma costura teórica heterogênea entre Melanie Klein, Eve Sedgwick e Jacques Rancière.

sem nenhuma atenuação de sua crueldade), no Chile, havia um mural na entrada com os dizeres “*Qué hago si olvido?*”. Aparentemente, circula como uma preocupação compartilhada o não esquecimento de períodos ou momentos que, de alguma forma, nos causaram dano. Se esquecemos, conforme propõe o museu chileno, talvez não saibamos o que fazer. Havendo qualquer verdade nisso, espero que o presente trabalho possa, na articulação com muitos outros, fornecer algum tipo de pista para uma memória ativa e para a não repetição da violência que acompanhou nossa realidade social e política nos últimos anos. E que possa, também, nos auxiliar a compreender os arranjos do autoritarismo e das ofensivas antigênero neste novo momento de nossa história política, quando Bolsonaro já não é mais Presidente da República, mas o bolsonarismo e suas adjacências seguem sendo produzidos em outros lugares da política institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abranches, S. (1998). Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 31(1), 5-38.
- Ahmed, S. (2014). *The Cultural Politics of Emotion*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Almeida, G. & Marcondes, D. (2022) Trabalhar imagens, reparar o visível: a política da imagem como prática reparadora. *Revista FAMECOS*, 29, 1-13. <https://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2022.1.41827>
- Amorim, F. (2018). “Abre-se uma porta de diálogo”, diz Damares após reunião com liderança LGBT. Uol. Recuperado de: '[Abre-se uma porta de diálogo', diz Damares após reunião com liderança LGBT - 20/12/2018 - UOL Notícias](#) (Acesso em 30 de julho de 2024)
- Aragusuku, H. A. (2024). *“É como um elefante numa loja de cristais”: mundos, narrativas e mobilizações contra o gênero no Brasil*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.47.2024.tde-13092024-112225>
- Aragusuku, H. A. (2020). O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. *Agenda Política*, 8(1), 106-130.
- Arendt, H. (2016). *A condição humana* (12ª edição). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- Arendt, H. (2017). *Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal*. Lisboa: Ítaca.
- Arendt, H. (2018). *Ação e a Busca pela Felicidade*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Barthes, R. (1979). The photographic message. In S. Sontag (Ed.), *A Barthes reader* (pp. 194-210). Nova Iorque: Hill and Wang.
- Barthes, R. (1980). Rhetoric of the image. In A. Trachtenberg (Ed.), *Classic essays on photography* (pp. 269-285). New Haven, CT: Leete's Island.
- Belli, S., & Íñiguez-Rueda, L. (2008). O estudo psicossocial das emoções: revisão e discussão sobre a investigação atual. *Psico*, 39(2): 139-151.
- Berlant, L. (2011). *Cruel Optimism*. Durham: Duke University Press.
- Bezerra, C. ; Almeida, D.; Lavallo, A & Dowbor, M. (2022). Desinstitucionalização e resiliência dos conselhos no governo Bolsonaro. *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4218>
- Billig, M. (1988) Dilemmas of Ideology. In. Billig, M.; Condor, S.; Edward, D.; Gane, M. Middletown, D. & Radley, A. (Eds). *Ideological Dilemmas: A Social Psychology of Everyday Thinking*. Londres: SAGE Publications.

- Biroli, F. (2018). Reação Conservadora, Democracia e Conhecimento. *Revista de Antropologia*, 6 (1): 83-94.
- Bliches, W. (2019). Os projetos de Damares para os LGBT que você não conhece. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/os-projetos-de-damares-para-os-lgbt-que-voce-nao-conhece/> (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Bobbio, N. (2017). *Estado, Governo, Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Brandão, N. & Dias, E. (2007). A questão da ideologia em Antonio Gramsci. *Trabalho & Educação*, 16 (2) 81-98.
- Brasil (2004). *Emenda Constitucional nº 45*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm#:~:text=%C2%A7%203%C2%BA%20Os%20tratados%20e,ser%C3%A3o%20equivalentes%20%C3%A0s%20emendas%20constitucionais. (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Brasil (2015). Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc86.htm (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Brasil (2017). *Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017*. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.431-2017?OpenDocument (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Brasil (2021) Decreto nº 10.883, de 6 de dezembro de 2021. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.883-de-6-de-dezembro-de-2021-365080973> (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Brown, W. (2019). *Nas Ruínas do Neoliberalismo: A Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia.
- Butler, J. (1999) *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Londres: Routledge.
- Butler, J. (1993). *Bodies that Matter: On the Discursive Limits of Sex*. Oxfordshire: Routledge.
- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). Anti-Gender Ideology and Mahmood's Critique of the Secular Age. *Journal of the American Academy of Religion* 87(4): 955–967. <https://doi.org/10.1093/jaarel/lfz083>
- Campos, C. H. & Bernardes, M. N. (2022) Ideologia de gênero e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Revista Estudos Feministas*, 30(3). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n373882>
- Canal de Bia Kicis (2021). MINISTRA DAMARES E A NOVA POLITICA DE BOLSAS PARA PESQUISAS. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qouJ-2javsY&t=3264s> (Acesso em 31 de agosto de 2024).

- Canal de Jair Bolsonaro (2022). PR JAIR BOLSONARO FALA À NAÇÃO - Live da semana (24/03/2022). *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OdCFFgvUhhU> (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Canal Metrôpoles (2022). Eleita senadora, Damares envia recado à comunidade LGBTQIA+: "Serão protegidos". *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1euskHd9XF4> (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Clerc, T. (2015). Barthes apreendido por Rancière. *Criação & Crítica*, 14, 91-104.
- Conselho Federal de Medicina (2019). *Resolução 2.265, Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010*. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2265> (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução n. 1, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Corrêa, S. (2018). A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, 53, np.
- De Vito, R. & Prado, M. A. M. (2019). Direitos humanos, gênero e sexualidade: Uma ministra quenão brinca em serviço. *Sexuality Policy Watch*. Recuperado de <https://sxpolitics.org/ptbr/direitos-humanosgenero-e-sexualidade-a-ministra-que-nao-brinca-em-servico/9402> (Acesso em...)
- Duggan, L. (2002). The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism. In Castronovo, R. & Nelson, D. (Eds.) *Materializing Democracy: Toward a Revitalized Cultural Politics*. Durham: Duke University Press.
- Drucker, P. (2017). A normalidade gay e a transformação queer. *Cadernos Cemarx*, 10, 197-217.
- Facchini, R. & França, I. L. (2009). De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 3, 54-81.
- Foucault, M. (1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2014). *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. São Paulo: Paz e Terra.
- Frank, A. & Wilson, E. (2020). *A Silvan Tomkins Handbook: Foundations for Affect Theory*. Minneapolis: Minnesota University Press.
- Freud, S. (1990) Moisés e o monoteísmo. In: Feud, S. *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, pp. 11-161. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2013). *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. Porto Alegre: L & PM Editores.

- Galindo, G. R. (2006). O § 3º do art. 5º da Constituição Federal: um retrocesso para a proteção internacional dos direitos humanos no Brasil. *Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos*, v. 6, 121-131.
- Garbagnoli, S. (2020). Against the Heresy of Immanence: Vatican's 'Gender' as a New Rhetorical Device Against the Denaturalization of the Sexual Order. *LASA Forum*, 51(2).
- Goffman, E. (1981). *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gramsci, A. (1978). *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Halberstam, J. (2011). *The Queer Art of Failure*. Durham: Duke University Press.
- Irineu, B. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. *Em Pauta*, 34 (12), 155 - 178.
- Junqueira, R. (2018). A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, pp.: 449-502.
- Klein, M. (1971). *O Sentimento de Solidão*. Rio de Janeiro: Imago Editoras.
- Klein, M. (1996). *Amor, Culpa e Reparação e Outros Trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago.
- Laclau, E. (1993). *Nuevas Reflexiones Sobre Revolución de Nuestro Tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Laclau, E. (2018). *On Populist Reason*. Londres: Verso.
- Laclau, E. & Mouffe, C. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios.
- Latour, B. (1994). *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA.
- Lenin, V. (1979). *Notas críticas sobre el problema nacional*. Moscou: Editorial Progreso.
- Losiggio, D. (2021). Depicting "Gender Ideology" as Affective and Arbitrary: Organized Actions Against Sexual and Gender Rights in Latin America Today. In Macón, C.; Solana, M. & Vacarezza, N. (Eds) *Affect, Gender and Sexuality in Latin America*. Londres: Palgrave MacMillan.
- Love, H. (2010a). Truth and Consequences: On Paranoid Reading and Reparative Reading. *Criticism*, 51(2), 235-241.
- Love, H. (2010b). Close but not Deep: Literary Ethics and the Descriptive Turn. *New Literary History*, 41 (2), 371-391.
- Love, H. (2013). Close Reading and Thin Description. *Public Culture*, 25 (3), 401-434. <https://doi.org/10.1215/08992363-2144688>

- Machado, F. (2013). *Do estatal à política: uma análise psicopolítica das relações entre o estado e os movimentos de juventude LGBT no Brasil (2003-2010)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Machado, F. & Prado, M. A. M. (2014) Muito além do arco-íris: A construção de identidades coletivas entre a sociedade civil e o estado. *Annual Review of Critical Psychology*, 11, 151-170.
- Maracci, J. G. (2019). Reflexões sobre verdade e política: Mapeando controvérsias do Kit Gay. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Maracci, J. G., & Kveller, D. B. (2021). O que pode uma ave morta? Reflexões sobre teoria queer, afetos e negatividade. *Revista Periódicus*, 2(16), 126–142. <https://doi.org/10.9771/peri.v2i16.37058>
- Maracci, J. G. & Machado, P. (2022a). 'Kit Gay' e os Problemas da 'Pós-Verdade': Perseguindo Respostas Críticas. *FAROL - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 22, p. 848-883.
- Maracci, J. G. & Machado, P. (2022b). Kit gay: Mapeando controvérsias nas redes de uma ofensiva antigênero. *Psicologia Política*, 22(5), pp. 37-51.
- Maracci, J. G., & Prado, M. A. M. (2022). Ofensivas Antigênero e a Depuração dos Direitos Humanos como Política de Estado no Brasil. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 22(4), 1372–1392. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71643>
- Marques, A. & Prado, M. A. M. (2018). O método da igualdade em Jacques Rancière: entre a política da experiência e a poética do conhecimento. *Mídia & Cotidiano*, 12(3), 7-32. <https://doi.org/10.22409/ppgmc.v12i3.27105>
- Marx, K. & Engels, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2011). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- Matos, K. (2020). Quem é a trans gaúcha que defende os direitos LGBT no governo Bolsonaro. *Jornal Zero Hora*. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/kelly-matos/noticia/2020/06/quem-e-a-trans-gaucha-que-defende-os-direitos-lgbt-no-governo-bolsonaro-ckbvxmvs002y01627hjwmuw.html> (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Miguel, L. F. (2016). Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*, 7(15): 590-621. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>
- Miguel, L. F. (2021). O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu* 62, 1-14. <https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>
- Miskolci, R. & Campana, M. (2017) “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado* 32(3), 725-748.

- Montesani, B. (2019). Oposição à causa LGBTI não piorou, diz diretora trans da gestão Bolsonaro. *Uol*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/24/mulher-trans-mante-m-a-pauta-lgbti-do-interior-do-governo-bolsonaro.htm> (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Mouffe, C. (2005). *On The Political*. Oxfordshire: Routledge.
- Mouffe, C. (2023). *Towards a Green Democratic Revolution: Left Populism and the Power of Affects*. Londres: Verso Books.
- Nobre, M. (2022). *Limites da Democracia: De Junho de 2013 ao Governo Bolsonaro*. São Paulo: Editora Todavia.
- Nunes, R. (2022). *Do transe à vertigem: Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora.
- Patternote, D. & Kuhar, R. (2018). "Ideologia de gênero" em movimento. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, pp. 503 - 523.
- Petterelle, S. (2009). O julgamento do Recurso Extraordinário 466.343/SP: um divisor de águas na orientação do Supremo Tribunal Federal-STF com relação à hierarquia dos tratados internacionais (de direitos humanos) no direito brasileiro e, conseqüentemente, com relação à proibição da prisão civil. *Direitos Fundamentais & Justiça*, 6, 206-212.
- O’Learly, D. (1997) *The Gender Agenda: Redefining Equality*. Lafayette: Vital Issues.
- Oliveira, J. M. (2013) Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. *Psicologia & Sociedade*; 25(1): 68-78.
- Oliveira Júnior, I. & Maio, E. (2015). Diversidade Sexual e Homofobia: A Cultura do “Desagendamento” nas Políticas Educacionais. *Práxis*, 10, 33-52. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.10i1.0002>
- Oliveira Júnior, I. & Maio, E. (2017). “Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: O discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay do MEC. *E-Curriculum*, 15 (1), 125–152. <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i1p125-152>
- Payne, P.; Rodrigues, C.; Carvalho, I.; Santos, L.; Aguayo, C. & Iared, V. (2018). Affectivity in Environmental Education. *Pesquisa em Educação Ambiental*, 13, 93-114.
- Pinheiro Machado, R. (2019). *Amanhã*. (2015). A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: A intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, 13(39), 1237-1260.
- Pereira, M. M. (2018). *Um confronto político no presidencialismo de coalizão: Os resultados do confronto entre movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família*

- (2003-2014) (Tese de doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Piovesan, F. (2023). *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Prado, M. A. M. & Corrêa, S. (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Psicologia Política*, 18 (43), 444-448.
- Prado, M. A. M.; Corrêa, S.; Maracci, J. G., & Aragusuku, H. (no prelo).
- Portal Educação UFPR (2021). Projeto LGBTI+: Experiências em meio à Pandemia de COVID-19. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDAUaP5GGf0> (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Puar, J. (2007). *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*. Durham: Duke University Press.
- Rancière, J. (1974). On the theory of ideology (the politics of Althusser). *Radical Phiosophy*.
- Rancière, J. (1996). *O Desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2005). *A Partilha do Sensível: Estética e Política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2009). The method of equality: an answer to some questions. In: Rockhill, G & Watts, P. (eds.). *Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics*. Durham: Duke University Press, 273-288.
- Rancière, J. (2012). *El Método de la Igualdad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Rancière, J. (2021). *Pequena Máquina Anti-Hierárquica: Entrevista sobre o método da cena*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG.
- Rancière, J. & Jdey, A. (2021) *O método da cena*. Belo Horizonte: Editora Quixote.
- Ratzinger, J & Sewald, P. (1997) *O Sal da Terra: O Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rocha, C. (2021). *Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia.
- Rocha, M. C. (2008). Estado e Governo: Diferença Conceitual e Implicações na Pós-Modernidade. *Revista Uniara*, 21, 140-145.
- Rosado-Nunes, M. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: A intervenção da hierarquia católica
- Scala, J. (2011). *Ideologia de Gênero: Neototalitarismo e a Morte da Família*. São José dos Campos: Katechesis.
- Pinheiro Machado, R. (2019). *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.
- Sedgwick, E. (1993). *Tendencies*. Durham: Duke University Press.

- Sedgwick, E. (2003) *Touching Feeling: Affect, Pedagogy, Performativity*. Durham: Duke University Press.
- Sedgwick, E. (2007). Melanie Klein and the Difference Affect Makes. *South Atlantic Quarterly*, 106 (3): 625–642.
- Sedgwick, E. (2020). Leitura reparadora e leitura paranoica, ou, você é tão paranoico que pensa que este ensaio é sobre você. *Remate de Malês*, 40 (1), 389-421.
- Sedgwick, E. & Frank, I. (1995). *Shame and It's Sisters: A Silvan Tomkins Reader*. Durham: Duke University Press.
- Santana, A. J. N., Bertaiolli, M. A., & Neves, T. B. (2021). As emendas parlamentares individuais impositivas: Emenda Constitucional nº 86/2015. *Boletim Economia Empírica*, 1(6).
- Senra, R. & Kriezis, E. (2019). Damares Alves: tem mulher mais empoderada do que eu? *BBC News Brasil*. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50800983> (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Sexuality Policy Watch (2023). *Diplomacia Paralela Ultraconservadora: gênero, política moral, familismo e novas motivações para relações interestatais*. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/diplomacia-paralela-ultraconservadora-genero-politica-moral-familismo-e-novas-motivacoes-para-relacoes-interestatais/12940> (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Seigworth, G & Gregg, M. (2010). *The Affect Theory Reader*. Durham: Duke University Press.
- Sontag, S. (2011). *Sobre Fotografia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Tomkins, S. (2008). *Affect Imagery Consciousness: The Complete Edition*. Nova Iorque: Springer Publishing Company.
- Trevisan, J.S. (2018). *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade* (4ª edição). Rio de Janeiro: Objetiva.
- TV Senado (2022). Comissão de Direitos Humanos ouve ministra Damares sobre vacina infantil contra covid-19 - 28/03/22. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tT1a36TCxNk> (Acesso em 31 de julho de 2024).
- Vaggione, J. M. (2017). La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. *Cadernos Pagu* 50, 1–35.
- Wiegman, R. (2014). The times we're in: Queer feminist criticism and the reparative 'turn'. *Feminist Theory* 15(1), 4-25.